

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

UNICAP



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

JORGE FRANCISCO DA SILVA

PRAGMATISMO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM
POR ROTEIROS ENTRE A PRAGMÁTICA E O PRAGMATISMO

RECIFE
2021

JORGE FRANCISCO DA SILVA

PRAGMATISMO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM
POR ROTEIROS ENTRE A PRAGMÁTICA E O PRAGMATISMO

Tese de Doutorado apresentada para
obtenção do título de Doutor em Ciências da
Linguagem do Programa de Pós-graduação da
Universidade Católica de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Efken

RECIFE
2021

S586p Silva, Jorge Francisco da.

Pragmatismo linguístico: uma análise da linguagem por roteiros entre a pragmática e o pragmatismo/ Jorge Francisco da Silva, 2021.

2021.

262 f.

Orientador: Karl Heinz Efken.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado em Ciências da Linguagem, 2021.

1. Linguagem - Filosofia. 2. Pragmatismo.
3. Linguística. I. Título.

CDU 800.1

Pollyanna Alves CRB/4-1002

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno (a): Jorge Francisco da Silva

Título da Tese: Pragmatismo linguístico: uma análise da linguagem por roteiros entre a pragmática e o pragmatismo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Doutor (a) em 27.08.2021. A presente tese foi defendida e aprovada em 15.09.2021 pela banca examinadora. O presidente da banca e orientador, Prof. Dr. Karl Heinz Efken, assina pelos examinadores internos e externos:



Prof. Dr. Karl Heinz Efken

Presidente da Banca (UNICAP)



p/Prof. Dr. Moab Duarte Acioli

Examinador Interno (UNICAP)



p/Prof. Dr. Gerson Francisco Arruda Junior

Examinador Interno (UNICAP)



p/Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes

Examinador Externo (UFAL)



p/Prof. Dr. George Browne de Rego

Examinador Externo (UFPE)

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio sempre presente.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco pela atenção e inspiração

Aos titulares externos e internos pelo interesse e contribuições.

Ao meu orientador pela paciência e dedicação.

Finalmente, agradeço ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco que me permitiu dedicação integral a esta pesquisa.

RESUMO

A questão da significação na linguagem é um dos temas centrais da linguística. Entretanto, estudos sobre a construção e a interpretação de sentidos da linguagem ainda não estão tão bem estabelecidos quanto em outras disciplinas, como na sintaxe ou na fonologia, e o número de trabalhos com foco em estudos pragmáticos é bem inferior em comparação com pesquisas em outros núcleos duros nas ciências da linguagem. O objetivo geral desta tese de doutoramento é estabelecer ligações históricas e teóricas entre pragmática e pragmatismo através da análise do pensamento de Peirce, James e Dewey para buscar princípios e uma melhor caracterização e fundamentação para a construção de uma proposta de *pragmatismo linguístico*. Os objetivos específicos incluem uma investigação sobre as relações entre conceitos centrais do pensamento pragmático, como *linguagem e pensamento, experiência, crenças, hábitos e ação* na formação dos sentidos, e suas contribuições para o desenvolvimento de uma filosofia de linguagem pragmática historicamente baseada nas visões dos fundadores do pragmatismo clássico norte-americano. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-exploratória que será usada para constituir um *corpus* do estado-da-arte das relações entre pragmatismo e linguagem. Como resultado, espero estabelecer um diálogo entre dois divisores de água - *As Viradas Pragmática e Linguística* - e integrar as concepções de linguagem em Peirce, James e Dewey com contribuições posteriores do pensamento pós-moderno dentro das ciências da linguagem.

Palavras-chave: Significação na linguagem; pragmáticos clássicos norte-americanos; pragmatismo linguístico; teoria pragmática de linguagem.

ABSTRACT

The question of meaning in language is one of the central themes of linguistics. However, studies on the construction and interpretation of meaning in language are not as well established as in other disciplines, such as in syntax or in phonology, and research focusing on pragmatic studies is not as readily available when compared to research in other hard-core areas in language sciences. The chief objective of this doctoral thesis is to establish historical and theoretical links between pragmatics and pragmatism through the analysis of the thought of Peirce, James and Dewey in order to identify principles and a better characterization and foundation for the development of *a proposal of linguistic pragmatism*. Specific objectives include an investigation of the relations between central concepts of pragmatic thinking, such as *language and thought, experience, beliefs, habits and action* in the formation of meaning, and their contributions for the development of a pragmatic philosophy of language historically based on the views of the founders of classical American pragmatism. As for the methodology, this is a bibliographical-exploratory research that will be used to constitute a *corpus* of the state-of-the-art of the relations between pragmatism and language. As a result, one hopes to establish a dialogue between two landmarks - *The Pragmatic and Linguistic Turns* - and to integrate the conceptions of language in Peirce, James and Dewey with later contributions from postmodern thought within the language sciences.

Keywords: Meaning in language; classical American pragmatists; linguistic pragmatism; pragmatic theory of language.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Evolution of Semiosis	40
Figura 2: O Encantado Número Três	54
Figura 3: O Primeiro Ponto.....	55
Figura 4: O Segundo Ponto.....	58
Figura 5: O Terceiro Ponto.....	59
Figura 6: Instruções na capa do disco de ouro.....	227
Figura 7: Placas dos Pioneers 10 e 11.....	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: 3 classes de signos, 3 componentes.....	47
Tabela 2: Categorias e Classes de Signos	48
Tabela 3: Categorias e classes de signos.....	62
Tabela 4: Signo 1111 - Qualissigno Icônico Remático.....	67
Tabela 5: Signo S2111 - Sinsigno Icônico Remático.....	67
Tabela 6: Signo S2221 - Sinsigno Indicial Remático	68
Tabela 7: Signo S2222 - Sinsigno indicial dicissigno	68
Tabela 8: Signo S3111 - Legissigno icônico remático.....	68
Tabela 9: Signo S3211 - Legissigno indicial remático	69
Tabela 10: Signo S3222 - Legissigno indicial dicente	69
Tabela 11: Signo S3331 - Legissigno simbólico remático	69
Tabela 12: Signo S3332 - Legissigno simbólico dicente.....	70
Tabela 13: Signo S3333 - Legissigno simbólico argumental.....	70
Tabela 14: Signo e seus Eixos	175

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	CARACTERIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	8
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.3	RESULTADOS ESPERADOS	13
1.4	METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	14
1.5	ORIGENS DO PRAGMATISMO CLÁSSICO NORTE-AMERICANO... ..	17
2	CHARLES SANDERS PEIRCE: CIENTISTA, LÓGICO E FILÓSOFO	22
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	22
2.2	ESSÊNCIA E ARQUITETURA DO PRAGMATISMO PEIRCEANO ...	30
2.3	SÉMEIÖTIKÉ.....	38
2.3.1	Semiose, signo e semiótica	39
2.3.2	Categoriologia peirceana.....	44
2.3.3	Dinâmicas entre categorias e classes de signos	47
2.3.4	Tecendo a trama dos signos	66
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
3	WILLIAM JAMES: MESTRE PROMETEANOS DA INTROSPECÇÃO ..	73
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	73
3.2	PENSAMENTO DE JAMES.....	75
3.3	CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM EM JAMES.....	79
3.3.1	Linguagem como casa da experiência	79
3.3.2	Mente, cérebro e faculdade de linguagem.....	82
3.3.3	Corpo como casa da linguagem	85
3.3.4	Estética da razão na linguagem	87
3.3.5	Pensamento, significação e linguagem	93
3.3.6	Verdade e linguagem.....	96
3.3.7	Construção e responsabilidade do discurso	99
3.3.8	Concepções de linguagem em James e Wittgenstein	100
3.4	CONCEITO DE <i>CASH VALUE</i> EM JAMES.....	103
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
4	JOHN DEWEY: PRAGMATISMO ÉTICO-INSTRUMENTAL	117
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	117
4.2	CONCEPÇÃO UNIFICADA DE MENTE E LINGUAGEM	120
4.2.1	Corpo como origem da linguagem e do significado	124

4.2.2	Teoria de ação comunicativa e social da mente	127
4.2.3	Funções dos signos no pensamento e na linguagem.....	128
4.2.4	Linguagem como matriz da teoria de investigação.....	133
4.2.5	Lógica da arbitrariedade no sistema de signos	135
4.3	CONCEITO DE WARRANTED ASSERTIBILITY EM DEWEY	140
4.3.1	Teoria instrumental do conhecimento.....	142
4.3.2	Proposições, juízos e compromissos.....	142
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
5	SÍNTESE E DISCUSSÃO	147
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	147
5.2	PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS.....	152
5.2.1	Pragmatismo clássico e filosofia ocidental	152
5.2.2	Virada Linguística ou Pragmática?	157
5.3	PRAGMATISMO CLÁSSICO E PÓS-MODERNIDADE.....	160
5.3.1	Diálogos entre Peirce e a pós-modernidade.....	161
5.3.2	Pragmatismo e pluralismo: diálogos entre James e Peirce	187
5.3.3	Discurso e responsabilidade: diálogos entre Dewey e Habermas.....	200
5.3.4	Instrumentalismo, Nominalismo e Realismo: diálogos entre Dewey, James e Peirce.....	202
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
6	RESULTADOS E APLICAÇÕES	210
6.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	210
6.2	ESCÂNDALO DO SIGNIFICADO	211
6.3	PROPOSTA DE PRAGMATISMO LINGUÍSTICO	214
6.3.1	Teoria dos signos em Peirce	215
6.3.2	Conceito de <i>cash value</i> em James.....	217
6.3.3	Conceito de <i>Warranted Assertibility</i> em Dewey.....	220
6.4	PRAGMATISMO LINGUÍSTICO: APLICAÇÕES	222
6.4.1	Linguagens nos discos de ouro da <i>Voyager</i>	223
6.4.2	Diagramas nos discos de ouro da <i>Voyager</i>	225
6.4.3	Imagens nos Discos de Ouro da <i>Voyager</i>	227
6.4.4	Sounds of Earth nos discos de ouro da <i>Voyager</i>	227
6.4.5	World Music nos discos de ouro da <i>Voyager</i>	228
6.4.6	Saudações nos discos de ouro da <i>Voyager</i>	228
6.4.7	Pragmatismo Linguístico nas mensagens nos discos de ouro	229

6.4.8	Análise semiótica das mensagens nos discos de ouro.....	230
6.4.9	Conceito de <i>cash value</i> nas mensagens dos discos de ouro	233
6.4.10	Conceito de <i>Warranted Assertibility</i> nos discos de ouro.....	235
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	240
	REFERÊNCIAS.....	250

1 INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Somos uma espécie muito estranha e a nossa capacidade de linguagem parece estar na raiz do problema... com 25 ou 30 sons, sem relação com nada em nossas mentes, somos de alguma forma capazes de produzir um número infinito de pensamentos que expressam qualquer coisa que possamos imaginar ou 'os movimentos de nossa alma', qualquer coisa que esteja acontecendo em nossa vida mental... (THE PHILOSOPHER'S ZONE, 2016) ¹

O tema desta pesquisa nasceu de questionamentos surgidos durante a elaboração da minha dissertação de mestrado² e estão relacionadas à concepções de linguagem.

O objeto de estudo da referida dissertação foi o *Quadro Comum Europeu* e suas propostas de políticas linguísticas para o ensino e avaliação de línguas estrangeiras. Para dar conta dos meus objetivos, analisei as concepções de linguagem, ensino/aprendizagem, avaliação e sujeito do *Quadro*.

Entre todas as concepções apresentadas, percebi que os aspectos pragmáticos e a fundamentação teórica da linguagem não foram suficientemente elaborados e discutidos nos guias e documentos do *Quadro*. Refiro-me especificamente à parte das competências que, segundo Bailly *et al.* (2001), se dividem em gerais (*savoir-etre, savoir-vivre, savoir-aprendre, savoir-faire*) e comunicativas (linguística, sociolinguística e pragmática).

Constatei que existe, hoje, literatura suficiente para dar conta das competências gerais e das comunicativas, com exceção das *competências pragmáticas* que padecem do fato de dependerem de uma área ainda em

¹ Todas as traduções no texto são nossas, a menos que indicado de outra forma.

² *HOW GOOD IS YOUR ENGLISH? UM ESTUDO DOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DO QUADRO COMUM EUROPEU (COMMON EUROPEAN FRAMEWORK OF REFERENCE)*. UNICAP. RECIFE. MARÇO/2016. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/829>

desenvolvimento dentro dos campos de interesse das ciências da linguagem - os estudos pragmáticos.

Surgiram, assim, algumas perguntas cujas respostas serviram para identificar caminhos para o processo de desenvolvimento desta pesquisa. A primeira delas foi sobre o estado atual das pesquisas sobre pragmática no Brasil e no mundo.

Segundo Rajagopalan (1999), além das condições sabidamente precárias da pesquisa no Brasil, a própria indefinição a respeito do que vem a ser pragmática age como fator complicador que compromete o avanço dos estudos pragmáticos; e tal indefinição atinge também pesquisadores estrangeiros.

Rajagopalan admite que “a pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro saco de gatos” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 6). E prossegue: “o interesse da pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita - na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural” (Idem).

Rajagopalan (1999) cita ainda um desabafo de Marcuschi durante a 48ª Reunião Anual da SBPC realizada em São Paulo em 1996. Durante o seu pronunciamento, Marcuschi lamentou o quadro confuso que encontrou quando se propôs a fazer um levantamento sobre o interesse dos pesquisadores nas diferentes subáreas da Linguística:

É possível que eu não seja a pessoa mais indicada para classificar essa massa de dados. Há muita coisa que imaginei ser da área de Teoria Literária, Teoria da Cultura ou outras Teorias. Posso honestamente garantir que me esforcei para não falsear a visão dos fatos. Confesso também que as caracterizações [como elas se encontram feitas] não me agradam, pois elas mascaram os fatos. Há mais trabalhos de sintaxe e fonologia do que se imagina, mas eles são autocaracterizados como linguística indígena (descrição fonológica, sintática) ou psicolinguística (aquisição da sintaxe, da fonologia). Não há nada que se caracterize ou que se identifique de maneira explícita com semântica ou pragmática. Mas muitos dos trabalhos estão impregnados de semântica e pragmática. **Não, porém, de uma forma mais técnica e teoricamente centrada. [...] a mesma indefinição pode ser encontrada nos resumos dos seminários da ANPOLL, dos congressos da ABRALIN, e nas programações e nos Anais do GEL.** [Grifo nosso] (MARCUSCHI, 1996, p. 21 - 22)

A segunda pergunta que se apresentou foi sobre o motivo dessa controvérsia em torno das pesquisas e definições da pragmática.

Rajagopalan (1996) esclarece que, desde a definição histórica de Bar-Hillel sobre a pragmática como *a lata de lixo da linguística*, em 1971, novas circunstâncias culminaram no lançamento de *The Journal of Pragmatics*, em 1977. Essa publicação de referência para a área dos estudos pragmáticos começou como uma revista quadrimestral, tornou-se bimestral em 1979 e converteu-se em mensal em 1991 para atender “uma enxurrada de trabalhos literalmente empilhados na mesa de seus editores” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 6).

Rajagopalan (1996) relata que, logo no primeiro número, os editores (Haberland e Mey) perceberam a dificuldade em delimitar a pragmática, já que a maioria dos autores apelavam para *fatores pragmáticos* como último recurso para explicar fenômenos linguísticos obscuros. Rajagopalan comenta que essa indefinição sobre o domínio da pragmática sempre acompanhou as discussões teóricas sobre a questão.

Para muitos pesquisadores a pragmática continua sendo o lugar das ‘sobras’. Gazdar (1979), por exemplo, define a pragmática como ‘o estudo da significação menos a semântica’, lembrando uma tradição já inaugurada por Katz e Fodor (1964), para quem a semântica já era a teoria linguística menos a gramática, ou seja, a sintaxe’. (RAJAGOPALAN, 1996, p. 6)

O diagnóstico sem filtros de Rajagopalan sobre o estado da arte da disciplina pragmática tem o mérito de ser ao mesmo tempo revelador, porém desencorajador. Se, por um lado, é possível tomar pé da situação com base na avaliação de trabalhos dos pesquisadores mais importantes da área, por outro lado, somos confrontados com sua própria história de insucessos devido a fatores como a falta de definições e a complexidade dos temas envolvidos.

Entretanto, em resposta aos desafios por ele mesmo apontados, Rajagopalan adota uma postura realista em um de seus comentários acima e confessa que seu interesse sobre as questões referentes à pragmática repousa sobre a possibilidade de se pensar em *disciplinas pragmáticas com diferentes orientações*.

Pinto (2012), à semelhança de seu orientador acima mencionado (Rajagopalan), procura traçar um panorama geral dos estudos pragmáticos no Brasil, com seus percalços, ambiguidades, controvérsias, mas também aponta alguns caminhos:

De que tratam os estudos linguísticos que se classificam como 'pragmáticos', ou pertencentes à área da Pragmática? Essa é uma pergunta que pode gerar respostas tão variadas quanto o número de pessoas que se dispuserem a respondê-la. Um número muito grande de trabalhos, com temas e objetivos mais diversos, circula nos periódicos e outras publicações declaradamente inseridos no domínio da Pragmática. **Pode-se, no entanto, a partir de um grupo mais ou menos coeso, procurar delimitar a Pragmática, admitindo a diversidade.** [Grifo nosso] (PINTO, 2012, p. 55)

Para Pinto (2012), os estudos pragmáticos definem e estudam a linguagem segundo os conceitos de sociedade e comunicação, descartados pela linguística saussureana em sua subtração da fala. A autora ressalta que os estudos pragmáticos são constituídos por três grupos principais:

- a) o pragmatismo norte-americano nos estudos semiológicos (sic) de William James;
- b) os estudos dos atos de fala, influenciados pela filosofia da linguagem nos trabalhos de J. L. Austin;
- c) os estudos pragmáticos interdisciplinares com foco nas relações sociais, de classe, de gênero, raciais e culturais.

Pinto (2012) afirma que esse último grupo é o mais diverso e tem se desenvolvido muito nos últimos anos. Além disso, a autora lembra outros pesquisadores ligados aos estudos pragmáticos como os franceses Ducrot, Benveniste e Grice.

Assim, as observações feitas por pesquisadores, no Brasil e no exterior, confirmaram que a pragmática necessita de uma melhor fundamentação ou caracterização, de uma separação mais clara entre semântica e pragmática e de

uma teoria com maior poder de explicação sobre as condições que governam os usos da linguagem.

Neste ponto, duas questões referentes a esta pesquisa se apresentam. A primeira procura definir conceitos operacionais de linguagem para constituir hipóteses de trabalho.

Selecionei três definições cronológicas: a primeira, atribuída ao filósofo, lógico e cientista norte-americano Charles Sanders Peirce (1839 - 1914), divide a linguagem em *gramática especulativa*, *lógica (crítica)* e *retórica especulativa (metodêutica)*; a segunda (e mais conhecida), elaborada pelo também filósofo norte-americano e semiótico Charles W. Morris (1938), define a linguagem como *sintaxe* (relações entre signos), *semântica* (relações entre signos e objetos) e *pragmática* (relações entre signos e suas interpretações); a terceira definição aparece no prefácio do primeiro número do *Journal of Pragmatics*: "... disciplina que analisa o uso concreto da linguagem feito pelos seus usuários e ainda as condições que governam essa prática." (HABERLAND; MEY, 1977)

Apesar de uma diferença na segmentação dos componentes da linguagem, percebi ligações claras entre a primeira e a segunda definições, mas me chamou, especialmente, a atenção os termos usados na terceira definição:

- a) a análise do uso concreto da linguagem;
- b) as condições que governam essa prática.

Decidi trabalhar com as relações lógicas que existem entre essas três definições porque, conforme afirmei no início da pesquisa, o meu interesse principal é investigar como as competências pragmáticas (uso concreto da linguagem) são desenvolvidas e regidas (condições que governam essa prática).

Minha segunda pergunta de pesquisa questiona em que medida os diagnósticos, análises e observações acima podem contribuir para construir uma melhor fundamentação e caracterização de uma forma de pragmatismo linguístico.

Para atender meus objetivos de pesquisa, resolvi adotar a visão de Rajagopalan (1996) sobre a possibilidade de disciplinas pragmáticas com

diferentes orientações e seguir os dois primeiros caminhos apontados por Pinto (2012).

Assim, esta pesquisa apresenta uma proposta pragmática, doravante *pragmatismo linguístico*, historicamente ligada à tradição pragmática, especialmente ao pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos (*Virada Pragmática*) e busca sua integração com as contribuições de Austin, Wittgenstein, Grice (*Virada Linguística*) sobre as relações entre linguagem e realidade.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos para estabelecer ligações históricas e teóricas entre pragmática e pragmatismo para fundamentar uma proposta de *pragmatismo linguístico* - disciplina chave para o estudo da questão da significação nos usos da linguagem.

Os **objetivos específicos** desta pesquisa são:

- a) analisar as concepções de linguagem em Peirce, James e Dewey para estabelecer ligações entre pragmática e pragmatismo;
- b) examinar as relações entre linguagem e pensamento, experiência, crenças, hábitos e ação para determinar sua influência na formação dos sentidos;
- c) integrar as visões e contribuições de Peirce, James e Dewey dentro da contemporaneidade em ciências da linguagem para construir uma proposta de *pragmatismo linguístico* mais centrada e teoricamente fundamentada.

1.3 RESULTADOS ESPERADOS

Identificar os elementos necessários para o desenvolvimento de uma proposta de *pragmatismo linguístico* fundamentada nos princípios de uma

filosofia de linguagem pragmática mais adequada aos estudos da construção, interpretação e efeitos dos sentidos na linguagem.

1.4 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A metodologia desta pesquisa está baseada nas recomendações e reflexões de dois autores. Os aspectos formais da pesquisa foram guiados e desenvolvidos segundo os princípios apresentados por Köch em *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa* (2011).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre os processos de significação e as regras que governam os usos da linguagem. Segundo Köch, a pesquisa pode ser utilizada com diferentes fins:

- a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa;
- b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação das hipóteses;**
- c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema. [Grifo nosso] (KÖCH, 2011, p. 125)

Ainda segundo Köch (2011), esta pesquisa também pode ser descrita como exploratória porque os fenômenos e problemas aqui levantados não apresentam ainda um sistema de teorias e conhecimentos claramente desenvolvidos. Pesquisas bibliográfico-exploratórias são usadas para desencadear processos de investigação para identificar a natureza e apontar as características essenciais dos fenômenos que se quer conhecer.

Esta pesquisa também é inspirada pela visão holística e pelo tratamento mais específico de temas afeitos às ciências da linguagem apresentados por Fiorin em *Linguagem e Interdisciplinaridade* (2008).

Fiorin tem a dizer o seguinte sobre a questão da multiformidade e da heterogeneidade da linguagem:

A linguagem é onipresente na vida de todos os homens. Cercamos desde o despertar da consciência, ainda no berço; seguemos durante toda a nossa vida, em todos os nossos atos, e acompanha-nos até na hora da morte. Sem ela, não se pode organizar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os seres humanos e a troca de informações e experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela não se exerce a cidadania, porque ela possibilita influenciar e ser influenciado. Sem ela não se pode aprender. Sem ela não se podem expressar sentimentos. Sem ela, não se podem imaginar outras realidades, construir utopias e sonhos. Sem ela não se pode falar do que é nem do que poderia ser. (FIORIN, 2008, p. 29)

Fiorin (2008) analisa a natureza da linguagem, avalia diferentes modos de fazer ciência, alerta para as consequências do reducionismo e propõe a *interdisciplinaridade*³ como solução.

Conforme observado por Bernstein em *The Pragmatic Turn* (2013), Peirce, James e Dewey viveram e desenvolveram suas reflexões em um tempo anterior a nossa moderna época de especializações. Portanto, a qualidade e abrangência de suas ideias requerem uma postura de orientação mais histórica e filosófica.

O primeiro ponto abordado por Fiorin (2008) trata de certas propriedades e características universais inerentes à linguagem humana que ele interpreta como a busca pelos universais da linguagem, a mítica torre de Babel e com certa nostalgia do paraíso perdido quando todos falávamos a mesma língua.

³ Fiorin (2008), a propósito, questiona se existe realmente alguma diferença entre os conceitos de *interdisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade*, *transdisciplinaridade* e uma tal de *indisciplinaridade* e conclui, honestamente, que ninguém sabe direito! Fiorin (2008) então discorre longamente sobre a etimologia dos referidos prefixos e sufixos e mais uma vez conclui que certas nuances de sentido se perderam na história. Concordo com sua definição de *interdisciplinaridade* como convergência, complementaridade, transferência de conceitos teóricos e de metodologias e combinação de áreas. *Interdisciplinaridade* é uma das formas mais interessantes e produtivas de trabalho científico de nossa época porque permite: a) a transferência de conceitos, metodologias e técnicas desenvolvidos numa ciência para outra; b) a intersecção de duas ou mais disciplinas que se cruzam para tratar de determinados problemas. “A interdisciplinaridade supõe disciplinas que se interseccionam, que se sobrepõem, que se reorganizam, que buscam elementos noutras ciências”. (FIORIN, 2008, p. 39)

Entretanto, a pesquisa contemporânea dos universais da linguagem se volta principalmente para a investigação “das operações mentais que presidem ao funcionamento de todas as línguas” (FIORIN, 2008, p. 30).

Fiorin (2008) observa que a linguística tem uma função interdisciplinar pela sua própria natureza e cita Saussure para quem a linguagem é “multiforme e heteróclita”, está à “cavaleiro de diferentes domínios”, “ao mesmo tempo, física, fisiológica e psíquica”, “pertence (...) ao domínio individual e ao domínio social” (SAUSSURE, 1969, p. 17). Da mesma forma, para Fiorin (2008), a linguagem envolve diferentes campos do saber, das ciências humanas e até das ciências exatas e das biológicas.

Ainda sobre a interdisciplinaridade, Fiorin (2008) destaca que a pesquisa científica segue basicamente dois princípios: *exclusão* e *participação*. No regime da exclusão, baseado na triagem, os processos de investigação apontam para objetos exclusivos ou excluídos. No regime de participação, baseado na mistura, os processos levam ao cotejo entre o igual e o desigual.

O fazer governado pelo princípio da triagem tem um aspecto descontínuo e tende a restringir a circulação de objetos, que será pequena ou mesmo nula e, de qualquer maneira, desacelerada pela presença do exclusivo e do excluído. É um fazer do interdito. Já a atividade gerida pelo princípio da mistura apresenta um aspecto contínuo, favorecendo o ‘comércio’ entre objetos, métodos, conceitos. Nela, o andamento é rápido. É a atividade do permitido. (FIORIN, 2008, p. 32)

Fiorin (2008) afirma que esse movimento de especialização nas atividades científicas, gerido pelo princípio da triagem, inicia no século XVIII, avança pelo positivismo do século XIX e atinge dimensões alarmantes no século XX, com especializações cada vez mais restritas, mais particulares. Fiorin (2008) reconhece que a especialização e a conseqüente disciplinarização produziram resultados notáveis e um extraordinário desenvolvimento científico, mas tal especialização não produziu só maravilhas:

Os grupos de pesquisa atuam cindidos num regime de concorrência selvagem, cada um competindo com outros. A pesquisa torna-se secreta, o que é avesso ao ideal científico da construção do conhecimento num processo de comunicação universal. Com a especialização, a triagem continua a operar e

aí surgem os dogmas, as igrejas, as purezas, as heresias, as excomunhões, os sumos sacerdotes, os cães de guarda... No entanto, não são esses os aspectos mais ruinosos da especialização. O mais grave é o que ela produz sobre a formação e a cultura dos homens de ciência. (FIORIN, 2008, p. 32)

A orientação metodológica desta pesquisa leva em consideração as observações feitas por Fiorin pelos motivos já expostos na introdução acrescidos do fato de que existem dificuldades históricas em caracterizar os estudos pragmáticos dentro de uma determinada disciplina.

Parece-me que a complexidade das investigações sobre a questão da significação na linguagem será melhor servida através de um tratamento interdisciplinar em *um regime de participação* como o descrito em *Linguagem e Interdisciplinaridade* (FIORIN, 2008).

Por último, esta pesquisa também segue as orientações e caminhos indicados pelo *método pragmático* (ver epígrafe abaixo), como às vezes é chamado o próprio pragmatismo.

Portanto, a finalidade desta pesquisa bibliográfico-exploratória é constituir um *corpus* do estado-da-arte dos estudos pragmáticos, estabelecer relações históricas, organizar e classificar informações sobre a evolução do pragmatismo e suas contribuições para a questão da significação nos usos da linguagem.

1.5 ORIGENS DO PRAGMATISMO CLÁSSICO NORTE-AMERICANO

Pragmáticos se afastam da abstração e da insuficiência, das soluções verbais, de raciocínios a priori pobres, dos princípios fixos, dos sistemas fechados e das pretensas origens e absolutos. Eles se voltam para a concretude e a adequação, para os fatos, para a ação e para o poder. (JAMES, 1907, p. 19)

É importante reiterar que passaremos a tratar de uma escola de pensamento conhecida como Pragmatismo Clássico Norte-Americano. Essa explicação se faz necessária porque a tradição pragmática pode abarcar um intervalo de tempo de 150 a 200 anos, segundo Bernstein (2010). Além dos neo-pragmáticos como Rorty, Putnam e Quine, existem outros autores cuja temática revela influências claramente pragmáticas como nos casos de Apel e Habermas.

E, atualmente, encontramos centros de pesquisa declaradamente pragmáticos em diferentes partes do continente europeu, como atestado pelo grande número de periódicos e revistas⁴ dedicados a sua difusão.

Portanto, nosso foco é o Pragmatismo Clássico Norte-Americano representado pelos seus três principais autores. Pretendemos construir, a partir de suas contribuições, uma proposta de *pragmatismo linguístico* para investigar as normas que regem os processos de significação e usos da linguagem.

Bernstein (2010) credits William James (1842 - 1910), John Dewey (1851 - 1952) e Charles Sanders Peirce (1839 - 1914) como os fundadores de um movimento filosófico norte-americano que floresceu durante os últimos trinta anos do século XIX e os primeiros vinte anos do século XX.

Os pragmáticos clássicos norte-americanos acreditavam que o conhecimento só é significativo quando associado à ação. Nada é verdadeiro ou falso em si - apenas tem utilidade ou não. Essa filosofia estava profundamente enraizada nas realidades da vida, preocupada primeiramente com a experiência direta do indivíduo no mundo em que habitava. Em essência, a aplicação prática do conhecimento era tudo.

O movimento começou no início da década de 1870, em um clube de curta duração, chamado *The Metaphysical Club*⁵, em cujo âmbito suas ideias sobre várias questões começaram a tomar forma. A principal delas foi uma reação às ideologias filosóficas predominantes no século XIX, com seus excessos metafísicos e concepções muito abstratas sobre verdade e realidade.

Bernstein (2010) ressalta dois temas centrais para o desenvolvimento do pensamento pragmático. No primeiro deles, ou *antifundacionismo*, encontramos uma crítica ao cartesianismo, ao método de dúvida sistemática e à busca de fundamentos sólidos que servissem de base real para o conhecimento, em oposição aos perigos do relativismo e a negação dos fundamentos da verdade absoluta.

⁴ Ver <https://pragmataaep.wordpress.com/revue-pragmata/>

⁵ Cf. *The Metaphysical Club, a story of ideas in America* (MENAND, 2001)

Os pragmáticos desafiam tal maneira de pensar e buscam exorcizar essa ansiedade cartesiana rejeitando a idéia de que existe uma base absoluta do nosso ser. Bernstein (2010) cita Sellars: “a ciência é racional, auto-corretiva e pode desafiar qualquer postulado, embora não todos de uma vez” (SELLARS, 1997, p. 79).

Bernstein (2010) descreve o *falibilismo* como segundo tema característico da tradição pragmática. Na visão do autor, não há certezas que não possam, em princípio, ser questionadas e essa é a diferença entre indubitabilidade e falibilidade. Muitas de nossas crenças são indubitáveis e inconscientes, mas o que é indubitável hoje pode se revelar falso amanhã. Peirce nunca duvidou que podemos conhecer realidades externas, mas nunca poderemos afirmar que *conhecemos algo* com absoluta certeza. Os pragmáticos defendem que todo conhecimento é falível e corrigível. O falibilismo exige abertura, imaginação e humildade para aceitar outros pontos de vista, ideias radicalmente diferentes e novos horizontes.

Além disso, Peirce, James e Dewey sentiram a necessidade de reformar, revolucionar e naturalizar conceitos como a razão normativa de Kant e o historicismo de Hegel. Desenvolveram, assim, o pragmatismo como uma filosofia da prática e do engajamento com questões de real importância para as rotinas diárias.

Após *A Guerra Civil* (1861 - 1865), havia uma atitude inteiramente nova provocada por um grande florescimento das atividades econômicas e a expansão para o oeste. Com esse grande desenvolvimento capitalista e um novo espírito na economia mundial, os norte-americanos não mais se sentiam tão dependentes do pensamento europeu.

O naturalismo dos pragmáticos clássicos norte-americanos, prossegue Bernstein (2010), foi moldado pela ciência do final do século XIX. A contribuição principal veio da teoria darwinista da evolução⁶. Outras áreas do conhecimento

⁶ Dewey nasceu em 1859, ano da publicação de *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*.

científico que chegaram à maturidade na época foram a Ciência Estatística⁷ e as Ciências Humanas, com destaque para a Psicologia Social⁸.

As explicações evolucionistas e estatísticas diferem dos relatos matemáticos e físicos da realidade, expressos no modelo newtoniano, baseado na necessidade do funcionamento de leis universais infalíveis. A seleção natural e as estatísticas podem explicar acontecimentos contingentes, apresentando condições sob as quais eles podem ser vistos como pelo menos prováveis. Tais teorias se mostraram mais adequadas para explicar fenômenos sociais, o surgimento do coletivo a partir do individual e os processos através dos quais espécies biológicas surgem e se diversificam.

Peirce, James e, sobretudo, Dewey reconheceram que a evolução, ao nível das espécies, e a aprendizagem, ao nível dos indivíduos, compartilham uma estrutura seletiva comum governada por processos de adaptação nos quais a interação com o ambiente preserva, reproduz e seleciona alguns elementos enquanto outros são eliminados.

Finalmente, antes de prosseguir com as análises do pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos, é necessário reconhecer os diferentes caminhos seguidos pelo pensamento ocidental neste último século.

Apel (1995) entende que movimentos como *Marxismo*, *Existencialismo* e *Pragmatismo* marcam essencialmente esse espaço temporal e constituem respostas historicamente diferentes ao desafio de articular pensamento, linguagem e ação.

Entretanto, em defesa das ligações lógico-temporais entre pragmática e pragmatismo, a opção nesta pesquisa é pela terceira via de pensamento, onde pretendo buscar fundamentos histórico-teóricos para o desenvolvimento de uma

⁷ A síntese *Gauss-Laplace* é considerada como um dos marcos principais na história da ciência, e se tornou norma na astronomia e em outras ciências na metade do século XIX. No começo do século XX, as análises estatísticas começaram a ser empregadas em um número cada vez maior de disciplinas científicas.

⁸ A Psicologia Social nasce na segunda metade do século XIX em alguns países da Europa e, um pouco mais tarde, nos Estados Unidos e outros países. Acredita-se que a Psicologia Social surge em resposta a um processo de psicologização da Sociologia.

proposta de *pragmatismo linguístico* e identificar critérios e conceitos para o estudo da questão da significação nos usos da linguagem.

A base desta pesquisa é constituída pelos três primeiros capítulos onde descrevo e analiso conceitos centrais no pragmatismo de Peirce, James e Dewey e busco identificar suas concepções de linguagem.

Encerro esta Introdução aqui.

2 CHARLES SANDERS PEIRCE: CIENTISTA, LÓGICO E FILÓSOFO

When pondering a statement by Peirce, one is constantly surprised. What are the roots of his thought? When another's opinion is quoted and reinterpreted by Peirce, it becomes quite original and innovative. And even when Peirce cites himself, he often creates a new idea and he never ceases to strike his reader. I used to say he was so great that no university found a place for him. There was, however, one dramatic exception - the few semesters of Lecturership in Logic at Johns Hopkins. (JAKOBSON, 1980, p. 31)⁹

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Colapietro (2004) observa que Charles Sanders Peirce nasceu cercado de privilégios em Cambridge, Massachusetts, em 1839, mas morreu pobre e isolado em Milford, Pensilvânia, em 1914. Tais fatos parecem confirmar o destino algo trágico dos gênios que nasceram antes do seu tempo.

Burch (2018) salienta a impressionante produção intelectual de Peirce, cujos escritos se estendem de cerca de 1857 até quase o ano de sua morte, um período de aproximadamente 57 anos. Burch (2018) também ressalta que os trabalhos publicados de Peirce chegam a cerca de 12.000 páginas impressas e que seus manuscritos conhecidos, mas não publicados, chegam a cerca de 80.000 páginas. Entretanto, autores como Nöth (2000) afirmam que o número de manuscritos não publicados chega a 90.000 páginas.

Burch (2018) ressalta ainda o alcance e a relevância dos interesses de Peirce, que escreveu sobre uma imensa variedade de assuntos envolvendo matemática, ciências físicas, economia, psicologia e outras ciências sociais.

⁹ *A Few Remarks on Peirce, Pathfinder in the Science of Language*. Palestra de Jakobson na Johns Hopkins. JAKOBSON, R. *A Framework of Language*. Michigan Institute of Humanities. 1980. No vernáculo: "Ao ponderar sobre uma afirmação de Peirce, ficamos constantemente surpresos. Quais são as raízes de seu pensamento? Quando a opinião de outra pessoa é citada e reinterpretada por Peirce, ela se torna bastante original e inovadora. E mesmo quando Peirce cita a si mesmo, muitas vezes cria uma nova ideia e nunca para de surpreender o seu leitor. Costumava dizer que ele era tão bom que nenhuma universidade encontrou um lugar para ele. Houve, no entanto, uma exceção dramática - os poucos semestres de *Lecturership in Logic* na Johns Hopkins".

Benjamin Peirce, seu pai e mentor, foi professor de matemática na Universidade de Harvard, um dos fundadores e diretor do *US Coast and Geodetic Survey* (Serviço Norte-Americano de Pesquisa Geodésica e Costeira) e também um dos fundadores do *Smithsonian Institute*. Peirce recebeu a maior parte de sua educação, bem como uma boa dose de incentivo e estímulo intelectual, de seu pai, cuja técnica didática consistia em formular problemas interessantes para o filho resolver e acompanhar as soluções por ele apresentadas. Nessa atmosfera instrutiva e desafiadora, Charles adquiriu o hábito de analisar problemas filosóficos e científicos. Burch (2018) atribui a esse tipo de educação a considerável originalidade do pensamento de Peirce.

Burch (2018) relata que Peirce concluiu duas graduações em Harvard: um bacharelado em artes, em 1859, e uma graduação em química, *summa cum laude*, em 1863. Por trinta e dois anos, de 1859 até o último dia de 1891, Peirce trabalhou realizando pesquisas geodésicas para o *US Coast and Geodetic Survey*. Era com esse dinheiro que Peirce pagava suas contas e mantinha sua primeira esposa, Melusina (Zina) Fay, enquanto, no seu lado noturno, dedicava a força principal de seu pensamento à lógica abstrata. No entanto, as tarefas geodésicas envolviam a realização de medições cuidadosas da intensidade do campo gravitacional da Terra por meio do uso de pêndulos oscilantes desenvolvidos em sua maioria pelo próprio Peirce. Por mais de três décadas, Peirce esteve envolvido com problemas práticos e teóricos associados à realização de medições científicas muito precisas. Esse envolvimento prático com as ciências físicas foi crucial para que Peirce finalmente rejeitasse qualquer tipo de determinismo científico.

Burch (2018) esclarece que Peirce manteve um segundo emprego ensinando lógica no Departamento de Matemática da Universidade Johns Hopkins entre 1879 e 1884. Infelizmente, esse trabalho foi subitamente encerrado por razões aparentemente relacionadas ao fato de que sua segunda esposa, Juliette Annette Froissy, também conhecida como Juliette Annette Pourtalai, era cigana e, para piorar a situação, uma cigana com quem Peirce havia coabitado mais ou menos abertamente antes do divórcio com sua primeira esposa Zina.

Burch (2018) destaca que o posto de professor de lógica na Johns Hopkins foi o único emprego acadêmico na vida de Peirce. Ele então passou a trabalhar apenas para o *US Coast and Geodetic Survey* e escrever verbetes para dicionários e resenhas de livros para revistas. Quando o emprego no governo chegou ao fim no último dia de 1891, Peirce passou a viver à beira da penúria e a depender de trabalhos temporários como traduções e consultorias, principalmente em engenharia e análise química. Pelo resto de sua vida, Peirce esteve frequentemente em apuros financeiros; às vezes, conseguia sobreviver apenas pela caridade aberta ou velada de parentes ou de amigos como William James.

Burch (2018) afirma com razão que o desenvolvimento intelectual de Peirce foi surpreendentemente precoce¹⁰. Peirce começou a estudar lógica sistematicamente em 1851, aos 12 ou 13 anos de idade, quando encontrou e foi absorvido pelo estudo de um livro sobre lógica escrito pelo bispo Richard Whately. Fascinado por lógica, Peirce começou a pensar em todas as questões como problemas lógicos. Durante seu primeiro ano em Harvard, em 1855, quando tinha 16 anos, Peirce e um amigo começaram um estudo particular de filosofia em geral, começando com Schiller (*Letters on the Aesthetic Education of Man*) e continuando com Kant (*Critique of Pure Reason*). A distinção de Schiller entre os três impulsos humanos básicos de *Stofftrieb*, *Formtrieb* e *Spieltrieb* ajudaram Peirce a desenvolver seus conceitos de *homem de assuntos práticos*, *homem de atividade científica* e *homem de prática estética*.

Hookway (1995) explora a questão da influência do idealismo alemão na formação do pensamento de Peirce e aponta que ele teve dificuldade em aceitar as ideias de Kant. Após três anos de intenso estudo, Peirce concluiu que a lógica kantiana era *superficial* e se propôs então a construir o sistema filosófico que Kant teria desenvolvido “se não fosse tão ignorante em lógica” (HOOKWAY,

¹⁰ Comentário de Max Fischer na Introdução de *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*. Volume 1 (1857-1866). Max H. Fischer, General Editor. Indiana University Press. Bloomington, IN, 1982, p. xviii.

1995, p. 648). Aos 19 anos de idade, tomou a decisão radical de dedicar sua vida ao estudo da lógica como teoria da investigação. No entanto, ao longo de sua vida, Peirce continuou a ler a *Critique of Pure Reason* e a respeitar Kant.

Burch (2018) também discute as razões que dificultam o acesso à obra de Peirce. Sua extensa produção intelectual se encontra espalhada em vários tipos de publicações, alguns de difícil acesso.

Logo após sua morte, em 1914, sua viúva Juliette vendeu seus manuscritos não publicados para o Departamento de Filosofia da Universidade de Harvard aos cuidados de Josiah Royce. Mas, após a morte de Royce, em 1916, e especialmente após o fim da Primeira Guerra Mundial, os papéis deixaram de receber a devida atenção. Muitos deles foram extraviados, perdidos, doados ou misturados. Em meados da década de 1950, graças aos esforços heroicos de Carolyn Eisele, os papéis e manuscritos de Peirce foram localizados em um baú abandonado nos porões da Biblioteca Widener, de Harvard.

Nos anos 30, os volumes de *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (CP) começaram a aparecer, com Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks como editores. Por cerca de três décadas, esses volumes e várias coleções de artigos selecionados a partir deles foram as únicas fontes disponíveis sobre os pensamentos de Peirce.

Infelizmente, prossegue Burch (2018), muito dos conteúdos dos *Collected Papers* não são partes integrais dos originais de Peirce, mas trechos de textos que foram reconstruídos pelos editores, segundo seus próprios critérios e a partir de diferentes fontes *peirceanas*. Frequentemente, um único texto apresenta trechos escritos em períodos muito diferentes da vida intelectual de Peirce, e esses trechos podem até estar em completa contradição entre si.

Essa situação dos *Collected Papers* dificulta a leitura de pesquisadores que buscam compreender a coerência lógica dos argumentos apresentados por Peirce. Burch (2018) defende acertadamente que a única maneira sensata e inteligente de publicar obras de alguém tão prolífico como Peirce (57 anos de produção intelectual) é organizar a publicação cronologicamente e realizar uma edição extremamente cuidadosa. Dessa maneira, todo o conjunto de obra

peirceana pode ser apresentado conforme foi concebida em sua configuração e ordem temporal natural.

Finalmente, a partir de 1976, retoma Burch (2018), com a concepção organizacional de Max H. Fisch e a ajuda de Edward Moore, o *Peirce Edition Project* (PEP) foi criado pela Indiana University-Purdue em Indianapolis.

Através do PEP, na década de 1980, começou a aparecer uma edição cronológica meticulosamente editada de obras cuidadosamente selecionadas de Peirce: *Writings of Charles S. Peirce: a Chronological Edition*. A impressionante conquista do PEP permite finalmente avaliar um Peirce *mais real*, em vez dos fragmentos e colagens anteriormente disponíveis.

A *Chronological Edition* tornou possível acompanhar o desenvolvimento do pensamento de Peirce desde os estágios iniciais até os posteriores. Questões que há muito tempo desafiavam pesquisadores estão finalmente começando a ser debatidas e respondidas: se existe uma unidade sistemática no pensamento de Peirce, se suas ideias evoluíram ao longo do tempo, quais foram essas mudanças e suas causas, quando exatamente certas noções foram concebidas por Peirce, se houve *períodos* definidos no desenvolvimento intelectual de Peirce e o que exatamente Peirce quis dizer com algumas de suas noções mais obscuras, como as *categorias* universais. Além da *Chronological Edition* do PEP, Burch (2018) acrescenta, existem outras fontes onde os trabalhos de Peirce podem ser encontrados.

Em particular, os materiais de pesquisa usados neste capítulo, além das fontes acima citadas, incluem três outras compilações: *The Essential Peirce: selected philosophical writings*. Volume 1 (1867-1893); *The Essential Peirce: selected philosophical writings*. Volume 2 (1839-1914) e *Philosophical Writings of Peirce*. Os dois volumes do *Essential Peirce* também tiveram origem no *Peirce Edition Project*.

Hookway (1997) lembra que, como filósofo sistemático, Peirce contribuiu para a maioria das áreas da filosofia. Independentemente de Frege, Peirce introduziu quantificadores na lógica na década de 1880, fez importantes contribuições para a filosofia da ciência e para a metafísica, escreveu, também,

sobre *categorias*, percepção, matemática e, posteriormente, sobre a natureza da experiência religiosa.

Entretanto, no centro de seu trabalho existe uma sofisticada e distinta teoria de linguagem e representação. Peirce afirmou que não podia abordar nenhum tópico “exceto como um estudo da semiótica” (PEIRCE, 1953, p. 32) ou a teoria geral dos signos. Todas suas visões filosóficas refletem sua preocupação com a semiótica.

Segundo Hookway (1997), a teoria dos signos de Peirce já estava presente em suas primeiras palestras e publicações, mas suas ideias se tornaram cada vez mais sofisticadas nos últimos 50 anos de sua vida conforme atestado em sua correspondência com a nobre inglesa Lady Victoria Welby. Peirce insistia que todo pensamento e sensação envolviam signos e, para tanto, desenvolveu uma intrincada e elaborada teoria de linguagem e significado para sustentar suas convicções.

Finalizo esta introdução com as sensatas observações de Colapietro (2004) para quem a profundidade, o alcance e a originalidade da produção intelectual de Peirce comprovam o seu gênio filosófico. Embora tendesse a estragar sua vida, incorrendo em dívidas tolas, alienando amigos generosos e desperdiçando oportunidades excepcionais, Peirce conseguiu realizar sua paixão por descobrir as coisas.

Nesse ponto, o julgamento de Ernest Nagel está longe de ser idiossincrático: “Charles Sanders Peirce continua sendo a mente filosófica mais original, versátil e abrangente que este país já produziu”¹¹.

Este capítulo apresenta duas seções, juntamente com suas respectivas subdivisões. Na primeira seção, intitulada “essência e arquitetura do pragmatismo peirceano”, encontramos reflexões sobre os conceitos de

¹¹ Citação de Edward C. Moore in his “Preface” to *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, vol. 2 (1867–71) (Bloomington, IN: Indiana University Press, 1984), p. xi.)

metafísica, ontologia, *physis*, *logos* e *nomos* usados por Peirce para lançar as bases do pragmatismo clássico norte-americano.

Quatro diferentes autores, além do próprio Peirce, são usados para dar conta de temas e princípios de um complexo sistema epistemológico que procura rever e conciliar diferentes formulações filosóficas e paradigmas científicos com a finalidade de identificar as leis universais que governam o mundo que nos cerca e determinar sua relação com as leis convencionais que organizam o mundo da experiência humana.

Essa seção é particularmente importante porque evidencia as estreitas ligações entre pragmatismo e semiótica e estabelece o método pragmático como meio para determinar e esclarecer o significado de “conceitos intelectuais ou ideias gerais” (CP 5.467), uma vez que todo o pensamento é estruturado a partir de um sistema de signos.

A segunda seção, intitulada “*sémeiōtiké*”, se divide em quatro subseções: “semiose, signo e semiótica”, “categoriologia peircena”, “dinâmicas entre classes e *categorias* de signos” e “tecendo a trama dos signos”. Dez autores discutem Peirce e apresentam suas considerações sobre essa tese central que estrutura toda a sua doutrina.

“Semiose, signo e semiótica” introduz conceitos-chaves e analisa suas relações dentro do sistema lógico peirciano que trata os termos *lógica* e *semiótica* como intercambiáveis e define *sémeiōtiké* como “a doutrina necessária ou formal dos signos” (CP 2.227). Peirce acredita que “uma ciência semiótica ou cenoscópica (teórica) dos signos, deve apresentar definições precisas ou análises lógicas dos conceitos da ciência” (CP 8.343).

O conceito de semiose é definido por Peirce como uma ação ou influência que é ou envolve uma cooperação entre três sujeitos: um signo, seu objeto e seu *interpretante*. Essa influência tri-relativa não pode ser reduzida, de forma alguma, a uma ação entre pares. Peirce interpreta o termo grego *sémeiōsis* “segundo uma acepção usada no período romano (desde Cícero) como a ação de quase qualquer tipo de signo ou função sígnica” (CP 5.484).

Na subseção “categoriologia *peirceana*”, apresento o que poderia ser designado como os arquétipos do sistema semiótico de Peirce. Curiosamente, não se trata de um único *arché*, mas de três.

Peirce revela certa obsessão por esse número. Trios, trindades, *triviums*, tríades, triacidades, *terceiridades* etc. e suas relações são continuamente discutidas e analisadas. A propósito, Peirce (SEBEOK, 1983) procurou justificar essa sua predileção pelas análises e classificações tricotômicas em 1910 em uma resposta irônica às suspeitas de que atribuía uma importância supersticiosa ou fantasiosa ao número três e forçava as suas divisões a um leito procrusteano¹² de tricotomias.

Peirce admitiu que não sabia explicar sua mania incomum por tricotomias e que “talvez a questão fosse um caso psiquiátrico que poderia ser chamado de *triadomania*” (CP 1.568). Para Sebeok (1983), as tricotomias em Peirce revelam uma influência kantiana, para não mencionar *tese/antítese/síntese* em Hegel ou os três impulsos humanos básicos em Schiller. Seja como for, as classificações trinárias *peirceanas* exigem certo esforço de abstração, mas eventualmente provam ser ferramentas mais do que adequadas para buscar generalidades e compreender o mundo em nossa volta.

Em “dinâmicas entre classes e *categorias* de signos”, surge um elegante sistema de formulação das relações entre classes e *categorias*. Elegante porque complexo em sua simplicidade. Destaco os imaginativos exemplos fornecidos por Merrel e Sebeok.

Merrel penetra nos meandros e novos do realismo mágico-literário de Borges e nos oferece uma análise semiótica das *categorias* de Peirce. E Sebeok se junta a Conan Doyle para investigar o papel dos signos indiciais no desenvolvimento dos processos de abdução, dedução e indução de seu ilustríssimo personagem.

¹²Na mitologia grega, Procasto era um impiedoso bandido que possuía uma cama de ferro de seu exato tamanho. Torturava viajantes que capturava e os obrigava a se deitarem em tal cama; se maiores, suas pernas eram cortadas, se menores, o corpo era esticado até caber exatamente no leito. O herói Teseu eliminou o sádico vilão usando o seu próprio leito.

“Tecendo a trama dos signos” retrata a notável natureza dinâmica da semiótica *peirceana*. As *categorias*, classes e subclasses de signos não são definidas com base em seu conteúdo, essência ou substância, mas de acordo com a lógica dinâmica de suas relações. Peirce enfatiza processos e concebe sua semiose como basicamente um processo no qual as tríades são sistematicamente ligadas umas às outras para formar continuamente novas cadeias.

Finalmente, “considerações finais” aborda um ponto que atualmente chamamos de filosofia da mente. Embora o conceito de mente seja bastante elusivo, a semiótica como doutrina dos signos permite investigar a mente indiretamente por meio de estudos de sua natural capacidade simbólica, manifestada, por exemplo, na linguagem.

2.2 ESSÊNCIA E ARQUITETURA DO PRAGMATISMO PEIRCEANO

O’shea (2008) apresenta um quadro detalhado dos temas centrais, domínios e conceituação do pragmatismo peirceano. Percebemos em sua análise um entrelaçamento de conceitos como *método*, *verdade*, *razão* e *significação* e também da *Virada Pragmático-Linguística* iniciada por Peirce.

Segundo O’shea (2008), Peirce procurou fundamentalmente entender a lógica da investigação experimental em geral e sua preocupação com o método pragmático deve ser entendida em um sentido muito amplo. Para Peirce, “o método de raciocínio particular é sempre o elemento mais importante em todo sistema filosófico” (PEIRCE, 1992, p. 236) e a própria ciência é um processo de interpretação de signos.

O pragmatismo de Peirce inclui temas frequentemente discutidos nos círculos filosóficos norte-americanos no século XX:

- a) a crítica ao fundacionismo em epistemologia e metafísica;
- b) o foco na lógica e nos métodos da ciência;
- c) uma abordagem falibilista do conhecimento e da investigação;
- d) uma ênfase anticética (dúvida real versus a dúvida *hiperbólica* cartesiana);

- e) um holismo epistemológico e uma visão inferencialista da cognição;
- f) o pensamento como ente constituído por signos (*Virada Pragmático-Linguística*);
- g) uma rejeição de muita metafísica tradicional, mas não da própria metafísica;
- h) uma concepção pragmática da verdade baseada na experiência, crenças e hábitos;
- i) um naturalismo evolucionar darwiniano.

O'shea (2008) observa que a virada cartesiana na filosofia moderna, de influência platônica, priorizou a *luz interior* da razão natural e a apreensão direta das próprias ideias e estados de consciência claros e distintos. Peirce, entretanto, argumenta que intuições *enxergadas através dos olhos da mente* podem ser melhor explicadas como produto da associação ou como pressuposto de inferências previamente adquiridas. Conseqüentemente, Peirce defende um método de investigação científica baseado em uma lógica refinada e compreendida como o estudo de padrões inferenciais válidos incorporados objetivamente nos *sistemas sígnicos*.

Baseado no fato de que nosso acesso ao pensamento ocorre somente através de signos, Peirce sugere a hipótese de que “todo pensamento, portanto, deve necessariamente ser constituído por signos” (PEIRCE, 1992, p. 24). O'shea (2008) salienta o pioneirismo de Peirce para quem os sistemas sígnicos não se restringem às línguas naturais, mas constituem a própria natureza do pensamento conceitual humano. Peirce antecipa, assim, aspectos-chaves da *Virada Linguística* que transformariam posteriormente a filosofia anglo-americana do século XX.

Basicamente, prossegue O'shea (2008), para entender o que é cognição, é preciso encarar os pensamentos como signos semelhantes à palavra escrita e falada. Em uma espécie de pré-estruturalismo peirceano, os signos são interpretados conforme o papel que desempenham dentro de um sistema mais amplo. Em última análise, segundo uma teoria de valor *peirceana*, todas as concepções inteligíveis derivam seus significados das diferenças, movimentos e

transformações ocorridas entre signos, segundo nossos padrões habituais de resposta perceptiva, inferencial e ativa.

Já Hookway (1995) caracteriza o pragmatismo peirceano como basicamente uma teoria de investigação e lembra que o próprio Peirce se descrevia como um *filósofo de laboratório*, alegando que seus anos de experiência em laboratório o encorajavam, como qualquer experimentalista, a abordar todas as questões na forma de uma teoria de investigação e verificação de hipóteses. Esse tipo de abordagem também é usado no tratamento de questões epistemológicas em seus primeiros trabalhos publicados nas décadas de 1860 e 1870 em uma série de artigos no *Popular Science Monthly*.

Hookway (1997) explora o tema da concepção pragmática da verdade em Peirce, cuja *máxima pragmática* foi introduzida em seu artigo de 1877, *How to Make Our Ideas Clear*, como um recurso para esclarecer o significado de palavras, conceitos e frases e para identificar aquelas que não faziam sentido: “Considere quais efeitos e consequências práticas o objeto de nossa concepção pode apresentar. Nossa concepção desses efeitos representa nossa concepção total desse objeto” (THE PEIRCE EDITION PROJECT, 1998, p. 135).

Hookway (1997) cita exemplos do desenvolvimento do raciocínio lógico através de premissas. Por exemplo, para provar que o sal é solúvel, basta adicionar água e agitar vigorosamente para que os resultados esperados se apresentem.

Obviamente, proposições de natureza mais ontológica e metafísica, envolvendo questões como *verdade*, *justiça* e *realidade*, não podem ser verificadas segundo o modelo acima. Assim, Peirce mantém que proposições consideradas verdadeiras “estão fadadas a serem confirmadas pela totalidade daqueles que as investigam” (CP 5.407). Se investigadas por tempo suficiente, e da forma correta, estarão *predestinadas* a descartar hipóteses metafísicas vazias e, posteriormente, se transformar em conceitos estabelecidos.

O uso da máxima pragmática peircena revela uma orientação falibilista quanto à capacidade de resposta da ciência atual, mas aposta no potencial das

*comunidades de investigação*¹³ para esclarecer proposições ou conceitos em um saque contra o futuro.

Por sua vez, Colapietro (2004) examina o papel do naturalismo evolucionar darwiniano no pragmatismo. Percebemos na discussão desse tema central, também conhecido como *cosmologia evolucionar*, um encadeamento dos conceitos de inteligência, inteligibilidade, instintos e evolução.

Segundo Colapietro (2004), Peirce afirma que o fenômeno da busca apaixonada pelo conhecimento teórico, poderia ser descrito como uma atração natural que existe entre *logos* e *physis*. Peirce atribui a origem do nosso conhecimento primeiro aos nossos instintos e, segundo, a uma conjunção dinâmica entre a inteligência humana e a inteligibilidade cósmica. Peirce entende que:

Tudo o que a ciência fez [até agora] foi estudar essas relações (...) evidenciadas [por] (...) dois instintos - o instinto de alimentação, responsável por conhecimentos elementares de forças mecânicas, espaço, etc., e o instinto de procriação, responsável por conhecimentos elementares de motivos psíquicos, de tempo, etc. (CP 1.118)

Peirce (COLAPIETRO, 2004) estava convencido de que os seres humanos são capazes de “intuir algo dos princípios da natureza porque evoluíram como parte dessa natureza e, portanto, sob a influência desses princípios” (CP 7.46). Os seres humanos participam do mundo e os caminhos do cosmos não são totalmente estranhos às propensões de nossas mentes, caso contrário, seriam eternamente desconhecidos e nós estaríamos extintos há muito tempo.

Peirce acreditava que:

Nossa capacidade de intuir corresponde aos poderes musicais e aeronáuticos dos pássaros; isto é, para nós, como para eles,

¹³ Segundo Alves (2006), as *comunidades de investigação* em Peirce substituem o *sujeito transcendental* kantiano.

a mais elevada entre os nossos poderes meramente instintivos ou disposições herdadas. (CP 7.48)

Segundo Peirce, esse conceito de continuidade biológica explica por que a humanidade é animada, acima de tudo, pela busca do conhecimento em si. “A inteligência humana e a inteligibilidade de seu entorno são o motivo pelo qual sempre procuramos sentidos para as realidades da vida” (CP 2.13).

A inteligibilidade do universo¹⁴ exerce uma atração irresistível sobre inteligências humanas dispostas a questionar “razões, explicações ou a regularidade” de fenômenos naturais (CP 7.189). Pelo menos alguns entre nós conduzem investigações simplesmente para descobrir qualquer verdade que possa ser descoberta por uma investigação meticulosa, persistente e sistemática. Peirce e Aristóteles¹⁵ revelam semelhante disposição, conclui Colapietro (2004) acertadamente.

Hookway (1995) também analisa a metafísica científica *peirceana*, traduzida em sua cosmologia evolucionar, baseada em concepções como *regularidade*, *inteligibilidade*, *continuidade* e *acaso*, a partir das quais Peirce desenvolve dois dos seus originais princípios norteadores: *Sinequismo* (CP 1.172) e *Tiquismo* (CP 6).

Para Hookway (1995), a lógica da abdução¹⁶ é uma lógica da descoberta, que investiga como somos guiados na construção de novas hipóteses a partir

¹⁴ A evolução cósmica, uma espécie de um *devir* heraclitiano, é resultado de uma atividade inteligente contínua e inconsciente que percorre a natureza. Esses processos inferenciais da natureza são semelhantes aos humanos e ambos são processos semióticos. Assim, Peirce defende que “o Acaso é um Primeiro, a Lei um Segundo, a tendência para formar Hábitos um Terceiro. A Mente é um Primeiro, a Matéria é um segundo e a Evolução um Terceiro” (CP 6.32).

¹⁵ “Todos os homens desejam aprender. Encontramos uma prova desse desejo em nossos sentidos; porque mesmo além da sua utilidade prática, a eles nos apegamos por si mesmos; [...] (METAPHYSICS, 350 B.C.E).

¹⁶ As três fases do processo inferencial peirceano são: abdução, dedução e indução. Na fase abdutiva, são apresentadas teorias para consideração. Na fase dedutiva, elas são preparadas para teste. Na fase indutiva, os resultados dos testes são avaliados. Peirce pode ser creditado como um precursor de figuras como Ernest Nagel e Karl Popper e o “pai das teorias de verificação”. (MAGEE, 1987, p. 285)

daquelas que foram descartadas e determina quais normas devem nos guiar para decidir quais novas hipóteses valem a pena testar. Conforme já foi mencionado, toda atividade científica é fundamentada na esperança de que o universo seja inteligível para nós. Peirce alerta que não devemos levar a sério nenhuma hipótese que “bloqueie o caminho da investigação” (THE PEIRCE EDITION PROJECT, 1998, p. 48).

Peirce adota aqui o princípio do *sinequismo*, doutrina segundo a qual devemos esperar que o universo mostre continuidades ao invés de descontinuidades. Assim, a cosmologia evolucionária *peirceana* procura explicar como o mundo das coisas existentes e seu comportamento governado por leis evoluíram a partir de pura possibilidade e são percebidos pela mente humana pela mediação dos signos.

E aqui entra um segundo princípio peirceano conhecido como *tiquismo* ou a tese de que existe o acaso e de que o universo não é totalmente governado por leis deterministas newtonianas. Isso reflete em parte seu entendimento sobre a importância das leis estatísticas na ciência e sua posição de que as investigações revelam que as leis nunca são tão exatas a ponto de não permitirem pequenos desvios e variações. Peirce acredita que sem apelar para essa “espontaneidade do acaso” (CP 6.62) não seria possível fazer justiça à escala e à complexidade dos mundos que nos cercam.

E é exatamente devido a essa escala e complexidade que Peirce defende uma teoria social da investigação. Magee (1987) observa que, no pragmatismo peirceano, as teorias são testadas por *comunidades de investigadores* em busca das leis que regem a evolução.

Peirce revela uma orientação logocêntrica porque acredita que o mundo é mental e evolui com o tempo segundo leis de regularidade. É essa visão do mundo que pode nos dar motivos para acreditar que existe alguma forma de

harmonia entre o crescimento do mundo e a evolução de nossas teorias. Peirce, portanto, procurou relacionar sua teoria da investigação a sua cosmologia.

Colapietro (2004) retoma o tema das *comunidades de investigação* e discute o papel da inteligência racional e instintiva na formação e aquisição de experiências.

A inteligência humana é, predominantemente, uma inteligência científica em sua forma mais rudimentar, pois é “uma inteligência capaz de aprender pela experiência” (CP 2.227). De acordo com o princípio de continuidade de Peirce, ou sinequismo, não devemos supor que exista uma dicotomia nítida entre inteligência instintiva e científica, uma vez que a inteligência científica está enraizada em nossos impulsos instintivos e senso comum.

Peirce admite que, apesar da nossa estupenda capacidade de fechar os olhos para fatos quando esses não nos convêm, existe uma força ainda maior capaz de sobrepujar essa cegueira epistemológica - a força da experiência humana:

A experiência pode ser definida como a soma de ideias [e crenças] que foram irresistivelmente impostas a nós, além e acima do pensamento racional, pelo teor de nossas experiências de vida. **A autoridade da experiência consiste no fato de que seu poder não pode ser resistido; é uma onda contra a qual nada pode resistir.** [Grifo nosso] (CP 7.437)

Para Colapietro (2004), assim como para O'shea (2008) acima, a *Virada Pragmática* em Peirce se manifesta no momento em que ele percebe que pensamento e linguagem são entes cognitivamente interdependentes e constituídos por símbolos.

A semiótica de Peirce aparece entrelaçada com o seu interesse em uma ampla gama de assuntos cuja investigação dependia do desenvolvimento de uma teoria capaz de estudar os signos em sua miríade de formas. Peirce entendia que “a trama de todo pensamento e toda investigação é formada por símbolos, e a vida do pensamento e da ciência é essencialmente simbólica” (CP 2.220).

Ainda dentro da *Virada Pragmática Peirceana*, Colapietro (2004) examina as questões da natureza dialógica do pensamento, da relação entre pensamento e sua expressão e dos signos como entes vivos.

Peirce (COLAPIETRO, 2004) sempre se definiu como um lógico e acabou identificando sua lógica com o estudo dos signos. Sua paixão de longa data pelos estudos da razão se transformou em uma investigação igualmente duradoura sobre a natureza e o funcionamento dos signos. Essa investigação produziu resultados e permitiu conclusões em três áreas principais.

Em primeiro lugar, Peirce se convenceu de que “o pensamento sempre procede na forma de um diálogo” (CP 4.6). Normalmente, esse dialogismo ocorre entre diferentes fases do ego; por exemplo, um *eu* crítico de um momento posterior, questionando suposições de um *eu* hipotético de um momento anterior. Signos são, portanto, meios indispensáveis, não apenas para a comunicação interpessoal, mas também para o pensamento reflexivo, ou seja, são instrumentos tanto do pensamento quanto da linguagem. O próprio pensamento é, como Platão observou, uma conversa interior ou “um discurso silencioso da alma consigo mesma” (PEIRCE, 1984, p. 172).

Se essa concepção dialógica do pensamento for aceita, “consequências imensas se seguirão” (PEIRCE, 1984, p. 172). Podemos destacar entre elas os alicerces de uma teoria da comunicação presente, por exemplo, na importância da atividade das comunidades de investigação. Peirce definiu esse diálogo interno como *tuísmo* ou “a doutrina de que todo pensamento é dirigido a uma segunda pessoa ou a um *eu* futuro de alguém como uma segunda pessoa” (PEIRCE, 1982, p. XXIX). A teoria da ciência em Peirce também incorpora esse conceito de alteridade.

Em segundo lugar, Peirce defendia que pensamento e seus modos de expressão não podem ser separados, embora possam ser expressos de diferentes maneiras, em diferentes línguas (inglês, alemão, grego ou gaélico) e linguagens ou mídias (diagramas, equações ou gráficos). Também, os signos particulares usados em qualquer ocasião real não são eles próprios o pensamento: “... não mais do que a casca de uma cebola é a cebola” (CP 4.6). Peirce ressalta que pensamentos são entes que pressupõem alguma forma de

expressão para algum possível intérprete. Ele considerou essa possibilidade “a própria essência do pensamento” (CP 4.8).

The child, with his wonderful genius for **language** [grifo e itálico no original], naturally looks upon the world as chiefly governed by thought; for thought and expression are really one. As Wordsworth truly says: 'the child is quite right in this; he is an 'eye among the blind', on whom those truths do rest, which we are toiling all our lives to find. (CP 1.349)¹⁷

Portanto, a análise lógica da cognição passa por um estudo lógico e, no sentido mais amplo, por um estudo dos signos em geral, incluindo, é claro, os signos linguísticos.

Em terceiro lugar, Peirce mantém que “todo símbolo é uma coisa viva, em um sentido muito estrito, que não é uma mera figura de linguagem” (CP 2.222). Signos nascem, crescem e evoluem, incorporando e descartando elementos. Mas sua essência permanece e deve ser mantida em favor da clareza e da exatidão científica.

Peirce foi, portanto, um grande defensor da “grande verdade do poder imanente do pensamento” (CP 1.349) e de sua relação simbiótica com a linguagem.

2.3 SÉMEIÖTIKÉ

A semiótica é o eixo em torno do qual revolve todo o pensamento de Peirce. Ela é o ponto de ancoragem de todo o seu sistema, a partir do qual a totalidade do seu pensamento filosófico e científico irradia. No limite, o peirceanismo seria um idealismo semiótico a partir do qual todas as formas restantes são derivadas. (SAVAN, 1995, p. 315)

¹⁷ No vernáculo: “A criança, com seu maravilhoso gênio para a linguagem, naturalmente vê o mundo como governado principalmente pelo pensamento; pois pensamento e expressão são realmente um. Como Wordsworth diz: “a criança está certa nisso; ela é um ‘olho entre os cegos’, em quem repousam essas verdades, que labutamos toda a nossa vida para encontrar.”

2.3.1 Semiose, Signo e Semiótica

Short (2004) delinea um quadro amplo do desenvolvimento da teoria dos signos de Peirce a partir de suas principais influências. Segundo o autor, os estudos filosóficos de Peirce começaram com Kant e se concentraram no problema kantiano do conhecimento (*Vorstellung*).

Peirce também foi influenciado pelos empiricistas britânicos e, provavelmente, seu termo *semeiotic* seja uma transliteração da palavra grega cunhada por Locke para nomear sua doutrina dos signos e estudar ideias como “sinais usados pela mente para a compreensão das coisas e palavras como sinais de ideias” (1690 [1965], v.2, p. 309-10). Aparentemente, foi aqui que a análise semiótica do pensamento de Peirce começou.

Para Short (2004), Peirce também revela influências platônicas e identifica o pensamento como discurso internalizado, uma espécie de comportamento semiótico, geralmente, mas não exclusivamente, verbal. Conceber o pensamento como signo pressupõe, portanto, que palavras e frases são signos. Para Aristóteles, lembra Short (2004), as palavras representam pensamentos por convenção ou costume e, assim, significam as coisas das quais os pensamentos são as *semelhanças* de Aristóteles (ver *De Interpretatione*).

Peirce acrescentou às contribuições de Platão, Aristóteles, Locke e Kant a ideia do *continuum*. Ao fazer a tradução do pensamento pelo pensamento prosseguir *ad infinitum*, mas em um fluxo contínuo, Peirce mudou a ênfase para o processo ou movimento do pensamento em si. A significação não pode ser localizada em nenhum signo ou pensamento em particular, “mas no próprio processo pelo qual um pensamento interpreta outro” (SHORT, 2004, p. 217).

Sowa (2006) discute a relação do pensamento de Peirce com as escolas de filosofia analítica e continental, aborda a abrangência da teoria semiótica e apresenta a semiose como produto da evolução dos organismos.

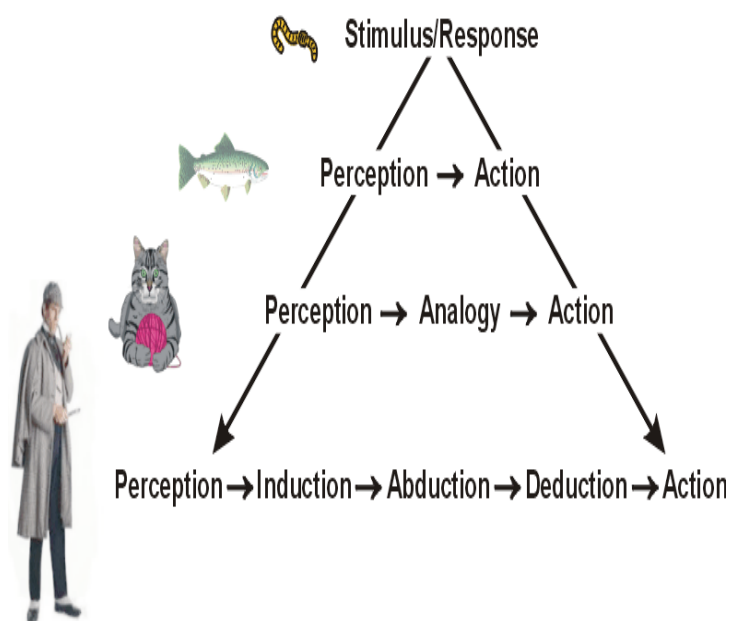
Segundo o autor, ao procurar responder perguntas com a máxima clareza lógica, os filósofos analíticos ignoraram aspectos da vida que eram inexprimíveis segundo seu rigor lógico. Já os filósofos continentais abordaram questões ambíguas, mas sua prosa era tão opaca a ponto de ficar incompreensível.

Embora Peirce tenha inventado a lógica adotada pelos filósofos analíticos, sua lógica incorpora uma teoria semiótica muito mais ampla, capaz de acomodar todo tipo de pergunta, percepção, sentimentos ou intuições possíveis - claras, pouco claras ou mesmo inconscientes.

Com essa abordagem, declara Sowa (2006) confiantemente, as fronteiras entre a filosofia analítica e a filosofia continental desaparecem. De fato, todas as fronteiras da ciência cognitiva desaparecem, exceto as fronteiras locais criadas por diferenças na metodologia¹⁸.

A figura abaixo ilustra como a semiótica de Peirce pode ser aplicada a uma ampla gama de tópicos de interesse atual. A ilustração mostra a evolução dos diferentes sistemas cognitivos de acordo com a sofisticação de suas capacidades semióticas.

Figura 1: Evolution of Semiosis



Fonte: SOWA, 2006.

¹⁸ Essa passagem fornece um exemplo interessante da aplicação do método pragmático.

Para o verme, um signo serve como estímulo para desencadear uma resposta com apenas alguns níveis intermediários de sinais trocados entre neurônios. O peixe, no entanto, desenvolveu mecanismos perceptivos e motores altamente desenvolvidos que dependem de mecanismos neurais muito mais complexos. Para o gato, a bola de corda ocupa o lugar de um rato e pode ser usada em exercícios que desenvolvem um repositório de padrões aprendidos para a caça de presas. Na base da pirâmide, o homem herda todos os recursos dos níveis anteriores e a eles incorpora o processamento simbólico que constituem a lógica e a linguagem.

A suposição fundamental de Peirce é a de que qualquer coisa no universo que possa ter uma influência causal sobre qualquer outra coisa é um signo em potencial, independentemente da presença de qualquer mente que possa interpretar tais signos¹⁹. O *big bang* no início do universo, por exemplo, não teve testemunhas, mas os astrônomos hoje podem detectar seus ecos e efeitos na radiação cósmica de fundo.

A chave da modernidade de Peirce está na sua sólida base histórica. Ao contrário de Frege e Russell, que romperam com o trabalho aristotélico e escolástico sobre lógica, muitas das inovações de Peirce foram baseadas em *insights* derivados de seus estudos da lógica medieval. De fato, Peirce se gabava de ter a maior coleção de manuscritos medievais sobre lógica em Boston. É provável, observa Sowa (2006) lucidamente, que grandes avanços venham de fontes inesperadas, seja por serem tão novas que poucos as conhecem, tão velhas que foram esquecidas ou tão antiquadas que não mais despertam interesse.

À semelhança de Sowa (2006), Santaella (1994) trata com o devido respeito e protege o legado de Peirce, a quem chama de “um Leonardo das ciências modernas” (SANTAELLA, 1994, p. 9).

¹⁹ Essas mentes podem ser humanas ou não. E aqui Peirce introduz seu conceito de *quasi-minds* para descrever qualquer ente capaz de percepção e reação em função de algum evento exterior.

Privilegiada pelo seu acesso aos manuscritos de Peirce, Santaella (1994)²⁰ afirma categoricamente que a semiótica *peirceana* se constitui na realidade em “uma filosofia científica da linguagem, sustentada pelas bases lógicas do pragmatismo clássico norte-americano” (SANTAELLA, 1994, p. 22). A autora analisa e relaciona os conceitos de semiótica e linguagem, estabelece os objetivos da semiótica e sua evolução e discute diferenças entre os sistemas semióticos mais conhecidos.

Santaella (1994) inicia com uma definição bastante ampla do conceito de linguagem e observa que todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação estruturado como linguagem. A autora conclui, portanto, que todo e qualquer fato cultural, atividade ou prática social se constituem como práticas significantes, isto é, “práticas de produção de linguagem e de sentido” (SANTAELLA, 1994, p. 12).

Segundo Santaella (1994), as linguagens estão no mundo e nós estamos na linguagem e a semiótica é a ciência que tem por objetivo a investigação de todas as linguagens possíveis, ou seja, “de todos os modos de constituição de todo e qualquer fenômeno (...) de produção de significação e de sentido” (SANTAELLA, 1994, p. 13). De fato, os conceitos de semiótica e linguagem são tão abrangentes, prossegue Santaella (1994), “que chegam a cobrir o que chamamos de *vida* e o mundo passa a ser lido como linguagem” (Idem).

Desde a descoberta da estrutura química do código genético nos anos 50, aquilo que chamamos de vida não é senão uma espécie de linguagem que depende da existência de informação no sistema biológico. A vida não surge, cresce e se reproduz sem as informações responsáveis pelos processos biológicos necessariamente ligados a uma língua de controle e comando do DNA.

Santaella (1994) destaca que os dois ingredientes fundamentais da vida são energia e informação. A energia torna possíveis os processos dinâmicos, e

²⁰ A professora Lúcia Santaella (PUC/SP) é uma das colaboradoras do *Peirce Edition Project* da Universidade de Indiana.

a informação comanda e controla os metabolismos da vida. A vida é uma espécie de linguagem e todos os sistemas de linguagem tendem a se comportar como sistemas vivos que “se reproduzem, se readaptam, se transformam e se regeneram como as coisas vivas” (SANTAELLA, 1994, p. 14).

Santaella (1994) estabelece a evolução linear de três enfoques semióticos. Segundo a autora, a doutrina geral dos signos começou a ser desenvolvida por Peirce no século XIX, enquanto que a semiologia de Saussure teve início na primeira década do século XX. Posteriormente, em meados do século XX, estudos semióticos iniciados tanto na União Soviética quanto na Europa catalisaram um interesse maior em torno da doutrina formulada por Peirce.

Diferenças fundamentais separam esses três sistemas de investigação semiótica. Santaella (1994) aponta que a linguística positivista saussureana surge de um corte abrupto e estratégico entre a linguagem humana e suas relações com as ciências sociais. Saussure pretendeu fundar uma ciência linguística para tratar a língua (*langue*) como um sistema próprio e autônomo, independente das variações da língua falada (*parole*) e independentemente de ligações entre linguagem e pensamento ou operações da mente. Em linhas gerais, a semiótica discursiva soviética trabalha no sentido oposto ao estruturalismo formal saussureano e concentra seus esforços no estudo da língua falada. Em que pesem as relevantes contribuições do pensamento de Saussure, como no caso da sua teoria de valor, a agenda estruturalista é bastante específica em escolhas e implicações e sua vocação é basicamente o estudo do signo nas línguas naturais.

Santaella (1994) ressalta que a semiótica *peirceana* revela uma orientação bem diferente. Ao contrário de Saussure, Peirce considera que todas as realizações humanas como experiências, hábitos, ações e representações do mundo são mediadas pelas linguagens. Segundo a autora, após a *Virada Linguística* setores da filosofia europeia moderna passaram a questionar o racionalismo ocidental atribuindo suas falhas às limitações da linguagem. Entretanto, concordo com sua avaliação de que a *Virada Pragmática* de Peirce oferece método e ferramentas mais adequadas para analisar falhas e limitações

na “exposição e absorção de 25 séculos de tradição filosófica ocidental porque representadas através de uma configuração inalienável entre linguagem e pensamento” (SANTAELLA, 1994, p. 82).

Em sua discussão sobre as diferenças entre a semiótica *peirceana* e a semiologia saussureana, Santaella (1994) aborda a importante questão das relações entre semiose, comunicação e linguagem. Copley (2001) também se debruça sobre essas questões e procura estabelecer uma espécie de relação hierárquica entre *semiose*, *linguística* e *comunicação*.

Copley (2001) deixa bem claro que o estudo localizado do signo linguístico, um tipo de signo usado apenas por seres humanos, é apenas um dos componentes do estudo dos signos em geral e que o fenômeno da linguagem humana é meramente um dos aspectos da semiose - a ação dos signos em geral, em todo o universo. A linguagem humana parece muito pequena se comparada à matriz de signos gerada por todas as interações entre seres vivos, sencientes ou não.

A comunicação é somente uma das formas de semiose que se ocupa das trocas de quaisquer tipos de mensagem, sejam elas “acústicas, químicas, elétricas, térmicas, ópticas, tácteis etc. entre organismos unicelulares, multicelulares, anfíbios, mamíferos, entre outros” (SEBOK, 2001, p. 19).

Posto isso, o que é necessário para o estudo da semiose é uma teoria dos signos “capaz de cobrir a extensão quase inimaginável de diferentes tipos de atividade do signo” (COBLEY, 2001, p. 5). A flexibilidade e abrangência da teoria dos signos de Peirce a tornam mais qualificada para investigar a amplitude dos fenômenos da significação e da comunicação e responder questões sobre as relações entre mente e linguagem.

2.3.2 **Categoriologia peirceana**

O homem é um signo. Em que consiste a realidade do espírito? O conteúdo da consciência, a totalidade das manifestações fenomenais do espírito? [...] Temos pois que concluir que o espírito é um signo se desenvolvendo de acordo com as leis da inferência. O que distingue então um homem de uma palavra? A palavra ou signo que o homem usa é o próprio homem. Pois o fato de que cada pensamento é um signo, tomado em conjunção com o fato de que a vida é uma cadeia de pensamentos, prova

que o homem é um signo; e assim, que todo o pensamento é um signo externo, prova que o homem é um signo externo. (CP 5.314)

Nesse ponto, entro finalmente na estrutura do sistema semiótico peirceano baseado em leituras de alguns de seus mais dedicados e criativos expositores e, espero, em um número suficiente de tabelas e diagramas.

Merrel (2001) analisa a divisão triádica do signo e explica como suas classes e *categorias* funcionam nos processos de significação do pensamento e da linguagem. O autor destaca que Peirce define o signo ou *representamen*²¹ como:

(...) algo que representa alguma coisa para alguém em algum aspecto ou capacidade. O signo se dirige a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez uma ideia mais desenvolvida. Esse signo cria o que chamo de um *interpretante* do primeiro signo. (PEIRCE, 1955, p. 99)

Portanto, o signo peirceano é constituído por três classes: *Representamen*, *Objeto* e *Interpretante* (Tabela 1 abaixo). O *representamen* é algo que entra em relação com seu objeto, a segunda classe do signo ou *objeto semiótico*. Esse *objeto semiótico* nunca pode ser idêntico ao objeto *real*, pois, segundo Peirce, nosso conhecimento nunca é absoluto e não pode ser mais do que uma aproximação do mundo *real* como ele é, ou melhor, como poderá vir a ser. De certa forma, o *objeto semiótico real* que cheiramos, provamos, tocamos, ouvimos e vemos nunca é idêntico ao objeto *realmente* real.

²¹ Peirce afirma que o homem é um signo e o próprio universo é um vasto *representamen* ou argumento, exprimindo um *logos* (platônico) e um *telos* (aristotélico). O processo de inferência contínua que alimenta a reflexão do homem percorre também toda a natureza. Ocorre que o homem só é capaz de apreender o universo através de operações semióticas e isso alimenta certa *antropomorfização* ou “o homem é a medida de todas as coisas”, para citar Protágoras. Mas é necessário ter presente que, quando se fala em signo e no seu modo de funcionamento, esse processo não se refere só, ou exclusivamente, ao homem. Peirce distingue, a propósito, entre signo e *representamen* (que tem uma acepção mais vasta). Um signo é um *representamen* com um *interpretante* mental (*quasi-mind*), isto é, signo é um *representamen* para o homem; mas há formas de signos (*representamens*) ativas na natureza, realizando processos semióticos, mesmo que o seu destinatário não seja o homem. (CP 2.274)

Peirce enfatiza (MERREL, 2001) que não podemos conceber claramente as realidades e transformações do mundo porque nossas mentes são muito limitadas para acompanhar processos evolutivos demasiadamente sutis e complexos. Conseqüentemente, esse objeto real²² não pode ser completamente conhecido de uma vez por todas e nunca pode ser mais do que *semioticamente* real para seus intérpretes.

A terceira classe do signo é o *interpretante*²³, que podemos definir basicamente como o significado do signo. O *interpretante*²⁴ se relaciona e medeia entre o *representamen* e o *objeto semiótico*, de modo a provocar uma inter-relação entre eles ao mesmo tempo, e da mesma maneira, que se inter-relaciona com eles.

Antecipo neste ponto uma breve exposição de Merrel (2001) sobre os componentes mais básicos no universo de signos de Peirce. Em relação ao *objeto semiótico* surgem os *Ícones*, *Índices* e *Símbolos*. Um *ícone* é um signo que se inter-relaciona com seu *objeto semiótico* em virtude de alguma

²² Peirce distingue ainda entre dois tipos de objeto: *dinâmico* e *imediatu*. O primeiro é o objeto tal como é em si mesmo, independentemente de qualquer aspecto particular, isto é, “tal como um estudo final revelaria que ele é” (CP 8.183). Esse objeto dinâmico está relacionado com o objeto da ciência. O objeto imediato é o objeto tal como ele é conhecido no signo, ou seja, uma ideia.

²³ O signo cria na mente do seu intérprete um *interpretante*, que Peirce afirma ser um signo equivalente ou até mais desenvolvido. Ora, se o *interpretante* é um signo, que se relaciona ao objeto, deve ele próprio possuir todas as características de um signo, isto é, um objeto, um fundamento, e um novo *interpretante*; que sendo também signo, demanda novo *interpretante*, e assim sucessivamente, *ad infinitum*, ou quase (CP 2.274). Este é o esboço do processo que será chamado de semiose ilimitada e que implica na tradução de qualquer pensamento em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia de pensamentos e provocando um longo diferimento do significado.

²⁴ Peirce subdivide o *interpretante* em três tipos diferentes. O primeiro é o *interpretante emocional* ou *imediatu*, que corresponde a uma qualidade. O segundo, *interpretante energético* ou *dinâmico*, que corresponde a uma relação. Ele é o significado produzido pela mediação do *interpretante* emocional e já envolve um certo tipo de esforço, que pode ser muscular ou mental. O terceiro tipo, *interpretante final* ou *lógico*, que corresponde a uma mediação. Essas subdivisões tomam por base a questão da interpretabilidade, seja ela individual ou coletiva. O *interpretante* imediato se relaciona à interpretabilidade do signo, a primeira impressão antes de ser propriamente interpretado. O *interpretante* dinâmico corresponde à interpretação atual de qualquer signo; é uma ocorrência e pode variar para cada intérprete do signo. Já o *interpretante* final é constituído pelo resultado interpretativo a que as comunidades de investigação chegariam eventualmente se considerassem o signo durante um tempo suficientemente longo.

semelhança, como um mapa e o território por ele mapeado. Um *índice* é um signo que se inter-relaciona com seu *objeto semiótico* através de alguma conexão causal, como um cata-vento que se move para apontar (indicar, indexar) a direção do vento. Já os *símbolos* são signos mais complexos, cuja interpretação é uma questão de convenção social. O *símbolo* se aproxima do signo linguístico saussureano pela arbitrariedade de sua inter-relação com seu *objeto semiótico*.

Portanto, *ícone*, *índice* e símbolo formam a tríade básica de Peirce. *Um*, *dois*, *três*. *Um* é precedido por *Zero*, o vazio de onde o sinal surgiu. E *Um*, *Dois*, *Três* prosseguem potencialmente até o *Infinito*. “Essa enumeração aparentemente simples exige uma consideração detalhada da categoriologia de Peirce” (MERREL, 2001, p. 31).

Tabela 1: 3 classes de signos, 3 componentes

CLASSES DE SIGNO			
	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
		1.Ícone	
		2.Índice	
		3.Símbolo	

Fonte: o autor.

2.3.3 Dinâmicas entre categorias e classes de signos

Para gerar e processar signos e torná-los significativos, não basta extrair suas informações. Merrel (2001) esclarece que entra aqui em operação uma intrincada interação entre o que Peirce chamou de *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade* (Tabela 2 abaixo): “palavras inteiramente novas, sem qualquer tipo de falsas associações” (CP 4.3). Essas são as notáveis *categorias cenopitagóricas*²⁵ de Peirce por meio das quais a semiose - o processo de

²⁵ *Pitagóricas* porque usam um sistema de numeração. Peirce preferiu usar o prefixo grego *ceno* em vez do latino *neo*. Ambos significam *novo*, mas o termo *neopitagórico* já existia e poderia

formação dos signos - se transforma em semiótica - o processo de tornar os signos significativos.

Peirce (MERREL, 2001) desenvolveu suas *categorias* para dar conta do sentimento, sensação, experiência e conceptualização dos signos. As *categorias* podem ser consideradas como tendências, não como formas, condições ou etapas estáticas e finalizadas. Ou, semelhante ao conceito de física quântica de Heisenberg, “as *categorias* são possibilidades e potencialidades mais do que essências reais” (MERREL, 2001, p. 32).

Como qualidade ou possibilidade, *primeiridade* é inerência (o que poderia ser); como relação ou atualidade, *secundidade* é emergência (o que acontece no momento); e, como potencialidade, probabilidade ou necessidade, *terceiridade* é representação ou manifestação (o que seria, poderia ser ou deveria ser dado um determinado conjunto de condições). Essas *categorias* compõem a tríade fundamental de relações de Peirce da seguinte forma:

- a) **Primeiridade**: o que existe, sem referência ou relação com qualquer outra coisa;
- b) **Secundidade**: o que existe, em relação a outra coisa, mas sem relação à qualquer terceira entidade;
- c) **Terceiridade**: o que existe, na medida em que é capaz de colocar uma segunda entidade em relação à primeira e a si em relação a cada uma delas.

Tabela 2: Categorias e Classes de Signos

CATEGORIAS GENOPITAGÓRICAS	CLASSES DE SIGNO		
	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1.Primeiridade (Qualidade)		1.Ícone	
2.Secundidade (Relação)		2.Índice	
3.Terceiridade (Representação)		3.Símbolo	

Fonte: o autor.

provocar confusões. Peirce se preocupava com a clareza dos conceitos em seu sistema e por esse motivo às vezes se via obrigado a criar estranhos neologismos.

Complementando Merrel (2001), Alves (2006) define a categoriologia *peirceana* como três grandes classes nas quais é possível incluir todas as ideias que se apresentam à consciência, no sentido mais amplo possível, sem se preocupar se são verdadeiras ou falsas ou tentar descrever tais ideias como formas psicológicas, mas antes em termos lógicos e formais. “As *categorias* são elementos indecomponíveis presentes em todos os fenômenos” (CP 1.299).

Alves (2006) destaca uma série de formulações de Peirce sobre a natureza de suas *categorias*:

Categorias são ideias que permitem descrever os fatos da experiência (CP 1.359) (...) são universais e se aplicam a tudo o que há (CP 5.38) (...) São como finíssimos esqueletos de pensamento que podem ser aplicados aos objetos na forma de uma simples sequência ordinal. (CP 1.355)

Alves (2006) observa também que as *categorias* são tão gerais que se tornam intangíveis. Peirce as define como “tonalidades ou disposições de pensamento” (CP 1.355) e não como verdadeiras concepções ou noções claramente definidas. A autora destaca ainda mais algumas explicações e exemplos de Peirce sobre a essência de cada uma de suas *categorias*:

Primeiridade é possibilidade e os elementos que a compõem, sendo absolutos e livres de relação com qualquer outra coisa, não agem uns sobre os outros (CP 1.25), ainda que deles só tenhamos conhecimento depois de atualizados [...] *Primeiridade* envolve um sentimento ‘vago’, ‘não objetificado’, ‘não subjetificado’, por exemplo de ‘vermelho’, ‘salgado’, ‘dor’, ou uma ‘nota musical prolongada’, um som, um odor, a qualidade de uma emoção ou sentimento, o apito de um trem. (CP 1.304)

Alves (2006) reforça que não se trata da sensação de experimentar tais qualidades, mas das qualidades tal como são em si mesmas, antes ou independentemente de serem percebidas. É, pois, uma qualidade da

consciência imediata inteiramente igual a si própria²⁶, e, nesse sentido, o seu conhecimento por introspecção está vedado, pois ele é a própria consciência imediata, e qualquer conhecimento já é partição, cisão e mediação.

Prossegue Peirce:

Secundidade é a ideia daquilo que é tal como é sendo um segundo para algum primeiro, independentemente de todo o resto, e em particular, independentemente de qualquer lei, embora possa se conformar a uma lei. Isto é, é uma reação enquanto elemento do fenômeno. (CP 5.66)

Para Alves (2006), Peirce está descrevendo *a experiência de esforço*, prescindida da ideia de um propósito ou fim²⁷. Esse esforço só pode ser compreendido mediante uma resistência que se lhe opõe, sem intervenção de qualquer terceiro elemento e o segundo é a consciência da experiência de um ego ou não-ego da ação ou força de um elemento exercida sobre outro, que lhe resiste. Para Peirce, essa ação é uma *força bruta* por ser alheia a qualquer noção de lei ou racionalidade.

Como exemplo de *secundidade*, Peirce usa a analogia de um viajante num balão que paira imóvel sobre a terra à noite, gozando um sentimento de absoluta calma e quietude. Subitamente, o estridor de um assobio rasga a noite. Tanto a prévia sensação de calma, como o assobio, são *primeiridades*, porque absolutamente simples; mas o quebrar do silêncio pelo apito já é uma experiência que envolve *secundidade* e implica em dois estados (ego/não-ego), o da prévia calma e absoluta paz, e o que se lhe segue, que destrói o sentimento

²⁶ Esses dois argumentos nos remetem ao conceito de *Uno* em Parmênides e a explicação de Platão sobre a imortalidade da alma: “aquilo que é igual a si mesmo”: (Fédon, xxvii).

²⁷ Por sua vez, essa argumentação nos remete ao conceito de *telos* em Aristóteles. Short (2004) também identifica uma orientação teleológica na semiótica peirceana. Segundo o autor, Peirce, a partir de 1907, começou a descrever o processo de interpretação dos signos como sendo dirigido para uma finalidade, ou teleológico no sentido aristotélico, como indicam suas referências a Aristóteles. Mas esse processo também é baseado e estruturado em termos de desenvolvimentos da ciência natural do século XIX, especificamente, a estatística e a teoria de Darwin, que também adotou a linguagem das causas finais introduzida na tradução latina de Aristóteles.

anterior. Surge, nessa ocorrência, uma pura relação diádica não envolvendo nenhum terceiro. A *secundidade* num sujeito é secundária em relação à sua *primeiridade*, acidental a esse sujeito e, não sendo mediada, “não é de natureza compreensível, mas absolutamente cega” (ALVES, 2006, p. 236 - 237).

Quanto à *terceiridade*, Peirce afirma:

Categoria de terceiro é a ideia daquilo que é tal como é sendo um terceiro, ou meio, entre um segundo e o seu primeiro. O mesmo é dizer, é Representação enquanto elemento do fenômeno [...] Terceiro é o modo de ser daquilo que é tal como é ao trazer um Segundo e um Terceiro em relação um com o outro. (CP 5.66)

Terceiridade surge porque os fenômenos diádicos são inadequados para explicar tudo o que ocorre no mundo e a totalidade dos conteúdos que existem na mente humana. Trata-se da categoria de lei, de mediação ou de representação pela qual um primeiro e um segundo são relacionados relativamente a um terceiro. Todas as relações triádicas envolvem algum tipo de interpretação e são irredutíveis à pura díade.

O exemplo favorito de Peirce para caracterizar este aspecto da experiência humana é *A dá B a C*. A relação de doação não consiste em *A* largar *B* e este ser subsequentemente apanhado por *C* - nesse caso teríamos meramente duas relações diádicas -, mas, quando *A* torna *C* possuidor de *B* de acordo com uma regra ou lei, esse processo não é físico, é essencialmente da ordem do mental. Para Peirce, o signo opera uma intermediação entre o *interpretante* e o seu objeto mediante uma convenção. Cabem nessa categoria as leis, os hábitos e as regras gerais, porque são formas de induzir um fato a causar outro.

Hookway (1995) defende que, na base da categoriologia peirceana, existem relações entre fenomenologia e experiência. Segundo o autor, o sistema de *categorias* é mais facilmente compreendido segundo a perspectiva da lógica de suas relações. A irredutibilidade da *terceiridade*, um traço característico de sua visão filosófica, coloca Peirce ao lado dos filósofos realistas, em oposição aos nominalistas.

Segundo Hookway (1995), o desenvolvimento das *categorias* se deveu inicialmente ao seu trabalho sobre lógica formal, mas depois Peirce se voltou para a fenomenologia e para a reflexão sobre todos os tipos de experiência. Assim, nossas experiências não envolvem diretamente relações com outras coisas: elas exibem *primeiridade*. Elas também mantêm relações entre si e isso envolve *secundidade*, como o fogo que surge quando o sódio entra em contato com a água quente. Mas estamos cientes de que essa interação é inteligível e *mediada*. Estamos igualmente cientes de que essas ações e reações estão em conformidade com uma lei, que são inteligíveis, e isso introduz a *terceiridade*.

Entendemos, prossegue Hookway (1995), dois elementos da interação por referência a um terceiro fator mediador. O objetivo da investigação, para Peirce, é encontrar a *terceiridade* (lei e padrão) na variedade de experiências sensoriais pelas quais passamos. As normas empregadas pelo método científico devem ser justificadas, mostrando como fornecem meios para encontrar cada vez mais padrões e mediação (cada vez mais terceirização) no mundo de nossa experiência.

Hookway (1995) ressalta a centralidade da interpretação e a natureza pragmática da *terceiridade*. Segundo Peirce, as formas mais importantes de *terceiridade* envolvem significado e representação e todo o seu trabalho é sustentado por uma sofisticada teoria do significado - sua semiótica. Peirce acreditava que tudo era signo, mas os signos que mais o interessavam eram os pensamentos como “afirmações de uma inteligência científica” (CP 2.227).

Essa teoria do significado (gramática especulativa) forneceu os fundamentos necessários para os seus escritos sobre lógica. A chave para a *terceiridade* do signo peirceano está ligada a sua interpretação. Um signo indica um objeto apenas por ser entendido ou interpretado como esse objeto e sua interpretação sempre será outro signo com o mesmo objeto.

Hookway (1995) conclui que a semiótica é, portanto, primeiramente uma teoria do entendimento, um relato de como somos guiados e forçados a interpretar signos de determinadas maneiras. Essa interpretação geralmente envolve processos inferenciais que desenvolvem nossa compreensão do objeto em questão. Assim, o meu entendimento da sua afirmação de que você está

cansado pode me levar a pensar que você quer que eu acredite no que você está dizendo, na minha expectativa de que você pode adormecer, que você espera que eu lhe ofereça um café, e assim por diante. O pensamento interpretativo medeia entre o signo e seu objeto.

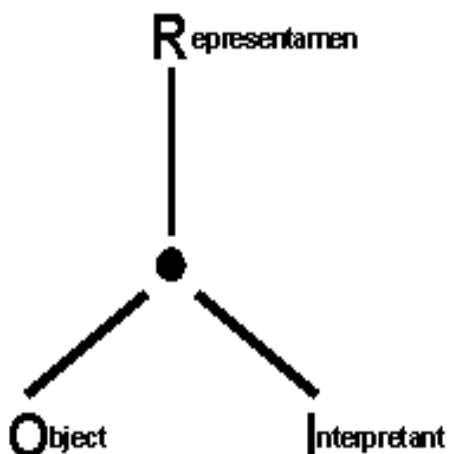
Merrel (2001) ilustra a categoriologia peirceana por meio de dois inspirados exemplos. Na pintura, *primeiridade* poderia ser uma mancha colorida retangular bidimensional em uma tela de Picasso. *Secundidade* seria a inter-relação interativa da mancha com outras manchas retangulares, triangulares e irregulares na pintura. *Terceiridade* seria o observador que reúne todas essas informações e forma mentalmente uma imagem tridimensional imaginária e cubista do quadro a sua frente.

Na poesia, propõe Merrel (2001), *primeiridade* seriam algumas linhas como marcas no papel e sua possibilidade de serem lidas em algum lugar, em algum momento e por algum amante da poesia. *Secundidade* seria a leitura real e sua inter-relação com a poesia como literatura. *Terceiridade* seria a interação e a interpretação do leitor sobre o referido texto poético.

Merrel (2019) retoma e aprofunda sua discussão dos sistemas semióticos e inclui uma análise da complexa urdidura entre as *categorias* e as três classes de signos.

Segundo o autor, a figura do tripé representa mais adequadamente o conceito peirceano do signo do que o tradicional triângulo. Base, altura e largura no tripé permitem a interação de três vias entre a tríade de componentes dos signos e dão origem às nove classes de signos e aos dez tipos de signos que são gerados a partir delas.

Figura 2: O Encantado Número Três



Fonte: Merrel 2019

Uma das limitações do triângulo é sua bidimensionalidade cartesiana. O principal problema, no entanto, reside na forma do próprio triângulo que modela não mais que três relações binárias: o *signo* se relaciona ao *objeto*, o *objeto* ao *conceito* e o *conceito* ao *signo* e vice-versa. Não há um conjunto legítimo de inter-relações dinâmicas entre os três elementos, de modo que um deles esteja inter-relacionado com os outros dois da mesma maneira que cada um deles, por sua vez, esteja inter-relacionado com cada um de seus pares de componentes.

A Figura 2, para Merrel (2019), representa com mais propriedade um modelo legítimo de triadicidade em que os elementos se definem e são interdependentes. No tripé, o *representamen* (R) está inter-relacionado com o *objeto* (O) da mesma maneira que R e O estão inter-relacionados com o *interpretante* (I). A tridimensionalidade do tripé se mostra mais adequada para representar os movimentos da constante dança dos signos que dão conta de nossa experiência no universo.

O vértice no centro da Figura 2 representa o que Peirce chamou de “*utter vagueness*” (CP 6.193). Não se trata aqui do *vazio* da teoria dos conjuntos, mas

do vazio no sentido budista, uma possibilidade e um espaço para algo que poderia ocupá-lo em algum momento futuro.

O ponto importante é que a interação interdependente e inter-relacionada entre os três componentes do signo não pode existir sem o eixo central que mantém o tripé unido por ser uma generalidade do tipo mais absoluto. O processo semiótico segue um movimento rítmico, à medida que os componentes do signo *giram, ondulam, oscilam, flutuam, cintilam e trocam* de parceiros. E a dança prossegue, pois o movimento dos signos nunca cessa e, se tentamos isolá-los, escapam de nossas mãos e tecem seu próprio caminho ao longo do fluxo semiótico.

Um *ícone* oferece a possibilidade de representar um *objeto semiótico* ainda não especificado. O *ícone* é o que é, independentemente de qualquer outra coisa - isto é - até que interaja com outra coisa e se torne algo além de um signo não icônico. É, nesse sentido, o exemplo semiótico mais genuíno de *primeiridade*. De fato, podemos descrever essa *primeiridade* como o nó central do vértice que reúne os três lados (arestas) na Figura 3 e conduz ao *representamen* (R) da seguinte maneira:

Figura 3: O Primeiro Ponto



Fonte: MERREL, 2019.

Merrell (2019) mergulha então nos meandros e novelos do universo borgeano e cita *O Aleph* como instância de *primeiridade* e iconicidade. Nesse conto de 1949, Borges narra uma história envolvendo o microcosmo dos alquimistas e cabalistas na forma de uma pequena esfera do tamanho de uma

bola de golfe que, simplesmente, contém todo o universo e toda a eternidade *multum in parvo*²⁸.

Borges, após ter sido arrebatado por visões de todo passado remoto e recente da humanidade, narra em primeira pessoa sua frustração e desesperança como escritor por não conseguir (d)escrever tudo o que viu. A língua é apenas um alfabeto de símbolos que pressupõe um passado de experiências compartilhadas e não é capaz de representar o infinito e a eternidade contidos no *Aleph*.

O narrador argumenta que os místicos, em situação semelhante, empregaram analogias inconcebíveis para significar a divindade, como a esfera de Alain de Lille cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar nenhum, ou o anjo de Ezequiel, com quatro faces, de frente para leste e oeste, norte e sul de uma só vez.

Borges confessa que, além da total desorientação, nada o surpreendeu mais do que o fato de todas as revelações ocuparem o mesmo ponto no tempo e no espaço, sem sobreposição. Tudo foi simultâneo, e agora ele só pode descrever sucessivamente o que os seus olhos viram porque a natureza da linguagem apresenta tal linearidade.

O bloqueio linguístico do narrador, segundo Merrel (2019), se deve ao fato de que a linguagem, resultado de *terceiridade*, precisa de uma inter-relação indexical, resultado de *secundidade*, com o *objeto semiótico*, resultado de *primeiridade*, e são essas inter-relações simbólicas que constroem os sentidos ou o *interpretante* do signo. *Ícones* são absolutamente essenciais para o desenvolvimento da tríade peirceana. Contudo, é difícil articular sua natureza, pois, quando pensamos ou falamos sobre eles, já estamos falando de signos indexados e simbolizados.

Merrel (2019) volta sua atenção para o segundo componente na tríade peirceana: os *índices*. Como resultado de *secundidade*, *índices* são os primeiros

²⁸ O infinito dentro do finito.

signos *para indicar o que é, sem ser igual a aquilo que indicam*. Eles são frequentemente chamados de *signos naturais*, porque sua vocação para indicar está baseada nas sequências naturais dos processos de causa e efeito, como relâmpagos e trovões ou fumaça e fogo. Um *índice* interdependente se relaciona com outra coisa, outro signo ou *objeto semiótico*. Dessa maneira, a indexicalidade é a principal exemplificação de *secundidade*.

Para Merrel (2019), *Funes, o Memorioso*, outro conto de Borges de 1944, é um exemplo intrigante de indexicalidade.

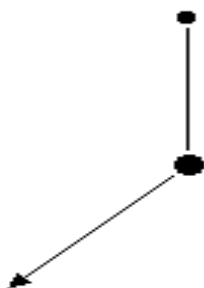
Funes jamais esquece. Quando vê uma árvore, sua espantosa memória retém cada folha e sua posição, os galhos e ramos, todo contorno da casca no tronco, ninhos de pássaro à direita e ação de insetos em toda a extensão da árvore. Funes deveria ser a inveja de todo candidato de concurso, mas não o é. O pobre Funes não consegue pensar, classificar ou organizar essa sobrecarga de informações.

Por ser incapaz de esquecer, Funes não consegue colocar coisas e eventos individuais em categorias gerais e sua mente é um imenso repositório de particularidades. Portanto, a prodigiosa memória de Funes seria de pouca utilidade para um aluno que se esforçasse por obter uma compreensão geral de seu material para ser aprovado em um determinado processo seletivo.

O problema de Funes é que sua experiência semiótica não pode ir além das inter-relações diádicas e indexais em relação a particulares. Funes é um supernominalista supremo e esquizofrênico²⁹. A percepção e a concepção estritamente diádicas e terrivelmente limitadas de Funes poderiam ser visualizadas pela seguinte inter-relação.

²⁹ Durante a pré-banca desta tese, o Professor Moab observou, como psiquiatra, que *obsessivo compulsivo* seria um diagnóstico mais adequado para o singular personagem de Borges.

Figura 4: O Segundo Ponto



Fonte: MERREL, 2019.

O nó central ou vértice do tripé na Figura 4 provoca o surgimento de algo diferente de um primeiro. Esse outro é um segundo, mas não um segundo legítimo, não ainda. É necessário haver um (re)conhecimento desse outro como tal e é isso que está ausente em Funes. Ele é incapaz de estabelecer linhas de inter-relacionamento entre algo passado e algo presente e nem pode relacionar sua percepção com algo que pode surgir em algum momento futuro.

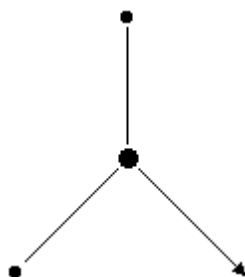
A *secundidade* de pleno direito, ou indexicalidade, por assim dizer, requer o reconhecimento do objeto do signo aqui e agora, além da possibilidade de estabelecer relações com objetos semióticos que podem emergir no futuro. A concepção de generalidades é uma questão propriamente de *terceiridade*. *Secundidade* sem *terceiridade* permanecerá severamente restrita, como no caso da infeliz personagem de Borges.

Merrel (2019) finalmente introduz o terceiro componente da tríade peirceana e explora sua relação como a *terceiridade*. O *símbolo* é mais próprio das linguagens naturais e artificiais como signo de generalização e abstração. Símbolos são arbitrários e sua convencionalidade se estabelece nas conversas cotidianas comuns em casa, na escola, no trabalho, nas áreas de lazer e se integra nos dicionários. Usamos símbolos dessa maneira porque é assim que o fizemos no passado e é assim que esperamos fazê-lo no futuro.

E muitas vezes usamos e abusamos deles. Se, por um lado, símbolos são responsáveis pela nossa capacidade notável de se comunicar, por outro lado, também podem ser usados para seduzir, persuadir, enganar e servir de instrumentos de manipulação, de dominação e de difamação.

De qualquer forma, observa Merrel (2019), nossa dança dos signos alcança seu auge e agora temos uma genuína triadicidade - do vértice à iconicidade da *primeiridade*, à indexicalidade da *secundidade* e à *simbolicidade* da *terceiridade*. Tudo isso pode ser visualizado no diagrama abaixo onde *representamen*, *objetosemiótico* e *interpretante* estão relacionados como possibilidade de *terceiridade* em preparação para sua completa realização.

Figura 5: O Terceiro Ponto



Fonte: MERREL, 2019.

E mergulhamos novamente no realismo mágico de Borges. *A Morte e a Bússola*, segundo Merrel (2019), ilustra claramente como símbolos, em conluio com *índices* e *ícones*, podem ser usados para manipular e controlar.

Esse conto de 1944 comprova como as histórias policiais³⁰, com suas pistas, indicações, indícios e provas, são um campo farto para os estudos semióticos. Na detalhada história de Borges, o detetive Lönnrot acredita que superou o vilão Scharlach, autor de três homicídios.

Os três primeiros assassinatos aconteceram equidistantes no tempo durante novembro, dezembro e janeiro. Após o terceiro crime, Scharlach avisa

³⁰ Ver a esse respeito as intrigantes análises apresentadas por Eco, Sebeok e Ginzburg (entre outros) em *The Sign of Three: Dupin, Holmes, Peirce: Advances in Semiotics* (IUP, 1983). Também é interessante notar que a ligação entre o trabalho médico e o policial está na importância do estudo dos signos já que a semiologia médica surge como derivação da semiótica. De fato, Conan Doyle revela que criou seu imortal personagem Sherlock Holmes inspirado na figura de Joseph Bell (FRCSE), cirurgião e professor escocês da escola de medicina da Universidade de Edimburgo no século XIX. Segundo Doyle, seu colega acreditava que era possível curar doenças e solucionar crimes através de uma apurada leitura de sintomas e sinais, traços e vestígios.

que completou sua série. O astuto Lönnrot desconfia de tal declaração porque percebeu nos crimes um padrão simétrico baseado no número quatro. Essa simetria quaternária, uma metade como espelho de outra metade, leva Lönnrot a deduzir que haverá um quarto crime.

O detetive localiza os três eventos em um mapa da cidade e, como esperava, eles formam um triângulo equilátero. Lönnrot usa então uma bússola para traçar o local do quarto crime esperado, calcula os períodos entre os três primeiros crimes e prevê quando e onde poderá finalmente flagrar o criminoso.

Na hora determinada, Lönnrot se dirige ao local, mas, para seu espanto, é rapidamente capturado. Scharlach informa ao atônito Lönnrot que ele cometeu um crasso erro de cálculo, pois deveria ter seguido o calendário judaico - há alusões ao judaísmo através da narrativa. Scharlach, um passo à frente de Lönnrot, sabia que seu colega seguiria a razão e não a intuição e apareceria nesse dia em particular. O criminoso Scharlach revela ao detetive que ele, Lönnrot, será a vítima do quarto crime.

O grande erro de Lönnrot foi usar símbolos de tempo e espaço baseados em uma geometria euclidiana convencional. Ele ignorou a simbologia judaica no contexto de cada assassinato e seguiu um calendário gregoriano. Lönnrot traçou os crimes em um mapa bidimensional cartesiano. No entanto, quando entrou confiante na mansão em *Triste-le-Roi*, onde supôs que o quarto crime ocorreria, se viu aprisionado em um labirinto de escadas em espiral, portas, espelhos e vitrais que se refletiam para criar uma profundidade tridimensional artificial e desconcertante.

Lönnrot se viu preso dentro dos signos de sua própria criação porque os interpretou principalmente como *índices* ou signos de *secundidade*, cuja natureza de causa e efeito era invariável e predeterminada. Lönnrot supôs que a convencionalidade de seus signos e símbolos era suficiente para fazer uma leitura da realidade, sem considerar a ideia de que poderiam haver outras possibilidades semióticas as quais ele até então desconhecia.

Segundo Merrel (2018), símbolos como sinais convencionais, é claro, são instrumentos notáveis de comunicação. Mas são igualmente notáveis pela sua capacidade de iludir. Leibniz e Nietzsche afirmam que nenhum animal mente

com tanta facilidade quanto o homem. Umberto Eco adiciona que a natureza subjacente da semiótica humana é a capacidade de mentir. Mas Thomas Sebeok ressalta que animais também são capazes de subterfúgios, embora sem os propósitos maliciosos dos seres humanos.

De qualquer forma, *categorias* (*primeridade, secundidade e terceiridade*) e classes (*ícones, índices e símbolos*) de signos se reúnem em um balé semiótico onde os parceiros seguem o ritmo da música e o fluxo de seus movimentos tece as malhas da linguagem.

Mas é tempo de apresentar, para usar uma outra analogia, os algoritmos que governam o sistema lógico-semiótico peirceano. *Categorias* e classes são combinadas, intercambiadas e permutadas para gerar 10 signos a partir de 09 classes, segundo a perspectiva do *signo*, do *objeto* e do *interpretante* (Tabela 03 abaixo).

Retorno a Alves (2006) para expor sua oportuna análise das conexões entre *categorias* e signos. Segundo a autora, o signo peirceano se divide em três tricotomias e 10 subclasses³¹. Peirce cogitou a possibilidade da existência de 10 tricotomias e 66 tipos diferentes de signos, “mas apenas delineou seu modo de geração, e não cada classe em particular” (ALVES, 2006, p. 390 - 391).

A primeira tricotomia apresenta três tipos de signos relacionados com as *categorias*, mas voltados para si mesmos: *Qualissigno*, *Sinsigno* e *Legisigno*.

O *qualissigno* se relaciona à categoria de *primeiridade* e representa o signo não sob todos os aspectos, mas segundo uma determinada perspectiva, qualidade ou sentimento. O *sinsigno* se relaciona à categoria de *secundidade* e representa uma ocorrência ou singularidade. A partícula sin- deve ser tomada como significando “apenas uma vez” (CP 2.245), algo existente atualmente ou um evento que é um signo. Quando o fundamento do signo é uma lei, surge um

³¹ A classificação dos signos peirceanos é apriorística. Com base em sua categoriologia, diferentes tipos de signos são deduzidos antes de encontrar suas ocorrências. Na semiótica, a teoria antecede os fenômenos de linguagem. Só depois, Peirce tratará de procurar ocorrências para cada uma dessas classes na natureza, “onde devem necessariamente existir” (CP 2.227).

legissigno, relacionado à categoria de *terceiridade*. “Um legissigno é uma lei que é um signo. Essa lei é geralmente estabelecida pelo homem” (CP 2.246).

Alves (2006) reelabora as explicações de Merrel (2019) acima dentro de um contexto maior e descreve a segunda tricotomia como a relação entre as *categorias* e o objeto. Dessa vez, o resultado são as conhecidas três classes de signos peirceanos: *Ícone*, *Índice* e *Símbolo*.

Ícones são signos que se relacionam com seus objetos por razão de semelhança, quer esses existam ou não. Podem ser *ícones* as imagens, as fotografias, mas também os mapas, os diagramas e as metáforas, que apresentam uma semelhança estrutural com o que significam. *Índices* são signos que se referem aos seus objetos por uma relação real, “sendo realmente afetado por ele” (CP 2.248). Finalmente, os signos que se referem aos objetos que denotam em virtude de uma lei, recebem a designação de *símbolos*.

Na terceira tricotomia, Alves (2006) considera a relação que a categoria de *terceiridade* estabelece com o *interpretante*, que pode representar o signo como possibilidade, fato ou razão. Encontramos aqui as últimas três subclasses de signo: *Rema*, *Dicissigno* e *Argumento*.

Remas são signos que representam uma possibilidade qualitativa do objeto que denotam, como no caso de uma proposição, um termo ou uma palavra. *Dicissignos* são signos de existência real que organizam os remas para se referir a um objeto na forma de uma frase ou sentença. *Argumentos* são signos que permitem ao *interpretante* operar como lei ou convenção. *Argumentos* são textos apresentados na forma de abdução, dedução e indução “por se tratarem de signos cujo objeto é uma lei geral” (CP 2.253).

Tabela 3: Categorias e classes de signos

CATEGORIAS GENOPITAGÓRICAS	CLASSES DE SIGNO		
	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETAN TE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Alves (2006) reitera um ponto mencionado por O'shea (2008): a semiose é um método de análise onde não existem signos puros porque uns remetem aos outros e se definem em relação aos outros como elementos dentro de estruturas cognitivas ou mentais.

As tricotomias permitem distinguir entre diferentes aspectos da semiose, mas, quanto a sua realização ou ocorrência no mundo, nenhum signo pertence exclusivamente a uma dessas classes. Todos necessitam, como vimos nas definições, do tipo de signo de ordem anterior, embora esse não constitua o seu aspecto mais proeminente. "Outras vezes, poderão ser recobertos por várias formas de significação, consoante forem perspectivados" (ALVES, 2008, p. 395).

Hookway (1997) se expressa de forma semelhante ao analisar a plasticidade e fluidez do signo a ponto de afirmar que não existem signos puros, mas funções sígnicas. Peirce se mostrou cético quanto à existência de *ícones puros* e, portanto, preferiu se concentrar em *hipoícones*: signos convencionais, mas onde a convenção não fixa o objeto do signo, mas apenas determina como esse deve ser usado como *ícone*. Mapas são *hipoícones*, assim como os sistemas de notação lógica e matemática. Analogamente, expressões como *aquele, agora, aqui e acolá* devem ser interpretadas como *índices* convencionais e não símbolos.

É a partir das três tricotomias básicas assinaladas por Alves (2006) acima que Peirce irá desenvolver suas 10 subclasses ou tipos de signo, "sendo ainda possível, quanto a essas, considerar a possibilidade de ulteriores divisões" (CP 2.254).

Mas antes de passar à análise dos processos de geração dos 10 tipos de signo, incluo uma leitura e uma reflexão sobre o signo como objeto na qual Sebeok (1995) analisa como as diferentes classes de signo constroem os processos de significação de seus objetos. O autor destaca especificamente as ligações entre dedução e indexicalidade em Peirce.

A noção de *ícone* em Peirce, observa Sebeok (1995), remonta a Platão e que, enquanto sua noção de símbolo é original, mas não aprofundada, sua noção de *índice* é original e fecunda. Peirce desenvolve essa noção com base em seu

interesse no realismo medieval de Duns Scotus. “*Hic et nunc*³² é uma frase constantemente usada por Scotus” (CP 1.458).

Peirce define o signo como “algo que se refere ao objeto que denota por ser ‘realmente’ afetado por aquele objeto” (CP 2.248). O advérbio *realmente* nos remete à doutrina de Scotus de *realitas et realitas*, sobre um mundo de universais e princípios gerais que *realmente* existem e se manifestam no tipo de cosmos que cientistas procuram decifrar.

Para Sebeok (1995), Peirce foi o primeiro a compreender que indicação ou apontar (*deixis*) é uma forma de significação indispensável e irreduzível. Peirce afirma que a realidade não pode ser expressa sem o uso de indicadores e, por esse motivo, incluiu os *designators* como a classe principal de indicadores. Deíticos de vários tipos, como tempos verbais e pronomes, são usados para indicar à qual realidade nos referimos.

Peirce identifica um tipo especial de designação a que chamou de *reagents*. Essa classe especial de *índices* foi imortalizada pelos personagens de Conan Doyle, Sherlock e Mycroft Holmes, especialmente em *The Greek Interpreter*, em que termos, como *indicação*, *indício* e *pista*, são usados para alavancar processos inferenciais.

Sebeok (1995) se refere a uma história publicada na *Strand Magazine*, em 1893, em que Watson se mostra surpreso ao saber que a espantosa capacidade de dedução de Holmes não era um fenômeno isolado. Mycroft, o irmão mais velho de Holmes, possui um poder de observação e habilidades analíticas ainda mais impressionantes. Mais tarde, durante uma visita ao exclusivo *Clube Diógenes*, Watson descreve em detalhes uma cena em que os irmãos sentam no peitoril da janela do clube para observar o movimento da rua e, segundo Mycroft, “estudar a humanidade”.

— *Olhe para aqueles tipos magníficos! Olhe, por exemplo, para aqueles dois homens que vêm em nossa direção.* — indicou Mycroft.

³² Aqui e agora.

— *O jogador de bilhar e o outro?* — perguntou Holmes.

Algumas marcas de giz no bolso do colete eram os únicos sinais de bilhar que se podia ver em um deles. O outro era um indivíduo trigueiro, muito baixo, com o chapéu puxado para trás e diversos pacotes debaixo do braço.

— *Vejo que é um antigo militar* — disse Sherlock.

— *E que deu baixa há pouco tempo* — observou o irmão.

— *Serviu na Índia.*

— *E é um oficial não comissionado.*

— *Da artilharia real, suponho* — disse Sherlock.

— *É viúvo.*

— *Mas com um filho.*

— *Filhos, meu caro, filhos!* — corrigiu Mycroft.

— *Caramba, assim é demais.* — disse Watson sorrindo.

— *De fato* — respondeu Holmes —, *não é difícil descobrir que um homem com aquele porte, aquela expressão de autoridade e aquela pele queimada pelo sol é um militar. É mais graduado que um soldado raso e chegou há pouco da Índia.*

— *Ele não deixou há muito o exército, pois ainda usa botas de munição, como se diz* — observou Mycroft.

— *Não tem o porte da cavalaria, mas usa o chapéu de um lado só, como se nota pela pele mais clara daquele lado da testa. O peso mostra que não é um sapador. Está na artilharia.*

— *E o luto pesado prova que perdeu alguém muito querido. O fato de andar fazendo suas próprias compras faz supor que foi a mulher que morreu. Percebe-se ainda que tem andado comprando coisas para crianças. Há um chocalho que demonstra que uma delas é ainda muito pequena. A esposa provavelmente morreu de parto. O fato de trazer um livro de gravuras debaixo do braço indica que há outra criança ainda em que pensar.*

Sherlock dirigiu um olhar sorridente para Watson que, por sua vez, começou a compreender a profunda admiração que Holmes nutria pelos talentos inusitados do irmão.

Sebeok (1995) ainda reforça uma observação feita por ele próprio, e também por Santaella (1994) anteriormente, ou seja, que a interpretação de signos em Peirce não depende exclusivamente de mentes humanas. Os *índices*, especialmente, estão presentes entre as formas de vida mais primitivas como os organismos unicelulares.

Tais *índices* podem se apresentar na forma de alterações químicas, mudanças de magnitude, de forma ou outro tipo de singularidade que pode ser significativa ao ponto de evocar memórias armazenadas na célula. Vide o trabalho experimental do biólogo Jakob von Uexküll sobre biosemiótica em seu laboratório em Hamburgo que, independentemente de Peirce, estabeleceu os princípios da fitosemiose e da zoosemiose, praticamente ao mesmo tempo que Peirce trabalhava sua semiótica em Milford.

Há que se considerar também (SEBEOK, 1995) as pesquisas de Carlo Ginzburg, que analisam pontos em comum entre historiadores da arte, médicos, psicanalistas e detetives em sua dependência de signos indexadores. Guinzburg demonstra que características como *sintomas*, *pistas* e *corolários* são todos baseados no mesmo paradigma de indexicalidade.

2.3.4 Tecendo a trama dos signos

Retomo, agora, Merrel (2019) para acrescentar a sua exposição contextualizada e metódica dos processos semióticos em que se combinam os eixos vertical e horizontal da Tabela 3 acima. Procurei relacionar e descrever a evolução e nomear todos os componentes resultantes nas Tabelas abaixo.

O *representamen* (R), o *objeto semiótico* (O) e o *interpretante* (I) constituem as três classes de signos correspondentes às três *categorias* na Figura 4 acima. Assim, o signo mais básico seria do tipo *S1111*, um signo que ostenta a *primeiridade* de R, a *primeiridade* de O e a *primeiridade* de I. Esse signo não seria mais do que uma impressão que você pode ter de alguma coisa, digamos, uma vaga sensação de *verde* em uma rua onde um carro verde se aproxima. Nesse estágio do processo semiótico, não existe ainda nenhuma distinção clara entre sujeito e objeto. Existe apenas o signo.

Tabela 4: Signo 1111 - Qualissigno Icônico Remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

O próximo signo é do tipo *S2111*, de *secundidade* de R, *primeiridade* de O e *primeiridade* de I. Esses signos são típicos de diagramas, esquemas e padrões antes de serem inter-relacionados pela mente com qualquer outra coisa ou com um segundo.

Tabela 5: Signo S2111 - Sinsigno Icônico Remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Temos, então, um signo do tipo *S2221*. A mente está no processo de tomar consciência de algo que não seja o signo, porque atingiu à *secundidade* de O. É nesse ponto que surge a consciência de que o signo relacionado ao seu objeto pode ser um evento inesperado. Essa surpresa pode dar origem a uma exclamação ou até a um grito. Agora a mente está preparada para o próximo passo, que inclui a consciência de alguma conexão natural ou presumivelmente necessária entre o signo e seu objeto. Se o choque da surpresa for um carro viajando na contramão, isso pode obviamente causar danos como colisões, atropelamentos etc.

Tabela 6: Signo S2221 - Sinsigno Indicial Remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Esse signo **S2222** é o primeiro a atingir à *secundidade* de R, O e I; portanto, as inter-relações diádicas estão agora firmemente estabelecidas. Agora o carro verde que se aproxima é uma imagem formada de muitos signos - pneus, para-brisa, capô etc. - compondo um signo que agora pode ser devidamente identificado e, portanto, dotado da *terceiridade* de I.

Tabela 7: Signo S2222 - Sinsigno indicial dicissigno

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Este então é o signo **S3111**. Você vê o carro como um carro, mas, nesta fase do processo semiótico, ainda não existe linguagem. Ou seja, não se pensa ou se diz “carro”. Apenas entendemos o objeto como carro.

Tabela 8: Signo S3111 - Legissigno icônico remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Agora entra o signo **S3211**. Existe o choque de avistar uma coisa verde como carro. Antes que o termo *carro* possa surgir, o choque e a identificação

instantânea do objeto como carro se combinam para produzir um enfático *aquilo*. Você percebe um possível perigo pelo canto do olho ao ver uma criança correndo atrás de uma bola e, quase imediatamente, grita: “Cuidado!”

Tabela 9: Signo S3211 - Legissigno indicial remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

Este é o signo [S3222](#). A criança ouve o seu aviso e recua. Então você simplesmente diz: “Carro!”

Tabela 10: Signo S3222 - Legissigno indicial dicente

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

O signo [S3331](#) permite uma contextualização da situação. Agora você corre para a criança para lhe dar alguns conselhos: “Você deve prestar atenção nos carros quando estiver na rua”.

Tabela 11: Signo S3331 - Legissigno simbólico remático

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO	
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>

Fonte: o autor.

No signo **S3332**, também chamado por Peirce de *proposição*, o termo *carro* no plural foi contextualizado e adequadamente dotado de significado. Mas, para sua consternação, a garotinha ainda pergunta: “Por quê?” Agora você tem que encontrar uma explicação convincente, ou o que Peirce chama de *argumento*. Então você começa: “Os carros são grandes e rápidos e podem machucar menininhas, então quando você sair na rua...”. Você continua até sentir que a convenceu.

Tabela 12: Signo S3332 - Legissigno simbólico dicente

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO		
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE	
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>	
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>	
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>	

Fonte: o autor.

Você se despede satisfeito após a conclusão do **S3333**.

Tabela 13: Signo S3333 - Legissigno simbólico argumental

CATEGORIAS		CLASSES DE SIGNO		
CENOPITAGÓRICAS	REPRESENTAMEN /SIGNO	OBJETO SEMIÓTICO	INTERPRETANTE	
1. <i>Primeiridade</i> (Qualidade)	1. <i>Qualissigno</i>	1. <i>Ícone</i>	1. <i>Rema</i>	
2. <i>Secundidade</i> (Relação)	2. <i>Sinsigno</i>	2. <i>Índice</i>	2. <i>Dicissigno</i>	
3. <i>Terceiridade</i> (Representação)	3. <i>Legissigno</i>	3. <i>Símbolo</i>	3. <i>Argumento</i>	

Fonte: o autor.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este capítulo sobre Peirce com dois comentários. No primeiro, Colapietro (2004) expande o conceito de *idealismo semiótico* de Peirce, formulado por Savan (1995), na epígrafe da segunda seção deste capítulo.

Colapietro (2004) descreve aspectos especialmente interessantes sobre as relações entre mente e semiótica e destaca a capacidade simbólica da mente, essencialmente adaptada, não apenas para adquirir diversos modos de

simbolização, mas, também, para criar novos símbolos a partir de seus repertórios.

Colapietro (2004) destaca que somos animais criadores e usuários de símbolos e que a chave para compreender o caráter distintivo da mente humana passa pelo estudo dessa nossa capacidade de usar signos herdados de maneiras inovadoras e, de maneira mais dramática, o estudo da nossa capacidade de formar novos signos.

No segundo comentário, Santaella (1994) nos convida a *abrir as janelas e olhar para o mundo* através do cânone peirceano. A autora descreve Peirce como:

Um pensador solitário e incansável, figura de uma rara e inimaginável envergadura científica, que passou praticamente os últimos 30 anos de sua vida estudando 16 horas por dia, e que deixou para a posteridade nada menos do que 90.000 manuscritos. (SANTAELLA, 1994, p. 21 - 22)

Santaella (1994) reforça uma colocação anteriormente feita por Burch (2018) sobre os desafios que cercam os estudos peirceanos. A autora pondera que, mesmo após décadas de sua morte, apenas perto de 12.000 páginas (de um acervo de cerca 90.000) foram mais ou menos arbitrariamente selecionadas e publicadas.

Mas, só recentemente, graças aos esforços de grupos de pesquisadores norte-americanos, esses manuscritos foram devidamente catalogados e reunidos em uma edição cronológica da produção de Peirce³³ para restaurar, senão a integralidade, pelo menos a integridade lógica do seu pensamento.

³³ Santaella se refere aos volumes de *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition* (Indiana University Press, 1982 e 1984).

A autora ainda ressalta que a obra de Peirce está demorando muito para ser posta a público e “com igual vagar está sendo decifrada, devido ao seu alto teor de complexidade e originalidade” (SANTAELLA, 1994, p. 21 - 22).

Concordo com Santaella (1994) no sentido que a obra de Peirce merece uma atenção muito maior e seria especialmente útil em nossa área das Ciências da Linguagem, razão pela qual esta tese de doutoramento deve avançar para identificar elementos em sua teoria semiótica da linguagem que possam integrar nossa proposta de pragmatismo linguístico.

Encerro este capítulo aqui.

3 WILLIAM JAMES: MESTRE PROMETEANO DA INTROSPECÇÃO

Pragmatism asks its usual question. 'Grant an idea or belief to be true,' it says, 'what concrete difference will its being true make in anyone's actual life? How will the truth be realized? What experiences will be different from those which would obtain if the belief were false? What, in short, is the truth's cash-value in experiential terms?' (JAMES, 2012, p. 77)³⁴

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo dá sequência ao objetivo geral desta tese que é analisar o pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos e estabelecer ligações históricas, teóricas e conceituais entre pragmática e pragmatismo a fim de fundamentar uma proposta de *pragmatismo linguístico* adequada para o estudo da questão da significação na linguagem e das condições que governam seu uso.

Conforme disse anteriormente, trabalho com três pressupostos: (i) existe uma ligação profunda e complexa entre pensamento e linguagem; (ii) pensamento e linguagem são constituídos por signos; (iii) processos de significação envolvem ambos. Sendo assim, o objetivo específico deste capítulo é investigar as ligações entre pensamento e linguagem no pragmatismo psicológico de James e a influência de conceitos como experiência, crenças, hábitos e ação na formação dos sentidos da linguagem.

O capítulo se divide em cinco partes. Nesta primeira seção, apresento um breve relato sobre a vida pessoal de James, informações sobre sua evolução intelectual e fases da sua obra.

James foi um pensador e escritor muito prolífico que gostava muito de conversar com pessoas comuns sobre questões e problemas filosóficos. Muito

³⁴ JAMES, W. *Pragmatism*, Courier Corporation, 2012. No vernáculo: O pragmatismo faz suas perguntas de praxe: 'Considere que uma ideia ou crença seja verdadeira', e pergunta, 'que diferença concreta essa verdade fará na vida de alguém? Como essa verdade será encarada? Que experiências seriam diferentes se tal crença fosse falsa? Resumindo, qual seria o *cash-value* dessa verdade dentro da minha experiência de vida de alguém?'

do material dos seus livros é resultado dessas palestras e reflete seu estilo mais coloquial e direto.

Felizmente, o pensamento de James está voltando a ser estudado com grande interesse e existem muitas reedições dos seus trabalhos mais importantes. Entretanto, decidi não usar as datas das obras originais, mas apenas a data da reedição para não comprometer a questão das referências bibliográficas.

A segunda seção, “concepção de linguagem em James”, se divide em oito subseções. “Linguagem como casa da experiência” trata das relações entre experiência, contextos e linguagem. “Mente, Cérebro e Faculdade de Linguagem” enfoca o papel da mente e do cérebro no desenvolvimento da faculdade de linguagem. “Corpo como casa da linguagem” apresenta o conceito de *embodiment* (corporeidade) e discute sua função na percepção espacial e seus reflexos na linguagem. “Estética da razão na linguagem” investiga como a percepção é organizada pela razão. Em “pensamento, significação e linguagem” analiso os fluxos de consciência que constituem a linguagem e sua significação. “verdade e linguagem” examina o conceito particular de verdade como *cash value* e a relação, também particular, entre verdade e linguagem em James. “Construção e responsabilidade do discurso” descreve as principais características do pragmatismo psicológico jamesiano e revela sua preocupação com a ética do discurso. Finalmente, “concepções de linguagem em James e Wittgenstein” analisa aproximações entre os dois pensadores quanto à influência do senso comum na determinação dos sentidos e quanto às soluções para lidar com as limitações da linguagem.

A terceira seção, “conceito de *cash value* em James”, considera os princípios básicos do pragmatismo clássico norte-americano como *experiência, hábito e ação* e explora a formação de crenças dentro de um conceito psicológico que James comparou a um sistema de crédito. Analiso, também, a amplitude do pensamento de James, capaz de transitar entre as ideias do Iluminismo, Modernismo e influenciar o Pós-modernismo de figuras como Bourdieu, Foucault e Kristeva, Appel, Hans Jonas e Habermas, Cornelius Castidoris, Roberto Unger, e Luce Irigaray. Encerro com um intrigante diagnóstico de James sobre

os diferentes tipos de temperamentos que estariam por trás de toda disputa filosófica através da história: os *tender-minded* (sensíveis) versus os *hard-minded* (durões).

“Considerações finais” retoma o tema do entrelaçamento entre pensamento e linguagem em James e estabelece um diálogo com conceitos semelhantes na filosofia da linguagem em Platão e Aristóteles. Esta seção também procura definir os contornos do pragmatismo jamesiano em relação ao peirceano, especialmente no tocante às questões da linguagem.

3.2 PENSAMENTO DE JAMES

As informações apresentadas nesta introdução sobre a vida e o pensamento de William James (1842 - 1910) têm como base três autores: McDermott (1999), Earle (2006) e Pihlström (2011). Aliás, é de McDermott (1999) a seguinte declaração ousada e surpreendente sobre o tamanho do impacto da figura de James na filosofia norte-americana:

William James está para a filosofia norte-americana clássica como Platão estava para a filosofia grega e romana: uma fonte original e inspiradora. Diferentes pensadores como C. S. Peirce, Josiah Royce, John Dewey e o último trabalho de AN Whitehead tomaram James como base, especialmente seu monumental *Principles of Psychology*. Influentes filósofos fora dos EUA também foram profundamente influenciados por James, por exemplo, Henri Bergson, Edmund Husserl, Miguel de Unamuno e Ludwig Wittgenstein. (MCDERMOTT, 1999, p. 3875 - 3876)

McDermott (1999) prossegue com seu relato sobre os principais fatos da biografia, fases na produção intelectual, assim como sobre algumas das posições de James frente a Darwin e Hegel.

William James, filósofo norte-americano, psicólogo, e um dos fundadores do pragmatismo, nasceu em Nova York. James era o mais velho de cinco filhos e irmão mais velho do romancista Henry James. Seu pai, Henry James Sr., era um heterodoxo filósofo religioso, profundamente influenciado pelo pensamento de Swedenborg, cujo fascínio despertou posteriormente em James um interesse pelas experiências religiosas.

O pai de James proporcionou aos filhos uma educação europeia, com prolongadas viagens à Inglaterra e ao Continente. Como resultado, James se tornou multilíngue, extraordinariamente cosmopolita e profundamente dividido entre as culturas norte-americana e europeia.

James era extremamente sensível às experiências psicológicas e corporais e poderia ser descrito como *neurastênico* - afligido por sintomas psicossomáticos constantes, como dispepsia, problemas de visão e depressão clínica. Sob a influência dos então florescentes trabalhos em psicologia experimental, James tentou sustentar, em bases empíricas, sua crença em um *self* como um *Prometeu autogerado* em oposição a uma consciência fruto de heranças ou influências de contextos sociais conforme defendiam os neohegelianos.

Earle (2006) define a obra *The Principles of Psychology* (JAMES, 1918), primeiramente, como um extenso e brilhante compêndio (dois volumes, 689 e 704 páginas respectivamente) organizado a partir de rigorosos estudos das pesquisas das escolas de psicologia escocesa, inglesa, francesa e alemã. Em segundo lugar, James apresenta informações que nunca haviam sido destacadas em nenhuma outra obra de psicologia ou de filosofia. *Principles* impressiona pelo seu tratamento profundo de nossa vida interior na visão de um mestre da introspecção. James desenvolve nessa obra um dos conceitos principais de sua filosofia pragmática - *um mundo de pura experiência*.

Esse conceito central de *experiência* em James, segundo Earle (2006), está ligado à existência de estados mentais. O capítulo 2 de *Principles* apresenta um exame detalhado sobre a relação entre experiências corpóreas, estados cerebrais e estados mentais. Como naturalista e evolucionista, James defendia a visão inovadora de que estados mentais surgem a partir de estados físicos e provocam mudanças no mundo físico. Essa ligação natural entre seres sencientes e seus ambientes James chamou de *princípio de continuidade*³⁵, que

³⁵ Ver a esse respeito o princípio de *Sinequismo* em Peirce.

determina que a separação ontológica dualística e cartesiana entre corpo e mente não passa de uma ilusão.

Após a conclusão de *Principles*, James iniciou uma intensa investigação sobre assuntos epistemológicos, metafísicos e sobre *a questão religiosa* em particular. *The Will to Believe* (JAMES, 2011b) recebeu severas críticas por sua defesa de suposições metafísicas desconhecidas e desafio agressivo aos principais dogmas do darwinismo social e do absolutismo neohegeliano ao afirmar o poder pessoal do indivíduo.

Para Earle (2006), James vai além das crenças religiosas e defende o direito a crenças morais, crenças na eficácia da ação, como, por exemplo, na importância do experimentalismo ativo da ciência moderna. O ponto central na doutrina de James é um repúdio aos excessos metodológicos preconizados por Bacon em sua crítica à axiomas defendidos por Descartes, que advertia que o entendimento deve saber antes que a vontade tome decisões.

Earle (2006) observa que James tinha uma vida profissional e acadêmica muito ativa. Além de seu trabalho em Harvard, suas palestras foram mais tarde publicadas como livros e se tornaram clássicos da filosofia norte-americana. Três séries de palestras são destacadas por Earle (2006):

- a) *The Gifford Lectures* em Edinburgh (1901 - 1902), publicadas como *The Varieties of Religious Experience* (1902);
- b) Palestras sobre pragmatismo no Lowell Institute em Boston, MA e em Columbia, NY (1906 - 1907), publicadas como *Pragmatism* (1907);
- c) *The Hibbert Lectures* em Oxford (1908 - 1909), publicadas como *A Pluralistic Universe* (1909).

Earle (2006) atribui o sucesso e a popularidade de James a sua personalidade e ao caráter de sua filosofia. James escrevia como falava e seus trabalhos retêm muito desse estilo conversacional. A maioria de seus livros são simplesmente transcrições de palestras e apresentam, portanto, todas as virtudes e vícios do discurso falado. James falava para pessoas comuns, não particularmente para filósofos, e procurava entender o que a vida significava para

elas. James respeitava seus sentidos comuns, emoções e esperanças e construiu sua filosofia com base nessas experiências humanas.

Mas as contribuições mais importantes de James para a transição no pensamento filosófico entre o final do século XIX e o início do século XX são suas ideias sobre pragmatismo. Earle (2006) define o pragmatismo de James como uma tentativa de formular uma metafísica da verdade e dos sentidos através de uma descrição adequada da realidade ou de suas partes. E esse tratamento da verdade e dos sentidos teve um forte impacto na filosofia da linguagem.

Pihlström (2011) recua até o *Metaphysical Club*³⁶ nos anos 1870 para esclarecer que foram as ideias de Peirce que iniciaram o pragmatismo, mas James foi um elemento crucial para seu desenvolvimento e divulgação.

Earle (2006) também esclarece que a popularização do pragmatismo de James se deveu ao imenso sucesso de seu influente trabalho, *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking* (JAMES, 1907), em que James desenvolveu as ideias discutidas por Peirce em um ensaio chamado *How to Make Our Ideas Clear* (PEIRCE, 1878).

Pihlström (2011) apresenta o pragmatismo de James como uma síntese filosófica de Darwin e Kant. Os pragmáticos clássicos norte-americanos foram fortemente influenciados pelo paradigma darwiniano. Segundo o que Kant havia proposto um século antes, nós estruturamos a realidade como objeto de nossa investigação e experiência. Entretanto, conforme a perspectiva darwiniana, a forma que essa estruturação acontece está sujeita a constantes mudanças ao invés de ser fixa ou pré-determinada. Nossa estruturação da realidade é um processo habitual e não pode ser reduzido a um conjunto de categorias fixas da mente humana.

³⁶ Ver nota explicativa no capítulo anterior.

3.3 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM EM JAMES

3.3.1 Linguagem como casa da experiência

Gavin (1979) afirma que, embora James nunca tenha desenvolvido uma teoria completa de linguagem, é possível encontrar diversas reflexões sobre linguagem espalhadas em várias partes do *corpus* jamesiano. Gavin (1979) resume a atitude de James em relação à linguagem como um misto de desdém e desconfiança pelo fato de a linguagem não estar à altura de lidar com a realidade e não conseguir capturar plenamente sua essência.

Como Heidegger, James parece identificar a linguagem como uma questão crucial e necessária, mas insuficiente para representar o *realmente real*³⁷. Gavin (1979) identifica dois níveis na visão de linguagem de James. No primeiro nível, James simplesmente descarta a linguagem como inadequada para lidar com a realidade. “A linguagem funciona contra nossa percepção da verdade”, diz ele em *Principles* (JAMES, 1918, v. I, p. 240).

James alerta que a linguagem cria uma falsa impressão da realidade e um falso senso de confiança. Entretanto, James também percebeu que, apesar de suas limitações, a linguagem é necessária: “se perdêssemos nosso estoque de rótulos, ficaríamos intelectualmente perdidos no mundo”, acrescenta ele em *Principles* (JAMES, 1918, v. I, p. 444).

Em um segundo nível, James reconhece a importância da linguagem e recomenda cuidados quanto ao seu uso. James constatou que os significados variam entre contextos, o que poderíamos chamar de aspecto intencional ou ilocucionário do discurso, mas também concluiu que partes desse discurso apresentam um caráter essencialmente *direcional* em vez de meramente descritivo.

Ainda sobre o papel dos contextos, James observou que línguas aglutinantes, como grego e latim, com suas declinações, seriam melhores guias

³⁷ Ver nota explicativa no capítulo anterior.

da formação dos sentidos porque os termos da oração mudam fisicamente para indicar sua função na frase. James nos dá alguns exemplos de importância contextual em suas obras. Em *Principles*, ele diz:

Quando uso a palavra homem em duas frases diferentes, posso ter as duas vezes exatamente o mesmo som em meus lábios e a mesma imagem em meu olho mental, mas posso dizer, e no exato momento de proferir a palavra e imaginar a imagem, sei que quero dizer duas coisas completamente diferentes. Assim, quando eu digo: 'Que homem maravilhoso é Jones!' Estou perfeitamente consciente de que 'homem' exclui Napoleão Bonaparte ou Smith. Mas quando digo: 'Que coisa maravilhosa é o homem!' Estou igualmente ciente de que pretendo incluir não apenas Jones, mas Napoleão e Smith também. (JAMES, 1918, v. I, p. 472)

Para Gavin (1979), essa citação envolve os aspectos intencionais e contextuais da linguagem. Em qualquer dos casos, um ponto principal parece ser que a linguagem não é uma cópia objetiva da realidade. Ela não existe como *objeto* e existe um relacionamento muito mais sutil entre sujeito, linguagem e realidade. Há um sentido em que o homem cria, nomeia e molda a realidade linguisticamente. Isso pode trazer novos problemas, mas torna inadequada a doutrina de que o único propósito da linguagem é a descrição imparcial dos eventos.

A importância do contexto, prossegue Gavin (1979), está intimamente alinhada com um segundo aspecto da visão mais positiva de James sobre a linguagem - o fato de que a linguagem tem uma função essencial a desempenhar, determinada pelo seu uso na frase. James expressa essa visão em *Principles* em que observa a função principal ou diretiva da linguagem:

[] grande parte da fala humana nada mais é do que sinais da direção no pensamento, direção essa da qual temos, no entanto, um sentido profundamente discriminativo, embora nenhuma imagem sensorial definida desempenhe qualquer papel nela. (JAMES, 1918, v. I, p. 252).

A linguagem então é direcional e deve ser encarada dessa forma. Cada palavra e cada frase apontam para além delas mesmas. A esse respeito, James

cita Joubert: "Nós só sabemos exatamente o que pretendemos dizer, quando acabamos de dizê-lo." (JAMES, 1918, v. I, p. 280).

Nesse segundo nível, James reconhece a inadequação da linguagem, mas também admite sua necessidade e procura articular recursos para usar a linguagem como algo natural, contextual, referencial, embora inacabada.

Gavin (1979) indaga quais são as implicações dessa visão para a metafísica de James e para suas supostas afinidades com a fenomenologia. Em primeiro lugar, uma vez que a linguagem é contextual, não há descrição apodítica ou base final para a realidade, que não pode ser completamente apreendida. Isso parece excluir pelo menos uma forma de fenomenologia. Por outro lado, em sua visão mais positiva, James apresenta a linguagem como apontando para além de si mesma, em direção a uma realidade nunca conhecida. James introduz aqui seu conceito de *empirismo radical*. Pode-se aludir ou apontar para o ser, mas ele não pode ser completamente capturado na fala. James parece concordar com declaração de Kierkegaard: "vivemos para frente (...) mas entendemos para trás".

Conforme observado por James, na citação acima, a distinção sujeito/objeto só surge quando a experiência é articulada através do discurso. Embora a linguagem seja necessária, há um sentido em que a linguagem trai o que é particularmente verdadeiro quando se está tentando aludir à questão do *ser* segundo o conceito de *pura experiência* em James.

Para Gavin (1979), existem implicações pragmáticas óbvias na visão de que as palavras são indicadores ou sinais na direção do pensamento. O significado de uma ideia não é apenas seu sentido formal, mas, sim, os seus efeitos, consequências e desdobramentos. A linguagem, em uma visão pragmática, aponta para além de si, em direção ao *realmente real* ou serve de veículo para o *realmente real*. Em certo sentido, a linguagem é a casa da experiência, da mesma forma que, para Heidegger, "A linguagem é a casa do Ser. Nesse lar, habita o homem. Quem pensa ou cria em palavras é guardião dessa morada".

Em *A Pluralistic Universe* (2012), James mantém que a essência da realidade está além da descrição completamente objetiva. Em outras palavras,

todas as afirmações metafísicas envolvem um elemento de *crença* porque a realidade excede a lógica da linguagem. Em suma, James acreditava que o ser humano pode experimentar mais, ontologicamente, do que é capaz de conceituar linguisticamente.

3.3.2 **Mente, cérebro e faculdade de linguagem**

Sobre a participação da mente e do cérebro no desenvolvimento da faculdade de linguagem, James pondera em *Principles* (JAMES, 1918, v. I, p. 28) que uma ciência das relações entre mente e cérebro deve mostrar como os elementos da primeira correspondem às funções elementares do segundo.

A faculdade da linguagem, prossegue James, envolve na realidade uma série de habilidades distintas. Devemos primeiro ter imagens de coisas concretas e ideias de qualidades e relações abstratas; em seguida, devemos ter a memória das palavras e, em seguida, a capacidade de associar cada ideia ou imagem a uma palavra específica que, quando ouvida, evoca imediatamente determinada ideia em nossa mente. Devemos, inversamente, assim que a ideia surgir, associá-la a uma imagem mental da palavra e, por meio dessa imagem, devemos inervar nosso aparato articulatório de modo a reproduzir a palavra como som físico.

Ler ou escrever um idioma envolve ainda outros elementos. James ressalta, porém, que a fala, por si só, é tão complexa a ponto de requisitar quase todos os poderes cognitivos da mente: memória, imaginação, associação, julgamento e volição. James afirma que “não há ‘centro de fala’ no cérebro ou uma faculdade de fala na mente. Quase a totalidade do cérebro trabalha em um homem que usa a linguagem” (JAMES, 1918, v. I, p. 56). Além disso, James mantém que o pensamento simbólico e os hábitos da mente “ignoram o abstrato e o arbitrário para buscar padrões e sentidos na linguagem” (JAMES, 1918, v. 1, p. 261 - 262).

James apresenta um longo destaque sobre as relações entre linguagem e representação e entre signos e seus objetos segundo um trabalho intitulado *The Philosophy of Rhetoric*. Nesse livro, Campbell (1868) mantém que as conexões ou relações que são construídas gradualmente entre as diferentes

palavras de uma língua em nossa mente são consequências dos signos que elas representam.

Com base no axioma geométrico euclidiano “coisas iguais à mesma coisa são iguais entre si”, Campbell (1868, p. 280) argumenta que, também em psicologia, ideias associadas às mesmas ideias estarão associadas entre si. Assim, os sons considerados como signos serão concebidos para ter uma conexão análoga à que subsiste entre as coisas significadas e dessa maneira nos permitem falar, escrever, ouvir e ler. Só quando abstraímos propositalmente dos signos e os consideramos apenas como sons, percebemos que estão completamente desconectados e que não têm outra relação além daquilo que surge como similitude ou sugestão das ideias que representam.

No uso comum, prossegue Campbell (1868), os signos são tomados pelas coisas que significam e esse hábito ou tendência da mente é consideravelmente fortalecido pelo uso e pela estrutura da linguagem, nosso único canal de comunicação de conhecimentos e descobertas. No discurso, a associação lógica entre signos e seus objetos acontece naturalmente porque relações similares são expressas similarmente, isto é, inflexões, derivações, composições, arranjos de palavras ou justaposições de partículas semelhantes ocorrem de forma análoga, mas de acordo com a genialidade ou a forma gramatical de cada sistema linguístico em particular.

É pelo uso da língua que os signos inconscientemente se conectam a nossa imaginação da mesma forma que as coisas significadas se ligam à realidade. Assim, pela estrutura regular da linguagem, essa conexão entre os signos é concebida como análoga àquela que subsiste entre seus arquétipos. Ainda sobre as ligações entre pensamento e linguagem, Campbell observa:

Nosso hábito em estabelecer certas relações entre ideias ainda se baseia nas palavras, o que nos faz perceber *imediatamente* (itálico no original) o absurdo dessa proposição. *Imediatamente* (itálico no original), ou seja, antes mesmo de compreender a função representativa do signo. Como confirmação dessa doutrina, observamos que realmente pensamos e falamos através de signos. (CAMPBELL, 1868, p. 282)

Na segunda parte de *Principles*, James apresenta contrastes e comparações entre as chamadas línguas naturais e a linguagem animal. James observa que ambas são sistemas de signos, mas que “a linguagem humana se destaca pela sua capacidade simbólica” (JAMES, 1918, v. II, p. 355 - 357).

James (1918) reitera que o homem é conhecido como *animal falante* e que a linguagem é seguramente um divisor entre homem e animal. A linguagem é um sistema de signos, diferente das coisas significadas, mas capaz de sugerilas. Sem dúvida, os animais empregam vários desses signos.

Quando um cão late em frente a uma porta e seu dono a abre, o cão pode, após um certo número de repetições, compreender o resultado desse tipo de comportamento que foi, a princípio, apenas a expressão involuntária de alguma emoção. O mesmo cão pode ser ensinado a *pedir comida* e depois fazê-lo deliberadamente quando está com fome.

Segundo James (1918), o cão também aprende a entender os sinais dos homens. A palavra *rato* pronunciada a um *terrier* sugere pensamentos excitantes de caça aos ratos. Se o cão tivesse um aparelho vocal adequado, como alguns outros animais, provavelmente repetiria a palavra *rato* sempre que, espontaneamente, pensasse em uma caça a ratos porque, sem dúvida, tem disso como uma imagem auditiva.

Um papagaio aprende o nome de um cão e o pronuncia espontaneamente, mesmo diante de cães diferentes. Em cada um desses casos, o signo particular pode ser percebido conscientemente pelo animal como distinto da coisa particular significada, o que se constitui em uma verdadeira manifestação da linguagem.

Mas, quando chegamos ao homem, observa James (1918), encontramos uma grande diferença. Ele tem uma intenção deliberada de usar signos sistematicamente; nele o impulso linguístico é generalizado. Ele procura signos para descrever até coisas até então despercebidas ou não sentidas. Mesmo quando o cão possui seu *latido* para uma determinada situação e reconhece a imagem auditiva *rato* como ligada a uma outra, a questão para o animal termina aí. Se uma outra coisa lhe chama a atenção, mas ele ainda não aprendeu seu signo correspondente, isso não lhe faz falta.

Em contraste, a ausência de signos para articular determinada situação inédita irrita o homem e ele acaba por inventá-los. Essa peculiaridade em particular constitui a principal característica da fala humana e explica seu desenvolvimento prodigioso.

Como, então, surge essa peculiaridade, pergunta James (1918). Ela surge nas descobertas de qualquer criança envolvida nos processos de aquisição de linguagem. Surge logo que a noção de signo como tal, além de qualquer importância particular, implica sua ligação com toda uma rede de outros signos e processos de significação.

3.3.3 Corpo como casa da linguagem

Rohrer (2001) nos apresenta um quadro extremamente interessante das ligações entre pragmatismo e linguística cognitiva. Rohrer (2001) define o conceito de *embodiment* (corporeidade) e discute suas relações com a linguagem, principalmente, sobre a questão da percepção e organização da noção de espaço.

Em sua segunda palestra sobre pragmatismo, James (1907) apresenta uma solução pragmática para resolver uma disputa metafísica sobre o significado da frase em inglês '*go around the squirrel*'. Segundo Rohrer (2001), o exemplo do esquilo metafísico é uma descrição brilhante e lúcida da ambiguidade de alguns quadros de referência espacial usados por seres humanos. James escreve:

O motivo da disputa era um esquilo agarrado a um dos lados do tronco de uma árvore; enquanto em frente e ao lado oposto da árvore, imaginava-se um ser humano em pé. Essa pessoa tentava avistar o esquilo, movendo-se rapidamente ao redor da árvore, mas, por mais que tentasse, o esquilo se movia mais rapidamente e na direção oposta, sempre mantendo a árvore entre si e o homem, nunca sendo visto. O problema metafísico resultante é o seguinte: o homem dá uma volta em torno do esquilo ou não? Ele contorna a árvore, com certeza, e o esquilo está na árvore; mas ele contorna o esquilo? (JAMES, 1907, p. 25)

De acordo com James, se você quer dizer que o homem passa ao norte do esquilo em direção ao leste, depois para o sul, depois para o oeste e depois

para o norte dele novamente, obviamente o homem o contorna porque ocupa essas sucessivas posições. Mas, se pelo contrário, você quer dizer que o homem vai estar primeiro na frente dele, depois à direita dele, depois atrás dele, depois à esquerda e finalmente à frente novamente, é óbvio que o homem não deu a volta no esquilo, pois os movimentos compensatórios do animal fazem com que sua barriga esteja voltada para o homem o tempo todo.

Rohrer (2001) ressalta que James nos oferece não apenas uma sofisticada análise semântico-pragmático-cognitiva de dois significados do verbo frasal “*go round*”, mas também que James procura aprofundar nessa passagem aspectos filosóficos da percepção humana. O ponto inicial de James é que existem dois quadros de referência espacial igualmente racionais segundo os quais o problema pode ser considerado: um referencial *geocêntrico*, no qual é possível contornar o esquilo com referência às quatro direções cardeais, e um quadro de referência centrada *no objeto*, no qual é possível contornar o esquilo com referência à sua frente, lado esquerdo, costas e lado direito. Em ambos os casos, é a pessoa que se move, enquanto o esquilo é um marco referencial.

Prosseguindo, Rohrer (2001) apresenta duas definições básicas do termo ‘corporeidade’, mas admite que, apesar de sua centralidade dentro da linguística cognitiva, esse termo permanece um dos mais contestados.

Em primeiro lugar, *corporeidade* está ligada ao princípio pragmático conhecido como anticartesianismo sobre as relações entre mente e linguagem. Descartes usou o raciocínio geométrico e matemático (como o significado do termo *triângulo*) como modelo para o estudo da mente e da linguagem, e concluiu que o conhecimento é incorpóreo, isto é, fundamentalmente independente de qualquer sensação corporal.

Nessa perspectiva, a filosofia da linguagem consiste tipicamente em (i) mapear as relações de referência entre objetos mentais idealizados de conhecimento e os objetos ou *estados de coisas* no mundo real (semântica), e (ii) discutir a estrutura interna lógica das relações entre esses objetos mentais (sintaxe). Essa posição atribuída a Descartes também foi defendida, com variações, por Pascal, Russell, o primeiro Wittgenstein, Quine, Chomsky e muitos outros.

Ainda segundo Rohrer (2001), outro sentido importante do termo 'corporeidade' se refere ao curso evolucionário do desenvolvimento do organismo ao longo de sua história genética. A diferenciação gradual de informações em mapas múltiplos, cada uma representando um quadro de referência diferente na evolução do sistema visual dos mamíferos, seria uma explicação evolucionária de múltiplos quadros para referência espacial. Rohrer (2001) observa que a própria emergência da linguagem humana e o fato de seu processamento não estar ligado a um módulo específico, mas, sim, espalhado por diversas áreas do cérebro, apontam para a dimensão evolutiva da corporeidade da linguagem.

Rohrer (2001) reitera que, na visão clássica da cognição, a mente é fundamentalmente composta de representações que ligam símbolos ao mundo. Essa concepção antiga de filosofia da linguagem teve como origem as filosofias platônicas e aristotélicas sobre linguagem e ciência. Segundo essa visão, a linguagem idealizada *cortaria a natureza em suas articulações* para se referir a elas como estão postas na natureza, independentemente de nossa percepção ou da experiência delas. Em *Política*, de Platão, o *Estrangeiro de Eléia* instrui um jovem Sócrates na arte da definição:

Devemos ter cuidado para não quebrar um pequeno fragmento e depois contrastá-lo com todas as seções importantes que foram deixadas para trás. Nós devemos apenas dividir onde há uma clivagem real [...] é esplêndido se alguém realmente pode dividir a classe procurada imediatamente de todo o resto - isto é, se a estrutura da realidade autoriza tais divisões.

Rohrer (2001) conclui que a recomendação do *Estrangeiro de Eléia* no diálogo platônico está ligada a uma determinada tradição dentro das ciências cognitivas. Mas a visão defendida por William James é diferente e se baseia em um sentido ricamente filosófico do conceito de corporeidade como sede da percepção e da conceptualização dos objetos da realidade.

3.3.4 Estética da razão na linguagem

Johnson (2007) também discute as questões da percepção e da razão na linguagem a partir do anticartesianismo de James, que reúne o que Descartes

insistiu em separar - corpo e mente. Johnson (2007) é mais um autor que enxerga no conceito de corporeidade de James ligações com as atuais pesquisas em neurolinguística sobre as relações entre percepção, sensação e conceptualização nos processos de significação da linguagem.

Segundo Johnson (2007), James foi o primeiro a explorar uma maneira de formular a formação de conceitos sem sucumbir à visão dualista cartesiana da cognição em *Pragmatism* (1907), *Some Problems of Philosophy* (1916) e, mais tarde, em *Principles* (1918). James percebeu que percepções e conceitos são dois aspectos de um fluxo contínuo de sensação e pensamento.

A grande diferença entre percepções e conceitos é que as percepções são contínuas e os conceitos são discretos uns dos outros em seus vários significados. Cada conceito significa apenas o que significa individualmente e nada mais; e se o observador não sabe o que ele quer dizer, isso mostra que seu conceito foi mal formado. O fluxo perceptivo como tal, pelo contrário, não significa nada e é apenas o que é pontualmente. Não importa seu tamanho, é sempre um excesso, e contém inúmeros aspectos e personagens que a concepção pode distinguir, isolar e, posteriormente, organizar. Ele mostra duração, intensidade, complexidade ou simplicidade, interesse, excitação, prazer ou seus opostos. (JAMES, 1916, p. 48 - 49)

Nossos conceitos, esclarece Johnson (2007), envolvem ações físicas e interações sociais que ocorrem continuamente. Conceitos não são coisas misteriosas ou entidades abstratas com um significado ontológico especial. Nossa linguagem conceitual nos permite traduzir várias qualidades e padrões significativos dentro de nossa experiência e marcar distinções de forma a reconhecer aquilo que permanece, mesmo através de diferentes experiências e pensamentos. Separamos dentro do fluxo da experiência o que nos importa, coisas que têm valor, significado, qualidade, forma e relações.

Johnson (2007) elabora a regra pragmática de construção do significado em James. Cognição e conceptualização constituem um processo contínuo para atender a vários aspectos de nossa experiência e colocá-los em uso como parte da investigação. James distinguiu o que chamou de aspectos *substantivos* e *funcionais* de um conceito:

a) parte substantiva:

- sinal ou expressão simbólica (uma palavra ou outra forma simbólica);
- imagem ou apresentação sensorial (a imagem evocada pelo signo).

b) parte funcional: o que o conceito leva a pensar ou seus efeitos

Para ilustrar essas distinções, Johnson (2007) usa o conceito 'cão'. A parte substantiva inclui a palavra ou signo (*cão, dog, perro, chien, Hund*) e uma imagem mais ou menos rica em sentidos (concreta ou esquemática) de um cão. A parte funcional é o que os cães nos proporcionam por meio de possíveis interações. Por exemplo, podem ser acariciados, nos receberão alegremente quando chegarmos em casa etc.

Para James, essas interações são físicas e intelectuais. Nos ditos conceitos concretos, a dimensão substantiva é bastante vívida e imediatamente evocável, ao passo que, nos conceitos abstratos, as conexões funcionais predominam quase exclusivamente. Nossa capacidade de pensamento abstrato - para discernir relações funcionais e suas implicações - nos permite planejar, raciocinar e teorizar. Essa vantagem evolutiva culminou em nossa capacidade de identificar e resolver certos problemas altamente complexos, sejam eles físicos, metafísicos, sociais ou morais.

James explica:

Ora, por mais bela ou meritória que seja a contemplação estacionária que a parte substantiva de um conceito possa ser, a parte mais importante de seu significado pode naturalmente ser considerada como as suas consequências. Essas podem estar no modo de nos fazer pensar ou no modo de nos fazer agir. (JAMES, 1916, p. 59)

Johnson (2007) destaca que no coração de toda filosofia pragmática está a compreensão fundamental de que pensamento e cognição representam ação. O pragmatismo reconhece que o pensamento pode ser transformador de nossa experiência precisamente porque é corporificado e interligado com sensações. Pensar não é algo que trazemos exteriormente para nossa experiência; em vez disso, é algo que faz parte da experiência - uma dimensão incorporada daquelas experiências nas quais a abstração está ocorrendo.

Nossa capacidade de conceptualizar é a nossa principal resposta para os problemas que encontramos, é como nos adaptamos às situações e às modificamos, conforme possível e desejável, através do uso da inteligência.

Essa concepção de mente e pensamento é a base da famosa máxima pragmática de significado de James usada como epígrafe na introdução deste capítulo. James afirma em seu postulado que o significado de um conceito é uma questão de suas consequências para o nosso pensamento e para nossas ações, presentes e futuras.

Para Johnson (2007), James justifica uma base emocional para a lógica principalmente no *The Stream of Thought*. Nesse renomado capítulo, James leva sua teoria da corporeidade da conceptualização e da cognição aos seus limites ao enfatizar que mesmo as relações lógicas são sentidas e não apenas raciocinadas.

James defende a natureza corpórea da conceptualização e a ela também incorpora a consciência e o pensamento. O pensamento humano é um fluxo contínuo incorporado e o que chamamos de *ideias* são fases desse fluir. A natureza dessa corporeidade molda tanto o que e como pensamos, e todo pensamento implica em uma certa consciência corporal.

Nossa própria posição corporal, atitude e condição ficam registradas, embora de forma desatenta, na consciência e, invariavelmente acompanham o conhecimento de qualquer outra coisa que sabemos. Nós pensamos; e, quando pensamos, sentimos nosso corpo como sede do pensamento. Se o pensamento é o nosso pensamento, ele deve estar impregnado em todas as suas partes com aquele calor e intimidade peculiares que o fazem vir como nosso. (JAMES, 1918, v. I, p. 241).

Johnson (2007) pondera que, se James estiver certo, a leitura dessas palavras e os pensamentos que expressam deve provocar certas sensações. Para James, o pensamento flui e deve haver uma qualidade desse fluxo que podemos experimentar. James usa aqui sua famosa metáfora sobre os voos e *pousos do pensamento*, à semelhança dos pássaros.

O pensamento passa de um lugar de descanso temporário, uma imagem ou uma ideia substantiva, para outra sucessivamente. No caminho, há a sensação de direção, dos ritmos e dos pulsos da nossa transição de um lugar (imagem estável ou ideia) para outro. O que sentimos são os padrões e qualidades desse fluxo transitório de pensamento, embora na maior parte do tempo tenhamos perdido essa sensibilidade.

Como exemplo, Johnson (2007) usa o ato de escrever. Sempre que a escrita está indo bem, há uma certa direção, força e impulso estabelecidos pelos primeiros pensamentos. As palavras fluem, juntamente com o pensamento, em uma transição suave. Mas então as coisas travam por um momento. Você não sabe como prosseguir. Observe a tensão física que acompanha a interrupção do seu pensamento. Você precisa encontrar uma solução para retomar seu trabalho. O pensamento é um processo e, como ocorre ao longo do tempo, envolve a experiência sentida do movimento de avanço de um estágio do processo para outro. As relações lógicas são sentidas como transições de um pensamento para outro. James corajosamente afirma:

Se existem coisas como sensações, então com a mesma certeza que existem relações entre os objetos em *rerum natura*, com tanta certeza, e mais certamente, existem relações entre tais sensações. Não há uma conjunção ou uma preposição, e dificilmente uma locução adverbial, forma sintática, ou entonação, na fala humana, que não expressem algum tipo de sensação das relações que em algum momento realmente sentimos existir entre os objetos mais significativos do nosso pensamento [...] Deveríamos poder descrever uma sensação de 'e', uma sensação de 'se', uma sensação de 'mas', e uma sensação de 'por', tão claramente como expressamos uma percepção de 'azul' ou uma sensação de 'frio'. (JAMES, 1918, v. I, p. 245)

Johnson (2007) reconhece que a maioria dos filósofos da linguagem têm dificuldade em aceitar as alegações acima sobre a relação entre lógica e sensações. Eles defendem que a lógica trata de relações formais e de algoritmos puros que podem ser executados em computação. Mas a chamada lógica dos computadores é totalmente diferente da inferência lógica humana. O pensamento humano é um processo sensorial contínuo, sempre ligado ao

monitoramento dos próprios estados do corpo. No mesmo capítulo em que James descreve a sensação de relações lógicas, ele usa a ciência neurológica de sua época para confirmar sua afirmação de que às vezes sentimos o fluxo do pensamento:

Acreditamos que o cérebro seja um órgão cujo equilíbrio interno está sempre em estado de mudança - mudança afeta todas as partes. Os pulsos de mudança são sem dúvida mais violentos em um lugar do que em outro, seu ritmo é mais rápido neste momento do que naquele [...] No cérebro, o rearranjo perpétuo deve fazer com que algumas formas de tensão permaneçam relativamente longas, enquanto outras simplesmente vêm e passam [...] As consciências remanescentes, se de objetos simples, chamamos de 'sensações' ou 'imagens', conforme são vívidas ou fracas; se de objetos complexos, nós os chamamos de 'percepções' quando vívidos, 'conceitos' ou 'pensamentos' quando fracos. Para as consciências rápidas, temos apenas os nomes de 'estados transitivos' ou 'sentimentos de relação'. (JAMES, 1918, v. I, p. 246)

Para James (1918), o fluxo do pensamento consiste em imagens, percepções e conceitos que se alternam para formar relações lógicas e monitorar os processos e equilíbrio do cérebro. Johnson (2007) observa que temos hoje relatos neurocientíficos mais detalhados e bem fundamentados sobre o monitoramento do equilíbrio do corpo pelo cérebro.

Damásio (1994) afirma que as emoções resultam do monitoramento do corpo das mudanças em seus estados em resposta as nossas interações com o meio ambiente. Em nossos sistemas de monitoramento de mudanças no equilíbrio corporal, as emoções (e sensações subsequentes) provocam mudanças internas em nossos corpos que às vezes nos levam a movimentos corporais no mundo. A hipótese básica de Damásio é a de que:

O corpo, como representado no cérebro, pode constituir o quadro referencial para processos neurais que experimentamos como a mente; que nosso próprio organismo, em vez de alguma realidade externa absoluta, é usado como referência básica para as construções que fazemos do mundo ao nosso redor e para a construção do sempre presente senso de subjetividade, que é parte integrante das experiências; que nossos pensamentos mais refinados e melhores ações, nossas maiores alegrias e tristezas mais profundas, usam o corpo como um critério. (DAMÁSIO, 1994, p. XVI)

Johnson (2007) depreende que, se a lógica não cai de um *céu platônico*, então certamente deve ter origem em nossa experiência corpórea como organismos funcionais em ambientes mutáveis. Melhor do que qualquer um, antes ou depois, James compreendeu que o reconhecimento desse fato requer uma séria reconsideração da própria natureza dos conceitos, do pensamento, do raciocínio e da lógica da mente humana. As relações formais não são sem sentido e arbitrárias, mas altamente motivadas e significativas. A significação vem da natureza de nossos corpos e dos padrões de interação que temos com nosso meio ambiente e, portanto, é moldada por nossos valores, interesses e propósitos como agentes ativos.

3.3.5 **Pensamento, significação e linguagem**

Em James, segundo Gavin (2004), os contrastes no fluxo da consciência são organizados pela linguagem. Nossa consciência muda continuamente, e esse *continuum* apresenta partes substantivas e transitivas. As transições entre dois momentos substantivos da consciência são tão reais quanto os próprios momentos substantivos. Os estados conscientes, em outras palavras, são contínuos, porque estão conectados por margens transitórias.

Gavin (2004) cita o exemplo do trovão em James. Temos consciência do trovão devido ao silêncio que o precedeu, pois o que ouvimos é um contraste entre silêncio e trovão. Esses elementos transitivos são representados na linguagem por termos como *de*, *e*, *mas* etc. Por meio desses marcadores de contraste, temos consciência *disso* e não *daquilo*, *dessa parte* etc. A consciência é seletiva e molda continuamente a experiência. James prefere usar metáforas naturais como o *fluir de um rio* para descrever os movimentos da consciência.

Em *The Stream of Thought*, James (1918, v. I, p. 243) trata da relação entre o fluxo da consciência e a linguagem e observa que a qualidade da naturalidade desse fluxo é tão particular que as partes parecem ser maiores que o todo.

James (1918) retoma sua metáfora dos pássaros e descreve estados mentais *substantivos* e *transitórios* como uma alternância entre voos e pousos.

O ritmo da linguagem expressa esses movimentos, onde cada pensamento é uma frase e cada sentença é fechada por pontuação. Os lugares de descanso são geralmente ocupados por imagens e sensações de algum tipo, cuja peculiaridade é que podem ser mantidas na mente por um tempo indefinido, e contemplada sem mudança; os lugares de fuga estão repletos de pensamentos de relações, estáticas ou dinâmicas, sobre e entre os assuntos contemplados nos períodos de descanso.

James (1918) nota então que o nosso pensamento tende a se mover para substituir partes substantivas ultrapassadas e conclui que o principal uso das partes transitivas é nos levar de uma conclusão substantiva para outra. James (1918) admite que é muito difícil, introspectivamente, ver as partes transitivas como realmente são. Elas apenas preparam as rotas em direção a uma conclusão, e parar para examiná-las antes que a conclusão seja alcançada seria realmente aniquilá-las. “Que alguém tente cortar um pensamento no meio e dê uma olhada em sua seção, e ele verá quão difícil é a observação introspectiva dos estados transitivos” (JAMES, 1918, v. I, p. 243).

Em *The Meaning of Truth* (JAMES, 2004), James demonstra sua sensibilidade em perceber e seu talento em descrever os processos de referência e inferência no desenvolvimento do pensamento simbólico. James entende que somos universalmente constituídos tanto para perceber como para falar e chegar a conclusões sobre realidades particulares, sem que nossa consciência subjetiva tenha qualquer material mental que se assemelhe a essas realidades mesmo que remotamente. Somos instruídos sobre tais realidades pela linguagem que nos confronta apenas com imagens acústicas e interpretamos essas realidades através de vislumbres fragmentários de algum contexto remoto que possa interligar tais imagens entre si.

Neste ponto, James (2004) revela porque é considerado um mestre da introspecção. Diz ele:

Como as mentes podem diferir, deixe-me falar na primeira pessoa. Tenho certeza de que meu próprio pensamento atual tem PALAVRAS como material subjetivo quase exclusivamente, palavras que se tornam inteligíveis porque se referem a alguma realidade além do horizonte da consciência direta, da qual

percebo certa direção para a qual as palavras podem levar, eventualmente. [...] A CONCLUSÃO das palavras é algo para o qual pareço inclinar minha cabeça para a frente, como se dando assentimento a sua existência, pois tudo o que minha mente vê pode ser algum vestígio de imagem conectada a ela, que se estilhaça. No entanto, apenas essa sensação de familiaridade e realidade me faz sentir que o todo ao qual ela pertence é racional e real, e que vale a pena prosseguir. (JAMES, 2004, p. 19)

Ainda sobre a questão da inter-relação entre pensamento, linguagem e significação, é interessante considerar algumas ideias propostas em *Philosophical Conceptions and Practical Results* (JAMES, 2011). Nesse artigo, apresentado como palestra na Universidade da Califórnia, James se refere a Peirce como fundador do pragmatismo e oferece uma interpretação mais ampla e inspirada da máxima pragmática. James discute ali as ligações entre conceitos principais do pragmatismo clássico norte-americano como *pensamento, crenças, hábitos de ação e linguagem*.

Segundo James (2011), o princípio de Peirce, originalmente apresentado em *Popular Science Monthly* (PEIRCE, 1878), sustenta que a alma e o significado do pensamento se destinam exclusivamente à produção de crenças, e que “essas crenças são os acordes finais que fecham uma frase musical na sinfonia da nossa vida intelectual” (CP 5.397).

O pensamento em movimento, prossegue James (2011), tem, assim, como único objetivo alcançar um estágio de repouso. E, quando nosso pensamento sobre um objeto encontrou seu descanso em uma crença, então podemos agir com firmeza e segurança. Crenças, em suma, são realmente regras de ação; e a função do pensamento é apenas a produção de hábitos de ação.

O mesmo pensamento pode apresentar vestimentas diferentes; mas se as diferentes palavras não sugerem uma conduta diferente e são meros acréscimos externos, elas não fazem parte do significado do pensamento - *a diferença tem que fazer diferença*. Se, no entanto, determinam condutas diferentes, então são elementos essenciais do significado.

Assim, conclui James, para compreender o significado de um pensamento, precisamos apenas considerar que efeitos práticos ele produz em

nossa conduta - que implicações devemos esperar e para quais reações devemos nos preparar. “Nossa concepção desses efeitos, então, é para nós toda a nossa concepção do objeto, na medida em que essa concepção tenha um significado positivo” (JAMES, 2011, p. 66).

3.3.6 Verdade e linguagem

Pragmatism's Conception of Truth (JAMES, 2011) é talvez um dos mais controversos trabalhos de James. Nessa palestra, publicada em 1907 como *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*, James discute de forma inovadora sua visão sobre as relações entre verdade e linguagem.

James (2011) antecipa profeticamente muitas das polêmicas que cercam sua obra e diz esperar sinceramente que a visão pragmática possa atravessar os três estágios na carreira de uma teoria. Primeiro, a nova teoria é atacada como absurda; depois é admitida como verdadeira, mas óbvia e insignificante; finalmente, vista como tão importante que seus adversários afirmam que a descobriram.

James defende que ideias se tornam verdadeiras à medida que a verdade é construída em torno delas. A verdade, prossegue James, *acontece* para uma ideia. “Sua veracidade é, de fato, um evento, um processo, o processo de sua própria verificação (veri - fic - ação). Sua validade é um processo de validação” (JAMES, 1907, 2011, p. 79).

James (2011) encara a noção de verdade como um sistema de crédito. Nossos pensamentos e crenças *passam*, desde que nada os desafie, assim como instrumentos de crédito *passam*, desde que ninguém os recuse. Mas em algum lugar existe um sistema de compensação bancária que garante a solidez financeira da transação. Você aceita a minha verificação de uma coisa, eu aceito a sua de outra. Trocamos verdades entre nós. Crenças verificadas concretamente pelo sistema são os pilares de toda a superestrutura.

James (2011) destaca a discursivização do pensamento. Trocamos ideias; emprestamos e tomamos emprestado verificações que obtemos uns dos outros por meio de relações sociais.

Toda verdade, assim, é construída verbalmente, armazenada e disponibilizada para cada um. Por isso, devemos falar de forma consistente, assim como devemos pensar consistentemente; tanto na conversa como no pensamento, lidamos com signos. Os nomes são arbitrários, mas uma vez compreendidos, devem ser mantidos. Não podemos agora chamar Abel de 'Caim' ou Caim de 'Abel'. Se o fizermos, deixaremos de nos lembrar do livro de Gênesis e de todas as suas conexões com o universo da linguagem e dos fatos até o tempo presente. Perderemos a ligação com qualquer verdade que sistema possa incorporar. (JAMES, 2011, p. 83)

Segundo James (2011), verdade é construída pelo discurso. A esmagadora maioria de nossas informações sobre o passado não admite nenhuma verificação direta, como no caso de Caim e Abel. O fluxo de tempo pode ser remontado apenas verbalmente ou verificado indiretamente por seus prolongamentos e efeitos. O passado é garantido historicamente pela sua coerência com o tempo presente.

Para concluir, James apresenta seu controverso conceito pragmático sobre as ligações entre verdade, pensamento, comportamento e funcionalidade.

A 'verdade', para resumir, é apenas aquilo que funciona para os caminhos do nosso pensamento, assim como o 'justo' é apenas aquilo que funciona para o nosso comportamento. Funcional de qualquer forma; expediente a longo prazo e em geral [...] pois atende de forma conveniente, se não às experiências atuais, atende a todas as outras experiências futuras satisfatoriamente. A experiência, como sabemos, tem suas próprias maneiras de nos fazer corrigir nossas fórmulas atuais. (JAMES, 2011, p. 86)

Pihlström (2011) discorre sobre uma percepção de verdade ou realidade como algo dependente da capacidade de conceptualização da mente e da linguagem e expõe, assim, uma rara e significativa confluência no pensamento pragmático essencialmente pluralista.

Segundo observação do autor, nas tradições centrais da filosofia moderna, incluindo a tradição pragmática, vários pensadores argumentaram que a existência e identidade das coisas são, de um modo ou de outro, relativas ou dependentes da mente humana, de estruturas linguísticas, de esquemas conceituais, de práticas, de *jogos de linguagem*, de formas de vida, de paradigmas ou de algo similar.

Pihlström (2011) inclui entre os principais defensores de variações dessa *tese da dependência* desde figuras da pré-história do pragmatismo, passa por figuras marginalmente envolvidas no pragmatismo, e termina com um neo-pragmatismo relativamente recente.

Kant, por exemplo, sustenta que o mundo empírico é constituído pelas faculdades transcendentais da mente, isto é, as formas puras de intuição e os conceitos ou categorias puras do entendimento. James afirma que qualquer definição de uma *coisa* depende de nossos propósitos e interesses. Schiller entende que nós *humanisticamente* construímos o mundo e todas suas verdades conforme nossas intenções.

Para Dewey, os objetos de investigação são construídos em e por meio de investigação, em vez de existir como *prontos* antes da investigação. Carnap mantém que questões ontológicas sobre a existência de certos tipos de entes só podem ser resolvidas dentro de estruturas linguísticas, *internamente*, ao passo que *externamente* as questões tratam dos critérios pragmáticos para escolher uma ou outra estrutura linguística.

Segundo Quine, ontologias não são absolutas, mas relativas a uma teoria, linguagem ou esquema de tradução. Conforme Wittgenstein, a *essência* das coisas está na *gramática*, nos *jogos de linguagem* em que nos envolvemos, em vez de transcender nosso uso de linguagem e formas de vida.

Putnam diz que não há *mundo pronto*, mas apenas esquemas criadores de objetos. Nelson Goodman alega que *fazemos mundos*, ou *versões do mundo*, empregando nossos vários sistemas de símbolos. Kuhn declara que diferentes paradigmas científicos constituem diferentes *mundos*. Finalmente, Rorty argumenta que nossos *vocabulários* constituem as formas do mundo, e devemos *etnocentricamente* usar esses vocabulários que possuímos contingentemente.

Pihlström (2011) conclui, mas não encerra, sua lista de influenciadores com Wilfrid Sellars, para quem as teorias científicas mais explicativas pretendem ser a *medida* entre o que existe e o que não existe.

3.3.7 Construção e responsabilidade do discurso

Na Introdução de *Pragmatism and Other Writings* (GUNN, 2001), Gunn descreve sete características principais do pragmatismo jamesiano e ressalta a preocupação de James com o discurso como algo que deve ser justificável.

Primeiro, Gunn (2001) argumenta que, se o pragmatismo jamesiano não é completamente antifundacionista como em Peirce, ele é pelo menos cético sobre a possibilidade da construção do pensamento a partir de pontos de partida neutros. Em segundo lugar, ele é empírico não simplesmente por causa de sua ênfase no concreto e no particular, mas por seu compromisso radical com as partes e com a crença de que as partes da experiência devem incluir sensações e ideias, bem como fatos cujas relações são tão completamente experienciáveis quanto qualquer outra coisa.

Terceiro, ele é pluralista em sua afirmação de um universo cujas partes não são apenas múltiplas e diversas, mas estão sempre mudando e, muitas vezes, desordenadamente. Quarto, ele é realista, pois reconhece que há ganhos e perdas reais na vida e que o que permanece é a resistência que oferecemos à vida e não a tensão que a vida nos traz.

Quinto, como em Peirce, ele é falibilista no sentido de que considera todas as conclusões e certezas abertas a outras questões, mesmo que não todas de uma só vez. Em sexto lugar, James também sustenta como Peirce que a filosofia precisa mudar seu modelo de argumentação de uma corrente que não é mais forte do que seu elo mais fraco para um cabo cuja força deriva da interconexão de suas múltiplas fibras e assim pode confiar na quantidade e variedade de seus argumentos, em vez de depender de qualquer um deles.

Sétimo, e finalmente, ele é democrático na medida em que seu objetivo público central não é apenas dissolver os protocolos e formalidades hierárquicas que definem tópicos e estilos nas disputas filosóficas tradicionais, mas também constituir e decretar em seu próprio discurso a informalidade, a honestidade e a franqueza em uma conversa entre iguais.

Gunn (2001) salienta, em suma, que, ao encorajar as ideias a seguir a lógica irregular e imprevisível do discurso em vez da lógica mais formal e sistemática dos debates, James conseguiu, como nenhum outro filósofo da

tradição norte-americana, transformar a filosofia em um modo de discurso com responsabilidade social. Gunn (2001) observa que o pensamento na metafísica jamesiana nunca se eleva acima do plano da vida comum a ponto de esquecer suas origens e o fato de que deve ser justificável.

3.3.8 Concepções de linguagem em James e Wittgenstein

Pihlström (2011) defende que determinadas concepções da filosofia da linguagem em James e Wittgenstein estabelecem ligações promissoras entre pragmatismo e filosofia pós-analítica.

De fato, Pihlström (2011) não tem problemas em afirmar que Wittgenstein ocupa um lugar na interseção entre o pragmatismo e a filosofia transcendental kantiana, de tal maneira que essas duas tradições se encontram no seu pensamento posterior - especialmente e postumamente em *On Certainty* (1969), cuja abordagem básica tem sido descrita como uma forma de pragmatismo por alguns neopragmáticos como Rorty e Putnam.

Pihlström (2011) se dispõe a admitir que o segundo Wittgenstein é tanto um pragmático - afinal, seus *jogos de linguagem* são formas práticas de *estar no mundo*, baseados em práticas ou *formas de vida* - como um pensador transcendental kantiano envolvido com a questão da possibilidade do significado.

Pihlström sustenta que a inclusão de Wittgenstein, com algumas ressalvas, na tradição pragmática ampliaria significativamente, tanto geograficamente como filosoficamente, o escopo da erudição do pragmatismo e a influência do pragmatismo na filosofia contemporânea.

Boncompagni (2012) é mais uma autora que analisa relações entre o pensamento de James e de Wittgenstein. Boncompagni (2012) discute três sistemas de construção do pensamento e estabelecimento da verdade em James e enxerga ali ligações entre senso comum e os *jogos de linguagem*.

Boncompagni (2012) relata que, na visão de James, senso comum, ciência e filosofia crítica formam os três estágios do conhecimento, nenhum deles possuindo a *verdade* de qualquer coisa, mas cada um apresentando contribuições em algum nível.

O senso comum, segundo Boncompagni (2012), sempre foi um importante tópico de interesse para James, que o coloca como fonte do pensamento: “nossas filosofias posteriores e mais críticas são meras modas e fantasias em comparação com essa língua mãe natural do pensamento” (GUNN, 2001, p. 81). James, portanto, vinculou o senso comum à linguagem, à natureza e ao pensamento.

Essa mesma preocupação com o senso comum, prossegue Boncompagni (2012), também aparece na obra do segundo Wittgenstein, leitor assíduo de James e, em muitos aspectos, com um tratamento semelhante às ideias de James. Diferenças à parte, os trabalhos filosóficos posteriores de Wittgenstein revelam a presença de uma veia pragmática e uma aproximação com as formulações sobre senso comum expostas por James.

Segundo Boncompagni (2012), James define a linguagem como repositório dos conhecimentos do senso comum. Para James, linguagem e conhecimento se fundem de tal maneira que “somos agora incapazes de pensar naturalmente em quaisquer outros termos” (GUNN, 2001, p. 81).

Na linguagem, podemos encontrar depositados e cristalizados todos os conhecimentos de nossos ancestrais que sobreviveram através do tempo e agora fazem parte do nosso modo comum de pensar. Linguagem e pensamento são moldados pelo senso comum. A linguagem, como uma expressão de nossa natureza, carrega nossa história natural em cada palavra que dizemos e no próprio modo como as dizemos, porque sua estrutura e conteúdo vêm do senso comum. A natureza e a cultura estão interligadas na linguagem e essa ligação é capaz de nos conectar com o passado e nos projetar ao futuro. Isso também significa que é quase impossível imaginar, dentro da linguagem, uma *forma de vida* totalmente diferente, para usar uma expressão wittgensteiniana.

Em *Philosophical Conceptions and Practical Results*, James (2011) elabora um argumento sobre as limitações da linguagem no tratamento da verdade. É possível encontrar, nos exemplos de James, temas que mais tarde viriam a chamar a atenção de Wittgenstein e constituir sua filosofia de linguagem. Refiro-me à questão da significação pragmática como elemento central na

constituição dos *jogos de linguagem* e às possibilidades de solução ou dissolução dos problemas.

James inicia descrevendo o que ele chama de método pragmático para a resolver (ou dissolver) problemas:

Suponha que existam duas definições filosóficas ou proposições diferentes que parecem se contradizer, e sobre as quais existem disputas [...] se, supondo que a verdade de uma não possa prever nenhuma consequência prática concebível para ninguém, em nenhum momento ou lugar, e que seria diferente se você pudesse prever ou supor a verdade da outra, por que dizer que existe uma diferença entre as duas? Não há diferença - é apenas uma diferença verbal aparente, que não vale a pena disputar. Ambas as formulações significam radicalmente a mesma coisa, embora expressem isso com palavras tão diferentes. É surpreendente ver quantas disputas filosóficas desaparecem na insignificância no momento em que você as submete a esse simples teste. [...] Diferenças têm que fazer diferença - expressas em fatos concretos e nas condutas decorrentes desses fatos, impostos a alguém, de alguma forma, em algum tempo e lugar. (JAMES, 2011, p. 67)

Neste ponto, James (2011) desenvolve um argumento pragmático sobre um dos temas que lhe foram mais caros - os embates entre materialismo e fideísmo. James defende que explicações da realidade provocam reações pessoais e que tais reações, em última análise, dependem de como os termos das proposições são descritos e definidos pela linguagem. James abaixo lança luzes esclarecedoras sobre o conceito de *jogos de linguagem* em Wittgenstein.

Qual é a diferença em considerar que o mundo é produto de configurações de átomos que se movem de acordo com leis físicas ou que, por outro lado, sua existência se deve à providência divina? Quanto aos fatos passados, realmente não há diferença [...]; e seu valor é reconhecido, sejam os átomos, seja Deus sua causa primeira. Há, portanto, muitos materialistas [...] que procuram eliminar o ódio ligado à palavra materialismo [...] mostrando que, se a matéria tem poder de criar universos, ela é tão divina quanto Deus, na verdade se funde com Deus, e é o que você entende por Deus. Os materialistas nos aconselham a parar de usar termos carregados de conotações religiosas e sugestivos dos aspectos mais grosseiros da matéria. Sugerem falar do mistério primordial, da energia incognoscível, do poder único, em vez de usar Deus ou matéria. Assim bem argumenta Spencer [...], que nos mostra que uma 'matéria' tão infinitamente sutil, capaz de movimentos tão inconceivelmente

rápidos e precisos como a ciência moderna postula, não pode ser considerada grosseira. Ele mostra que a concepção de espírito, como nós a definimos, é, em si, grosseira para cobrir a extraordinária complexidade dos fatos da natureza. Ambos os termos, diz ele, são apenas símbolos, apontando para aquela realidade incognoscível em que suas oposições cessam. (JAMES, 2011, p. 69 -70)

3.4 CONCEITO DE CASH VALUE EM JAMES

Esta terceira parte do capítulo inicia com considerações do próprio James e de outros autores estudiosos de sua obra sobre os conceitos de *experiência*, *hábito*, *ação* e *crença*, os pilares de sustentação do pragmatismo clássico norte-americano. James discorre aqui sobre a psicologia, formação, necessidade e o papel das crenças nos processos de significação do pensamento e da linguagem e também explica sua abordagem particular da verdade como sistema de crédito.

Em *The Will to Believe*, palestra apresentada para os alunos das universidades de Yale e Brown, James (2011) argumenta contra o *evidencialismo* em favor da alegação de que, sob certas condições, a *natureza passional* pode determinar crenças individuais mesmo na ausência de evidências.

James começa sua explicação pela formação e pelos diferentes tipos de hipóteses. Para James (2011), a exemplo do que ocorre com a eletricidade, hipóteses podem ter ou não *corrente*. Uma hipótese carregada apela como possibilidade real. Já uma proposta sem carga deixa de provocar efeitos porque não consegue *empolgar* ou *polarizar*. Menções religiosas provocam determinadas reações entre seguidores de diferentes sistemas de fé e, por certo, soariam ainda mais diferentes ou indiferentes para ouvidos ateus. Segundo James (2011), isso mostra que a repercussão de uma hipótese não é uma propriedade intrínseca, mas varia em relação a cada indivíduo.

James (2011) distingue entre opções frente a diferentes hipóteses. As opções podem ser de vários tipos: (i) com ou sem carga; (ii) forçadas ou evitáveis; e (iii) significativas ou triviais. Para James (2011), uma opção é genuína quando for do tipo com carga, forçada e significativa, segundo nossa natureza passional, raiz de todas as nossas convicções, e segundo aquilo em que é útil e conveniente acreditar.

James (2011) defende a tese de que nossa natureza passional não apenas pode, mas deve decidir por uma opção entre proposições sempre que essa opção for genuína e que não possa, por sua natureza, ser decidida em bases intelectuais. Não decidir e deixar a questão em aberto é, em si, uma decisão passional - assim como decidir sim ou não - e todas correm o mesmo risco de não corresponderem à verdade.

James (2011) indaga qual seria a conduta mais adequada diante do fato de que a nossa filosofia geralmente apresenta atitudes absolutistas e de que as nossas crenças e opiniões são fortemente influenciadas por paixões individuais:

Devemos defendê-las e endossá-las? Ou devemos tratá-las como uma fraqueza de nossa natureza da qual devemos nos libertar, se pudermos? Eu sinceramente acredito que o último curso é o único que podemos seguir como seres racionais. Fatos objetivos e certezas são, sem dúvida, ideais muito bons de se buscar, mas onde encontrá-los nesse planeta iluminado pelo luar e visitado por sonhos? Eu sou, portanto, um completo empirista no que diz respeito à minha teoria do conhecimento humano. (JAMES, 2011, p. 98)

Em 1898, James fez uma palestra histórica intitulada *Philosophical Conceptions and Practical Results* no Departamento de Filosofia da Universidade da Califórnia em Berkeley. Essa ocasião é considerada histórica porque, conforme já afirmei, foi ali que James se referiu a Peirce como fundador do pragmatismo.

Ao apresentar a máxima lógica peirceana sobre o papel determinante dos efeitos no estabelecimento da concepção da verdade dos objetos, James (2011) oferece uma interpretação mais ampla da máxima pragmática e estabelece suas relações com seu próprio conceito de *cash value*.

James (2011) revela que foram os filósofos de língua inglesa que introduziram, pela primeira vez, o costume de interpretar o significado das concepções perguntando que diferença fazem para nossa vida. Peirce expressou apenas em forma de uma máxima explícita o que seus antecessores, Locke, Berkley, Hume, James e John Mill, já haviam feito seguindo métodos mais ou menos semelhantes.

O jeito inglês de investigar uma concepção é perguntar-se imediatamente: 'Como ela é conhecida? Em quais fatos resulta? Qual é o seu valor prático (*cash value*) em termos de experiência particular? E que diferença especial faria se fosse falsa ou verdadeira?' (JAMES, 2011, p. 76)

James (1907) elabora o seu conceito de *cash value*, explora ligações entre verdade e linguagem e também destaca seu tratamento da verdade como valor, crédito ou discurso.

James (1907) estava convencido de que todas as verdades têm uma característica em comum: “elas compensam ou são aceitas como crédito” (JAMES, 1907, p. 99). Elas têm valor porque nos guiam em direção a alguma parte de um sistema de sentidos que podemos copiar mentalmente ou não, mas com a qual, de qualquer modo, estamos agora em um tipo de comércio vagamente designado como verificação. “A verdade para nós é simplesmente um nome coletivo para os processos de verificação” (JAMES, 1907, p. 103).

Entretanto, James (1907) constata que os processos de verificação ocorrem com frequência apenas em segunda ou terceira mão. Sua natureza tardia deriva do fato de que o pensamento é tão totalmente “discursificado” (JAMES, 1997, p. 101).

James (1907) antecipa aqui insights de filósofos contemporâneos, como Jacques Derrida e Michel Foucault. ‘Discursificado’ significa para James que o pensamento é completamente mediado por sistemas intertextuais de interação e comunicação. Assim, à medida que a verdade “é construída verbalmente, armazenada e disponibilizada para todos” (JAMES, 1907, p. 101) e as verificações são trocadas e emprestadas através de “relações sociais textualizadas” (JAMES, 1907, p. 101), cada vez menos essas ideias recebem verificação direta, mas são confirmadas, ou não, por suas relações com outros discursos e regimes discursivos.

Para James (1907), a verdade deixa de ser uma categoria distinta em si mesma e se torna uma espécie do *bem*. “Verdadeiro é o nome daquilo que prova ser bom em termos de crença e também bom por razões definidas e determináveis” (JAMES, 1907, p. 40).

James entende que *verdade* é aquilo que chamamos de verdade: “As razões pelas quais chamamos as coisas de verdadeiras são a razão pela qual elas são verdadeiras, pois ‘verdade’ significa apenas ser capaz de realizar esse casamento” (JAMES, 1907, p. 35). Aceitamos coisas como verdadeiras, prossegue James (1907), não em função do que dizem sobre a realidade, mas, sim, devido à forma de como determinadas verdades afetam nossas relações com a realidade.

É evidente que tais visões despertaram, naturalmente, uma tempestade de críticas, uma vez que colocaram James em rota de colisão com todos aqueles filósofos e leigos que sustentavam que a verdade representa uma correspondência com a realidade. Nessa noção mais convencional da verdade - que, por acaso, é a mesma noção de senso comum, mesmo que esse retrate a verdade como outra coisa - a verdade é um reflexo do que já existe antes de nossa percepção.

James (1907), entretanto, insiste que o real também inclui nossa percepção de noções puramente mentais como bondade, beleza e as relações entre elas. Na opinião de James, contudo, os racionalistas negligenciaram o fato de que o real também é composto, conforme mostrou em suas discussões sobre senso comum, de toda a tradição empírica estabelecida aceita como verdadeira como produto da linguagem.

James (1907) elabora a ligação e o funcionamento dos princípios pragmáticos de verdade e senso comum por meio de uma intrigante analogia financeira: “A verdade existe, de fato, basicamente como um sistema de crédito. Pensamentos, como cartões de crédito, são aceitos até que sejam recusados” (JAMES, 1907, p. 99).

De modo semelhante e por uma questão de economia, não somos obrigados a provar tudo o que dizemos porque isso tornaria a comunicação inviável. Mas discursos *passam* até o ponto em que são desafiados, comecem a levantar suspeitas ou caem em desuso.

Pihlström (2011), por exemplo, explora as tensões entre realistas e antirrealistas frente à questão da experiência religiosa. Aqui o conceito de *cash value* em James é usado para ilustrar em que extensão teorias

representacionistas e antirrepresentacionistas de linguagem afetam e são adequadas para tratar de polêmicas envolvendo o papel da fé e da razão.

Segundo o autor, a filosofia contemporânea da religião revela seu estado de confusão devido à natureza profundamente discordante de seus métodos e abordagens. Surgem disputas entre teísmo e ateísmo, sobre a existência de Deus ou da controvérsia atualmente popular entre ciência versus religião. Evidencialismo e fideísmo oferecem visões muito diferentes para justificar fé religiosa e sua relação com a ciência e com a razão.

Pihlström (2011), porém, observa que esse debate metafísico e epistemológico é alimentado pelas limitações da linguagem usada para definir e se referir à natureza da *realidade* religiosa.

Realistas afirmam a existência de um mundo independente da mente, dos conceitos, da linguagem e do discurso e acreditam que a linguagem pode, em princípio, ser usada para se referir a tal realidade e que a verdade é uma questão de correspondência entre itens linguísticos e elementos não-linguísticos do mundo que *tornam verdade* as nossas verdades. Antirrealistas, em contraste, compreendem a natureza da linguagem religiosa - e a linguagem em geral - em termos de seu uso dentro de práticas ou *formas de vida*, ao invés de quaisquer relações representacionistas.

As principais tradições da filosofia da religião ocidental (analítica) têm sido evidencialistas e realistas. Mas, no século XX, filósofos inspirados por Wittgenstein foram cada vez mais atraídos pelas visões fideístas e antirrealistas. Em que pesem as dificuldades para entender Wittgenstein com alguma clareza, podemos afirmar que uma filosofia da religião de orientação pragmática leva em consideração a equivocidade da linguagem, os hábitos de pensamento ou as crenças, os interesses e as motivações por trás de cada proposição. Segundo o conceito de *cash value* em James, ações e atitudes são tomadas considerando seu valor e conveniência e seu significado é determinado pelo modo como afetam nossa conduta.

Gunn (2001), editor de *Pragmatism and Other Writings*, salienta a importância do trabalho de James como transição entre o pensamento pré- e pós-moderno. Para Gunn (2001), James viveu em um momento em que o

espírito moderno estava começando a se libertar do etos *Vitoriano*, fortemente marcado por uma crença na permanência e validade de certos valores morais associados a termos como *verdade*, *dever*, *abnegação* e *decência*. Tais valores estariam inscritos mais profundamente em textos e práticas associados à alta cultura, guardião do progresso constante da humanidade.

A nova era descrita como *moderna*, particularmente o modernismo do tipo que James ajudou a estimular na América do Norte, assumiu que valores são, como a própria vida, mais instáveis, provisórios e circunstanciais e que arquétipos da alta cultura perderam contato com suas raízes e já não podem garantir um avanço civilizatório ininterrupto. T. S. Eliot³⁸ captou esse lado ignorado do modernismo de James perfeitamente quando observou que mais vale lutar para manter valores culturais e espirituais vivos do que acreditar em valores e verdades permanentes.

Na visão de James, a vida nos confronta com uma série de obstáculos a serem superados e de problemas a serem resolvidos pela razão. James descreve o pensamento como um fluxo que pode ser diferenciado em momentos substantivos e transitivos e que as relações entre tais momentos são todas parte da mesma experiência. Esse pensamento é, portanto, um tipo de linguagem simbólica que não precisa traduzir todas as suas operações em imagens para realizar seu trabalho, o que torna a consciência um processo e não uma substância.

James (1918) expressa sua crença de que a filosofia moderna precisa redirecionar seus esforços para a reintegração dos elementos do *vago* e do *indeterminado* em nossa vida mental. James também prenuncia sua opinião posterior de que a história da filosofia é, em grande medida, um conflito de disposições diferentes, e não apenas de opiniões diferentes.

³⁸ Thomas Stearns Eliot (1888 - 1965), poeta, dramaturgo, crítico literário e editor norte-americano e inglês. Líder do movimento modernista. Exerceu forte influência na cultura anglo-americana da década de 1920 até o final do século. Recebeu a Ordem do Mérito e o Prêmio Nobel de Literatura em 1948. (Encyclopædia Britannica, 2015)

Gunn (2001) destaca ainda o modernismo radical de James em seu pioneiro trabalho, não de filosofia, mas de psicologia. E esse trabalho foi agora redescoberto em um momento histórico e cultural que podemos chamar de pós-moderno porque estabelece ligações com os momentos históricos e culturais que o precederam.

A respeito dessa continuidade, Gunn (2001) ressalta a reação de filósofos alemães como Martin Heidegger, Max Scheler, Theodor Adorno e Max Horkheimer que criticaram fortemente o pragmatismo, com exceção de Georg Simmel, pai da sociologia alemã, e de Jürgen Habermas.

Habermas, o maior filósofo alemão da segunda metade do século, encontrou no pragmatismo a chave para sua reconstrução da razão como ação comunicativa. Atualmente, Habermas é apenas um dos vários filósofos europeus e do mundo que mais recentemente se descobriram em diálogo com ideias que foram desenvolvidas pela primeira vez por James.

Na França, encontramos Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Julia Kristeva; na Alemanha, Hans-Otto Appel e Hans Joas; na Grécia, Cornelius Castoriadis; no Brasil, Roberto Unger (prometeano); e na Bélgica e em Paris, Luce Irigaray.

Gunn (2001) identifica uma conexão entre as perspectivas de James e G.K. Chesterton³⁹ sobre o papel dos temperamentos na construção da verdade. Ambos compartilhavam da crença de que a coisa mais importante e prática que se pode conhecer sobre indivíduos é sua filosofia pessoal ou visão de mundo.

Por visão de mundo, James não se referia a conhecimentos acadêmicos, mas, sim, à “noção mais ou menos básica e honesta sobre o significado da vida” (JAMES, 2011, p. 7). A filosofia como produto da experiência é, nesse sentido, simplesmente “nossa maneira individual de ver e sentir o impulso e a pressão total do cosmos” (JAMES, 2011, p. 7).

³⁹ Gilbert Keith Chesterton (1874 - 1936), ensaísta, romancista e poeta inglês. (Oxford Advanced Learner's Dictionary, 8th edition, 2010)

James reconhecia que a maioria das pessoas não tem muita paciência para lidar com questões abstratas e que a grande maioria de nós raramente conhece a própria mente. James ousou afirmar que “a história da filosofia é, em grande parte, a história de um certo choque de temperamentos humanos” (JAMES, 2011, p. 8).

Obviamente, observa Gunn (2001), dizer que a história da filosofia pode ser reduzida a diferenças de temperamentos provocou mais uma enxurrada de críticas na época e hoje a situação não é muito diferente porque filósofos profissionais defendem inflexivelmente seus trabalhos como razoáveis, objetivos e desinteressados.

James acreditava que o conflito de temperamento que marcou seu próprio período colocou racionalistas contra empiristas. Os racionalistas estavam comprometidos com princípios abstratos ou atemporais e tendiam a ser intelectualistas, idealistas, otimistas, religiosos, monistas e dogmáticos. Empiristas, por outro lado, estavam comprometidos com fatos e, portanto, tendiam a ser materialistas, sensacionalistas, positivistas, pessimistas, fatalistas, pluralistas e céticos.

Embora não existissem tipos puros, traços dessas diferenças poderiam ser encontrados em algum grau de mistura na maioria de nós. Os choques de *personalidade* entre as duas correntes poderiam ser discernidos na literatura, na política, na arte, na religião e no pensamento social. De um lado, segundo James, estavam os *tender-minded* (sensíveis), que se apegam à crença de que os fatos devem estar relacionados a valores e tais valores devem ser vistos como predominantes, e do outro, os *tough-minded* (durões), que preferiam lidar com os fatos e deixar os valores de lado. Os *tender-minded* encaram os *tough-minded* como duros e insensíveis; por sua vez, os *though-minded* condenam o sentimentalismo e o pensamento difuso dos *tender-minded*.

Gunn (2001) esclarece que esse choque produziu o que James descreveu como o *dilema da filosofia*, um debate entre duas alternativas aparentemente irreconciliáveis e igualmente pouco atraentes entre uma filosofia empírica que deixa pouco espaço para valores e princípios, ou uma filosofia racionalista que perdeu o contato com os fatos concretos da experiência humana.

James ofereceu o pragmatismo como uma solução para esse dilema. O pragmatismo poderia conciliar o ideal com o material, o racional com o concreto, porque, além de ser uma teoria do significado, também é uma teoria da verdade e da conduta.

Como teoria da verdade, argumentou James, o pragmatismo sustenta que as ideias não são apenas abstrações e generalizações da experiência, mas, na verdade, constituem elementos importantes de sua constituição. Ideias são as formas que a vida assume quando estamos vivendo sob o domínio de ideologias ou experimentamos um sentimento de solidariedade com outros que pertencem às *comunidades imaginadas* chamadas nacionalidades, religiões, etnias e assim por diante.

Mas, se as ideias são de fato aspectos da experiência e não simplesmente interpretações dela, então elas se tornam verdadeiras, defendia James, ou pelo menos se tornam verdadeiras instrumentalmente, apenas na medida em que ajudam a nos colocar em relações mais construtivas, mais eficazes e mais valiosas com outras partes de nossa experiência. James afirmou corajosamente que a verdade não é uma propriedade inerente das ideias como tais, mas, sim, uma propriedade de sua conexão funcional com outras coisas que já pertencem ao conjunto da verdade.

Rorty (1997) também salienta que a preocupação de James não era descobrir a verdade, mas tornar nossas crenças coerentes entre si e com as dos nossos semelhantes. Como no conceito de Habermas sobre *racionalidade comunicativa*, nossa obrigação de ser racional implica uma obrigação de levar em conta as dúvidas e objeções de outras pessoas em relação às nossas crenças.

Essa visão da racionalidade torna natural dizer, como o fazia James, que a verdade é “o que seria melhor para nós acreditarmos” (JAMES, 1907, p. 40). Rorty (1997) destaca esse aspecto do pragmatismo de James como teoria da conduta pela sua honestidade sobre suas necessidades e preocupação com as necessidades dos outros.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir o presente capítulo, reitero que trabalho com a tese central de que a questão da significação da linguagem passa por um encadeamento muito peculiar existente entre pensamento e linguagem. Os pragmáticos clássicos norte-americanos não separam essas duas entidades. No pragmatismo de James, em especial, encontramos investigações sobre a vinculação e interdependência entre ambas.

Quanto a essas interligações, já houve quem comparasse a linguagem a um vírus pelo seu poder de se reproduzir, ou a um parasita simbiótico do tipo benéfico que confere benefícios ao seu hospedeiro, mas que sem ele não pode sobreviver. Ao lado dessas analogias intrigantes, James se mostra menos preocupado em definir a essência do pensamento e da linguagem e prefere concentrar seus esforços nas análises e nos desdobramentos dessa relação simbiótica.

Procedo com a definição de alguns conceitos articulados ou de alguma forma presentes no trabalho de James. Enquanto Cobley (2001) admite que o único consenso sobre a linguagem é que ela define o que é ser humano, James se aproxima de Peirce e procura tratar a linguagem como ciência dos signos, com objetos semióticos presentes tanto no pensamento quanto na linguagem - pensamos e falamos através de signos.

Ainda sobre concepções de linguagem, encontramos em James dois argumentos centrais desenvolvidos por Platão, um apresentado por Aristóteles e outro proposto por Heráclito. O primeiro argumento, apresentado no *Fedro* e no *Menon*, se refere à *bagagem* da linguagem e discute seu caráter de repositório de conhecimentos adquiridos. No *Fedro*, Sócrates acusa a linguagem escrita de enfraquecer a memória pelo fato de a língua abrigar toda espécie de registros. Nossa razão, segundo ele, não deve depender do *logos* da linguagem, mas, sim, de uma memória forte e da capacidade de deduzir, inferir e raciocinar independentemente de registros escritos.

No *Menon*, Sócrates defende a imortalidade da alma em uma conversa com um escravo. Sócrates procura provar que o escravo é capaz de entender um problema de geometria plana lembrando conhecimentos adquiridos em

existências anteriores. Alguns críticos argumentam, entretanto, que o escravo só conseguiu resolver a questão pela habilidade de Sócrates em conduzir seu raciocínio por meio de perguntas guiadas. Observam também que, sem conceitos básicos como *números, metade, dobro, total, +/-x, área, final* etc., presentes na própria linguagem, nem Sócrates nem o escravo poderiam ter iniciado, conduzido e concluído sua conferência geométrica.

O segundo argumento de Platão trata da questão da arbitrariedade ou naturalidade do signo. O diálogo aporético *Crátilo* discute se a linguagem é um sistema de símbolos arbitrários ou se as palavras possuem uma relação intrínseca com as coisas que significam.

Em *De Interpretatione*, Aristóteles entra na discussão e defende que, enquanto a associação do signo linguístico com um significado particular é convencional, o significado, no entanto, é um estado intencional, *pathemata* (processos psíquicos), semelhante ao objeto extralinguístico, *pragmata* (estados de coisas), ao qual o estado intencional se refere. *Pragmata* tem um caráter definido e *pathemata*, como sua semelhança, compartilha desse caráter. “Significado é uma função de referência” (MODRAK, 2001, p. 27).

Não se pode pisar no mesmo rio duas vezes - *πάντα ῥεῖ* - afirmava Heráclito. Entretanto, a linguagem cria ilusões e nos leva a crer que o rio permanece o mesmo. Quando digo que o rio São Francisco, o Velho Chico, separa Juazeiro (BA) de Petrolina (PE), reafirmo o seu nome, descrevo a sua função e crio a impressão de se trata de um ente estável.

James (2001) apresenta sua versão da origem do termo *pragmatismo*, introduz a máxima de Peirce e explica as ligações entre crença e hábitos, pensamento e linguagem, conduta e ação. Segundo James, o termo é derivado da palavra grega *πράγμα*, que significa ação, da qual vêm nossas palavras *prática* e *prático*.

James relata que o termo foi usado pela primeira vez na filosofia por Peirce em *How to Make our Ideas Clear* (PEIRCE, 1878). Peirce ali salienta que nossas crenças são, na verdade, regras de ação, e que, para interpretar o sentido de um pensamento, precisamos apenas determinar como ele afeta nossa conduta: essa conduta é para nós seu único significado.

Para atingir a clareza perfeita em nossos pensamentos de um objeto, então, precisamos considerar apenas seus efeitos concebíveis, que sensações devemos esperar dele e para quais reações devemos nos preparar. Nossa concepção desses efeitos, imediatos ou remotos, é então para nós a totalidade de nossa concepção do objeto, na medida em que essa concepção tenha um significado positivo.

E aqui James inicia sua *Virada Pragmática*. Embora não tenha elaborado uma teoria sistemática de linguagem, James apresenta uma abordagem qualificada e articulada a ponto de deixar claro sua atitude de insatisfação e desconfiança em relação à natureza da linguagem. Para James, a linguagem é equívoca, ambígua, limitada e cria falsas impressões da realidade. Entretanto, ela se faz necessária porque é nosso contato com o mundo e a realidade.

O pragmatismo clássico norte-americano procura reunir o que outras escolas de pensamento optaram por separar e tratar como dicotomias. Desse modo, o estudo da mente e do cérebro se funde em James e se concentra na faculdade da linguagem. James antecipa as pesquisas nas áreas da linguística cognitiva e da neurolinguística e afirma que a faculdade da linguagem envolve todo o cérebro e implica a formação de imagens de coisas concretas, ideias, qualidades e relações abstratas que constituem os acervos da memória. Isso permite que estímulos externos evoquem imagens que são organizadas e expressas simbolicamente.

Os sistemas linguísticos são capazes de operar feitos lógicos, como ligar significantes entre si (cf. argumento em *Crátilo* e *Menon*) e significados entre si (cf. argumento em *De Interpretatione*). James também observa que a ligação entre significantes e significados é arbitrária (cf. argumento em *Crátilo*), mas que a ligação entre significados e realidade é intencional ou natural (cf. argumento em *De Interpretatione*). Novamente como Aristóteles, que afirma que “todos os homens têm por natureza o desejo de conhecer” (*Metafísica*, Livro I, Capítulo I), James entende que o impulso da linguagem no homem é sistemático e generalizado. Procuramos signos até para coisas desconhecidas e não percebidas.

Da associação entre darwinismo e pragmatismo, surge o conceito de *embodiment* ou corporeidade em James e a linguagem se torna produto da evolução para organizar percepção e conceptualização das interações do corpo com seus ambientes - que são *sentidas* tanto quanto *raciocinadas*.

James descreve a estética da razão na linguagem e divide o fluxo do pensamento em aspectos substantivos (termo, imagem) e funcionais (efeitos) de um conceito. James reforça que a consciência é responsável pelo movimento do pensamento entre estados transitivos em direção a estados substantivos, até chegar às conclusões. Para James, os processos de significação do pensamento e da linguagem dependem mais dos aspectos funcionais e de seus efeitos e consequências.

O conceito de *cash value* em James explora as relações entre verdade e linguagem. James sustenta que ideias se tornam verdadeiras através da linguagem e que a verdade é construída pela linguagem. A discursivização do pensamento acontece por meio de verificações trocadas por meio das relações intersubjetivas. Representações da realidade dependem de estruturas linguísticas, de esquemas conceituais e dos *jogos de linguagem* de Wittgenstein.

Embora James defenda o direito das pessoas em acreditar em verdades e valores pessoais, seu conceito de *cash value* apresenta aspectos tanto *pragmáticos* quanto éticos. No pragmatismo radical jamesiano, não existe neutralidade no pensamento e a experiência é constituída de fatos, ideias e sensações que formam as crenças.

O pluralismo de James implica uma realidade em constante mudança (argumento em Heráclito) e seu falibilismo significa que todas as questões permanecem em aberto, embora nem todas de uma vez. Exatamente por isso, a lógica peculiar do discurso implica uma maior responsabilidade social e os debates filosóficos não podem ignorar o plano da vida comum e devem ser justificáveis.

Segundo Modrak (2001), a questão da significação é uma busca por explicações sobre como o signo funciona na representação de objetos, estados de coisas ou formas de vida. Sistemas linguísticos são artefatos culturais com pretensões de verdade e aqui o conceito de *cash value* em James pode ajudar

a entender essa congestionada confluência entre verdade, razão, crença, experiência, hábitos e linguagem.

O conceito de *cash value* trata o homem como *medida de todas as coisas* (Protágoras), justifica sua vontade e necessidade em acreditar com base em suas emoções e sensações e privilegia a percepção como qualidade (versus quantidade). O pensamento de James inclui a discussão de vários conceitos clássicos como *aleteia* (verdade) e *episteme* (conhecimento verdadeiro), relativismo (e ceticismo) versus absolutismo.

Mas o conceito de *cash value*, como construção do senso comum, parece ter uma ligação mais direta com *doxa* (opinião), mais especificamente com *endoxa*, que Aristóteles (*Tópica* e *Retórica*) definiu como crenças comumente sustentadas e aceitas *pelos sábios*, mais estáveis do que *doxa*, por terem sido testadas nos debates na *polis*. Os pragmáticos clássicos norte-americanos defendem posições semelhantes.

Para encerrar com uma reflexão, Rorty (1997) reconheceu o valor da obra de James porque ele soube combinar, numa extensão na qual a maioria de nós é incapaz, honestidade sobre suas próprias necessidades e preocupação com as necessidades dos outros.

Encerro este capítulo aqui.

4 JOHN DEWEY: PRAGMATISMO ÉTICO-INSTRUMENTAL

Mais de oitenta anos atrás, meio século antes de o termo ‘ciência cognitiva’ ter sido cunhado, John Dewey desenvolveu sua visão da mente, do pensamento e da linguagem em um diálogo contínuo com as ciências biológicas e psicológicas de sua época. Ele se baseou em pesquisas empíricas em vários campos, incluindo biologia, neurociência, antropologia, psicologia cognitiva, psicologia do desenvolvimento, psicologia social e linguística. A abordagem de Dewey, portanto, oferece um modelo de como a filosofia e as ciências cognitivas podem trabalhar juntas de forma produtiva. As ciências revelam aspectos do funcionamento mais profundo da mente. A filosofia avalia os pressupostos e métodos subjacentes às ciências e situa a pesquisa empírica sobre a cognição em seu contexto humano mais amplo, a fim de determinar o que ela significa para nossas vidas. (JOHNSON, 2010, p. 123)

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste terceiro capítulo, prossigo com análises do pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos e suas ligações históricas, teóricas e conceituais entre pragmática e pragmatismo a fim de fundamentar uma proposta de *pragmatismo linguístico* adequada para o estudo da questão da significação na linguagem. Reitero que parto de três pressupostos: (i) a ligação profunda e complexa entre pensamento e linguagem; (ii) pensamento e linguagem são constituídos por signos; (iii) processos de significação envolvem ambos.

Assim, o objetivo específico deste capítulo é investigar as ligações entre pensamento e linguagem no pragmatismo ético-instrumental de Dewey e a influência de conceitos como *experiência, crenças, hábitos e ação* na formação dos sentidos da linguagem.

Este capítulo apresenta duas partes. A primeira seção, “concepção unificada de mente e linguagem”, trata da visão de linguagem em Dewey desenvolvida a partir de seus conceitos de *natureza, comunicação e significação*. Essa seção se divide em cinco subseções. “Corpo como origem da linguagem e do significado” descreve o corpo como origem dos processos de cognição e significação da linguagem. Em “teoria de ação comunicativa e social da mente”, Dewey desenvolve uma teoria unificada sobre as relações entre significados e objetos na formação do pensamento abstrato. “Funções dos signos no pensamento e na linguagem” aprofunda a visão de linguagem e

comunicação em Dewey por meio de uma discussão mais técnica sobre a função dos signos. “Linguagem como matriz da teoria de investigação” examina o papel da linguagem no desenvolvimento das teorias lógicas ou das *teorias de investigação*. Em “lógica da arbitrariedade no sistema de signos”, Dewey discute a arbitrariedade do signo e a aquisição de sentidos na linguagem a partir das relações entre constelações de possíveis significados.

A segunda seção, “conceito de *warranted assertibility*”, examina a preocupação com a ética do discurso em Dewey. A primeira subseção, “teoria instrumental do conhecimento”, propõe uma teoria do conhecimento baseada em investigações competentes e voltadas para uma preocupação ética. Na segunda subseção, “proposições, juízos e compromissos”, Dewey analisa as relações entre os elementos lógicos e compromissos éticos em sua teoria de investigação.

Mas, antes, é importante fazer um breve relato sobre sua vida, seus anos formativos e seus contextos.

Hickman⁴⁰ (2004) traça um interessante paralelo entre as diferentes fases na vida de John Dewey (1859 - 1952) e as mudanças históricas ocorridas nos Estados Unidos, país que evoluiu de uma sociedade rural para uma potência mundial após a Segunda Guerra (1939 - 1945).

Hickman (2004) relata que Dewey, o mais longevo entre os pragmáticos clássicos norte-americanos, viveu até os 92 anos, período em que o país passou por profundas transformações em quase todas as áreas.

Na época de seu nascimento, às vésperas da Guerra Civil (1861- 1863), os norte-americanos ainda dependiam em grande parte das tecnologias do vento, da água e da madeira. Durante a juventude de Dewey, o vapor, o carvão e o aço tornaram-se matrizes energéticas dominantes nos cenários do desenvolvimento norte-americano. Na época de sua morte, durante o auge da Guerra Fria (1946 - 1991), o país passou a depender do átomo, dos plásticos e do transistor.

⁴⁰ Diretor do *Center for Dewey Studies*. Disponível em <<https://deweycenter.siu.edu/>>.

Durante sua carreira na Universidade de Chicago (1894 - 1904), Dewey testemunhou grandes mudanças demográficas que incluíram agitações trabalhistas, ondas de imigrantes europeus e migração maciça de afro-americanos do sul rural para o norte urbano.

Durante seus anos na Universidade de Columbia, Nova York (1905 - 1939), Dewey se envolveu com questões políticas da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918); participou ativamente no *New York Teachers' Union*, na *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) e na *American Civil Liberties Union* (ACLU).

Em 1937, aos 77 anos, viajou para a Cidade do México para presidir a Comissão de Inquérito sobre as acusações feitas contra Leon Trotsky nos Julgamentos de Moscou. Talvez mais do que qualquer outro filósofo de sua época ou desde então, Dewey compreendeu até que ponto as instituições das democracias industriais estavam sendo transformadas pela ciência e pela tecnologia.

Hickman (2004) prossegue em sua descrição da evolução e do legado de Dewey, passando por um eclipse inicial, um reavivamento e culminando na ascensão de uma nova forma de neopragmatismo.

Embora fosse reverenciado como o grande filósofo norte-americano na época de sua morte, o pensamento filosófico de Dewey já havia entrado em declínio. Isso se deveu em parte ao fato de que, durante a década de 1930, uma onda de positivistas lógicos, fugindo do fascismo na Áustria e na Alemanha, havia se estabelecido nos programas de filosofia das universidades norte-americanas.

Esse ramo da filosofia analítica, às vezes conhecido como *filosofia da linguagem ideal*, era representado por figuras como Hans Reichenbach e Rudolph Carnap. Outro fator foi a ascensão durante os anos 1950 de um ramo adicional da filosofia analítica, conhecido como *filosofia da linguagem comum*, desenvolvido em Cambridge e Oxford e articulado nos trabalhos de Wittgenstein, Austin, Ryle e outros.

Finalmente, durante os anos 1950 e 1960, havia um interesse crescente dos estudantes de pós-graduação norte-americanos pelo trabalho dos

existencialistas franceses e alemães, especialmente Sartre e Heidegger. Em função desses fatores, os programas dedicados ao trabalho de Dewey e de outros pragmáticos quase desapareceram dos currículos das universidades norte-americanas.

No entanto, alguns observadores perceberam eventualmente que filósofos analíticos como Quine estavam se afastando de alguns de seus temas e se aproximando de posições defendidas por Dewey e por outros pragmáticos. Algumas das contribuições centrais de Quine, como a alegação de que a distinção tradicional entre raciocínios analíticos e sintéticos é insustentável, podem ser encontradas no trabalho de Dewey.

O naturalismo de Dewey o leva a argumentar que tudo o que é conhecido ou conhecível existe em relação a outras coisas e não existem, portanto, existências ou valores absolutos.

Em *Experience and Nature* (DEWEY, 1929), Dewey afirma que nossa capacidade de comunicação representa “o mais intrigante dos fenômenos” (DEWEY, 1929, p. 166), e que é ela que gera os significados que fazem com que eventos naturais transcendam sua existência como meras ocorrências e se transformem em acontecimentos plenos de implicações.

Dewey (1929) antecipa em mais de duas décadas algumas das ideias centrais propostas por Wittgenstein durante os anos 1940 e 1950. Dewey foi o primeiro a rejeitar a possibilidade de uma linguagem privada, definir a linguagem como instrumental e seu significado como contextual e tratar os universais em termos do que Wittgenstein mais tarde chamaria de *semelhanças de família*.

Basicamente, Dewey percebeu antes de Wittgenstein que as discussões filosóficas não podem ir além dos limites da linguagem. Ao se debruçarem sobre temas afins e buscarem respostas nas mesmas fontes, esses autores chegaram a conclusões semelhantes. Entretanto, é necessário estabelecer que, historicamente, a *Virada Pragmática* precede a *Virada Linguística*.

4.2 CONCEPÇÃO UNIFICADA DE MENTE E LINGUAGEM

Segundo Johnson (2010), Dewey desenvolveu sua visão de mente, pensamento e linguagem em um diálogo contínuo com as ciências biológicas e

psicológicas de sua época, meio século antes do surgimento do termo *ciências cognitivas*.

Dewey se baseou em pesquisas empíricas em vários campos, incluindo a biologia, a neurociência, a antropologia, a psicologia cognitiva, a psicologia do desenvolvimento, a psicologia social e a linguística. Sua abordagem, portanto, oferece um modelo de como a filosofia e as ciências cognitivas podem trabalhar produtivamente juntas.

Enquanto as ciências revelam aspectos do funcionamento mais profundo da mente, a filosofia avalia os pressupostos e métodos subjacentes das ciências e coloca a pesquisa empírica sobre cognição em seu contexto humano mais amplo, a fim de determinar em que medida os avanços científicos podem afetar nossas vidas.

Segundo Johnson (2010), a teoria da mente de Dewey é naturalista, não-reducitiva e orientada para os processos. Sua visão é naturalista na medida em que emprega pesquisas empíricas tiradas de várias ciências naturais e sociais, evita explicações abstratas e rejeita ideias sobre um ego não-empírico ou sobre racionalidade pura.

No entanto, embora Dewey tenha se apropriado de modos de investigação científicos, tomou muito cuidado para evitar as tendências reducionistas que limitam o escopo explicativo de certas ciências. Seu relato é, portanto, não-reducionista porque concluiu que nenhum relato científico, conjunto de perspectivas científicas ou orientação filosófica em particular, tem o poder de encontrar respostas para todas as questões.

Conseqüentemente, Dewey insistiu em uma pluralidade de métodos de várias ciências, reconheceu múltiplos níveis de explicação para os fenômenos mentais e usou a arte e a experiência estética para revelar as profundezas da experiência e da compreensão humanas.

Sua visão é orientada pelo processo na medida em que considera sempre a experiência e o pensamento como processos contínuos da interação entre o organismo e seu ambiente. Dewey não trata funções cognitivas como faculdades distintas e nunca transforma processos cognitivos dinâmicos em estruturas fixas.

Johnson (2010) entende que o conceito de experiência é a noção mais importante no pensamento de Dewey porque inclui tudo o que acontece - tanto do lado do organismo vivo quanto do lado dos ambientes complexos com os quais essa criatura orgânica está continuamente interagindo.

Experiência “inclui o que os homens fazem e sofrem, como lutam, amam, acreditam e suportam, e também como agem e são influenciados...ou seja, os processos de experimentação” (DEWEY, 1929, p. 08).

Johnson (2010) descreve mais um dos conceitos principais no pensamento deweyano: o *princípio de continuidade*⁴¹. Esse princípio é usado por Dewey em *Logic: The Theory of Inquiry* (1939) para explicar a integração entre mente, pensamento e linguagem.

A teoria da mente de Dewey pressupõe o ser humano como um organismo vivo, dotado de cérebro e um corpo envolvidos em interações contínuas com vários ambientes físicos, sociais e culturais. Essa mente tem profundas dimensões biológicas, mas também é fundamentalmente um fenômeno social.

As chamadas funções cognitivas superiores (conceituação, raciocínio e uso da linguagem) emergem a partir das funções inferiores (perceptivas, motoras e afetivas), sem depender de entidades, causas ou princípios não-naturais. Segundo o princípio de continuidade naturalista de Dewey, “(...) operações racionais nascem de atividades orgânicas, sem serem idênticas àquelas que lhes deu origem” (DEWEY, 1939, p. 19).

Em outras palavras, Johnson (2010) observa que Dewey explica a *mente* e todas as suas operações e atividades não-dualisticamente, baseadas em operações corporais de criaturas que são o resultado de uma história evolucionária com estágios de desenvolvimento que moldaram nossas capacidades cognitivas e nossa identidade. O mental surge em espécies selecionadas através do desenvolvimento da capacidade de conceituar, de raciocinar e de comunicar-se simbolicamente.

⁴¹ Semelhante ao *Sinequismo* de Peirce. Esse conceito já foi apresentado no capítulo 1.

Para Dewey, a mente não é uma capacidade inata ou uma entidade ou substância metafísica distinta. A mente surge das lutas de certos organismos altamente desenvolvidos que aprenderam a investigar, a comunicar-se e a coordenar suas atividades através do uso de símbolos.

Johnson (2010) ressalta que essa abordagem funcional e não-dualista de Dewey é bastante compatível com os pontos de vista predominantes na neurociência cognitiva atual, segundo a qual o organismo e o ambiente são termos correlativos, definidos pela sua interação contínua. Não há mente sem um corpo e cérebro funcionais, nem um cérebro funcional sem atividade cognitiva em interação com o ambiente.

O neurocientista cognitivo, Antonio Damásio, define as relações organismo-ambiente e mente-corpo de forma compatível com Dewey:

O cérebro humano e o resto do corpo constituem (1) um organismo indissociável, integrado por meio de circuitos reguladores bioquímicos e neurais mutuamente interativos (incluindo componentes neurais endócrinos, imunológicos e autônomos); (2) o organismo interage com o ambiente como um conjunto: a interação não é apenas do corpo nem do cérebro sozinho; (3) as operações fisiológicas que chamamos de mente são derivadas do conjunto estrutural e funcional, e não apenas do cérebro: os fenômenos mentais só podem ser plenamente compreendidos no contexto de um organismo interagindo em um ambiente. (DAMÁSIO, 1994, p. Xvii.)

Para Dewey (1929), a mente surge quando interações simbólicas e o compartilhamento de significados se tornam possíveis entre seres inteligentes. A mente representa o horizonte de significados potencialmente compartilháveis disponíveis para certos organismos altamente complexos, enquanto a consciência individual é a percepção real de um organismo específico de significados específicos:

Como a vida é um caráter de eventos em uma condição peculiar de organização e o 'sentimento' é uma qualidade de formas de vida marcadas por respostas complexas e discriminatórias, então 'mente' é uma propriedade adicional assumida por seres sencientes quando desenvolvem uma capacidade de interação com outras criaturas por meio da linguagem e da comunicação. (DEWEY, 1929, p. 258)

4.2.1 Corpo como origem da linguagem e do significado

Neste ponto, Johnson (2010) discute, de forma mais específica, a concepção de linguagem em Dewey e descreve os complexos papéis da mente e do corpo nos processos de significação da linguagem.

Johnson (2010) afirma que palavras ou símbolos para Dewey adquirem significado em comunidades de fala porque apontam para além de si mesmos e se referem a experiências possíveis passadas, presentes ou futuras: “Significados são regras para usar e interpretar coisas; interpretação é sempre uma imputação de potencialidade para alguma consequência” (DEWEY, 1929, p. 188).

Dewey (1929) antecipa as mais profundas percepções do que mais tarde veio a ser conhecido como *teoria dos atos de fala* ao insistir que falar uma língua é uma questão de ação social coordenada: “O coração da língua não está na 'expressão' de algo antecedente, mas na comunicação; na cooperação em uma atividade na qual a atividade de cada parceiro é regulada pela parceria” (DEWEY, 1929, p. 179).

Dewey mantém que os símbolos adquirem significado nas comunidades de fala e no seu uso funcional para informar, questionar, implorar, ajudar, planejar, brincar, namorar e uma série de outras formas de interações humanas.

Dewey (1929) também antecipa algumas das descobertas empíricas mais significativas da pesquisa recente em ciências cognitivas sobre o fundamento da corporeidade do significado.

Em sua teoria da mente e do pensamento, não há lugar para ideias como *quase-entidades* flutuando em algum espaço mental desincorporadas sujeitas à manipulação por um ego supostamente puro. Pelo contrário, o significado tem que vir da experiência que é, ao mesmo tempo, definitivamente corpórea, biológica e cultural.

De uma perspectiva evolutiva e desenvolvimental, nossas funções cognitivas superiores, incluindo o uso da linguagem e o pensamento abstrato, usam estruturas desenvolvidas a partir de nossas interações corporais e biológicas com o meio ambiente. Dewey observa que:

Assim como quando os homens começam a falar, eles devem usar sons e gestos antecedentes à fala... quando começam a observar e pensar, devem usar o sistema nervoso e outras estruturas orgânicas que existiam de forma independente e anteriormente. Que o uso remodela os materiais anteriores, de modo a adaptá-los de forma mais eficiente e livre para as finalidades à que se destinam, [...] é uma expressão do fato comum de que qualquer coisa muda em função da dinâmica de suas interações [...] De maneira semelhante, se a 'mente' não fosse, em sua ocorrência existencial, uma organização de assuntos fisiológicos ou vitais e, se suas funções não se desenvolvessem a partir dos padrões do comportamento orgânico, ela não teria função na natureza. (DEWEY, 1925, p. 217 - 218)

Johnson (2010) destaca que, na teoria da mente de Dewey, a linguagem nos permite marcar distinções e estabelecer significados que tornam o pensamento abstrato possível. Essa visão requer a mais ampla concepção de linguagem, envolvendo todas as formas de interação simbólica humana como línguas naturais, gestos, ritos, cerimônias, monumentos e produtos de artes industriais e belas artes.

A propósito da arte como linguagem, Eldridge (2010) afirma muito apropriadamente que a experiência estética em Dewey cria relações entre natureza e experiência e gera significados.

Em *Art As Experience* (DEWEY, 1934), Dewey escreve que “a mente é principalmente um verbo” (DEWEY, 1934, p. 263). Ela organiza formas linguísticas, pictóricas, espaciais, acústicas e cinéticas, entre outras, para dar sentido e representar os fenômenos da vida humana e da natureza.

Assim, o uso das linguagens nos permite marcar distinções cruciais em nossa experiência, referir-se a coisas e a eventos passados e futuros e, especialmente, formular abstrações como meio de resolver problemas e coordenar ações.

A linguagem, para Dewey, seria, portanto, um repositório de símbolos para todas as distinções e demarcações de aspectos da experiência que uma cultura considerou importante identificar e recordar ao longo de sua história. A aquisição da linguagem é uma conquista tão monumental, segundo Dewey, porque torna possível o uso de objetos e eventos como signos, que podem ter valor simbólico e representacional:

Onde existe comunicação, objetos adquirem significado e, assim, adotam representantes, substitutos, sinais e implicações que são infinitamente mais administráveis, mais permanentes e flexíveis do que os eventos que lhe deram origem. Dessa forma, qualidades e predicados podem ser apreendidos. Tornam-se capazes de levantamento, contemplação e elaboração ideal ou lógica; quando algo pode ser dito de qualidades, elas se tornam instrumentos de instrução. (DEWEY, 1929, p. 132 - 133)

Johnson (2010) observa que o princípio de continuidade e a teoria naturalista de linguagem em Dewey procuram explicar o surgimento da sintaxe, da semântica e da pragmática das linguagens naturais e dos sistemas simbólicos, mas sem empregar qualquer noção de mente, conceituação ou raciocínio separados do corpo.

Entretanto, Dewey não faz mais do que esboçar os contornos gerais de tal teoria, e a chave para essa visão é a ideia de que os significados dos termos abstratos devem, de alguma forma, se basear nos processos sensório-motores da cognição. Estruturas de percepção e ação são necessárias para a cognição de nível superior e para o pensamento abstrato.

Johnson (2010) aponta que um novo campo conhecido como linguística cognitiva surgiu nas últimas três décadas. Essa nova disciplina procura explicar os fenômenos das línguas naturais como produtos de mecanismos cognitivos que têm suas origens na percepção, na manipulação de objetos e no movimento corporal.

Apesar de não ser diretamente influenciada por Dewey, a linguística cognitiva se baseia na suposição de que nossos êxitos mais impressionantes de conceitualização abstrata e raciocínio funcionam a partir de processos cognitivos básicos dos sistemas sensório-motores no cérebro.

Para os linguistas cognitivos, os significados surgem das nossas experiências sensório-motoras e são então desenvolvidos através de mecanismos imaginativos, como imagens, esquemas, metáforas conceituais, metonímias e várias formas de combinação conceitual, para formar o pensamento abstrato. A metáfora conceitual *ver para crer*, por exemplo, está presente em várias culturas porque se baseia na correlação experiencial entre percepção visual e conhecimento de uma situação.

4.2.2 Teoria de ação comunicativa e social da mente

Godfrey-Smith (2006) oferece sua contribuição a partir de uma esclarecedora síntese das origens do pensamento deweyano.

Segundo o autor, encontramos em Dewey (1929, 1939) uma perspectiva da linguagem como instrumento para o desenvolvimento da inteligência, do exercício da liberdade e de suas implicações em termos de responsabilidade social e compromissos éticos.

Dewey (1929, 1939) desenvolve, a partir da psicologia social de James e Mead e da teoria evolucionista de Darwin, uma teoria da ação comunicativa para compreender a formação dos significados, suas relações e envolvimento com os objetos e para determinar se o significado é um fenômeno unificado. Dewey também desenvolve uma teoria social da mente baseado na ideia de que significado e representação são essenciais para o desenvolvimento do pensamento abstrato.

Para Dewey (1929, 1939), seres sencientes criam representações mentais do mundo através de meios linguísticos socialmente sustentados na busca de solução de problemas. Essas representações mentais apresentam, além de um perfil lógico distinto, uma espécie de *extensão* e *alcance*, em contraste com os precursores do pensamento em animais irracionais, que se envolvem apenas com interações *superficiais* do ambiente.

Com o advento da linguagem, a extensão dessas capacidades cognitivas foi dramaticamente ampliada e focalizada, a ponto de desenvolver o que podemos chamar de inteligência, que, além de uma ferramenta essencial para a sobrevivência, representa algo sem precedentes na natureza.

Segundo Godfrey-Smith (2006), Dewey atribui aos fenômenos semânticos os tipos mais simples de coordenação comportamental e o uso de signos. Comportamentos verbais e representações em episódios específicos se tornam estáveis e persistentes em comunidades de fala.

Esse é um tipo de enriquecimento dos poderes causais dos objetos comuns; adquirir significado é adquirir a capacidade de afetar o curso de eventos de um modo particular. A aquisição de significado pelos objetos é um processo gradual em que as representações, antes difusas, ganham foco e se estabilizam

eventualmente. Em seres humanos, encontramos não apenas as formas mais básicas de representação, mas toda uma complexa estrutura para interagir simbolicamente com nossos pares e ambientes.

O fenômeno empírico da linguagem e do pensamento constitui um sistema que usamos para descrever, prever, influenciar e gerenciar o uso da representação de nós mesmos e dos outros. Procuramos dentro de um emaranhado parcial de conceitos semânticos e epistêmicos ideais de liberdade e, considerando a influência e o impacto das representações no ambiente, é natural que indivíduos sejam responsabilizados pelo seu discurso e pelos compromissos assumidos.

Godfrey-Smith (2006) registra a preocupação de Dewey em relação à responsabilidade ética e epistêmica do discurso. “Seres discursivos não podem prescindir de uma avaliação normativa, sob pena de perder a legitimidade e a justificativa de suas ações” (GODFREY-SMITH, 2006, p. 20).

4.2.3 Funções dos signos no pensamento e na linguagem

Dewey expande e aprofunda sua visão de linguagem e comunicação e analisa a construção do significado especialmente em *How We Think* (DEWEY, 1910), livro que traz uma discussão mais técnica e detalhada sobre a natureza da linguagem, suas relações com o pensamento e o papel e função dos signos.

Para Dewey (1910), eventos naturais se manifestam como linguagem para seres com capacidade de leitura. Um animal irracional pode entrar em seu buraco, quando a chuva ameaça, por causa de algum estímulo imediato ao seu organismo. Um ser pensante perceberá que certos fatos dados são sinais prováveis de uma chuva futura e tomará medidas à luz desse raciocínio.

O plantio de sementes, o cultivo do solo e a colheita de grãos são atos intencionais, possíveis apenas para seres que aprenderam a subordinar os elementos imediatamente sentidos; abrir o *livro da natureza* e interpretar sua linguagem. Para um ser que pensa, as coisas são registros de seu passado, como os fósseis contam da história anterior da Terra ou são profecias de seu futuro, como a previsão de eclipses a partir das posições de corpos celestes.

A linguagem nas árvores, os livros nos riachos e os sermões nas pedras de Shakespeare (*As You Like It*, Ato 2, Cena 1) expressam de forma dramática a qualidade e a riqueza da contribuição do pensamento racional para a nossa existência. A função da significação é tornar possível toda previsão, todo planejamento inteligente, toda deliberação e todo cálculo.

Dewey (1910) observa a ambígua posição da linguagem e ressalta que o discurso tem uma conexão tão peculiar com o pensamento que requer uma discussão especial.

Para os antigos gregos, *λογος* significava indiferentemente *lógica, fala, pensamento* ou *razão*. A convicção de que a linguagem é necessária para pensar e é idêntica ao pensamento é confrontada pela constatação de que ela também pode ser usada para perverter e ocultar o pensamento.

Segundo Dewey (1910), a linguagem é uma ferramenta necessária para pensar, pois é ela que fixa os significados. Dewey (2010) lembra que existem três visões tradicionais sobre as relações entre pensamento e linguagem: primeiro, que são idênticas; segundo, que as palavras são a vestimenta do pensamento, necessárias não para o pensamento, mas apenas para transmiti-lo; terceiro - visão adotada por Dewey - embora linguagem e pensamento sejam entes diferentes, pensamos e nos comunicamos através da linguagem.

Dewey (2010), no entanto, lembra que linguagem inclui muito mais do que o discurso oral e escrito. Gestos, imagens, monumentos, imagens visuais, movimentos dos dedos - qualquer coisa conscientemente empregada como signo é, logicamente, linguagem.

Dizer que a linguagem é necessária para o pensamento é dizer que os signos são necessários. O pensamento não lida com coisas neutras, mas com seus significados, suas sugestões; e esses significados, para serem apreendidos, devem ser incorporados em existências sensíveis e particulares.

Sem um sentido, as coisas nada mais são que estímulos cegos ou fontes fortuitas de prazer e dor; e como os significados não são coisas tangíveis, eles devem estar ancorados ou ligados a alguma existência física. As entidades cuja função especial é fixar e transmitir significados são os signos ou símbolos.

Se um homem se aproxima de outro para jogá-lo para fora da sala, seu movimento não é um signo. Se, no entanto, aponta para a porta com o dedo, ou pronuncia o som, seu movimento é transformado e um veículo de significado: um signo ou símbolo. Não nos importamos com os signos em si, mas com tudo o que significam e representam. *Canis, hund, chien, dog* - o exterior do signo não faz diferença, desde que represente um significado lógico.

Dewey (1910) apresenta um esboço de uma teoria semiótica, analisa a natureza dos signos e discute as diferenças entre representações simbólicas naturais e artificiais. Objetos naturais são signos de outras coisas e eventos. Nuvens representam chuva; pegadas representam companhia; rochas salientes servem para indicar minerais abaixo da superfície. No entanto, as limitações dos signos naturais são consideráveis.

Em primeiro lugar, a excitação física ou direta tende a desviar a atenção do que se entende ou indica. Quando apontamos alguma coisa para um animal, ele acompanha o movimento da nossa mão e ignora a coisa apontada. Em segundo lugar, onde só existem sinais naturais, ficamos à mercê de acontecimentos externos; temos que esperar até que o evento natural se apresente para ser avisado da possibilidade de algum outro evento. Em terceiro lugar, signos naturais, não sendo originalmente destinados a ser sinais, são pesados, inconvenientes e incontroláveis.

Sinais artificiais superam essas restrições e, por esse motivo, são indispensáveis para qualquer grande desenvolvimento do pensamento. Fala, gestos, sons, formas escritas ou impressas são entidades estritamente físicas, mas seus valores intrínsecos estão intencionalmente subordinados ao seu significado representativo.

O valor direto e sensível de sons fracos e marcas escritas ou impressas é muito pequeno. Consequentemente, a atenção não é distraída de sua função representativa. Sua produção está sob nosso controle direto para que possam ser produzidos quando necessário.

Sinais linguísticos arbitrários são convenientes, compactos e delicados. A respiração, os movimentos dos músculos da garganta e da boca, o volume e a quantidade de ar podem ser controlados indefinidamente. Entretanto, os sons,

embora sutis, refinados e facilmente modificáveis, são transitórios. Essa limitação é atendida pelo sistema de palavras escritas e impressas, que apelam ao olho. *Littera scripta manet*⁴².

Considerando a íntima conexão de significados e signos, podemos observar com mais detalhes como a linguagem trabalha e organiza os signos. Dewey (1910) ressalta que a primeira função do signo é tornar o significado distinto. Todos experimentamos como aprender um nome apropriado para o que era obscuro e vago tem o poder de esclarecer e cristalizar um assunto. Significados elusivos, quando anexados a um termo, adquirem limites, saem do vazio e se destacam como uma entidade com vida própria.

Quando Emerson disse que preferia conhecer o nome verdadeiro, o nome poético, de alguma coisa do que a coisa em si, ele provavelmente se referia a essa inspiradora e reveladora função da linguagem. As crianças sentem prazer em questionar e aprender os nomes de tudo ao seu redor. Isso indica que os significados estão se tornando entidades concretas para elas e que seu comércio com as coisas está passando do plano físico para o plano intelectual.

As populações indígenas atribuem uma eficácia mágica às palavras. Nomear algo significa conceder um título para dignificar e honrar uma entidade, elevando-a de uma mera ocorrência física para um significado distinto e permanente. Conhecer os nomes das pessoas e das coisas e poder manipular esses nomes representa, na cultura desses povos, estar em posse de sua dignidade, de seu valor e de seu poder.

A segunda função do signo é registrar e preservar o significado. Dewey (1910), a exemplo de Heráclito, entende que nossas vidas refletem o estado de fluxo e transitoriedade do mundo e, por essa razão, as coisas escapam ao nosso conhecimento.

Nossa relação direta e sensível com os objetos é muito limitada. A sugestão de significados por signos naturais também é limitada ao contato direto

⁴² *A palavra escrita permanece.* Frase de Horácio.

ou à visão. Mas um significado fixado por um signo linguístico é conservado para uso futuro e pode evocar objetos ausentes.

Como a vida intelectual depende da posse de um repositório de significados, a importância da linguagem como uma ferramenta para preservar significados é fundamental. Certamente, o método de armazenamento não é totalmente asséptico; as palavras muitas vezes corrompem e modificam os significados que deveriam manter intactos, mas a responsabilidade pela infecção é um preço pago por todos os seres vivos pelo privilégio de viver.

A terceira função do signo para Dewey (1910) é transferir significado e criar experiências. Quando um significado é destacado e fixado por um signo, é possível usá-lo em novos contextos e situações. Essa transferência e reaplicação são as chaves dos juízos e das inferências. A presença de nuvens indica tempestade, e esse conhecimento cumulativo permite o desenvolvimento da inteligência, da experiência e da formação de hábitos.

Nossa capacidade de usar o passado para julgar e inferir o desconhecido transcende as barreiras do tempo e torna o significado aplicável na determinação do caráter do novo. As formações discursivas são nossas grandes portadoras, os veículos ideais para transportar significados de experiências que não mais nos interessam para aquelas que ainda são obscuras e duvidosas.

Por último, Dewey (1910) sublinha que a lógica da linguagem depende da organização dos signos. Ao enfatizar a importância dos signos em relação a significados específicos, negligenciamos outro aspecto igualmente valioso.

Os signos não apenas marcam significados específicos ou individuais, mas, também, são instrumentos de agrupamento de significados em relação ao outro. Palavras não são apenas nomes ou títulos de significados únicos; elas também formam frases nas quais os significados são organizados para formar estruturas. Quando dizemos “Esse livro é um dicionário” ou “Aquele borrão de luz no céu é o cometa Halley”, expressamos uma conexão lógica - um ato de classificação e definição que vai além da coisa física para a região lógica dos gêneros e espécies, das coisas e atributos.

Proposições e sentenças têm a mesma relação com juízos que palavras distintas apresentam em relação a significados ou concepções. Assim como as

palavras implicam uma sentença, uma sentença implica um conjunto maior de discursos consecutivos nos quais se encaixa.

Costuma-se dizer que a gramática expressa a lógica inconsciente da mente popular. As principais classificações intelectuais que constituem as operações do pensamento foram construídas para nós pela nossa língua materna. Nossa própria falta de consciência de que a linguagem que usamos emprega as sistematizações intelectuais da raça humana mostra quão completamente acostumados nos tornamos a suas distinções e agrupamentos lógicos.

4.2.4 Linguagem como matriz da teoria de investigação

Dewey (1939) aborda um tema que lhe é muito caro - o papel da linguagem no desenvolvimento das teorias lógicas -, que ele prefere denominar *teorias de investigação*.

Para Dewey (1939), a transformação de comportamento orgânico em comportamento intelectual, marcado por propriedades lógicas, é produto do fato de os indivíduos viverem em um ambiente cultural. Tal vivência obriga os indivíduos a assumirem em seu comportamento o ponto de vista de costumes, crenças, instituições e significados que são pelo menos relativamente gerais e objetivos.

A linguagem ocupa um lugar significativo e exerce uma função peculiar no complexo que forma a cultura ambiente. Ela é, em si, uma instituição cultural entre muitas outras instituições e uma agência pela qual outras instituições e hábitos adquiridos são transmitidos e permeiam tanto as formas quanto os conteúdos de todas as outras atividades culturais. Além disso, ela tem sua própria estrutura distinta que é capaz de abstração como *forma*.

Essa estrutura, quando abstraída como forma, teve uma influência decisiva historicamente sobre a formulação da teoria lógica; os símbolos que são apropriados à forma da linguagem como uma agência de investigação (distinta de sua função original como meio de comunicação) ainda são especialmente relevantes para a teoria lógica. Consequentemente, discussões posteriores levarão em conta o ambiente cultural mais amplo e confinar-se-ão à função

especial da linguagem ao efetuar a transformação do biológico em intelectual e potencialmente lógico.

Reiteramos que Dewey (1939) define linguagem em um sentido mais amplo do que o discurso oral e escrito e inclui, também, não apenas gestos, mas ritos, cerimônias, monumentos e produtos de artes industriais e belas artes. Uma ferramenta ou máquina, por exemplo, não é simplesmente um objeto com suas propriedades e efeitos físicos, mas também é um tipo de linguagem porque diz algo para aqueles que entendem suas operações e conseqüências.

Para povos primitivos, máquinas movidas a vapor ou à eletricidade seriam uma língua estrangeira. A maioria dos dispositivos tecnológicos da civilização moderna está intimamente ligada a interesses, ocupações e propósitos em que a linguagem pode servir como instrumento e o instrumento como linguagem.

Dewey (1939) discute a materialidade e convencionalidade da linguagem, composta de realidades físicas como sons, marcas no papel, um templo, uma estátua ou um tear. Entretanto, essas realidades não operam como meras coisas físicas na comunicação, mas em virtude de sua capacidade ou significado representativo. A realidade física particular que tem significado é, no caso da fala, uma questão convencional. A convenção ou o consentimento comum que diferencia, registra e comunica o significado surge por meio de ações, comportamentos compartilhados e suas conseqüências.

O som físico, ou marca, adquire significado através do seu uso funcional nas comunidades de fala, não por qualquer convocação explícita para aprovar resoluções sobre determinado significado para algum som ou marca. Mesmo quando o significado de certas palavras legais é determinado por um tribunal, o acordo dos juízes não é finalmente decisivo.

Discussões subsequentes podem, eventualmente, estabelecer o significado real de palavras e conceitos em questão. O acordo nas proposições só é significativo no processo de discussão coletiva sob o ponto de vista de diferentes situações e contextos.

Dewey (1939) prossegue em sua análise do caráter arbitrário e convencional do signo e explica que menciona as considerações acima, a exemplo de Aristóteles, porque provam que um símbolo é convencional, mas

não o seu significado, estabelecido por acordos entre falantes que compartilham experiências existenciais e são afetados por suas consequências.

As imagens acústicas ou gráficas que representam 'cão' ou 'justiça' em diferentes culturas são arbitrarias ou convencionais no sentido que, embora tenham causas, não há razões para sua escolha em particular.

Entretanto, na comunicação, seu significado é comum porque é constituído por condições existenciais. Se uma palavra varia em significado nas interações entre diferentes grupos culturais, a comunicação entra em colapso até que outras variações de interpretação possam ser traduzidas e acordadas entre as partes.

Sempre que a comunicação é bloqueada, o resultado é o surgimento de mal-entendidos e não apenas a falta de compreensão. É um erro supor que o mal-entendido é sobre o significado de uma palavra isolada, assim como é falacioso supor que duas pessoas estão em acordo porque aceitam o mesmo significado dicionarizado de uma palavra. Acordo e desacordo são determinados pelas consequências de atividades conjuntas. Harmonia ou desarmonia surgem nos efeitos produzidos pelas diversas atividades dependentes da linguagem.

4.2.5 Lógica da arbitrariedade no sistema de signos

Dewey (1939) aprofunda sua discussão sobre a arbitrariedade do signo e ressalta que a linguagem não é constituída de sons, sinais ou imagens isoladas. Qualquer palavra ou frase adquire sentido apenas como parte de uma constelação de significados relacionados.

Palavras têm o poder de representar porque fazem parte de um código inclusivo, público ou privado. Para ter acesso a um código público basta ser fluente no idioma de um determinado grupo cultural. Um código privado envolve a troca de mensagens especialmente criptografadas de modo a serem ininteligíveis para membros fora do grupo.

Entre esses dois, encontramos os códigos técnicos criados para finalidades restritas, como aquele usado por navios no mar. Mas, em todos os casos, uma palavra particular tem seu significado apenas em relação ao código do qual faz parte. Outro fator que contribui para a determinação dos significados

são as conexões do discurso diretamente com ações ou situações imediatas e, indiretamente, com situações remotas e contingentes.

Dewey (1939) analisa o funcionamento das estruturas linguísticas e a construção do significado por meio da ação de símbolos e signos. O caráter peculiar da formação dos sistemas linguísticos merece considerações. O sistema pode ser simplesmente o idioma de uso comum em que os significados não estão unidos em virtude de relações examinadas entre si, mas por ser correntes no mesmo conjunto de instituições, interesses e expectativas de determinadas comunidades discursivas.

A linguagem científica, por outro lado, está sujeita a um crivo para além desses critérios. Cada significado que entra na linguagem é expressamente determinado em sua relação com outros membros do sistema linguístico. Em todo raciocínio ou discurso ordenado, esse critério tem precedência sobre as conexões estabelecidas por hábitos culturais.

Temos, assim, o que poderíamos chamar de linguagem do senso comum e linguagem da ciência. Nos primeiros casos, os costumes, o *ethos* e o espírito de um grupo são os fatores decisivos na determinação do sistema de significados em uso. Os sistemas expressam um sentido prático, institucional e não intelectual.

Os significados formados assim são grosseiros, inconsistentes e inadequados para um controle mais inteligente das atividades. Essa multiplicidade de constelações de significados é uma marca da nossa cultura atual. Uma palavra significa uma coisa em relação a uma instituição religiosa, outra coisa comercialmente e ainda uma terceira legalmente - uma verdadeira Torre de Babel da comunicação.

Para Dewey (1939), o ideal da linguagem científica é construir um sistema no qual os significados se relacionam uns aos outros na inferência e no discurso e onde os símbolos indicam tal relação. Dewey usa a palavra *símbolo* como sinônimo de *palavra*, isto é, como um significado expresso através do sistema linguístico, seja do tipo senso comum ou mais rigorosamente intelectual. Dewey justifica a adoção do termo *símbolo* em oposição ao termo *signo*. Símbolos são signos *artificiais* para marcar uma distinção com os chamados símbolos *naturais*.

Encontramos também em Dewey (1939) uma discussão sobre o caráter convencional e arbitrário do signo e seu papel na construção de inferências.

É pela ação dos expedientes já descritos que a palavra *smoke* representa em língua inglesa um objeto de certas qualidades. Em outras línguas, o mesmo objeto é representado por sons ou sinais gráficos diferentes. A expressão *signos artificiais* se aplica a esses casos. Quando se trata de *fumaça* como algo real, como sinal natural de fogo, dizemos que estamos lidando com *signos naturais*.

Da mesma forma, nuvens pesadas são sinais naturais de chuvas. A capacidade de representação em questão é atribuída a coisas relacionadas entre si e não a sinais artificiais que dependem da concordância no uso social.

E outra distinção se faz necessária pelas possibilidades criativas dos símbolos no discurso. Um signo *natural* é algo que existe em um contexto espaço-temporal real. Fumaça é sinal de fogo somente quando observada. A situação é muito diferente quando o significado de *fumaça* é um som ou um sinal gráfico no papel.

Sua qualidade real, portanto, está subordinada a um estado de representação. Sons e sinais podem, então, ser reproduzidos à vontade, independentemente da existência do objeto original e a língua ganha em expressividade à medida que os significados podem ser usados de forma mais metafórica e menos literal.

Fumaça pode estar relacionada a outros significados no sistema linguístico; não apenas a *fogo*, mas, também, a significados aparentemente não diretamente relacionados, como fricção, mudanças de temperatura, oxigênio etc.

O mesmo acontece com a palavra *nuvem* que, quando colocada em conexão com outras palavras de uma constelação de símbolos, nos permite relacionar seu significado com assuntos completamente diferentes, como diferenças de temperatura e pressões, a rotação da Terra, as leis do movimento etc.

Por último, Dewey (1939) revela sua preocupação com a ambiguidade que cerca um termo chave em sua teoria lógica.

Dewey (1939) observa que a palavra *relação* tem sido empregada indiscriminadamente. Mas a discussão chegou a um ponto em que é necessário

lidar com a ambiguidade da palavra, uma vez que ela é usada não apenas em sentido comum, mas, também, em tratados lógicos.

O termo *relação* é usado para tratar de três questões muito diferentes que, no interesse de uma doutrina lógica coerente, devem ser discriminadas: (i) símbolos estão *relacionados* diretamente entre si; (ii) eles estão *relacionados* à realidade pela intervenção de operações mediadoras; (iii) realidades estão *relacionadas* umas às outras pela função sinalizadora dos signos.

A fim de evitar confusões doutrinárias e para esclarecer a natureza lógica dos diferentes assuntos em discussão, Dewey (1939) reserva o termo *relação* para designar o tipo de interação que ocorre no par *símbolo-significado*; usa o termo *referência* para designar o tipo de relação que o par mantém com a realidade; e os termos *conexão* e *envolvimento* são empregados para designar o tipo de relação sustentada pelas coisas entre si, em virtude da qual a inferência é possível.

Dewey (1939) cita como ilustração as proposições da física matemática. Como proposições, elas formam um sistema de significados simbólicos relacionados que podem ser considerados e desenvolvidos como tais. Mas como proposições da física, não meramente matemáticas, elas se referem a fenômenos físicos e suas aplicações.

O teste final de uma referência válida, ou de uma aplicabilidade, reside nas conexões que existem entre as coisas. A inferência depende do envolvimento existencial das coisas entre si e permite que novas conexões sejam descobertas.

A questão que pode ser levantada é se as relações de significado surgem primeiro no discurso ou nas realidades da existência. Inferimos primeiro e transferimos o resultado para o discurso ou são as relações instituídas na linguagem que nos permitem detectar conexões?

Dewey (1939) reconhece que a pergunta é retórica na medida em que a questão da prioridade histórica não pode ser resolvida. Entretanto, é importante ressaltar que, em qualquer caso, a capacidade de tratar as coisas como signos não seria possível se os símbolos não nos permitissem marcar e reter a qualidade das coisas - a base da inferência.

Sem, por exemplo, palavras ou símbolos para discriminar as qualidades da experiência visual e olfativa que define o fenômeno *fumaça*, permitindo que sirva como sinal de fogo, poderíamos reagir apenas instintivamente. Além disso, como o fogo inferido não está presente na observação, qualquer antecipação que pudesse ser formada seria vaga e indefinida.

Basicamente, então, é a linguagem, que originou-se como um meio de comunicação a fim de promover cooperação e competição deliberadas em atividades conjuntas, que confere aos objetos seu poder significativo ou indicativo.

Dewey (1939) retorna, assim, ao problema original: a transformação das atividades naturais em comportamento inteligente e lógico.

O comportamento associado é característico não apenas em plantas e animais, mas, também, em elétrons, em átomos e em moléculas, e, até onde sabemos, em tudo o que existe na natureza. A linguagem não originou associação, mas quando se estabeleceu, como uma emergência natural de formas anteriores de atividade animal, reagiu para transformar formas e modos prévios de comportamento associado, de modo a dar à experiência uma nova dimensão.

Cultura, e tudo o que ela envolve, diferentemente de *natureza*, é tanto uma condição quanto um produto da linguagem. Como a linguagem é o único meio de reter e transmitir às gerações subsequentes habilidades, informações e hábitos adquiridos, ela é produto. Uma vez que, no entanto, os significados e a significação dos eventos diferem em diferentes grupos culturais, ela é, também, condição.

Atividades animais, como comer e beber, procurar comida, procriar etc., adquirem novas propriedades. Comer se torna uma celebração coletiva; a busca de alimentos se transforma em agricultura e agronegócio; a procriação serve para a instituição da família.

Os resultados de experiências anteriores são mantidos apenas por meio de modificações estritamente orgânicas. Essas modificações, uma vez feitas, tendem a se tornar tão fixas a ponto de retardar, ou até impedir, a ocorrência de modificações adicionais. A existência de símbolos torna possível a lembrança e

a expectativa deliberadas e, portanto, a instituição de novas combinações de elementos selecionados de experiências com uma dimensão intelectual.

Dewey (1939) conclui que atividades biológicas orgânicas terminam em ações manifestas cujas consequências são irreversíveis. Entretanto, quando uma atividade e suas consequências podem ser ensaiadas por representação em termos simbólicos, não existe tal compromisso final. Se a representação das consequências finais for questionável, a atividade explícita pode ser abandonada ou o modo de agir ser replanejado de modo a evitar o resultado indesejado.

4.3 CONCEITO DE WARRANTED ASSERTIBILITY EM DEWEY

Segundo Cochram (2010), Dewey desempenhou um papel importante na transformação e na popularização do pragmatismo como filosofia pública. Seu naturalismo e instrumentalismo e, em particular, a idéia de que a investigação sobre os efeitos práticos de nossos pensamentos e ações são as coisas mais importantes que nós humanos fazemos, serviram para adicionar mais substância ao pensamento original de Peirce e James.

Além disso, Dewey trouxe ao pragmatismo uma teoria ética que nem Peirce nem James haviam previsto, embora a filosofia de James tivesse uma preocupação decididamente moral.

Cochram (2010) prossegue com a introdução de temas centrais do pensamento deweyano, como a reconstrução da filosofia, sua teoria de investigação científica e o conceito de *warranted assertibility* (discursos justificáveis). Segundo a autora, Dewey desenvolve esses temas por influência da teoria evolucionista de Darwin e do princípio de falibilismo de Peirce.

Dewey criou sua teoria da investigação como parte de um projeto de reconstrução da filosofia. Sua intenção era estabelecer uma relação direta e orgânica entre experiência, vida e filosofia para criar meios pelos quais os indivíduos pudessem existir em um mundo mais justo. Influenciado pelo evolucionismo, Dewey acreditava que somos seres adaptativos que moldam e são moldados por seus ambientes naturais e sociais. Dewey acreditava também que a investigação de qualquer tipo de problema, do mundo natural ou social, deve ser modelada segundo métodos científicos.

As únicas diferenças significativas entre os dois tipos de problema são o ponto de partida e o grau de complexidade em particular. A investigação em ciências naturais começa por fenômenos naturais. A investigação científica social começa com questões morais sobre problemas humanos e a pergunta sobre *o que deve ser feito*. Esse tipo de investigação é mais complexo porque não pode empregar os filtros seletivos das ciências naturais, sob o risco de se restringir ao físico em detrimento de fatores humanos subjetivos.

No entanto, as condições lógicas que norteiam a pesquisa são as mesmas. Ambos os tipos de investigação são fundamentados na experiência - os fatos de uma situação indeterminada. E o ponto final de cada uma é o mesmo: obter um senso de determinação e confiança para ser capaz de fazer *assertivas justificáveis*.

No entanto, qualquer tipo de resolução sempre foi encarada por Dewey como provisória, meramente uma etapa a mais no processo de investigação. Para Dewey (1939), as conclusões das investigações são partes de um processo continuamente renovado. Novos questionamentos surgem, soluções que funcionaram antes se tornam inúteis e somos forçados a reiniciar os processos investigativos.

Dewey (1939) define seus termos e expõe sua compreensão dos objetivos e finalidades de sua teoria de investigação nos seguintes termos: se toda investigação está relacionada à dúvida, essa admissão traz consigo uma implicação quanto às finalidades da investigação; se a investigação começa em dúvida, termina na instituição de condições que eliminam a necessidade de dúvida. Condições essas que podem ser designadas pelos termos *crença* e *conhecimento*.

Por questões de método, Dewey prefere usar a expressão *warranted assertibility* (discursos justificáveis) porque essa está livre das ambiguidades que ligam a investigação a algum tipo de garantia de afirmação. O uso de um termo que designa uma potencialidade, em vez de uma garantia, implica no reconhecimento de que nenhuma investigação é final, mas apenas parte de um processo continuamente renovável.

4.3.1 Teoria instrumental do conhecimento

Putnam (2010) observa que teoria e prática estão unidas na teoria do conhecimento de Dewey, que mantém que o pensamento não existiria e, portanto, o conhecimento não seria encontrado em um mundo que não apresentasse problemas. Dewey desenvolveu essa formulação como parte de sua teoria instrumentalista do conhecimento na primeira década do século passado e nunca mais a abandonou.

Para Dewey, *pensar* se refere não a qualquer tipo de consciência, mas, apenas, ao que ele chama de pensamento reflexivo e inferencial. Tal pensamento ocorre na investigação e o resultado de investigações competentes e controladas é o conhecimento ou *warranted assertibility* (discursos justificáveis).

Esse conceito deweyano pressupõe processos de investigação que fornecem garantias de uma reivindicação de conhecimento e também ressalta que o resultado de qualquer investigação em particular é sempre provisório, sujeito a modificação como resultado de investigações subsequentes.

Putnam (2010) comenta que, embora Dewey tenha sido grandemente influenciado pela psicologia social de James, o conceito de *warranted assertibility* (discursos justificáveis) e seus corolários (antifundacionismo e falibilismo) devem ser atribuídos a Peirce em sua preocupação com a importância dos princípios da lógica formal nos processos de constituição de qualquer tipo de investigação.

4.3.2 Proposições, juízos e compromissos

Para Levi (2010), Dewey fez uma distinção entre proposições e juízos. As proposições se classificam em duas variedades distinguidas pelo seu *lugar funcional* nos juízos: (i) informações aceitas como produto de investigações anteriores e agora usadas como evidência na presente investigação - sujeitas a revisão à medida que a investigação prossegue; (ii) conjecturas identificadas no processo de investigação como possíveis respostas para o problema sob investigação e avaliações condicionais sobre o que poderia ser o resultado de ensaios experimentais apropriados sobre a suposição de que essas conjecturas são verdadeiras.

As proposições consideradas em (i) correspondem aproximadamente ao estado das crenças do investigador. As proposições em (ii) incluem tanto às respostas em potencial para a questão sob investigação quanto às condicionais que revelam as consequências testáveis das possíveis respostas.

Um juízo é, na verdade, uma decisão de adotar uma das possíveis respostas. Tal julgamento é expresso por uma afirmação. Se tal asserção está fundamentada em evidências expressas nas proposições baseadas em crenças, como respostas potenciais específicas aos objetivos da investigação, dizemos que se trata de *warranted assertibility* (discursos justificáveis).

Levi (2010) conclui que, devido a essa proposta de reconstrução lógica do pensamento em Dewey, juízos implicam compromissos de mudança de um estado anterior para um novo ponto de vista e um novo comprometimento cuja finalidade é afastar as dúvidas que deram origem à investigação inicial.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira parte do presente capítulo traz um breve relato sobre a trajetória de Dewey e seu desafio em reformar a filosofia para atender as necessidades de um país que se desenvolveu de uma sociedade rural, passou por uma guerra civil, se tornou uma potência regional e depois mundial.

A sociedade norte-americana foi testemunha de várias lutas sociais pelos direitos de minorias, mas o poder, a riqueza e o bem-estar continuaram a ser um privilégio das classes mais abastadas e, para Dewey, as filosofias tradicionais, com seu tratamento abstrato das questões essenciais da vida, ignoravam os problemas concretos das sociedades modernas. A abordagem pragmática de Dewey, baseada na teoria evolucionista e na psicologia social, propõe que nossos valores e conduta como seres sociais sejam logicamente justificáveis.

Em seguida, para atender a um dos objetivos específicos desta tese de doutoramento, passei à descrição e análise da elaborada e abrangente concepção de linguagem em Dewey.

Conforme ficou exposto, Dewey trabalha com uma concepção unificada de linguagem, mente e pensamento baseada nas ciências naturais e humanas

de sua época, antecipando, em meio século, o surgimento das ciências da cognição e da disciplina de linguística cognitiva.

Em sua teoria de ação comunicativa e social, Dewey explica o papel instrumental da linguagem na criação da mente como ente coletivo e da consciência como ente individual. Mente e consciência evoluem como dotação biológica e social e interagem para criar os processos de significação da linguagem.

Dewey defende que a linguagem serve de instrumento para o desenvolvimento da inteligência e para o exercício e proteção das liberdades individuais, mas que é necessário atentar para suas implicações em termos de responsabilidade social e compromissos éticos.

A comunicação em Dewey vai muito além das linguagens naturais. Novamente, em resultado de questões evolutivas, qualquer fenômeno se manifesta como linguagem para seres dotados de capacidades cognitivas.

Devido a uma constante interação circular entre indivíduos e seus ambientes naturais e culturais, comportamentos orgânicos se transformam em intelectuais sob o ponto de vista dos costumes, crenças, instituições e significados compartilhados dentro de uma mesma comunidade discursiva.

Dewey aprofunda sua teoria de linguagem ao discutir a formação dos sistemas linguísticos e o caráter representativo, convencional e arbitrário dos símbolos e signos. Dewey observa que a linguagem é um sistema de organização formal de sons e sinais e que os sentidos surgem como parte de uma constelação de significados relacionados.

Procurei demonstrar que a linguagem exerce um papel central no pensamento de Dewey. Por esse motivo, sua concepção de linguagem é bastante complexa e profunda. Apesar de não ser linguista, mas, sim, um polímata, Dewey incorpora e antecipa a discussão de temas tradicionais da linguística.

A questão da naturalidade ou convencionalidade dos signos vem desde o *Crátilo*, mas é retomada por Dewey na forma de um estruturalismo e de uma teoria de valor que vai além dos estudos de Saussure por tratar a linguagem

como qualquer tipo de interação comunicativa entre seres sencientes e o seus ambientes.

Em Dewey, o conceito de experiência, ação e efeitos do discurso, a construção social da linguagem e a impossibilidade de línguas privadas antecipam a teoria dos *atos de fala* em Austin e os *jogos de linguagem* em Wittgenstein. As proposta deweyanas sobre linguagem permitem fazer uma progressão lógica e histórica entre as *Viradas Pragmática e Linguística*.

A segunda parte do artigo trata do seu conceito de *warranted assertibility*. Esse conceito chave do pensamento deweyano forma a base de sua teoria instrumental do conhecimento na qual a reflexão e inferência são usados como ferramentas de investigação para a resolução de problemas. Dewey expõe e define ali a estrutura lógica de sua teoria de investigação em que proposições e juízos devem culminar em discursos legítimos e justificáveis.

Finalmente, em resposta a questionamentos sobre conexões entre pragmática e pragmatismo, lembro que, para Brandom⁴³ (1998), estamos vivendo *o século da linguagem*.

Brandom (1998) nos lembra que, sob influência do *Idealismo alemão* de Kant e Hegel, os pragmáticos clássicos norte-americanos desenvolveram uma escola de pensamento que nos define como seres normativos e discursivos. A ideia da consciência individual é essencialmente kantiana, enquanto que o caráter coletivo da mente se deve a formulações de Hegel.

Discurso implica em normatividade inferencialmente articulada. Estamos constantemente envolvidos em práticas discursivas em que temos que explicar e justificar nossas ações e essa dimensão normativa nos separa de seres que podem sentir, mas não são capazes de pensamento racional.

Brandom (1998) define o papel da comunicação e da linguagem, não apenas como troca de informações, mas como expediente para navegar

⁴³ Robert Brandom, filósofo norte-americano, pesquisador nas áreas da filosofia da linguagem, da mente e da lógica. Brandom faz uma leitura neopragmática do pensamento de Dewey, a exemplo de seu orientador, Richard Rorty.

racionalmente entre diferentes opiniões, projetos e planos para permitir um entendimento entre indivíduos organizados socialmente. Língua e discurso, além de servirem como meios de cooperação, também devem deixar claro quais são os nossos compromissos éticos.

Entendo que essa é a essência do conceito deweyano de *warranted assertibility* (discursos justificáveis). Discursos implicam uma pretensão de verdade e legitimidade e produzem efeitos e consequências pelas quais somos socialmente responsáveis.

Encerro este capítulo com uma citação do neopragmático Rorty sobre as preocupações centrais da filosofia moral e ética de Dewey:

Dewey rejeita teorias epistemológicas e substitui questões do tipo “Esta proposição representa a essência da realidade? por outras questões como ‘Como seria aceitar isso como verdade?’, ‘O que acontece se assim o fizer?’ e, finalmente, ‘Que tipos de compromissos estaria assumindo?’ (RORTY, 1982, p. 163)

5 SÍNTESE E DISCUSSÃO

*Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto.*⁴⁴

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos da questão da significação da linguagem, constituída a partir de processos semióticos, devem ocupar um local de destaque dentro da área das ciências da linguagem. As investigações dessa tese de doutoramento foram conduzidas por meio dessa perspectiva geral.

Especificamente, procuro respostas para questões do funcionamento e da aquisição da língua, que são preocupações básicas para analistas do discurso, para quem pretende compreender processos de ensino, aprendizagem e avaliação da linguagem e, finalmente, para quem precisa entender melhor a questão da equivalência pragmática entre diferentes línguas, um grande desafio dentro da área de tradução.

Assim foram definidos os aspectos principais do objeto de estudo desta pesquisa: (i) a *pragmática* como “relação entre signos e suas interpretações” (MORRIS, 1938, p. 30); e (ii) a *pragmática* como disciplina que analisa o uso concreto da linguagem feito pelos seus usuários e ainda as condições que governam essa prática” (HABERLAND; MEY, 1977, p. 1).

Reitero que esses aspectos me chamaram especialmente a atenção porque destacam a questão dos usos e das normas que constituem, organizam e governam a linguagem, ou seja, investigam seu funcionamento e seus processos de significação. Minhas leituras e processos de investigação passaram então a procurar identificar possíveis ligações entre diferentes concepções de linguagem para compreender mais sobre a sua natureza.

⁴⁴ JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 162. No vernáculo: “como linguista, nenhuma questão linguística pode ficar fora do meu campo de interesse”. Jakobson parafraseou uma antiga citação de autor desconhecido: “Homo sum; homini nihil a me alienum puto”, que quer dizer “como ser humano, toda questão humana, merece o meu interesse”.

A síntese e discussão neste capítulo estão apresentadas em duas seções. A primeira seção, “pressupostos e objetivos”, se divide em duas subseções:

- a) Pragmatismo Clássico e Filosofia Ocidental;
- b) *Virada Linguística* ou *Pragmática*?

A segunda seção, “pragmatismo clássico e pós-modernidade”, está organizada em cinco subseções.

A primeira, “diálogos entre Peirce e a pós-modernidade”, novamente se subdivide em:

- a) semiótica e literatura: diálogos entre Peirce e Pignatari;
- b) semiótica e linguística: diálogos entre Peirce e Jakobson;
- c) semiótica e pragmática: diálogos entre Peirce, Austin e Grice;
- d) semiótica, biossemiótica e biolinguística: diálogos entre Peirce, Sebeok/Uexküll e Chomsky

A segunda, pragmatismo e pluralismo: diálogos entre James e Peirce. se subdivide em:

- a) *Virada Pragmático-Linguística*: diálogos entre James e o segundo Wittgenstein
- b) Pragmatismo, Neurociências e Linguística Cognitiva: diálogos entre James, Damásio, Roher e Johnson.

A terceira, “discurso e responsabilidade social: diálogos entre Dewey e Habermas”.

E a quarta, “instrumentalismo, nominalismo e realismo: diálogos entre Dewey, James e Peirce”.

Acompanho, há muito tempo, e com grande interesse, as formulações de Chomsky e Wittgenstein sobre as características, a organização e as propriedades da linguagem e acredito ter identificado uma relação promissora

entre as visões desses dois grandes pensadores. Por esse motivo, incluí na “caracterização e justificativa da introdução” desta tese a epígrafe abaixo, também conhecida como o *desafio de Galileu*:

*We're a very strange species and the language capacity seems to be at the root of a good deal of this uniqueness ... from 25 or 30 sounds that have no relation to anything in our minds we are somehow capable of producing an infinite number of thoughts that express anything that we can imagine or the movements of our soul, anything that is happening in our mental life. (THE PHILOSOPHER'S ZONE, 2016)*⁴⁵

Em um momento posterior, Chomsky (2020) explica que nos primeiros dias da revolução científica moderna, Galileu lançou um desafio crucial para aqueles preocupados com a natureza da linguagem humana, um desafio que só foi assumido em meados do século XX e mais tarde culminou no advento da *Virada Linguística*.

Segundo Chomsky (2020), esses grandes fundadores da ciência moderna expressaram seu espanto e admiração pelo fato de a linguagem nos permitir construir a partir de 25 ou 30 sons uma infinita variedade de expressões, que embora não tenham nenhuma semelhança em si com o que passa por nossas mentes, nos permitem tornar inteligíveis para os nossos interlocutores tudo o que pensamos e, como diria Aristóteles, *todos os movimentos de nossas almas*.

Chomsky (2020) defende que o *desafio da Galileu* deveria ser reconhecido como um dos *insights* mais profundos na rica história da investigação da linguagem e da mente nos últimos 2.500 anos.

Embora não houvesse na época de Galileu um ferramental teórico adequado para investigar a questão, o desafio não foi totalmente ignorado. Descartes destacou o aspecto criativo da linguagem humana como um dos fatores que nos diferencia de outros seres com capacidades linguísticas.

⁴⁵ Tradução na página 08.

Humboldt também reconheceu que a linguagem é uma atividade criativa que envolve *o uso infinito de meios finitos*.

Chomsky (2020) finaliza, e aqui faz referência ao seu programa de Biolinguística, dizendo que existe hoje a consciência de que essas capacidades são propriedade da espécie, compartilhadas pelos humanos e exclusiva deles - a característica mais marcante desse curioso organismo e a base para suas notáveis realizações.

Enquanto Chomsky enfatiza a complexidade do problema do funcionamento da linguagem, o segundo Wittgenstein (1953, 1958), já dentro da *Virada Linguística*, argumenta que os processos de significação da linguagem acontecem como uma espécie de *jogo*.

Wittgenstein (1953, 1958) desenvolve seu conceito filosófico de *jogos de linguagem (Sprachspiele)* com base em exemplos simples de uso da linguagem e nas ações em que a significação da linguagem é entretida.

Uma palavra, ou até mesmo uma frase, argumentou Wittgenstein (1953, 1958), tem significado apenas como resultado da *regra do jogo* em progresso. Wittgenstein rejeitou a ideia de que a linguagem é de alguma forma separada e correspondente à realidade e entende que os conceitos não precisam de clareza para ter significado.

Wittgenstein (1953, 1958) usou seu conceito para designar formas de linguagem conectadas pelo que chamou de *semelhança de família (Familienähnlichkeit)*, ou o fato de que falar uma língua é parte de uma atividade, ou uma *forma de vida*, e é isso que dá sentido à linguagem. O componente central dos *jogos* é que eles são usados dinamicamente gerados para dar conta das constantes variações dos sentidos na linguagem.

Podemos falar de vários tipos de jogos: *jogos de tabuleiro, jogos de apostas, esportes, jogos de guerra*. Todos esses são usos diferentes da palavra comparados, contrastados e definidos dentro de um determinado campo semântico-pragmático. Esses significados não são separados uns dos outros por limites nítidos, mas se misturam, conforme sugerido em seu conceito de *semelhança de família* (WITTGENSTEIN, 1953, 1958).

No exemplo clássico de Wittgenstein (1953, 1958), a linguagem serve para a comunicação entre um pedreiro e um servente cuja interação consiste em itens lexicais como *blocos, pilares, lajes e vigas*.

O servente tem que passar os materiais na ordem em que o pedreiro dele precisa. Os termos *bloco, pilar, laje, viga* existem como objetos na realidade e se encaixariam em uma teoria representacional ou imagética da linguagem. Mas o problema surge quando o pedreiro usa instruções mais complexas usando numerais (1, 2, 3...), demonstrativos (isto, aquilo, estes, aqueles) e advérbios (aqui, ali ...). Esses termos abstratos não existem como objetos reais, e só podem ser entendidos no contexto específico dos *jogos de linguagem* de que se ocupam os construtores

Considero que a analogia de Wittgenstein (1953, 1958) entre o funcionamento da linguagem e as regras de um jogo também representa um profundo *insight*, a exemplo de Chomsky acima, porque levanta uma série de questões importantes envolvendo uma filosofia pragmática da linguagem: (i) os *jogos de linguagem* se assemelham mais a qual tipo de jogo; (ii) quais são as suas finalidades; (iii) como são organizados e quais são as suas regras e normas; e (iv) quem são os *jogadores*, o que passa por sua mente e quais são suas estratégias.

Defendo que o *Pragmatismo Clássico* pode lançar luzes sobre os questionamentos acima porque percebo ligações entre o pragmatismo lógico de Peirce e as *regras do jogo*, entre o pragmatismo psicológico de James e os estados mentais e temperamento do *jogador*, e também entre o pragmatismo ético de Dewey, que discute as regras do *jogo* e a conduta do *jogador*.

Além das ligações que apontei entre as preocupações de Chomsky e Wittgenstein, acho oportuno antecipar mais um ponto de convergência - dessa vez entre Peirce e Wittgenstein.

Rorty (1961) observou uma importante convergência entre seus *insights* sobre linguagem. Em sua máxima pragmática, Peirce (THE PEIRCE EDITION PROJECT, 1998) argumenta que o significado de um conceito é a soma dos seus possíveis efeitos sobre nossa conduta. Enquanto que Wittgenstein (1953, 1958) alerta que não devemos nos preocupar com o significado das palavras,

mas com o seu uso, Peirce parece ter ido além de Wittgenstein ao considerar tanto os usos como os efeitos da linguagem. De qualquer forma, esse é um assunto que pretendo desenvolver mais profundamente neste capítulo.

5.2 PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

Defendo três pressupostos nesta tese de doutoramento. Em primeiro lugar, a existência de uma ligação profunda e complexa entre pensamento e linguagem. Em segundo, que pensamento e linguagem são constituídos por signos. E, em terceiro, que processos de significação envolvem ambos.

E, dentro do espírito de pesquisa como *participação* Fiorin (2008), trabalhei segundo uma premissa geral sobre as ligações entre pragmática e pragmatismo, entre pensamento e linguagem e entre significação, semiose e semiótica.

Portanto, analisei o pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos para estabelecer ligações históricas e teóricas entre pragmática e pragmatismo para fundamentar uma proposta de *pragmatismo linguístico* baseada nas visões e contribuições de Peirce, James e Dewey e sua integração dentro da contemporaneidade em ciências da linguagem.

5.2.1 Pragmatismo clássico e filosofia ocidental

Santaella (1994) destaca que uma das principais características do pragmatismo norte-americano é sua extensa revisão de 25 séculos de tradição filosófica ocidental e tratamento “de uma configuração inalienável entre linguagem e pensamento” (SANTAELLA, 1994, p. 82).

Acredito, portanto, que é importante discutir, mesmo que brevemente, a relevância dessa ousada colocação da autora, mas compartilhada por outros autores, sobre a extensão do contexto histórico-epistemológico do pragmatismo clássico norte-americano e seus encaixes dentro da história do pensamento ocidental.

Segundo Lawrence (2000) a história da filosofia ocidental é marcada por dois tipos de questionamentos básicos. No primeiro, nos perguntamos o que é o mundo (metafísica) e o que realmente sabemos sobre ele (epistemologia). No

segundo, nos perguntamos como devemos viver (ética, teoria social e política e existencialismo).

Lawrence (2000) aponta que diferentes pensadores abordam essas questões de formas dramaticamente diferentes, o que nos remete aos temperamentos *hard-minded* x *tender-minded* de James (ver capítulo 02), mas as discussões filosóficas apresentam uma sistematização que marca períodos históricos inteiros, apesar das diferentes soluções propostas.

Entre o final do século VI até a metade do século V a.c., encontramos os pré-socráticos, os primeiros cientistas, passamos pelos sofistas, os primeiros relativistas, confrontados por Sócrates, Platão e Aristóteles, e o resto da filosofia ocidental se dedica a responder questões levantadas pelo ilustre trio.

Estoicismo, Epicurismo e Ceticismo se sucedem nos períodos *Helenístico* e *Romano* até a chegada da *Era Cristã* quando Atenas e Jerusalém se encontram nos escritos dos neoplatônicos Plotino e Santo Agostinho. Essa simbiose continua através da Idade Média com a síntese do pensamento aristotélico por São Tomás de Aquino, mas explora posteriormente novos caminhos na *Reforma Protestante* de Lutero e Calvino.

A tradição pragmática como teoria de verdade e do significado marca posição nos permanentes embates entre *racionalismo* e *sofismo*, *realismo* e *relativismo* e propõe um equilíbrio epistemológico baseado em um *pluralismo* objetivo.

O *Pragmatismo* procura compreender a dinâmica dos processos e das relações entre o homem e as realidades do mundo e seus efeitos. Sellars (1963) observa, por exemplo, que o objetivo da filosofia é compreender as ligações, em seu sentido mais amplo possível, entre as coisas, em toda extensão e abrangência do termo. Essa é a tônica do pensamento de Peirce, James e Dewey.

Do final do século XV até o final do século XVII, segundo Stallof (2000), a cristandade latina passou por profundas transformações. Esse período é conhecido como *Renascença* porque nele encontramos um renascimento das artes clássicas.

A *Idade da Razão* no século XVII foi caracterizada por uma profunda rejeição do conhecimento revelado e expôs as tensões entre a especulação filosófica racional e as crenças religiosas tradicionais. Galileu, Bacon e Descartes lançam as bases do pensamento científico moderno, em contraste com o pensamento político absolutista de Hobbes ecoado durante a *Guerra Civil Inglesa*. Os trabalhos de Newton, prossegue Staloff (2000), marcam o fim da *Idade da Razão* e o início do *Iluminismo*.

Já o *Pragmatismo Clássico* trabalha dentro de um paradigma científico diferente. Os pragmáticos se afastam do determinismo newtoniano e abraçam o evolucionismo natural de Darwin (ver capítulo 01). Uma outra característica central do *Pragmatismo Clássico* é sua rejeição às dicotomias e ao ceticismo cartesiano. Os pragmáticos adotam uma postura *antifundacionista* e *falibilista* (ver INTRODUÇÃO).

A *Idade das Luzes* dos séculos XVII e XVIII trouxe marcantes descobertas científicas, mais liberdade e expansão do potencial humano. Esse período testemunha o surgimento da burguesia e da revolução intelectual que culminou nas *Revoluções Francesa e Americana*, influenciadas pelo liberalismo de Rousseau, Locke e Hume.

Staloff (2000) enxerga a primeira fase do século XIX na alta cultura europeia como associada ao *Romantismo*. Românticos rejeitam o racionalismo e cientificismo árido dos iluministas. A fase final do *Romantismo*, também conhecida como *Idade das Ideologias*, é marcada pelo surgimento de questões e temas existenciais.

Kant e John Stuart Mill enfrentam os desafios criados pela nova consciência científica com seus trabalhos sobre filosofia moral e ética. Hegel reforma o idealismo de Kant com sua filosofia da história. Karl Marx se apropria de uma versão materialista de Hegel em um esforço para construir uma teoria de progresso social capaz de sobrepujar toda alienação humana causada pelo determinismo. Definitivamente, esse foi um período de grande tumulto intelectual, mas também de grande avanço material.

Bernstein (2010) ressalta que o vigor e a fertilidade do *Pragmatismo Clássico* se devem à riqueza das tradições filosóficas que contribuíram para o seu desenvolvimento.

A fonte original de inspiração de Peirce foi o *Idealismo alemão* em Kant, embora ele também tenha sido influenciado pelo pensamento medieval de Duns Scotus (ver capítulo 01). James desenvolveu temas do empirismo britânico de figuras como John Stuart Mill (ver capítulo 02). Dewey foi influenciado por uma versão de hegelianismo (ver capítulo 03), antes de Darwin se tornar o seu “herói intelectual” (BERNSTEIN, 2010, p. 7).

Staloff (2000) descreve a primeira metade do século XX, *Modernismo e a Idade da Análise*, como um período de extremos no qual as nações industrializadas passaram por dramáticas mudanças.

Tais tumultos e crises obrigaram os filósofos a repensarem o papel e a função de suas disciplinas. O resultado foi o desenvolvimento de três diferentes práticas filosóficas: filosofia como *regulação*, como *terapêutica* e como *edificação*.

Freud desenvolve uma filosofia científica da mente para investigar os segredos da alma e do inconsciente (terapêutica). Surgem diferentes tentativas para compreender as relações entre o *self* e a sociedade nos trabalhos de *fenomenologia* de Husserl, no *existencialismo* de Heidegger (edificação), na *teoria crítica* da *Escola de Frankfurt* (terapêutica), no *estruturalismo* de Saussure e Claude Lévi-Strauss, na *teoria social* de Weber (regulação) e, finalmente, na *filosofia da linguagem* do segundo Wittgenstein (terapêutica).

Peirce pretendeu um caráter puramente regulativo para seu pragmatismo lógico. James, entretanto, adotou uma postura terapêutica em seu pragmatismo psicológico ao tentar resolver problemas metafísicos e conflitos psicológicos artificialmente criados por disputas filosóficas excessivamente técnicas e vazias. Dewey, por sua vez, estendeu o alcance de seu pragmatismo ético na forma de uma terapia pragmática e de uma prática filosófica voltada para a sociedade, conforme demonstrado em seu livro *Reconstruction of Philosophy* (1920).

A filosofia na segunda metade do século XX é descrita por Staloff (2000) como *A Crise da Modernidade* devido ao crescente número de distúrbios sociais,

políticos e culturais enfrentados pela sociedade ocidental. Staloff (2000) entende que muitos filósofos sentiram a necessidade de reexaminar o projeto da modernidade, principalmente no que tange a dois temas críticos herdados do *Iluminismo*.

O primeiro trata das práticas e teorias políticas modernas. O segundo tem como foco os ideais de progresso e racionalidade científica objetiva. Popper defende que as hipóteses científicas devem ser *falseadas* e que as sociedades devem permanecer *abertas*. Khun nos mostra como o conhecimento científico funciona no *mundo real*. A *teoria da ação comunicativa* de Habermas discute as transformações e efeitos da comunicação na sociedade moderna. Finalmente, é necessário incluir entre os pós-modernos o controverso *existencialismo* de Derrida e os influentes trabalhos de neopragmáticos como Rorty, Putnam e Quine.

Acredito que o panorama exposto acima como retrato da aventura intelectual no ocidente nos ajuda a entender porque Bernstein (2010) contabiliza 150 anos de tradição pragmática, Brandom menciona 200 anos (1998) e Santaella enxerga 25 séculos de discussões e embates filosóficos dentro do movimento pragmático.

De fato, Apel (1995) afirma que é possível identificar dentro do pensamento pós-moderno três movimentos distintos: *Marxismo*, *Existencialismo* e *Pragmatismo*. Segundo Apel (1995), esses três grandes sistemas de mediação entre teoria e praxis constituem a resposta do século XIX ao primado kantiano da razão prática e à falência do hegelianismo.

Apel (1995) enxerga em Peirce a fundação de uma filosofia crítica geral - uma semiótica transcendental - que torna Peirce um herdeiro natural de Kant, que disputa espaço e serve de contrapeso para figuras como Heidegger e Wittgenstein: “uma significação paradigmática para a reconstrução da filosofia transcendental como *prima philosophia*” (APEL, 1995, p. viii, *apud* ALVES, 2006, p.103).

5.2.2 Virada Linguística ou Pragmática?

Após estabelecer ligações possíveis entre a busca da verdade e do significado na história da filosofia e no *Pragmatismo Clássico*, retomo o foco central desta tese que é assentar os encadeamentos entre *pragmática* e *pragmatismo*.

Essas conexões se manifestam significativamente nos diálogos entre as *Viradas Pragmáticas* e *Linguística*. Esses dois marcos, ou divisores de águas, representam um ponto de inflexão principalmente para nós pesquisadores na área de ciências da linguagem.

Misak (2014) apresenta a inovadora tese de que a *Virada Linguística*, na verdade, teve origem entre os pragmáticos clássicos norte-americanos. Misak (2014) observa que existiram *dois Cambridges* - um em Massachusetts e outro na Inglaterra - e argumenta que foi o primeiro, na figura de Peirce, que influenciou o segundo nas figuras de Frank Ramsey e Wittgenstein.

Misak (2014) inicia sua exposição por Cambridge Massachusetts por volta de 1870 quando Peirce, James, Chauncey Wright e outros pragmáticos se reuniram em um grupo de leitura e suas discussões deram origem ao *Pragmatismo Clássico*.

Misak (2014) se refere ao que Peirce chamou ironicamente de *Metaphysical Club* (ver INTRODUÇÃO) porque a intenção de seus membros era discutir conceitos como crença e verdade de forma menos metafísica e mais pragmática. Peirce acusava a metafísica de “ser constituída de pensamentos errantes que vagam pelas vias públicas sem um cérebro humano que os abrigue” (CP 8.112). Peirce defendia que os conceitos filosóficos devem ser trazidos de volta à terra e ligados à prática e à experiência humana.

No início do século XX, a versão de pragmatismo de James se tornou muito discutida em ambos os lados do Atlântico. James apresentou suas ideias pela primeira vez no Reino Unido entre 1901 e 1902 durante as *Gifford Lectures* em Edimburgo e mais tarde durante as *Hibbert Lectures* em Oxford entre 1908 e 1909. Em Cambridge, Inglaterra, sua visão de verdade sofreu fortes ataques por parte de Bertrand Russell e G. E. Moore.

Dewey, assim como James, também recebeu críticas de Russell e sua resposta foi apresentada em um artigo de 1941, *Propositions, Warranted Assertibility, and Truth*. O fato é que James, Dewey e Russell representam diferentes escolas de pensamento e suas divergências provavelmente envolvem os pontos fundamentais onde aconteceu a ruptura entre o pragmatismo norte-americano e a tradição da filosofia analítica europeia.

Entretanto, o pragmatismo de Peirce teve uma sorte diferente e percorreu outros caminhos. Misak (2014) revela como, na Cambridge inglesa, Ramsey entrou em contato com as ideias de Peirce.

Nos anos 1920, o jovem filósofo Ramsey, que compartilhava dos interesses de Peirce por verdade, matemática e lógica, teve acesso aos seus manuscritos através de um antigo mentor. Curiosamente, esse professor, chamado Ogden, guardava um vasto acervo dos escritos de Peirce a ele passado por uma certa Lady Victoria Welby (ver capítulo 01), uma pesquisadora independente com quem Peirce manteve uma extensa correspondência.

Misak (2014) afirma que Ramsey leu todo esse material com extrema atenção e que seus próprios trabalhos sobre lógica passaram a refletir concepções de significado, crença e verdade presentes no pragmatismo de Peirce.

Peirce parte da ideia de que, se queremos entender um conceito que já está em uso em nossa linguagem, não adianta tentar defini-lo. Definições são úteis apenas para quem não encontrou o conceito antes. Mais importante do que definir ou identificar referências é a tarefa vital de compreender e explorar a *alavancagem* do conceito com a prática humana.

Essa é sua máxima pragmática - o significado, ou a verdade, de um conceito está em suas conexões, seu uso e suas consequências para nossas vidas. Peirce aplica sua máxima pragmática ao conceito de crença e chega à conclusão de que uma crença é, em parte, apenas aquilo que nos mobiliza ou nos compele à ação.

Crenças são hábitos mentais, bons ou não, seguros ou não, em função dos quais “estamos preparados para agir” (CP 2.148). Peirce argumenta que crenças devem corresponder a fatos observáveis: “é o uso da razão que justifica

algum tipo de crença na verdade de uma proposição, mas sem esse crivo racional, perdemos nossas justificativas” (CP 7.102).

Misak (2014) sustenta que Ramsey desenvolveu concepções pragmáticas sobre crença e verdade claramente influenciadas por Peirce. Em 1926, Ramsey escreveu dois artigos importantes, *Truth and Probability* e *Facts and Propositions*, ambos explicitamente vinculados ao pensamento de Peirce.

Ramsey adota a visão peirceana de que crenças determinam formas de comportamento e cita como exemplo o fato de que sabe que a *Cambridge Union* fica em Bridge Street. Esse conhecimento é frequentemente manifestado por ele ao seguir naquela direção quando precisa de um livro da biblioteca da *Union*. Ramsey vai lá habitualmente sem ter que pensar. É esse relato pragmático que leva Ramsey a defender a ideia de que uma crença “pode ser medida em graus” (CP 7.314) pela maneira como agimos especialmente no contexto de um hábito.

Ramsey argumenta que julgamos hábitos mentais ou crenças pela sua funcionalidade. Seguindo as palavras de Peirce, Ramsey afirma que devemos considerar a mente humana como algo que funciona essencialmente de acordo com regras ou hábitos e que podemos, portanto, colocar o problema do ideal da verdade em termos de quais hábitos mentais, em um sentido geral, seriam mais adequados para o nosso desenvolvimento.

Misak (2014) acrescenta mais um elo em sua análise das ligações entre o pensamento de Peirce e Ramsey por meio de um marcante intercâmbio de ideias entre dois admiráveis grupos - *The Metaphysical Club* e *The Apostles*.

Esse último, uma espécie de sociedade secreta fundada em 1820 por George Tomlinson, reunia a elite intelectual da Universidade de Cambridge, mais especificamente membros do *King's College* e do *Trinity College*, para debater temas filosóficos clássicos como *o bom, o belo e o justo*.

E foi durante essas reuniões que Ramsey defendeu sua versão de pragmatismo sobre as relações entre lógica e normas e significado e verdade perante ilustres figuras como Russell e Wittgenstein. Misak (2014) afirma que as teorias de Ramsey tiveram um maior impacto sobre seu amigo Wittgenstein e, assim, as profundas discussões iniciadas no *Metaphysical Club* atravessaram

um oceano e acabaram encontrando eco nos encontros dos não menos celebrados membros do *Cambridge Apostles*.

Reforçando o caráter relacional desta tese de doutoramento, em consonância com o princípio pragmático que busca primeiro estabelecer relações entre as coisas para depois desenvolver métodos adequados para a sua investigação, devo dizer que a tese proposta por Misak (2014) é, ao mesmo tempo, arrojada e significativa porque aponta para uma *Virada Linguística* dentro de uma outra conjuntura histórica além daquela tradicionalmente conhecida entre Frege, Russell e Wittgenstein.

A argumentação de Misak (2014) é especialmente significativa pela sua capacidade de explicar as interações entre dois notáveis movimentos intelectuais dentro da pós-modernidade. Essa assim chamada *Virada Pragmático-Linguística* nos é particularmente cara porque envolve não somente Wittgenstein, Austin e Ryle, mas também Peirce, James e Dewey; não somente a escola da *Filosofia Analítica* ou *Filosofia da Linguagem Ordinária*, mas também o *Pragmatismo Clássico* com propostas de novos métodos de investigação filosófica baseados nos usos pragmáticos da linguagem.

5.3 PRAGMATISMO CLÁSSICO E PÓS-MODERNIDADE

Após analisar a inserção histórica da tradição pragmática dentro da filosofia ocidental, faço um movimento contrário e passo a tratar com mais detalhes, além do que foi possível nos capítulos anteriores, o terceiro objetivo específico desta pesquisa, ou seja, integrar as *Viradas Pragmática e Linguística* para construir uma proposta de *pragmatismo linguístico* “mais centrada e teoricamente fundamentada” (ver Marcuschi, INTRODUÇÃO).

Queiroz e Merrell (2006) observam que filósofos e cientistas sociais de diversas orientações sugerem que a pragmática da semiose oferece explicações dinâmicas para o significado como processo: “A semiose, foco central da filosofia pragmática de Peirce, pode conter uma chave para problemas perenes em relação ao significado” (QUEIROZ; MERRELL, 2006, p. 1).

Os autores sustentam que o pensamento de Peirce deve ser considerado seminal dentro das ciências cognitivas, especialmente no que diz respeito ao seu conceito de signo.

De acordo com o modelo pragmático de Peirce, semiose é um processo dinâmico triádico, limitado no tempo, sensível ao contexto e dependente do intérprete. A semiose peirceana envolve inter-relações e interações entre signos, seus objetos e atos e entre eventos no mundo e os agentes semióticos que constituem os processos de significação. “O pragmatismo, em sua formulação original, pode ser definido como uma teoria do significado” (QUEIROZ; MERRELL, 2006, p. 1).

Ainda sobre as relações entre o signo e seus intérpretes, Eco (1994) analisa a diferença fundamental entre a noção peirceana de semiose e outras teorias de interpretação textual e percebe que historicamente somos confrontados com duas formas de interpretação.

Por um lado, existe quem defenda que a interpretação de um texto deve procurar compreender o pensamento do autor original, sua natureza ou sua essência, independentemente de nossa interpretação. Existe também quem defenda que um texto pode ser interpretado de infinitas maneiras. Tal atitude em relação ao texto reflete uma atitude perante o mundo externo. Interpretar significa reagir a um texto do mundo ou ao mundo do texto produzindo outros textos.

Em uma resposta pragmática ao debate, Eco (1994) reformula a questão em termos próprios de um *Realismo*, *Nominalismo* e *Existencialismo*: “A questão não é determinar se o mundo é um texto a ser interpretado ou vice-versa, mas ao contrário, decidir se existe um, vários ou nenhum significado” (ECO, 1994, p. 205).

5.3.1 Diálogos entre Peirce e a pós-modernidade

Nöth (2016) nos apresenta Peirce como leitor e crítico da literatura universal e destaca elementos e princípios do que hoje chamamos de *análise de discurso* no quadro do seu trívio semiótico composto de *gramática especulativa*, *lógica crítica* e *retórica especulativa* (ver capítulo 1).

Noth (2016) acrescenta que o *trivium* peirceano permite um foco na análise do discurso como interpretação, raciocínio e o texto como argumento (ver capítulo 01). Noth (2016) também observa que Peirce classificou poetas, escritores, romancistas e dramaturgos como *homens de sentimento*, em contraste com *homens de ação* e *homens de pensamento* (ver capítulo 01), uma tripartição evidentemente inspirada em sua categoriologia cenopitagórica (ver capítulo 01).

Poetas, cientistas e filósofos trabalham com três tipos diferentes de realidade, segundo Peirce. A realidade daquilo que realmente existe pertence apenas a uma das três, que ele chama de realidade da *Secundidade*. Os outros dois tipos são as realidades da *Primeiridade* e da *Terceiridade*, respectivamente (NÖTH, 2016). A realidade da *Primeiridade* é a realidade do possível e a realidade da *Terceiridade* é a realidade das leis, dos hábitos e das regras. Essa concepção estendida de realidade leva Peirce a reconhecer a afinidade entre textos de ficção e textos científicos.

Escritores, cientistas e filósofos trabalham realidades diferentes. Assim, a *primeiridade* é a realidade da poesia e da ficção, a *secundidade* é a realidade dos cientistas naturais e a *terceiridade* é a realidade dos filósofos. Cada uma dessas três realidades obriga seus observadores a buscarem “vestígios e traços de sentido no domínio de sua realidade para transformá-los em formas inteligíveis” (NÖTH, 2016, p. 36 - 37).

Os fundamentos da abordagem peirceana para a análise de discurso, prossegue Nöth (2016), se encontram em sua abrangente, embora pouco conhecida, teoria lógica ou “ciência Geral da natureza dos Signos” (CP 8.378).

Esses fundamentos da semiótica geral pertencem a um *trivium* inspirado pela ordem das três artes liberais medievais - *gramática*, *lógica* e *retórica*. Conforme exposto anteriormente, Peirce adota os termos *gramática especulativa*, *lógica crítica* e *retórica especulativa*, o que nos remete à tríade morrisiana de *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* (ver INTRODUÇÃO).

Nöth (2016) prossegue em sua discussão da análise do discurso como interpretação segundo o trívio semiótico peirceano. O primeiro ramo, a gramática

especulativa, se dedica ao estudo das “condições gerais dos símbolos e de outros signos, que têm um caráter significante” (CP 2.93).

A gramática especulativa é a “teoria geral da natureza e das significações dos signos, sejam eles ícones, índices ou símbolos” (CP 1.191). A categoriologia peirceana se ocupa principalmente da análise do discurso segundo as relações entre signo-signo, signo-objeto e signo-interpretante (ver Capítulo 01).

Nöth (2016) observa que os temas da gramática especulativa não são muito diferentes dos temas da morfologia e sintaxe da gramática linguística. Entretanto, a tipologia geral dos signos de Peirce trabalha com uma concepção muito mais ampla de linguagem que vai muito além das estruturas específicas das línguas naturais.

O segundo ramo da semiótica geral, a lógica crítica, trata especificamente das relações entre signos e seus objetos. “Ela é a ciência daquilo que é quase necessariamente verdadeiro dos signos para que eles possam ser verdadeiros. Lógica própria é a ciência formal das condições da verdade das representações” (CP 2.229).

O terceiro ramo da semiótica geral, a retórica especulativa, tem como objetivo “o estudo das condições necessárias da transmissão de significação por signos de mente para mente e de um estado de mente para um outro” (CP 1.444).

Peirce, diferentemente da retórica tradicional, estende sua definição para além dos diálogos entre enunciador e enunciatário e inclui a análise de diálogos interiores no pensamento dos indivíduos, ‘o pensamento como linguagem da alma’, na formulação de Platão. A sequência dos nossos pensamentos é um discurso dialógico porque pensar é um processo que “procede sempre na forma de um diálogo - um diálogo entre diferentes fases do ego” (CP 4.6).

Santaella e Nöth (2004) sustentam que a retórica especulativa também é uma teoria semiótica da comunicação, visto que estuda “as condições formais da força dos símbolos, quer dizer, do seu poder de se dirigir a uma mente” (CP 1.559).

O visionário Peirce ainda postula uma retórica especulativa das belas artes, uma retórica da persuasão prática e uma retórica das ciências (THE

PEIRCE EDITION PROJECT, 1998). Peirce ainda ressalta que uma retórica especulativa das ciências “tinha o destino de crescer para se transformar em uma doutrina colossal, que justificasse a expectativa de conclusões filosóficas importantíssimas” (CP 3.454).

Nöth e Gurick (2011) constatarem que o sonho de Peirce de uma retórica que levasse a uma teoria da comunicação de verdades ainda não se realizou. Mas os autores observam que, desde o início do século XX, sob a influência de Carnap e Morris, o trívio peirceano serviu de inspiração na linguística e na filosofia da linguagem para o estabelecimento de um trívio menos ambicioso - geralmente sem o reconhecimento das suas raízes peirceanas -, o trívio sintaxe, semântica e pragmática.

Esses três ramos da linguística contemporânea correspondem claramente, embora com algumas modificações, ao trívio da análise de discurso em Peirce.

Nöth (2016) esclarece que a expressão *análise do discurso* não faz parte do vocabulário técnico peirceano (*Peircespeak*). Peirce prefere o termo hermenêutico *interpretação do discurso*, o que, para ele, significa *interpretação dos signos* e *interpretar signos*, por sua vez, significa *raciocinar*. “Se, por raciocinar [...] queremos dizer ‘qualquer processo pelo qual o conhecimento já possuído por uma mente é levado a um maior conhecimento’, [...] reconhecemos que qualquer interpretação de um signo é um raciocínio”⁴⁶. O conceito de raciocínio, por sua vez, é estreitamente ligado ao conceito de discurso:

⁴⁶ Nöth (2016), um dos poucos *Peirce scholars* no Brasil, faz uso aqui do seu privilegiado acesso ao acervo de raros manuscritos de Peirce e cita uma passagem de *A razão do raciocínio* (1910) (PEIRCE, 1963-66, MS 667).

Raciocínio, conforme os nossos antigos autores Shakespeare, Milton, etc., é chamado de 'discurso de raciocínio' ou simplesmente 'discurso'. A expressão ainda não é obsoleta no dialeto dos filósofos. Mas 'discurso' também significa 'fala', especialmente 'fala monopolizada'. Que essas duas coisas, raciocínio e discurso, sejam chamadas pelo mesmo nome em inglês, francês, italiano e espanhol, um nome, que no latim clássico significava meramente 'correr por aí', é um dos crescimentos curiosos da fala⁴⁷.

Nöth (2016) salienta três características de uma análise do discurso semiótica: a autogeração das interpretações, a sua iconicidade e a dialogicidade do discurso.

A primeira característica se refere ao analista ou intérprete do discurso. Peirce mais uma vez surpreende ao afirmar que não é o intérprete que cria uma interpretação, mas, sim, é o discurso que se interpreta, já que é o próprio signo que cria a sua interpretação em um processo semiótico:

O único propósito de um signo é ser interpretado em outro signo; e todo o seu significado reside no caráter especial que confere a essa interpretação. Quando um signo determina uma interpretação de si mesmo em outro signo, ele produz um efeito externo a si mesmo, um efeito físico, embora o signo que produz o efeito possa ele mesmo não ser um objeto existente, mas apenas um tipo. Ela produz esse efeito, não nesse ou naquele sentido metafísico, mas em um sentido indiscutível. (CP 8.191)

Para Nöth (2016), a segunda característica semiótica do discurso se revela na iconicidade e indexicalidade do processo de sua interpretação. Discursos são essencialmente signos simbólicos, mas seu processo de interpretação é construído a partir de signos icônicos e indexicais. Símbolos não conseguem produzir interpretações por serem abstratos demais. "Em verdade, raciocinamos só por ícones. Declarações abstratas são sem valor quando raciocinamos exceto na medida em que elas nos ajudam a construir diagramas" (CP 4.127). Símbolos, índices e ícones são os três tipos de signos igualmente

⁴⁷ Nöth (2016) cita dessa vez o manuscrito *Reason Rules* (1902) (PEIRCE, 1963-66, MS 597).

“indispensáveis para qualquer raciocínio” (CP 1.369), mas são os diagramas, “os ícones de relações inteligíveis” (CP 4.531), que tornam o discurso transparente para o entendimento e garantem a clareza do raciocínio:

(...) o raciocínio consiste na observação de que, onde certas relações subsistem, certas outras se encontram, e, portanto, requer a exibição das relações raciocinadas dentro de um ícone [...] A verdade, entretanto, parece ser que todo raciocínio dedutivo, mesmo um simples silogismo, envolve um elemento de observação; a saber, a dedução consiste em construir um ícone ou diagrama cujas relações de cujas partes apresentem uma analogia completa com as das partes do objeto de raciocínio, em experimentar sobre essa imagem na imaginação e em observar o resultado de modo a descobrir relações ocultas entre as partes. (CP 3.363)

Nöth (2016) define a terceira característica semiótica do discurso como um aspecto ligado à natureza dialógica do raciocínio e do pensamento em geral. O autor aponta uma diferença fundamental entre as abordagens greimasiana e peirceana para a análise do discurso. Enquanto o discurso é narrativo ou semi-narrativo para Greimas, ele é dialógico para Peirce, o que o assemelha à semântica discursiva de Bakhtin.

Nöth (2016) retoma sua discussão sobre o terceiro ramo do trívio peirceano, a retórica especulativa, e estabelece sua ligação com o dialogismo em Peirce. Qualquer discurso e qualquer raciocínio são dialógicos, mesmo quando há só um único autor. Até o pensamento, que parece um monólogo interior, é uma espécie de conversa interna. Peirce caracteriza o pensamento como um diálogo no qual o eu (*self*) busca o consentimento de um eu “mais profundo” (CP 6.338).

Ainda sobre a natureza semiótica do raciocínio, Peirce introduz uma distinção entre raciocínio e argumentação. Raciocínios são discursos abertos em que se procura a solução de um problema; enquanto que argumentos usam estratégias para influenciar o destinatário nas suas crenças. Peirce antecipa, assim, aquilo que Greimas define como a *configuração discursiva da manipulação*:

Não podemos dizer que o raciocínio seja um argumento dirigido ao próprio eu [*to oneself*]. Pois um argumento é uma comunicação pela qual o arguidor busca produzir uma crença predeterminada na mente do destinatário. No raciocínio, do outro lado, buscamos a verdade, seja ela qual for, sem saber de antemão que é a verdade. Duas pessoas em conversação podem cooperar nessa tarefa. É uma operação na qual argumentos que *podiam ser* apresentados, de um lado e do outro, são procurados percorrendo os fatos que têm a aparência de serem pertinentes e juntando-os em várias maneiras. Os argumentos possíveis, uma vez sugeridos, são sujeitos à crítica. Cada um é julgado como muito forte, moderadamente forte, fraco ou inteiramente inútil. Em seguida, uma opinião é escolhida e adotada com um certo grau de confiança⁴⁸.

Nöth (2016) ressalta a amplitude do conceito de signo em Peirce, cuja definição não se restringe às palavras, às proposições, aos argumentos, aos sinais ou aos sintomas, mas inclui, também, livros, poemas, ensaios, contos, romances, orações, peças de teatro, óperas, artigos de jornais, relatórios científicos e provas matemáticas etc.

Portanto, um signo pode ser uma parte constituinte de um signo mais complexo, mas todas as partes são também signos de direito.

Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são símbolos. (CP 2.292) (...) bibliotecas, literatura, linguagem ou qualquer outra coisa composta de palavras são exemplos de signos. Sem cansar o leitor por estender demais esse paralelismo, é suficiente dizer que não há elemento algum na consciência do homem que não tenha algo que lhe corresponda na palavra; e a razão é óbvia. É que a palavra ou signo que o homem usa é o próprio homem. Pois, como o fato de que todo pensamento é um signo, considerado em conjunção com o fato de que a vida é uma cadeia de pensamento, provam que o homem é um signo; assim, o fato de que todo pensamento é um signo *externo*, prova que o homem é um signo externo. Ou seja, o homem e o signo externo são idênticos, no mesmo sentido em que as palavras **homo** e **homem** são idênticas. Assim, minha linguagem é a soma total de mim mesmo; pois o homem é o pensamento. (CP 5.314). Portanto, se você me perguntar que papel as qualidades podem desempenhar na economia do

⁴⁸ Nöth (2016) cita mais uma vez o manuscrito *Reason Rules* (1902) (PEIRCE, 1963-66, MS 597: 2-3)

universo, responderei que o universo é um vasto **representamen**, um grande símbolo do propósito de Deus, elaborando suas conclusões em realidades vivas. [Grifos no original] (CP 5.119)

A afirmação de que discursos são signos implica a questão de que tipo de signo poderiam ser. Santaella (1995) mantém que textos ou discursos só podem ser signos do tipo *argumento*, a classe mais complexa dentro da categoriologia peirceana (ver Capítulo 01).

O *argumento* é uma das três subclasses do signo, considerado em relação ao seu *interpretante*, ao lado do *rema*, do qual um exemplo típico é uma *palavra* e do *dicente*, ao qual pertencem as proposições (ver Capítulo 01). Peirce define o *argumento* em termos de seus efeitos sobre o intérprete do signo e conclui que *argumentos* são basicamente processos de pensamento que tendem a produzir racionalmente crenças concretas.

Queiroz, Emmeche e El-Hani (2010) analisam mais um aspecto importante no diálogo de Peirce com a pós-modernidade e destacam como a plasticidade da semiótica peirceana se encaixa em diversos modelos de investigação sobre significação em diferentes áreas do conhecimento envolvendo pesquisas na atualidade sobre linguagem e comunicação entre seres sencientes e não-sencientes.

Os autores (2010) ressaltam que Peirce definiu semiose (processo de significação) como “uma relação triádica irreduzível entre signo-objeto-interpretante (S-O-I)” (THE PEIRCE EDITION PROJECT, 1998, p. 487). Uma das características mais notáveis da teoria dos signos de Peirce é sua natureza dinâmica.

Seu foco não está no conteúdo, na essência ou na substância, mas, sim, nas relações dinâmicas entre os signos. Como cientista interessado em processos naturais, Peirce concebeu sua semiose basicamente como um processo em que as tríades são sistematicamente ligadas umas às outras de modo a formarem cadeias.

Queiroz, Emmeche e El-Hani (2010) também reforçam que é importante distinguir entre o *intérprete*, que é o sistema que interpreta o signo, e o *interpretante*.

O intérprete é descrito por Peirce como uma “*quasi-mind*” (CP 4.536), uma descrição que exige um claro reconhecimento de que o amplo conceito de *mente* em Peirce trata a linguagem como uma capacidade presente não apenas em seres dotados de inteligência racional.

Queiroz, Emmeche e El-Hani (2010) citam como exemplo o complexo maquinário de transcrição celular que sintetiza RNA a partir de uma cadeia de DNA, ou um receptor de membrana que reconhece um determinado hormônio ou uma formiga que reconhece uma folha entre vários outros objetos em um jardim. A ideia básica para uma compreensão dos processos semióticos entre sistemas vivos é que esses sistemas são intérpretes de signos, ou seja, que estão constantemente respondendo a signos presentes em seu entorno.

5.3.1.1 **Semiótica e literatura: diálogos entre Peirce e Pignatari**

Dentre os diálogos mais fecundos entre Peirce e a pós-modernidade, encontramos as promissoras contribuições de Pignatari (2004) sobre as relações entre Semiótica e Literatura.

Pignatari (2004), poeta, publicitário, escritor, tradutor e semioticista, analisa a importância da semiótica para o estudo da literatura, uma vez que essa transita entre os universos dos signos textuais e não textuais. A semiótica, “uma ciência que ajuda a ler o mundo” (PIGNATARI, 2004, p. 9), permite a compreensão do universo sígnico não verbal, bem como a própria natureza dos signos verbais em relação aos demais.

Pignatari (2004) apresenta a *Teoria Geral dos Signos* de Peirce em contraste com a *Linguística* e com as *Semióticas Estruturalistas* e observa que, enquanto a linguística de Saussure tem por objeto o estudo da língua, as *Semióticas Estruturalistas*, desenvolvidas por Barthes, Todorov e Greimas, propõem uma extensão desses conceitos linguísticos.

Peirce, entretanto, extrai seus conceitos não da linguística, mas, sim, da lógica. De fato, segundo Pignatari (2004), os *Estruturalistas* demoraram em

perceber a existência de um pensamento não verbal como aquele defendido por Peirce e Paul Valéry, poeta simbolista francês, escritor e filósofo.

Pignatari (2004) destaca que Peirce concebeu sua teoria semiótica como um estudo da linguagem enquanto lógica, fruto de um trabalho de mais de 40 anos que, infelizmente, passou muito tempo sem reconhecimento. A semiótica de Peirce é fruto de seu pensamento pragmático sobre as realidades do mundo que nos cerca e sua teoria geral dos signos foi desenvolvida a partir de uma lógica dialética, ao contrário de Saussure, que defendia uma lógica positivista aristotélica.

Diferentemente das dicotomias restritivas (significante/significado) saussureanas, Peirce desenvolve seu trabalho a partir de uma complexa tríade (*signo*, *objeto* e *interpretante*) e de seus múltiplos entrelaçamentos e possibilidades.

Em uma avaliação comparativa entre a semiologia estruturalista saussureana e a teoria dos signos peirceana, Pignatari (2004) entende que essa última “está destinada a desempenhar um papel de relevo tanto na Teoria Literária como na Crítica Literária” (p. 112) pela atualidade e maior eficácia de seus instrumentos práticos e teóricos.

Pignatari (2004) ressalta que a semiótica peirceana começa por superar o clássico conflito entre *forma* e *conteúdo* ao incluir a noção pragmática do *interpretante*, permitindo um melhor entendimento dos processos de significação das linguagens.

Em sua tricotomia do signo em relação ao seu *objeto* (*ícone*, *índice*, *símbolo*), Peirce descreve o *ícone* como signo das qualidades possíveis de universos verbais e não-verbais, o *índice* é descrito como signo das relações entre objetos verbais e não-verbais, já o *símbolo* é usado prioritariamente na organização dos sistemas verbais - é o signo da generalização e da norma.

Pignatari (2004) procura demonstrar sua tese de que certos signos “tendem a privilegiar formas e articulações próprias e específicas” (p. 113). O *ícone* tende a criar paramorfismos articulados por parataxe - paronomásias e trocadilhos articulados por coordenação. O *símbolo*, por outro lado, prefere a

metonímia organizada por hipotaxe - relações e substituições articuladas por subordinação.

Pignatari (2004) aponta para uma predominância e um maior prestígio do código verbal escrito sobre outros códigos e atribui esse fenômeno à invenção da imprensa durante a Revolução Industrial, quando os avanços da tipografia permitiram o surgimento de jornais por toda parte e a impressão de livros com grandes tiragens.

A palavra mecanizada contribuiu fortemente para estabelecer o código hegemônico da palavra escrita como tradutora dos demais códigos. Entretanto, Pignatari (2004) observa que, ao mesmo tempo, a indústria começou a gerar periféricamente meios de produção de signos icônicos e não-verbais a partir do final do século XVII como a litografia, a fotografia, as estruturas metálicas (pontes, torres e arranha-céus) e o fonógrafo, culminando no surgimento de novas tecnologias como o cinema, o rádio, a televisão e a holografia.

Pignatari (2004) chama a atenção para uma inversão histórica nos padrões de equilíbrio entre códigos verbais e não-verbais, já que, atualmente, é a linguagem escrita que recua ante o avanço dos códigos icônicos e demais sistemas sígnicos. Pignatari (2004) entende que essa crise da palavra escrita permite que ela reconheça seus limites e passe a buscar mais liberdade e criatividade.

Ainda sobre liberdade e criatividade no equilíbrio entre códigos verbais e não-verbais, Pignatari (2004) nos lembra que Machado e Poe exerciam atividades ligadas à tipografia e ao jornalismo; Raul Pompéia era escritor, cartunista e desenhista; Manuel Bandeira e Mário de Andrade conheciam música; Oswald de Andrade tinha ligações com o cinema; a poesia de João Cabral incluía elementos da arquitetura e da pintura; as propostas da *Poesia Concreta* já são “deliberadamente intersígnicas” (p. 115).

Pignatari (2004) entende que, embora sob um disfarce verbal, toda poesia e literatura são, na realidade, intersígnicas, e que a função simbólica na poesia, como bem observou Jakobson, depende de uma superposição do paradigma sobre o sintagma.

Signos podem se associar por similaridade, por analogia, ou seja, em torno de um eixo paradigmático, caracterizando-se como *ícones*. Também podem se associar por contiguidade em torno de um eixo sintagmático, constituindo-se como *símbolos*.

Pignatari (2004) esclarece que o fenômeno poético consiste na transformação de *símbolos* em *ícones* ou de um tratamento mais icônico do signo verbal, e afirma que só a semiótica é capaz de romper a linearidade do discurso e revelar sua natureza e lógica próprias apresentadas na forma de um sintagma icônico-diagramático.

As afirmações de Pignatari (2004) sobre as estreitas ligações entre semiótica e literatura ganham contornos mais claros através das decifrações semióticas das cifras e criptografias presentes em obras de Poe, como em *The Gold Bug*.

Pignatari (2004) traça uma notável analogia entre a composição manual de palavras e frases no trabalho do tipógrafo e a composição lógico-estética no ofício do escritor. Lembrando que Poe, além de escritor, poeta e crítico literário, foi, também, editor, portanto, familiarizado com processos tipográficos.

Sua função poética é toda perpassada por processos anagramáticos, como no conto *William Wilson (I am Wilson)*, e hipogramáticos, como no poema *The Raven*. Devemos à extraordinária análise de Jakobson a descoberta de que *Raven* é a imagem especular de *never*, como única e repetida resposta da soturna ave às constantes perguntas do seu torturado interlocutor.

Em seguida, Pignatari (2004) ilustra, de forma mais técnica e detalhada, a sua visão sobre os casamentos entre semiótica e literatura através de um processo que ele chama de *transcodificação semiótica*.

Esse processo envolve elementos e parâmetros que estão além dos instrumentos linguísticos ordinários e requerem uma abordagem propriamente semiótica que envolve uma saturação de códigos ou extrapolação de mensagens entre códigos, ou seja, operações pansemióticas e metalinguísticas para investigar a natureza do signo.

As análises rompem, assim, a linearidade do discurso e trabalham a ambiguidade natural do signo poético, resultado de sua profundidade e de seu

afastamento do automatismo verbal. Surge, então, um signo vertical espesso, formado de camadas de signos embutidos em palimpsesto, simultâneos, ideográficos - *ícones*.

Essa é exatamente a função poética jakobsoniana que contraria a natureza predominantemente simbólica do signo e revela sua natureza icônica. A iconização do signo simbólico aponta para um movimento do signo para se aproximar mais do seu objeto.

Pignatari (2004) prossegue em sua análise sobre as relações entre semiótica e literatura e faz um alerta sobre o que ele chama de “a ilusão da contiguidade” (p. 165) e a consequente criação de um “imperialismo verbal” (p. 165). Pignatari (2004) atribui a David Hume a distinção entre duas formas básicas de associação: contiguidade e similaridade.

Entretanto, Pignatari (2004) observa que a associação por contiguidade recebe um tratamento privilegiado por criar uma ilusão principalmente nos sistemas linguísticos ocidentais devido ao maior prestígio da palavra escrita. A própria lógica clássica aristotélica é linear, ou seja, uma lógica baseada no idioma grego e organizada por contiguidade.

Pignatari (2004) define o código alfabético como “a mais poderosa máquina lógica, fonte discreta e altamente abstrata, de sinais, com características digitais e metonímicas” (p. 166). Um sistema aberto de permutações combinatórias que permite a formação de palavras sintagmaticamente, ligadas essencialmente por princípios lógicos.

Os predicados, por sua vez, são organizados hierarquicamente por elementos de ligação, como conjunções subordinativas ou coordenativas (hipotaxe) ou, alternativamente, por orações simplesmente justapostas e sem conjunções (parataxe).

Embora a mente ocidental se incline em direção à contiguidade da linguagem verbal e a palavra seja tomada como código central que oferece a melhor tradução do signo, Pignatari (2004) defende a possibilidade de que existe outro tipo de lógica organizada por similaridade.

Em um argumento também sustentado por Marcuschi (ver INTRODUÇÃO), Pignatari (2004) pondera que a semiologia europeia ainda está

muito ligada à semântica, o que impede uma demarcação mais clara entre semântica e pragmática.

Pignatari (2004) também aponta para incontornáveis diferenças de orientação sobre as relações entre semiologia e linguística. Enquanto Roland Barthes afirma que a primeira é um ramo da segunda, Copley e Sebeok (2001) defendem que é a linguística que faz parte da semiologia e justificam sua afirmação com base no fato de que necessitamos de uma teoria do signo capaz de cobrir a extensão quase inimaginável de diferentes tipos de atividade de signos presentes na natureza, muito além dos estreitos limites das línguas naturais investigadas pela linguística.

O cerne da argumentação de Pignatari (2004) sobre as afinidades e simetrias entre semiótica e literatura está nas operações e interações entre os eixos paradigmático e sintagmático de Hume.

Peirce os chama de “princípios primários de associação” (CP 7.391) e define similaridade (eixo paradigmático) “como um modo de associação segundo à natureza interna das ideias e da mente” (PEIRCE; DEELY; HARTSHORNE, 1958, p. 2481). Peirce ainda define contiguidade (eixo sintagmático) “como a sugestão de uma ideia por uma outra a ela associada, não pela natureza do pensamento, mas pela experiência ou pelo curso da vida” (CP 7.392).

Em outras palavras, Peirce sustenta que a associação por contiguidade depende de como nossas experiências diretas e imediatas são organizadas como partes dentro de um todo.

Já o processo de associação por similaridade é bem mais complexo porque envolve a percepção e organização de essências, de qualidades e de sensações em blocos independentes, “aquilo que é igual a si mesmo”⁴⁹ e não parte de alguma coisa. A associação por similaridade requer o uso da memória e da reflexão para recordar, comparar e contrastar. “Todo o vasto campo de

⁴⁹ Ver *Fedon*, diálogo do período médio de Platão.

intuições e abstrações envolvendo matemática pura são associações por similaridade” (CP 7.392).

A tabela abaixo apresenta diferentes perspectivas, possibilidades e combinações no funcionamento dos eixos paradigmático e sintagmático.

Tabela 14: Signo e seus Eixos

Signo				
Similaridade				Contiguidade
analógica	<i>s</i>		<i>d</i>	lógica
ícone	<i>i</i>		<i>i</i>	símbolo
não-verbal	<i>n</i>		<i>c</i>	verbal
arte	<i>s</i>		<i>e</i>	ciência
poesia	<i>i</i>		<i>n</i>	prosa
parataxe	<i>g</i>		<i>t</i>	hipotaxe
Oriente	<i>n</i>		<i>e</i>	Ocidente
paronomasia/metáfora	<i>o</i>		<i>s</i>	metonímia
<i>primeiridade</i>		<i>i</i>		<i>terceiridade</i>
modelo		<i>n</i>		conceito
simultaneidade		<i>d</i>		linearidade
sincronia		<i>i</i>		diacronia
paradigma		<i>c</i>		sintagma
significante		<i>e</i>		significado
forma				conteúdo
síntese				análise
inconsciente				consciente
lobo direito do cérebro				lobo esquerdo do cérebro
INTERPRETANTE				

Fonte: Pignatari, 2004.

Os processos de significação da linguagem são construídos a partir do trabalho conjunto ou alternado desses dois eixos. Entretanto, Pignatari (2004) sustenta em suas análises que as relações entre semiótica e literatura são predominantemente organizadas segundo os paradigmas de similaridade.

5.3.1.2 Semiótica e linguística: diálogos entre Peirce e Jakobson

Este relato reestabelece as ligações históricas entre semiótica e linguística, preenche lacunas, corrige omissões e revela um Peirce *desbravador* abrindo caminhos que foram trilhados mais tarde por pesquisadores na área das ciências da linguagem.

Nöth (2000) descreve Peirce como um polímata que fez contribuições significativas para muitos campos de estudo, da fenomenologia à astronomia e da física à metafísica, e destaca que apenas cerca de 12.000 páginas de seus

escritos foram publicadas, mas que existem ainda cerca de 90.000 páginas manuscritas ainda não publicadas em que a linguagem e a linguística são tópicos recorrentes.

No manuscrito MS 1184, por exemplo, Peirce apresenta uma análise sobre a pronúncia do inglês shakespeariano (MS 1184). Nöth (2000) observa que, apesar da crescente influência da semiótica geral de Peirce na linguística contemporânea, suas concepções e *insights* sobre linguagem permanecem praticamente inexplorados até hoje.

Nöth (2000) afirma que, embora Peirce não tivesse “nenhuma pretensão de ser linguista” (CP 2.328), o catálogo de suas publicações e manuscritos lista nada menos que 127 artigos classificados como *linguísticos* e contém referências a muitos outros manuscritos que tratam de diversos aspectos da linguagem (MS 427, MSs 1135-1261), como fonética, grafemas, morfologia, gramática, lexicografia, semântica, estudos de tradução, linguística histórica e evolutiva, linguística geral e comparativa. Peirce escreveu artigos sobre aspectos do grego, latim, alemão, italiano, espanhol, francês, basco (MS 1226-1247) e até um sobre uma gramática árabe (MS 1243).

Hoje, esclarece Nöth (2000), Peirce é mais conhecido como o criador da semiótica geral do que um pesquisador preocupado com questões da linguagem. Ironicamente, os crescentes avanços nos campos da linguística cognitiva, linguística diacrônica, semântica linguística e pragmática e linguística textual se devem em grande parte aos seus *insights*.

Nöth (2000) destaca o pioneirismo de Jakobson, um dos primeiros a reconhecer a relevância da semiótica de Peirce para os estudos da linguagem. Jakobson começou a escrever sobre Peirce em 1960.

Em 1980, Jakobson chamou Peirce de “*pathfinder in language sciences*” (JAKOBSON, 1980, p. 31). Jakobson estava certo em sua avaliação sobre a importância de Peirce para o futuro da linguística, mas a teoria semiótica da linguagem peirceana estabelece diálogos que vão muito além da tradição estruturalista de Saussure e Jakobson.

Peirce não considera a linguagem como um sistema fechado de estruturas imanentes, mas, sim, como um processo de significação (semiose) no contexto da cognição e da comunicação.

Nöth (2000) identifica duas grandes áreas de pesquisa no paradigma pós-estruturalista da linguística que têm sua fundação na semiótica peirceana: a iconicidade na linguagem (fonologia, morfologia, sintaxe e textos) e a mudança linguística. Embora Peirce não tenha feito nenhuma pesquisa linguística por si mesmo, foi sua teoria geral dos processos de signos que serviu de base para estudos nesses domínios da linguagem.

Nöth (2000) constata que as contribuições de Peirce para a pragmática têm permanecido amplamente inexploradas, apesar de Peirce ter estudado os atos de fala e suas consequências para o falante e o ouvinte muito antes de Austin e Searle.

Concordo com a afirmação de Nöth (2000) de que as consequências de funções linguísticas, como *mentir, negar, julgar, questionar, ordenar* e suas consequências, são tópicos presentes na teoria semiótica de Peirce e que suas relações com estudos pragmáticos posteriores certamente merecem uma discussão mais detalhada.

5.3.1.3 **Semiótica e pragmática: diálogos entre Peirce, Austin e Grice**

Pietarinen (2006) argumenta que muitas das noções pragmáticas que são comumente atribuídas a Grice ou são relacionadas ao seu trabalho sobre pragmática, como asserção, implicaturas, cooperação, conhecimento compartilhado, pressuposições e estratégias de conversação, têm suas origens na lógica ou na teoria dos signos de Peirce.

Tanto Grice quanto Peirce fundamentaram suas teorias na racionalidade normativa, no antipsicologismo e na relevância das asserções. Com respeito à era pós-griceana da pragmática, as teorias de relevância podem ser vistas como tendo sido orientadas, mesmo que inconscientemente, pela agenda pragmática de Peirce.

Neste diálogo entre Peirce, Austin e Grice, Pietarinen (2006) serve de mediador e pergunta se Grice, reconhecido pelas suas contribuições

fundamentais para a disciplina pragmática, não teria desenvolvido seu trabalho a partir de formulações originais de Peirce.

O conceito central sobre a relação entre asserção e energia é um ponto recorrente no pensamento desses três autores. A semiótica de Peirce, a teoria dos atos de fala de Austin e a pragmática de Grice descrevem órbitas em torno desse eixo lógico.

Segundo Peirce, “Cada afirmação tem um grau de energia” (MS L 75, 1902, p. 324), ou seja, não existe asserção ou juízo a menos que exista alguém para quem tais afirmações ou juízos possam ser aceitos como proposições. Se esse alguém aceita uma proposição, ela se transforma em um juízo e, se esse for aceito, teremos finalmente a asserção de uma proposição. Peirce descreve desse modo o processo lógico de significação nas trocas de energia que organizam o discurso entre falantes e ouvintes.

Pietarinen (2006) interpreta a declaração categórica de Peirce sobre o grau de energia das afirmações como uma ideia definida e significativa. O ato de afirmar ou asseverar deve ser considerado análogo às ações entre objetos em um sentido físico.

Asserções são afirmações sobre a validade de uma determinada situação, sistema ou modelo e exercem sobre o ouvinte um tipo de força, principalmente porque tal validade é mutuamente testável e verificável. Assim, afirmações se tornam vinculantes porque representam compromissos e implicam responsabilidade.

Asserções, enunciados convencionais, interpretantes, racionalidade, cooperação, hábitos e vários outros conceitos semióticos são elementos básicos na filosofia de Peirce. Essas concepções são reconhecidas não apenas como os principais fatores na filosofia pragmática, mas também como os principais blocos sobre os quais a disciplina posterior da pragmática foi construída durante o século XX.

Tanto para Peirce quanto para Grice os diferentes níveis de energia nas asserções determinam sua utilidade seus sucessos e fracassos nos contextos da linguagem. Pietarinen (2006) defende que, no caso específico das asserções,

Peirce antecipou várias formulações que apareceram muito mais tarde na teoria dos atos de fala.

Incluindo Austin no diálogo, Pietarinen (2006) relata que ele achou a semiótica de Peirce excessivamente ambiciosa e vaga: “Com todas as suas 66 divisões de signos, Peirce não faz, eu acredito, distinção entre uma frase e uma declaração” (AUSTIN, 1960, p. 87).

Austin embarcou em seu próprio projeto de desenvolver uma versão performativa mais prática e formal de sua teoria dos atos de fala na forma de uma dicotomia entre forças ilocucionárias e perlocucionárias. Essas noções de força, para além de qualquer análise semântica do significado, tornaram possível caracterizar a pragmática como uma disciplina autônoma separada dos objetivos da semântica.

Pietarinen (2006) esclarece oportunamente que Peirce desenvolveu, décadas antes, uma discussão mais ampla e mais aprofundada da relação entre linguagem e energia em termos de seus efeitos e consequências e compromissos e responsabilidades assumidos.

Cada novo conceito vem primeiro à mente na forma de um juízo. Esse argumento foge da consideração da difícil questão da natureza lógica do juízo, mas chama a atenção para um fato que a linguagem comum reconhece; a saber, que um juízo é algo que **amadurece** na mente e, além disso, existe uma frase que revela uma característica do juízo maduro: “Eu digo a mim mesmo” ou “digo eu”. A frase indica o fato facilmente verificável de que o juízo maduro, pelo menos, envolve um elemento intimamente análogo à **asserção**. Mas o que é isso? Qual é a natureza da asserção? Não temos lupa que possa ampliar suas feições e torná-las mais discerníveis; mas na falta de tal instrumento, podemos selecionar para exame uma afirmação muito formal, cujas características foram propositalmente tornadas muito específicas a fim de enfatizar a sua solenidade. Se um homem deseja afirmar algo muito solenemente, ele toma as medidas necessárias para comparecer a um cartório, e, diante de um tabelião, fazer uma declaração pública. Fazer um juramento não é apenas um evento da natureza de uma apresentação, **Vorstellung** ou de uma representação. Não é apenas dizer, mas **fazer**. A lei, creio eu, chama isso de ‘ato’. De qualquer forma, haveria consequências muito reais caso a substância do que é afirmado fosse provada falsa. Este ingrediente, de assumir responsabilidade, que é tão característico na afirmação solene, deve estar presente em toda afirmação genuína. Pois, claramente, toda afirmação envolve

um esforço para fazer com que o intérprete pretendido acredite no que é afirmado, e para quem uma razão convincente deve ser apresentada. [...] [Grifos no original] (CP 5.546)

No final do século XX, Grice foi reconhecido por ter virtualmente redefinido a disciplina pragmática. Entretanto, Pietarinen (2006) alerta que esse engano histórico não leva em consideração o legado de Peirce.

Pietarinen (2006) ressalta que existem ligações entre as visões de Grice sobre a pragmática e o pragmatismo de Peirce e analisa as principais semelhanças e diferenças entre os dois pensadores.

Pietarinen (2006) sustenta sua argumentação com base em duas passagens. Na primeira, ele nos chama a atenção para a seguinte declaração de Peirce:

Em outro sentido, pessoas honestas, quando não estão brincando, pretendem determinar o significado de suas palavras de modo que não haja qualquer desvio de interpretação. Ou seja, o caráter de seu significado consiste nas implicações e não implicações de suas palavras; e eles pretendem consertar o que está implícito e o que não está implícito. Eles acreditam que conseguem fazê-lo e, se a conversa for sobre a teoria dos números, talvez estejam corretos. Mas quanto mais longe seus tópicos estiverem de tais assuntos exatos ou 'abstratos', menos possibilidade existe de tal precisão de discurso. Na medida em que a implicação não é determinada, geralmente ela é deixada vaga; mas há casos em que uma relutância em insistir em assuntos desagradáveis faz com que o enunciador deixe a determinação da implicação para o intérprete; como se alguém dissesse: "Essa criatura é imunda, em todos os sentidos do termo." (CP 5.447)

Pietarinen (2006) contrasta a passagem acima com o texto de Grice:

Desejo representar uma certa subclasse de implicaturas não convencionais, que chamarei de implicaturas conversacionais, como estando essencialmente conectadas a certas características gerais do discurso; [...] nossas conversas normalmente não consistem em uma sucessão de comentários desconexos e não seriam racionais se assim o fossem. Elas são caracteristicamente, pelo menos até certo ponto, esforços cooperativos; e cada participante reconhece nelas, até certo ponto, um propósito comum ou conjunto de propósitos, ou pelo menos uma direção mutuamente aceita. Este propósito de direção pode ser fixado desde o início (por exemplo, por uma

proposta inicial de uma questão para discussão), ou pode ser tão indefinido a ponto de deixar uma latitude considerável aos participantes (como em conversas casuais). Mas, em cada estágio, alguns movimentos conversacionais possíveis seriam excluídos como inadequados para a conversação. Podemos, então, formular um princípio geral aproximado que se espera que os participantes (*ceteris paribus*) observem, a saber: faça sua contribuição conversacional conforme o esperado, no momento adequado, dentro da lógica da troca de informações em que você está envolvido. Podemos chamar isso de *Princípio Cooperativo* (GRICE, 1989, p. 26).

Pietarinen (2006) destaca esse notável alinhamento de ideias entre as formulações de Peirce e Grice sobre a importância da cooperação entre falantes para estabelecer limites razoáveis para as implicaturas e garantir o sucesso da comunicação.

A afinidade entre as duas citações salta aos olhos e não pode ser ignorada. Tanto Peirce quanto Grice atribuem o sucesso da comunicação aos propósitos comuns compartilhados entre o enunciador e o interlocutor, a quem cabe começar um processo da análise dos significados de um signo.

Além disso, a noção de *pessoas honestas* defendida por Peirce vem ao encontro da *máxima de qualidade* de Grice, constituída por princípios como: "Tente fazer uma contribuição que seja verdadeira", "Não diga o que você acredita ser falso" e "Não diga aquilo para o qual você carece de evidências adequadas" (GRICE, 1989, p. 27).

Pietarinen (2006) ainda ressalta mais uma intrigante identificação entre a pragmática de Grice e o pragmatismo de Peirce. Na passagem *Utterer's meaning and intentions*, Grice se refere a uma caracterização de três vias de *modos de correlação*, que descreve como os termos "icônico", "associativo" e "convencional" (GRICE, 1989, p. 113). Essa categorização de Grice corresponde quase exatamente à categoriologia do signo em relação ao seu objeto em Peirce, onde os termos usados são *ícone*, *índice* e *símbolo*.

Pietarinen (2006) cogita a possibilidade de que as convergências entre o pensamento de Peirce e Grice se deram pelo simples motivo de que ambos compartilhavam interesses mútuos sobre processos de significação da linguagem.

Outrossim, Pietarinen (2006) defende que existem evidências de uma influência mais direta de Peirce sobre Grice, incluindo o uso de termos tipicamente peirceanos como no caso de “*interpretant*”, que aparece 11 vezes no texto de Grice (GRICE, 1989, p. 34, 36, 131, 301, 302).

Embora o termo *interpretante* seja de origem peirceana, Grice não cita Peirce e não revela de onde o termo foi retirado. Pietarinen (2006) considera a hipótese de que parte dos termos acima usados por Grice vieram de Morris, esse, sim, um autor claramente inspirado pelas teorias de Peirce, mas também não citado por Grice.

Concordo com a tese final de Pietarinen (2006) de que talvez essa confluência desenvolvida no direcionamento do pragmatismo de Peirce, e, posteriormente, retomada pela pragmática de Morris e Grice, aponta para uma origem comum, dessa vez devidamente citada por Grice (1989), ou seja, os tratados de filosofia moral de Kant.

As implicaturas, os pressupostos e as máximas de Grice parecem ter emanado dos conceitos sobre racionalidade e razão kantianos. *O Princípio de Honestidade* em Grice, por exemplo, nos remete ao *Imperativo Categórico* de Kant como bússola e justificativa moral da necessidade de uma pragmática da comunicação construída em torno de um discurso ético.

5.3.1.4 **Semiótica, Biossemiótica e Biolinguística: diálogos entre Peirce, Sebeok/Uexküll e Chomsky**

Esta seção descreve um notável diálogo transdisciplinar envolvendo quatro homens - um filósofo, um biossemiotista, um etologista e um linguista - três disciplinas - Semiótica, Biossemiótica e Biolinguística - e dois conceitos-chave - *abdução* e *Umwelt*, que podem ser descritos como princípios básicos inteligentes.

Augustyn (2009) descreve alguns paralelos e afinidades teóricas entre biossemiótica e biolinguística e examina, em particular, a importância de *Umwelt*, de Uexküll e de *abdução* em Peirce como conceitos fundamentais para a biossemiótica de Sebeok e os programas biolinguísticos de Chomsky.

Ambas as disciplinas compartilham influências teóricas e paralelos historiográficos em suas origens em meados do século, continuando ao longo do final do século XX. Apesar de suas diferentes agendas acadêmicas, ambos os movimentos compartilham um núcleo teórico e filosófico baseado nos pensamentos de Peirce e Uexküll.

Augustyn (2009) afirma que a biossemiótica e a biolinguística como movimentos intelectuais devem sua origem e desenvolvimento à vida profissional de seus principais proponentes, Sebeok e Chomsky.

Como linguistas, eles foram além do paradigma estruturalista de meados do século para explorar novos caminhos teóricos para o estudo da linguagem e do pensamento. Sebeok e Chomsky encaravam o campo da linguística como um ramo da biologia, embora explorassem essa visão dentro de diferentes estruturas teóricas.

Augustyn (2009) define a revolução cognitiva de Chomsky no final dos anos 1950 como uma reação para superar o paradigma behaviorista. Chomsky, seguindo a tradição racionalista, propôs e desenvolveu sua gramática filosófica a partir da noção de que a faculdade da linguagem humana depende de capacidades inatas.

Complementarmente, Augustyn (2009) descreve o interesse de Sebeok em semiótica e seu trabalho de vida como um biossemiotista como uma forma de explorar as habilidades significantes de *todos* os organismos para promover a visão de que *toda* a vida depende de alguma forma de semiose.

Augustyn (2009) destaca que os fundamentos teóricos de Sebeok e Chomsky dependiam do trabalho de etologistas, particularmente da noção de *Umwelt*. Esse conceito de Uexküll - o mundo subjetivo de um organismo - é central para uma abordagem semiótica. “Por mais certos que estejamos da realidade que nos rodeia, ela só existe na nossa capacidade de percebê-la. Esse é o limite que temos que cruzar antes de podermos ir mais longe” (AUGUSTYN, 2009, p.1).

Augustyn (2009) afirma que Sebeok e Chomsky reconhecem a importância do conceito de *Umwelt* e a necessidade de integrar seus próprios *insights* em linguística e semiótica com novas perspectivas biológicas. E Peirce

é o grande responsável por essa importante integração de ideias em diferentes campos de investigação.

Enquanto a semiótica de Sebeok está firmemente ancorada em sua teoria geral dos signos, Chomsky usa a noção peirceana de *abdução* como um elemento essencial de sua gramática gerativa. Chomsky acredita que a análise das estruturas profundas envolvendo as operações abstratas da gramática formal pode ajudar a expor os limites e as capacidades cognitivas da inteligência humana, uma linha de pesquisa que ele chamou recentemente de “uma lógica peirceana de abdução” (CHOMSKY 2006, p. 82).

Chomsky (1994) descreve *The Logic of Abduction* de Peirce como um ensaio muito estimulante. Neste artigo (CP 5.195), Peirce argumenta que não se pode chegar a lugar nenhum por associação e que a indução não é um método de aquisição de qualquer conhecimento. Peirce acredita que indução e confirmação podem ser maneiras de verificar o que você descobriu, e esclarecê-lo e preencher os detalhes, mas há algo mais acontecendo que ele chamou de *abdução*.

Peirce define esse processo, seja ele qual for, como instintivo e, como no caso da galinha bicando o grão, afirma que temos algum mecanismo instintivo que é uma espécie de módulo de construção de teorias do cérebro. Esse mecanismo mapeia e organiza instintivamente a interpretação teórica a partir de dados dispersos. Em seguida, verificamos os fatos por indução e pela metodologia da ciência. É por meio desse processo instintivo, presente na vida cotidiana, que as pessoas ganham uma concepção de mundo e a transformam em ciência.

Chomsky (1994) ilustra o conceito de *abdução* em Peirce:

Como você se posiciona em uma estrutura social? Claramente, você o faz. Você interage com outras pessoas de uma forma que se relaciona com as expectativas delas. Às vezes, cometemos erros e temos problemas, mas há uma enorme quantidade de adaptação em situações sociais complexas, que em geral funciona. E isso deve significar que você tem em sua cabeça, de alguma forma, uma teoria de sociedade, uma teoria de personalidade, e quando as coisas dão errado, você percebe e tenta se ajustar. De onde vem isso? Bom, isso chegou aí através de um instinto animal novamente, por ‘abdução’. É uma teoria

sobre a qual não sabemos muito, mas se pudéssemos descobrir o que é, sem dúvida descobriríamos que é extremamente refinada e especializada em comparação com a evidência pobre sobre a qual foi construída, que ela é bastante uniforme em aspectos básicos entre as espécies, porque reflete características das espécies. E, na verdade, algo parecido com uma linguagem. (CHOMSKY, 1994, p. 182 - 184)

Chomsky (2009) cita as ideias de Peirce para quem o *princípio abduativo* “coloca um limite nas hipóteses admissíveis” (CP 5.196) de modo que a mente é capaz de “imaginar teorias corretas de algum tipo” (CP 5.591) e descartar infinitamente muitas outras inconsistentes com as evidências.

Chomsky (2009) defende que problemas semelhantes surgem na aquisição da linguagem de acordo com seu *argumento da pobreza do estímulo*⁵⁰. Chomsky descreve o processo de aquisição da linguagem “como rápido, virtualmente reflexivo, convergente entre indivíduos, baseando-se não em experimentos ou instruções controlados, mas apenas na confusão incontrolável e ruidosa que cada criança enfrenta” (CHOMSKY, 2009, p. 35 - 36)⁵¹.

O formato que limita hipóteses admissíveis sobre estrutura, geração, som e significado deve, portanto, ser altamente restritivo, mas, no entanto, está na raiz da riqueza e da especificidade de nossa *faculdade de linguagem*.

Augustyn (2009) identifica aspectos importantes da etologia na gramática inata de Chomsky, uma teoria que tenta explorar as propriedades inatas que determinam como o conhecimento é adquirido e o caráter desse conhecimento. Chomsky trata a aquisição de conhecimento em termos de seleção natural e se apoia em Peirce para uma explicação do problema do desenvolvimento evolutivo como um processo de *abdução* bem-sucedida.

⁵⁰ De acordo esse argumento nossa experiência superestima em muito nosso conhecimento e, portanto, é nossa dotação biológica que é responsável por grande parte do estado de nossa capacidade de linguagem.

⁵¹ “*on the blooming, buzzing confusion that each infant confronts*”, Chomsky cita James (1918, Vol. 1, p. 488).

Chomsky propõe sua visão sobre a aquisição da linguagem como um exemplo ideal de *abdução* ou da nossa capacidade de formulação de hipóteses, algo que ele já apontou na sua célebre revisão de Skinner (1957):

A maneira como venho descrevendo a aquisição do conhecimento da linguagem evoca uma palestra muito interessante, e um tanto negligenciada, dada por Charles Sanders Peirce há mais de 50 anos, na qual ele desenvolveu algumas noções bastante semelhantes sobre a aquisição do conhecimento em geral. Peirce argumentou que os limites gerais da inteligência humana são muito mais estreitos do que pode ser sugerido por suposições românticas sobre a perfectibilidade ilimitada do homem [...] Ele sustentou que as limitações inatas nas hipóteses admissíveis são uma pré-condição para a construção de teorias bem-sucedidas, e que o 'instinto de adivinhação', que fornece hipóteses, faz uso de procedimentos indutivos apenas para 'ações corretivas'. [...] Para entender como o conhecimento é adquirido, na visão racionalista que Peirce delineou, devemos penetrar nos mistérios do que ele chamou de 'abdução'. (CHOMSKY, 2006, p. 79-80)

Augustyn (2009) afirma que Chomsky está claramente se referindo às *estruturas profundas* que se manifestam em operações abstratas da gramática formal. Augustyn (2009) também aponta que Chomsky é cautelosamente otimista de que “será possível realizar um estudo dos limites e capacidades da inteligência humana para desenvolver uma lógica peirceana de abdução” (CHOMSKY, 2006, p. 82).

Antes de encerrar esta seção sobre o diálogo improvável, mas extremamente promissor, através do espaço e do tempo entre pensadores com ideias semelhantes, gostaria de observar que alguns dos interlocutores estão mais abertos, mais conscientes e mais dispostos a iniciar e abraçar tais trocas epistemológicas.

A respeito das fronteiras entre domínios e campos, Sebeok citou Peirce dizendo que “as únicas linhas naturais de demarcação entre ciências quase relacionadas são as divisões entre os grupos sociais de devotos dessas ciências” (CP 8.342).

Embora os caminhos de Chomsky e Sebeok tenham se cruzado muitas vezes na comunidade de linguistas norte-americanos, nunca houve contato

próximo ou colaboração entre eles. No entanto, Sebeok, editor-chefe do jornal estoniano *Semiotica*, escreveu:

Domínios complementares podem, é claro, afetar uns aos outros de várias maneiras fundamentais, mas isso implica que qualquer aspirante a pesquisador teria que se familiarizar com os guardiões do domínio [...] em suma, as ideias e personalidades que incorporam e propagam esses domínios, se mantidas separadas, incorrem em um risco pessoal. (SEBEOK, 1998, p. 20-41)

5.3.2 Pragmatismo e pluralismo: diálogos entre James e Peirce

Gunn (2001)⁵² reitera que James empregou pela primeira vez o termo pragmatismo em uma palestra intitulada *Concepções Filosóficas e Resultados Práticos*, proferida na Universidade da Califórnia em Berkeley em agosto de 1898. James pegou o termo emprestado de seu amigo Peirce, que o havia usado em um ensaio intitulado *How to Make Our Ideas Clear*, publicado no *Popular Science Monthly*, em 1878.

Peirce, por sua vez, relatou ter descoberto esse termo na *Metafísica da Moral* de Kant, em que é contrastado com o termo *prático*. Kant associa o *prático* com as leis morais *a priori*, o *pragmático* com as regras da arte e da técnica derivadas da experiência.

No entanto, Gunn (2001) observa que, para Peirce e James, pragmatismo era essencialmente um novo nome para *algumas formas mais antigas de pensar* (JAMES, 1907) que podiam ser encontradas desde Sócrates e Aristóteles, Spinoza, Locke, Berkeley, Hume, Kant e Mill. Bernstein, Brandom e Santaella (acima) fizeram observações semelhantes sobre as relações entre o pragmatismo e a filosofia ocidental.

Dito isso, é importante reconhecer que havia diferenças consideráveis entre as visões de Peirce e James sobre o pragmatismo, o que eventualmente levou Peirce a adotar o termo *pragmaticismo*, “que é feio o suficiente para estar

⁵² Editor de *Pragmatism and other Writings* (JAMES, 2001).

a salvo de sequestradores” (CP 5.414). Peirce não se referia a seu amigo James, mas estava especialmente preocupado com a ambiguidade e a popularidade crescente do termo *pragmatismo* dentro e fora do movimento pragmático.

No entanto, também é importante tentar compreender as principais diferenças entre as visões de pragmatismo entre Peirce e James. Pihlström (2011) entende a máxima pragmática como a tentativa de Peirce de compreender claramente o significado de um conceito: “Considere quais efeitos podem concebivelmente ter implicações práticas [...]. Nossa concepção desses efeitos é toda a nossa concepção do objeto” (CP 5.2).

James, entretanto, empregou a máxima de forma mais ampla para distinguir entre possíveis cursos de ação. Para James, se não há diferença de conduta, então não há diferença de conceito. Assim, James poderia eliminar aquelas abstrações que não poderiam ser *cashéd out* na conduta. James estava claramente mais interessado nesse desdobramento, enquanto Peirce estava basicamente interessado no significado que era entendido pelos efeitos práticos.

Seja como for, para Pihlström (2011), a máxima, independentemente de suas diferentes interpretações, fornece uma pedra de toque para identificar os pragmáticos. James é claramente um pragmático, pois emprega a máxima de Peirce, embora para seus próprios objetivos. No entanto, é com a máxima que ele começa. Tanto para Peirce quanto para James, nossas crenças podem ser compreendidas porque são regras de ação ou formas habituais de pensar. Um hábito de pensamento (ou crença) leva a certos efeitos práticos, permitindo, assim, que seja compreendido (Peirce) ou adotado como seu (James).

5.3.2.1 Virada Pragmático-Linguística: diálogos entre James e Wittgenstein

Em um argumento semelhante ao de Misak (2014) acima, embora aquela autora tenha explorado a influência de Peirce sobre Ramses, Bernstein (2010) identifica um diálogo suplementar entre James e não um segundo, mas possivelmente um terceiro Wittgenstein pragmático.

Na encruzilhada entre as *Viradas Pragmática e Linguística*, Bernstein (1995) usa uma citação na forma de uma advertência: “Uma tradição não apenas

incorpora a narrativa de um argumento, mas só é recuperada por uma apresentação subjetiva dessa narrativa que estará em conflito com outras versões subjetivas”⁵³.

A história do pragmatismo não é exceção. Desde suas origens até o presente, o movimento tem sido uma pluralidade de narrativas conflitantes.

Bernstein (2010) apresenta sua autorizada metanarrativa de como a *Virada Linguística* na filosofia analítica se desenvolveu a partir de contribuições da tradição pragmática. Bernstein (2010) analisa o entrelaçamento de temas dentro do pragmatismo e da linguística e sua relação central com *experiência e linguagem* e afirma que devemos repensar ambas as *Viradas* como intrinsecamente ligadas.

As convenções filosóficas padrão que dividem a filosofia em ‘escolas’ como o pragmatismo, filosofia analítica e filosofia continental obscurecem [seus] temas pragmáticos comuns. Uma vez que essas vendas ideológicas são removidas, as investigações filosóficas dos pragmáticos clássicos, Heidegger e Wittgenstein, assumem um caráter novo e mais emocionante. Se colocarmos entre parênteses a classificação filosófica padrão e enganosa e observarmos o que esses filósofos estão realmente dizendo e fazendo, surge um panorama muito diferente. Descobrimos semelhanças contra as quais os pragmáticos, Wittgenstein e Heidegger, estão todos reagindo, em sua crítica da epistemologia e da metafísica tradicionais e, especialmente, na mudança radical na orientação filosófica que eles procuram trazer. (BERNSTEIN, 2010, p. 22)

Bernstein (2010) considera tanto a *Virada Pragmática* quanto a *Linguística* como revoluções na maneira como os filósofos entendiam sua própria atividade intelectual, especialmente após o refinamento pragmático da *Virada Linguística*.

Bernstein (2010) observa que tanto pragmáticos quanto filósofos analíticos após o segundo Wittgenstein compartilham uma aversão a um certo estado de espírito que Bernstein caracterizou como *uma ansiedade cartesiana*.

⁵³ MACINTYRE, A. Epistemological Crises, Dramatic Narrative and the Philosophy of Science. In: *The Monist*, vol. 60. OUP. 1977, p. 461.

Ambos os movimentos visavam repensar o papel e a forma da filosofia, resgatando-a das amarras do fundacionismo com suas restrições metafísicas, religiosas, epistemológicas e morais.

Bernstein (2010) argumenta que, tanto para James quanto para Wittgenstein, as ansiedades filosóficas são movidas por atitudes pessoais que eventualmente dão origem a posturas filosóficas igualmente personalizadas. Para James, “a história da filosofia é, em grande medida, a de um certo choque de temperamentos humanos” (JAMES, 1907, p. 9). Há também a observação afiada de Wittgenstein de que devemos reconhecer como em certas discussões filosóficas “uma imagem nos aprisionou” (WITTGENSTEIN, 1953, 1958, § 115).

Bernstein (2010) afirma que ambos os pensadores entenderam a filosofia como uma *cura* para transcender nossa condição humana, retratando e falando sobre nossos conceitos e seu significado, não a partir de perspectivas intelectualistas restritivas, mas investigando seu *uso* ou seu *cash value* em nosso discurso e em nossas práticas.

De acordo com essa abordagem filosófica terapêutico-pragmática, ao refletir sobre as formas como conceituamos, descrevemos e problematizamos nossas experiências; a reflexão moral assume, então, um papel central e deve ser pensada como o esclarecimento dos fatos morais como são experimentados em nossas práticas comuns.

James tinha plena consciência de que o tipo de pluralismo que professava era ofensivo para muitos filósofos que defendem um impulso filosófico profundo baseado em algo mais ordenado, mais claro e mais sistemático. Nesse aspecto, Bernstein (2010) acredita que James teria encontrado um grande interlocutor no segundo Wittgenstein, que também buscou curar os filósofos do anseio por uma ordem definitiva. “O pluralismo, em contraste com o monismo dogmático, não nega a unidade, mas nos direciona a perguntar de que tipo de unidade estamos falando - para olhar e ver quanta unidade realmente descobrimos (...)” (BERNSTEIN, 2010, p. 59).

Pihlström (2012) é outro escritor que acredita que ainda há muito a dizer sobre as relações entre Wittgenstein e o pragmatismo, filosófica e sistematicamente, não historicamente.

Pihlström (2012) está, portanto, interessado na discussão de uma rede holística sistemática e filosófica de crenças e ideias propostas por um Wittgenstein pós-kantiano e pragmático que questiona a possibilidade de significado.

Para Pihlström (2012), a conexão entre Wittgenstein e os pragmáticos clássicos começa com a ideia básica em que Peirce e James insistiram - crenças não são apenas atitudes abstratas de uma postura cartesiana, mas *hábitos de ação* no mundo. E as primeiras discussões sobre crenças como hábitos de ação podem ser encontradas em Peirce⁵⁴ e em James⁵⁵.

A noção de hábito se refere à ideia pragmática tradicional de que acreditar em algo é estar preparado para agir de determinadas maneiras. Para Pihlström (2012), essa noção de hábito está relacionada às noções wittgensteinianas, como *costume, técnica e talvez jogo*.

Pihlström (2012) também afirma que o conceito de *hábito* é um parente próximo do conceito de *forma de vida* em Wittgenstein. Pihlström (2012) observa que nossa capacidade de entender qualquer sentido das expressões linguísticas ou semióticas depende de nossos hábitos de ação. Eles não são apenas uma chave para a significação, mas, também, para a investigação e a fixação de crenças, como Peirce, James e, mais tarde, Dewey argumentaram.

Boncompagni (2012) entra na discussão das relações entre James e Wittgenstein e examina as afinidades entre conceitos como senso comum, linguagem e pensamento.

Boncompagni (2012) afirma que o senso comum foi um importante tópico de interesse para James, que afirmou que “nossas filosofias posteriores e mais críticas são meros modismos e fantasias em comparação com a língua materna natural do pensamento” (JAMES, 1907, p. 87). James, portanto, conectou o senso comum à linguagem e ao pensamento e esse mesmo vínculo, observa Boncompagni (2012), é relevante na preocupação de Wittgenstein com o senso

⁵⁴ *The Fixation of Belief* (1878).

⁵⁵ *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking* (1907).

comum, que começou na década de 1930 e ganhou destaque em sua filosofia posterior.

Wittgenstein foi leitor assíduo de James e, em muitos aspectos, seu próprio tratamento do assunto se assemelha às ideias de James. Boncompagni (2012) reconhece o fato de que a presença de uma veia pragmática, se não do pragmatismo, na filosofia tardia de Wittgenstein tem sido frequentemente enfatizada por estudiosos⁵⁶, mas propõe um confronto mais detalhado com James, o filósofo pragmático com quem Wittgenstein estava mais familiarizado, a fim de adicionar evidências textuais em apoio à ideia de seus interesses compartilhados e sobrepostos.

Para Boncompagni (2012), James usa o senso comum como conceito-chave na construção do conhecimento.

Para começar, nosso conhecimento cresce como manchas. Essas podem ser grandes ou pequenas, mas o conhecimento nunca cresce como um todo: algum conhecimento antigo permanece sempre o que era [...]. Como manchas de gordura, elas se espalham. Mas nós as deixamos espalhar o mínimo possível: mantemos inalterados tanto de nosso antigo conhecimento, quanto de nossos velhos preconceitos e crenças, quanto podemos. Nós remendamos e consertamos mais do que renovamos. A novidade penetra, atinge a massa antiga, mas também é tingida por aquilo que a absorve. Nosso passado percebe e coopera, e, no novo equilíbrio, a cada passo à frente no processo de aprendizagem, é relativamente raro que o novo fato seja adicionado em estado bruto. Mais comumente, é embutido cozido, como se poderia dizer, ou guisado no molho do velho. (JAMES, 1907, p. 81)

⁵⁶ A referência histórica mais importante para os pragmáticos é a filosofia escocesa do senso comum, especialmente em Thomas Reid, que desempenha um papel relevante no *critical common-sensism* de Peirce (ver em particular *Issues of Pragmaticism*, em PEIRCE (1934), parágrafos 438 - 463). Para uma análise específica, consultar Santucci (1969), Nesher (1994), Maddalena (2010). Veja Wolterstorff (2000) para uma comparação entre Reid e Wittgenstein. O senso comum também é relevante para Dewey, particularmente em relação à ciência; veja *Logic: The Theory of Inquiry* (Cap. IV) e *Knowing and the Known* (Cap. X), ambos em Dewey (1981-1991), respectivamente vols. 12 e 16. (BONCOMPAGNI, 2012)

Boncompagni (2012) destaca duas características nas palavras de James acima. Primeiro, quando o conhecimento cresce, há sempre uma parte mais profunda ou mais antiga do conhecimento que não se altera. Segundo, quando o conhecimento muda, ele muda em duas direções: a novidade muda o que é mais antigo, mas o conhecimento consolidado também muda a novidade, pois é pelas lentes do que já sabemos que vemos os fatos novos.

O crescimento ou a mudança do conhecimento pode ser dolorosa porque envolve uma reconsideração de crenças anteriores que eram tidas como certas; a acomodação recíproca do velho e do novo.

Boncompagni (2012) afirma que, para James, a linguagem é o repositório final do senso comum e do conhecimento. A etapa básica do nosso conhecimento, segundo James, repousa na linguagem, “sem a qual somos incapazes de pensar naturalmente em quaisquer outros termos” (JAMES, 1907, p. 88).

Na linguagem, podemos encontrar depositado e cristalizado todo o conhecimento ancestral que sobreviveu ao longo do tempo e agora faz parte da nossa maneira normal e natural de pensar porque está enraizado em nosso pensamento.

Portanto, a linguagem e o pensamento são moldados pelo senso comum. A linguagem, como expressão de nossa natureza, carrega nossa história natural em cada palavra que dizemos e na própria maneira como a dizemos, porque sua estrutura e conteúdo vêm do senso comum. Natureza e cultura estão tão interligadas na linguagem, que nos conectam com o nosso passado e nos projetam para o nosso futuro.

Assim, a *Virada Linguística* liderada por Wittgenstein, especialmente na forma de seus conceitos de *forma de vida* e *jogos de linguagem*, pode ser integrada naturalmente à *Virada Pragmático-Linguística* de James.

A seguir, Gale (2004) e Pihlström (2011) nos ajudam a montar mais um diálogo particularmente significativo envolvendo duas concepções de linguagem radicalmente diferentes: o pragmático prometeano de James e o pragmático social de Wittgenstein.

A construção de sentidos assume um papel central na obra de ambos os autores; mais especificamente, em torno das discussões sobre as (im) possibilidades de uma linguagem privada. Este argumento controverso (*ad absurdum*) é, portanto, desenvolvido a partir de duas mentalidades filosóficas diferentes: uma perspectiva psicológica e individual em oposição a uma perspectiva social e coletiva.

No entanto, começo o diálogo com Wittgenstein. Suas formulações têm uma ressonância mais forte do que as de James devido ao fato de que ele está mais perto de nós no tempo.

Pihlström (2011) destaca que o princípio da contextualidade é central para a noção wittgensteiniana sobre a impossibilidade de uma linguagem privada. Pihlström (2011) nos lembra que Wittgenstein (1953, 1958) argumenta que a linguagem é, necessariamente, um fenômeno humano público, na medida em que não pode haver nenhum significado linguístico fora de um contexto pragmático em que os entes podem ser definidos como relativos uns aos outros dentro de contextos de categorização e de investigação.

Gale (2004), no entanto, observa que James *antecipou* poderosos contra-argumentos contra o notório experimento mental do *besouro na caixa de fósforos* desenvolvido por Wittgenstein em *Philosophical Investigations* (1953, 1958). Especialmente em *Some Problems of Philosophy* (JAMES, 1916), James apresentou suas considerações sobre uma possibilidade, em princípio, de uma linguagem privada.

James (1916) investiga as relações entre preceitos e conceitos e discute as limitações dos processos de contextualização no estabelecimento e manutenção de significados convencionais:

Um conceito, [...], significa sempre a mesma coisa: 'mudar' significa sempre 'mudar', 'branco' sempre 'branco', um 'círculo' sempre um mesmo círculo. Esta estabilidade de objetos conceituais forma o caráter estático e eterno de nossos sistemas ideais de verdade; pois uma relação, uma vez percebida, se mantém constante entre termos que não se alteram. Mas muitas pessoas têm dificuldade em admitir que um conceito usado em contextos diferentes pode ser intrinsecamente o mesmo. Quando chamamos neve e papel de 'brancos', esses

pensadores supõem que deve haver dois predicados distintos.
(JAMES, 1916, p. 102)

Diferentemente dos *besouros* de Wittgenstein, o argumento de James envolve basicamente *cores*. Assim, James cita James Mill: “Cada cor é uma cor individual, cada tamanho é um tamanho individual, cada forma é uma forma individual” (MILL, 1829, p.120). E James prossegue com sua análise nominalista-pragmático-heraclitiana:

Mas as coisas não têm uma cor individual em comum, nenhuma forma individual em comum; nenhum tamanho individual em comum; isto é, elas não têm forma, cor ou tamanho em comum. O que, então, elas têm em comum que a mente pode levar em consideração? Aqueles que afirmaram que era alguma coisa, não sabiam de forma alguma. Eles substituíram coisas por palavras, usando frases vagas e místicas, que, quando examinadas, não significavam nada. A verdade, segundo este autor nominalista, é que a única coisa que pode ser possuída em comum por dois objetos é o mesmo nome. ‘Preto’ no casaco e ‘preto’ no sapato são os mesmos desde que tanto o sapato quanto o casaco são chamados de ‘pretos’, embora o fato de que o nome nunca pode ser duas vezes sem que o mesmo seja completamente esquecido. O que agora o conceito ‘mesmo’ significa? Aplicando, como de costume, a regra pragmática, descobrimos que quando chamamos dois objetos de ‘o mesmo’ queremos dizer ou (a) que nenhuma diferença pode ser encontrada entre eles quando comparados, ou (b) que podemos substituir aquele pelo outro em certas operações sem alterar o resultado. (JAMES, 1916, p. 103-104)

Pihlström (2011) entende que James usa a metáfora da cor para investigar como percebemos e pessoalmente entendemos uma grande variedade de qualidades sensíveis:

(...) sabemos que sob todas as modificações feitas pela mudança de luz, sujeira, impureza no pigmento etc., há um elemento de qualidade de cor, diferente de outras qualidades de cor, que queremos dizer que nossa palavra significará inalteravelmente. A impossibilidade de isolar e fixar fisicamente essa qualidade é irrelevante desde que possamos isolá-la e consertá-la mentalmente e decidir que sempre que dizemos branco, essa qualidade idêntica, aplicada correta ou incorretamente, é o que queremos dizer. Nossos significados podem ser os mesmos com a frequência que pretendemos que sejam, independentemente de o que se pretende significar ser uma possibilidade física ou não. Metade das ideias que usamos

são de coisas impossíveis ou problemáticas, como zeros, infinitos, quartas dimensões, limites de perfeição ideal, forças, relações separadas de seus termos, ou termos definidos apenas conceitualmente, por suas relações com outros termos que podem ser igualmente fictícios. Branco significa uma qualidade de cor segundo um padrão mental que deve existir independentemente de qualquer condição física. (JAMES, 1916, p. 105

Pihlström (2011) aponta que James admite a possibilidade de o falante *certo* ou *erradamente* descrever algo como *branco*. A razão é que seu paradigma de brancura, que é uma imagem mental privada para ele, não é, em princípio, acessível a mais ninguém.

Conceitos ou ideias singulares têm uma importância filosófica especial, pois é por meio deles que nosso pensamento e nossa linguagem se prendem à realidade. No entanto, enquanto que para Wittgenstein o processo social de contextualização é essencial para transformar o individual em significado coletivo, James argumentaria que tal processo se restringe principalmente a estabelecer nomes comuns para o que percebemos ser as realidades do mundo.

Assim, James reconhece as limitações do processo nominalista e enfatiza que, em última análise, apenas o falante individual é capaz de explicar que tipo de significado ele está atribuindo a nomes sociais e coletivos particulares.

E por falar em *nomes*, James consegue construir um argumento mais elaborado do que Wittgenstein sobre a possibilidade de uma linguagem privada exatamente porque oferece uma caracterização mais clara de seus termos, descreve sua origem e explica o que ele quer dizer:

(...) então a doutrina nominalista é falsa para coisas desse tipo conceitual, e verdadeira apenas para coisas no fluxo perceptivo. O que estou afirmando aqui é a doutrina platônica de que os conceitos são singulares, que a matéria-conceito é inalterável e que as realidades físicas são constituídas pelas várias coisas-conceito de que participam. Isso é conhecido como realismo lógico na história da filosofia; e geralmente tem sido mais favorecido por mentes racionalistas do que por mentes empiristas. Para o racionalismo, as coisas conceituais são primordiais e as coisas perceptivas são de natureza secundária. O presente livro, que trata os preceitos concretos como primordiais e os conceitos como de origem secundária, pode ser considerado um tanto excêntrico em sua tentativa de combinar

o realismo lógico com um modo de pensamento de outra forma empirista. (JAMES, 1916, p. 106)

James (1916) estava convencido de que conceitos racionais e preceitos empíricos são feitos do mesmo tipo de material e se fundem quando os manipulamos juntos e observa perspicazmente que ninguém pode dizer, por exemplo, como sabe que a coisa que segura em suas mãos e lê é um livro específico. Quanta informação chega através de seus olhos e dedos e quanta vem de seu intelecto. Sua conclusão pragmática é que as partes universal e particular da experiência estão literalmente imersas uma na outra e ambas são indispensáveis.

5.3.2.2 **Pragmatismo, Neurociências e Linguística Cognitiva: diálogos entre James, Damásio, Rohrer e Johnson**

Anticartesianismo e evolucionismo, dois temas centrais dentro do pragmatismo clássico, permitiram que James reunisse o que Descartes havia separado - corpo e mente. James desenvolveu, assim, seu conceito de *embodiment* (corporeidade) e estabeleceu um importante diálogo entre pragmatismo e neurociência.

Em *A Estética da Razão em James: apontamentos sobre o conceito de embodiment*, Silva e Efken (2020a)⁵⁷ discutem as concepções originais de James acrescidas às discussões e análises formuladas por três neurocientistas: Damásio, Rohrer e Johnson. Silva e Efken (2020a) investigam o papel do corpo na percepção, na sensação e na conceptualização dos processos de significação do pensamento e da linguagem.

O conceito de *embodiment*, ou *corporeidade*, defendido por James é uma crítica e uma rejeição à separação entre corpo e mente proposta por Descartes. Silva e Efken (2020a) argumentam que, infelizmente, a maior parte da filosofia

⁵⁷ Trabalho apresentado nas Sessões de Comunicações do 19º EIP (Encontro Internacional sobre Pragmatismo) entre os dias 4 e 7 de novembro de 2019, na PUC-SP.

anglo-americana do século XX ignorou essa rica tradição filosófica norte-americana em favor de uma filosofia analítica cartesiana que marginalizou as discussões sobre a estética da razão ou o papel do corpo na construção do pensamento lógico e, como resultado, herdamos o que o neurocientista Johnson chama de “uma visão muito superficial e eviscerada da mente, do pensamento e da linguagem” (JOHNSON, 2007, p. 7).

Silva e Efken (2020a) observam que certos filósofos ainda encaram noções como *qualidade*, *emoção* e *sentimento* como estados mentais subjetivos, julgamentos ou gostos pessoais. Essa “subjetivação da estética” (GADAMER, 1975, p. 71 - 72) gerou equívocos, como o tratamento da mente como um ente *desencarnado* do pensamento, superior ao sentimento, e um tratamento do conhecimento como independente do sentimento.

No entanto, nos últimos anos, as neurociências cognitivas começaram a atrair filósofos analíticos da mente e da linguagem interessados em investigar o papel e a influência das emoções e dos sentimentos na construção de nossa capacidade de compreender a vida segundo uma perspectiva da corporificação da mente.

Silva e Efken (2020a) analisam as relações entre corpo e mente segundo três perspectivas dentro da área das neurociências, Damásio discute as conexões entre emoção, razão e o cérebro humano, Rohrer explora os vínculos entre pragmatismo e linguística cognitiva e Johnson examina o papel da estética no desenvolvimento da razão humana.

Damásio (1994) cogita que as estratégias da razão humana provavelmente se desenvolveram a partir da força norteadora dos mecanismos de regulação biológica dos quais emoção e sentimento são expressões notáveis.

Para Damásio (1994), a mente existe como parte de um organismo integrado; nossas mentes não seriam como são se não existisse a interação do corpo e do cérebro durante a evolução. Esse organismo interage com o meio ambiente como um conjunto: a interação não é apenas do corpo nem do cérebro.

As operações fisiológicas que chamamos de *mente* são derivadas desse conjunto estrutural e funcional, e os fenômenos mentais, portanto, devem ser

tratados apenas no contexto da interação de um organismo que evolui em determinado ambiente.

Por sua vez, Rohrer (2001) sugere aplicações do conceito jamesiano de *corporeidade* na área da análise pragmática da linguagem. Rohrer (2001) investiga as ligações entre linguística cognitiva e os quadros espaciais de referência.

Entre as descobertas teóricas mais significativas da neurociência, constatou-se que o cérebro manipula percepções na forma de conteúdos imagéticos e que um dos princípios básicos da organização neural é a representação topológica de mapas neurais que registram informações como localização, movimento, som e assim por diante.

A estrutura organizacional desses mapas implica necessariamente em um quadro de referência que o cérebro se esforça constantemente para atualizar segundo mudanças no movimento dos olhos, no movimento da cabeça ou da orientação corporal.

Rohrer (2001) propõe uma linguística cognitiva de orientação pragmática em oposição à tradicional visão referencial e simbólica da cognição e da linguagem. Rohrer (2001) lembra que os pragmáticos definem a linguagem como um refinamento altamente complexo fruto de nossa herança genética, uma ferramenta cognitiva altamente eficaz desenvolvida no curso de nossa adaptação a um mundo que, embora complexo, é altamente padronizado.

Rohrer (2001) cita cientistas da computação na Suécia que investigaram os referenciais espaciais mais adequados para usar em quiosques de informações voltados para orientar turistas em cidades desconhecidas. Os referidos cientistas se perguntaram se o espaço é relativo ou absoluto e como essa questão pode afetar nossas vidas. A linguística cognitiva, para Rohrer (2001), deve se preocupar com a solução de problemas práticos.

Finalmente, Johnson (2007) procura definir o papel da estética nos processos de significação da razão humana através de uma discussão sobre o significado - sua origem, sua natureza e sua construção.

Johnson (2007) defende que o significado surge a partir de nossas conexões viscerais e das condições físicas com a vida. É por meio dos nossos

corpos e através de nossas percepções, de nossos movimentos, de nossas emoções e de nossos sentimentos corporais que o significado se torna possível e assume suas formas.

Johnson (2007) ressalta que é necessário fazer uma exploração muito mais profunda das qualidades, dos sentimentos, das emoções e dos processos corporais que tornam possível o significado - aspectos da experiência tradicionalmente ligados à área da estética.

Johnson (2007) conclui que a experiência estética vai muito além do estudo da arte. Em vez disso, a estética deveria se tornar o estudo de tudo o que constitui a capacidade humana de criar e experimentar significado. Isso implica que uma estética da compreensão humana deveria se tornar a base de toda filosofia da mente e da linguagem para investigar como o significado é possível para as criaturas com os nossos tipos de corpos, interagindo em diversos ambientes e instituições culturais.

5.3.3 Discurso e responsabilidade: diálogos entre Dewey e Habermas

Silva e Efken (2020b) analisam um importante diálogo entre Habermas e Dewey envolvendo articulações entre seus conceitos de *pretensão de validade* e *warranted assertibility*, respectivamente.

Bacon (2012) observa que Habermas se compara a Dewey em termos de sua influência para além da filosofia acadêmica. Habermas é hoje o principal intelectual público da Alemanha, comprometido com a discussão de questões sociais e políticas.

Embora Habermas nem sempre tenha se associado ao pragmatismo, seus primeiros escritos revelam um interesse nas abordagens de questões sobre *verdade* e *conhecimento* que, Habermas reconhece, foram antecipadas por Peirce e Dewey. Habermas resumiu a importância do pragmatismo nos seguintes termos:

Ao lado de Marx e Kierkegaard [...], o pragmatismo surge como a única abordagem que abraça a modernidade em suas formas mais radicais e reconhece suas contingências, sem sacrificar o próprio propósito da filosofia ocidental - ou seja, experimentar explicações de quem somos e de quem gostaríamos de ser,

como indivíduos, como membros de comunidades, e como pessoas *überhaupt* -, isto é, como homem (HABERMAS, 2002, p. 229).

Silva e Efken (2020b) relatam que Bacon (2012) identifica marcas falibilistas e antifundacionistas na *Teoria da Racionalidade Comunicativa* de Habermas, que destaca a combinação pragmática de falibilismo com antifundacionismo “e sua abordagem naturalista da mente humana e sua cultura que se recusa a ceder a qualquer tipo de cientificismo” (HABERMAS, 2002 p. 228).

Como os pragmáticos clássicos norte-americanos, Habermas define o conhecimento como uma construção legitimada por meio da interação social. Habermas afirma que a sociedade é estruturada em torno de entendimentos e significados coletivos que formam a base do que chama de *pretensões de validade*.

Silva e Efken (2020b) observam que o conceito habermasiano de *esfera pública* e o tema pragmático da *comunidade de investigadores* parecem abordar preocupações semelhantes.

No início de seu trabalho⁵⁸, Habermas examinou como a noção do *público* foi constituída nas sociedades democráticas modernas e descobriu que as condições sociais e políticas de liberdade de expressão e de associação que surgiram no século XVIII levaram à criação do seu conceito de *esfera pública*.

Tal entidade, localizada em nenhuma instituição em particular, consiste na livre conexão de espaços onde os cidadãos se encontram e discutem assuntos de interesse comum, em condições de igualdade, estando livres de interesses econômicos e políticos. Esse exercício democrático representa uma fonte de legitimidade política à qual os governos devem responder.

Silva e Efken (2020b) sustentam que é nos conceitos de *pretensão de validade* e *warranted assertibility* que a associação entre Habermas e Dewey emerge mais objetivamente. Habermas delineia uma ideia de verdade e

⁵⁸ *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* (1962)

racionalidade comunicativa⁵⁹ cujo objetivo é levantar e justificar uma possível verdade.

Habermas propõe que existem três tipos de *pretensões de validade*: “de verdade, de correção normativa e de sinceridade” (HABERMAS, 1998, p. 317). Esses três tipos de *pretensão* são levantados em mundos diferentes: no mundo objetivo, no mundo intersubjetivo (ou social) e no mundo subjetivo (interno), respectivamente.

No mundo objetivo, os indivíduos reivindicam uma verdade. No mundo intersubjetivo, reivindicam sua correção. E, no mundo subjetivo, se comprometem a se expressar com sinceridade. Habermas afirma que nesses três tipos de *validade*, embora diferentes, um tipo sempre será dominante enquanto os outros estarão implícitos.

Silva e Efken (2020b) entendem que Habermas parece estar descrevendo com mais profundidade o funcionamento interno de uma forma mais complexa das *comunidades de investigação*, em que indivíduos abordam metódica e sistematicamente questões relevantes a fim de afirmarem com mais segurança suas descobertas e conclusões, embora estejam conscientes que tais juízos são provisórios.

5.3.4 Instrumentalismo, Nominalismo e Realismo: diálogos entre Dewey, James e Peirce

Este diálogo em particular representa a intersecção mais importante dentro desta tese de doutoramento porque reúne os três fundadores do Pragmatismo Clássico Norte-Americano.

Além disso, é importante destacar que se trata de um diálogo real, que extrapolou as reuniões da breve existência do *Metaphysical Club*, e continuou através de décadas devido ao respeito, ao interesse e à amizade de seus ilustres interlocutores.

⁵⁹ *The Theory of Communicative Action* (1981)

Trata-se também de um diálogo intelectualmente honesto e iminentemente crítico em que três diferentes temperamentos e agendas se encontram em uma postura dialética para uma profunda especulação em torno do conceito de *verdade* e de seus diferentes processos de *verificação*.

Peirce contribui com a construção de uma teoria lógica do significado, James complementa com uma análise dos aspectos humanistas de uma teoria da verdade e Dewey usa seu pragmatismo como instrumento de investigação para desenvolver uma teoria do conhecimento.

Sabemos que James corretamente credits Peirce como originador do movimento pragmático. Roark (2016), no entanto, ecoa Pihlström (2011) acima e observa que as ideias de Peirce sobre o pragmatismo são suficientemente diferentes em ênfase das popularizações posteriores de James a ponto de Peirce rejeitar o termo *pragmatismo* em favor de um novo termo *pragmaticismo* (CP 5.414).

Peirce usou o pragmatismo primeiro como uma teoria do significado para tornar as ideias claras, resumidas em sua célebre máxima pragmática sobre as relações entre a verdade e o que acontece com “os objetos de nossa concepção” na vida real (CP 5.2). Peirce ilustrou esse conceito com a ideia de *dureza*, de uma forma que Aristóteles teria concordado. Uma coisa é *dura* se não for riscada ou mutilada por outras substâncias. Dificilmente se poderia dizer que um diamante é *duro* se ele se espatifasse ao cair no chão.

A verdade para Peirce, portanto, não são as ideias populares associadas ao pragmatismo posterior, ou seja, a verdade é aquilo que leva à ação ou àquilo que funciona. Peirce afirma claramente que, “para o *pragmaticista*, o *summum bonum* não consiste em ação” (CP 5.433). A verdade não é *construída* como James afirma. Peirce disse: “A opinião que está destinada a ser, em última análise, aceita por todos os que a investigam é o que queremos dizer por verdade, e o objeto representado nessa opinião é real” (CP 5.407). Quanto à verificação, Peirce parece favorecer um teste de correspondência em que as crenças correspondem aos fatos.

Roark (2016) agora se volta para James, que se inspirou em Peirce, mas mais tarde conduziu o movimento pragmático em uma direção diferente. James

popularizou a ideia de pragmatismo junto com Schiller na Inglaterra e Dewey na América. Diferentemente de Peirce, no entanto, para James, a verdade é “o nome de tudo o que prova ser bom no sentido de crença, e bom, também, por razões definidas e atribuíveis” (JAMES, 1907, p. 40).

O conceito de verdade de James inclui a promoção da vida, da saúde e da felicidade, a menos que entre em conflito com “outros benefícios vitais” (JAMES, 1907, p. 40). James declara, talvez também influenciado por Aristóteles, que “ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. Ideias falsas são aquelas que não podemos” (JAMES, 1907, p. 96). James acredita que a verdade não é estática, mas dinâmica e, portanto, afirma que “a verdade acontece a uma ideia. Torna-se verdade, torna-se realidade pelos acontecimentos” (JAMES, 1907, p. 96).

James (1907) explica suas ideias usando o exemplo de um homem que está perdido na floresta e está morrendo de fome. Ele vê um caminho de vaca e raciocina que deve levar à casa de um fazendeiro. Se isso acontecer, ele se salva. Para James, a ideia tem resultados práticos. Roark (2016) especula que James fornece aqui uma ilustração de um teste de verificação como coerência, uma vez que uma conclusão é tirada sobre o caminho da vaca com base na experiência anterior e no raciocínio por trás dela.

James enfatiza a fluidez da verdade como “simplesmente um nome coletivo para processos de verificação, assim como saúde, riqueza, força etc. são nomes para outros processos ligados à vida, e também buscados porque valem a pena” (JAMES, 1907, p. 103). James apresenta, aqui, o seu conceito de pluralismo e de verdade como *cash value*.

Depois de James, Dewey se tornou o principal porta-voz do pragmatismo norte-americano, um tópico sobre o qual escreveu abundantemente. Seleciono aqui o que Dewey, o último do trio, e, portanto, em posição privilegiada, tinha a dizer sobre seus companheiros pragmáticos.

Em *What Pragmatism Means by Practical* (JAMES, 1907), Dewey (1998b) apresenta uma revisão crítica do livro de James, *Pragmatism - A New Name for Some Old Ways of Thinking* (JAMES, 1907). Dewey escreve: “Pragmatismo, de acordo com o Sr. James, é uma disposição mental, uma atitude; é, também, uma

teoria da natureza das ideias e da verdade; e, por fim, é uma teoria sobre a realidade” (DEWEY, 1998b, p. 377).

Sobre o assunto da verdade, o significado e as distinções entre objetos e ideias, Dewey (1998b) cita a máxima pragmática original, mas controversa de James:

Que diferença faria em termos práticos para qualquer pessoa se essa noção, e não aquela, fosse verdadeira? Se nenhuma diferença prática pode ser constatada, então as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda disputa é vã [...]. Não pode haver diferença na verdade abstrata que não se expressa em uma diferença no fato concreto e na conduta consequente desse fato, imposto a alguém. (JAMES, 1907, p. 45, 50 apud DEWEY, 1998b, p. 379)

Em *The Development of American Pragmatism* (DEWEY, 1998a), Dewey apresentou seu relato das versões de pragmatismo avançadas por seus predecessores e discutiu as diferenças entre seu próprio instrumentalismo, o realismo de Peirce e o nominalismo de James.

No entanto, Dewey apontou que eles estavam de acordo quanto ao fato de que “enquanto a filosofia tradicional havia tentado alcançar um fundamento de certeza baseado em particularidades sensoriais ou lógicas, o pragmatismo enfatizava a importância das continuidades e relações” (DEWEY, 1998a, p. ix).

Posteriormente, na *Teoria da Qualidade de Peirce* (1935), Dewey (1998b) definiu o que considerava importante ou questionável na obra de Peirce, que começou a aparecer nos *Collected Papers*.

Dewey (1998b) defendeu Peirce contra questões levantadas na crítica do Sr. Goudge sobre sua natureza do *dado*⁶⁰. Dewey (1998b) apresentou um estudo esclarecedor da categoria de *primeiridade* peirceana em relação a sua própria visão qualitativa da experiência e valorizou a noção de pragmatismo de Peirce como um *laboratório de hábitos mentais* para tratar concepções, teorias etc.

⁶⁰ *Journal of Philosophy*, Vol. XXXII (1935), pp. 533 - 544.

como hipóteses de trabalho, como caminhos para certos experimentos e observações.

Em *Propositions, Warranted Assertibility and Truth* (1941), Dewey (1998b) revisita os problemas associados à teoria da verdade por correspondência desenvolvida por Russell. Dewey aqui responde à crítica implacável de Russell ao pragmatismo e o acusa de não perceber que a investigação surge de situações orgânicas. Dewey discute sua própria noção operacionalizada de verdade como *warranted assertibility* com base nos conceitos originais de falibilismo de Peirce e do papel das *comunidades de investigação*.

Dewey preferiu chamar sua versão do pragmatismo de instrumentalismo porque rejeitou a ideia de que a verdade, como parecia ser o caso com Peirce e James, era algo que já existia. Em vez disso, Dewey acreditava que a verdade era algo que ainda precisava ser estabelecido por meio de métodos investigativos adequados. Ele preferiu o termo *warranted assertibility* para descrever o objetivo e o resultado de uma investigação realizada para solucionar um determinado problema.

Isso significa que qualquer declaração, ou juízo, feito agora resistirá ao teste de investigações passadas, presentes ou futuras. Dewey segue James ao dizer que as verdades devem ser construídas. Mas isso não significa que podemos declarar que a verdade é o que quero que ela seja, mas que a verdade depende da investigação teleológica. A verdade para Dewey é também aquilo que funciona, mas aquilo que satisfaz as condições de investigação.

A base final de seu conceito de *warranted assertibility* é a verificabilidade. Isso corresponde ao sentido de que “uma chave atende às condições impostas por uma fechadura (...) ou uma solução que atende aos requisitos de um problema” (DEWEY, 1998b, p. 207). Dewey, portanto, aceitou a ideia de Peirce de que a verdade de um objeto é aquela que será finalmente alcançada pela autoridade adequada das *comunidades de investigação*.

Uma análise mais aprofundada desse conceito central deweyano de verdade pode ser encontrada em *The concept of warranted assertibility in Dewey as the heart of his instrumental pragmatism*.

Silva e Efken (2020b) examinam a formação do núcleo do pragmatismo instrumental de Dewey e discutem o desenvolvimento do seu conceito a partir de cinco temas pragmáticos - *pluralismo*, *antifundacionismo*, *falibilismo*, *os agentes de perspectiva* e *as comunidades de investigação* -, um paradigma científico - o Evolucionismo de Darwin - e um filosófico - o Idealismo Alemão de Kant.

Silva e Efken (2020b) concluem que a importância do legado duradouro de Dewey reside no fato de que seu conceito de *warranted assertibility* envolve discussões sobre as relações entre filosofia da linguagem e filosofia da conduta, e entre a racionalidade, a responsabilidade e a ética do discurso.

A exemplo do conceito de *embodiment* em James acima, Dewey também contribuiu para o desenvolvimento do estágio atual das ciências da cognição por meio de suas investigações sobre as relações entre significação, pensamento e linguagem.

Johnson (2010) entende que Dewey também procurou nos lembrar das raízes corporais de significado, pensamento e linguagem como uma forma de explicar de onde vem o significado e como a linguagem pode ser sobre nosso mundo.

A linguagem é, portanto, um modo complexo e sistemático de interação entre certos tipos de criaturas por meio do qual eles usam símbolos para coordenar suas ações, estabelecer relações e compreender e transformar seu mundo.

Dewey não separa claramente *mente*, *pensamento* e *linguagem*, porque *mente* representa um reservatório de significados e comunicação compartilhados, o significado em seu sentido eminente requer linguagem, a linguagem permite simbolização e abstração e o pensamento é um processo de investigação que usa símbolos que têm significado para os interlocutores.

Johnson (2010) afirma que a maior contribuição do pragmatismo para a ciência cognitiva é construir o contexto filosófico geral apropriado para a compreensão dos resultados empíricos sobre *mente*, *consciência*, *significado*, *pensamento* e *valores*.

Além disso, o pragmatismo pode identificar e criticar suposições metodológicas limitantes ou equivocadas que definem as várias ciências cognitivas. Finalmente, além de esboçar a estrutura mais ampla possível para estudar a mente e a linguagem, o pragmatismo pode nos mostrar como interpretar as implicações relevantes da ciência cognitiva para nossa vida cotidiana.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que a expressão chave para resumir este quarto e penúltimo capítulo é ***continuidades e relações***, tomando emprestado as palavras de Dewey acima. A função principal deste capítulo foi discutir as relações entre os pressupostos e os objetivos apresentados na Introdução desta tese de doutoramento, as análises desenvolvidas nos capítulos 01, 02 e 03, e o nosso objeto de estudo - as ligações entre pragmática e pragmatismo.

À medida que essa imbricação é estabelecida, a discussão se debruça sobre o funcionamento dos processos de significação através do trabalho dos signos, que permeiam pensamento e linguagem, tendo como pano de fundo constante um cenário que inclui dois eventos fundadores para os pesquisadores da área das ciências da linguagem - as *Viradas Pragmática e Linguística*.

O capítulo inclui diferentes visões sobre a gênese, a hierarquia e as mútuas influências entre esses dois movimentos que sinalizam um cruzamento histórico entre filosofia e linguagem. A discussão então avança sobre os liames entre o pragmatismo clássico e a pós-modernidade relacionadas às ciências da linguagem.

A semiótica de Peirce encontra fôlego invejável para manter diálogos através do tempo, do espaço e das diferentes áreas do conhecimento com a literatura, a linguística e a pragmática, ao ponto de criar novas subáreas e disciplinas como a biolinguística e a biossemiótica.

O pragmatismo pluralista de James reconhece suas origens no pragmatismo lógico de Peirce, mas desenvolve seus próprios caminhos e consegue atrair a atenção e influenciar pensadores pós-modernos como o segundo Wittgenstein. Os paradigmas científicos desenvolvidos por James

também contribuem para a base de desenvolvimento de novas disciplinas, como a linguística cognitiva e as neurociências.

Finalmente, o capítulo reúne os três pragmáticos clássicos conversando entre si. As trocas e os conceitos discutidos nesse fecundo e fecundante diálogo são a base de sustentação desta tese.

No próximo e último capítulo, apresento uma proposta de *pragmatismo linguístico **mais centrada e teoricamente fundamentada***, para usar uma expressão de Marcuschi (ver Introdução), baseada em três formulações centrais desenvolvidas dentro do pensamento dos pragmáticos clássicos: a categoriologia de Peirce, o conceito de *cash value* em James e o conceito de *warranted assertibility* em Dewey.

Encerro este capítulo aqui.

6 RESULTADOS E APLICAÇÕES

Dizer que existe uma verdade é simplesmente dizer que onde não há sentenças não há verdade, que as sentenças são elementos das linguagens humanas e que as linguagens são criações humanas. A sugestão de que existe uma verdade é um legado de uma época em que o mundo era visto como a criação de um ser que tinha uma linguagem própria. (RORTY, 1989, p. 5)

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo final tem como objetivo apresentar possíveis aplicações dos resultados alcançados nesta tese de doutoramento, fruto do meu interesse nos processos de significação da linguagem.

Um dos seus primeiros resultados é que posso redefinir esses interesses como uma investigação sobre os processos semióticos que criam a significação da linguagem, que Peirce chamou mais elegantemente de *semiose*.

Por sua vez, tais processos deveriam ser objetos naturais de investigação dentro do escopo da disciplina pragmática. Entretanto, a Introdução desta tese revelou limitações e certa descrença quanto à capacidade da pragmática em explicar a formação dos sentidos da linguagem.

Por outro lado, um dos caminhos apontados para resolver o problema da falta de caracterização e fundamentação da disciplina foi uma promissora ligação entre pragmática e pragmatismo.

De fato, esta tese evidenciou uma rica interface, que poderíamos chamar de uma filosofia pragmática da linguagem, entre essa disciplina e aquela escola de pensamento.

Prossigo, assim, com o tratamento do terceiro e último objetivo desta tese, que é integrar as visões e contribuições de Peirce, James e Dewey sobre linguagem para construir uma proposta de pragmatismo linguístico mais centrada, teoricamente fundamentada e baseada no caráter relacional desta tese que, em consonância com um princípio pragmático central, busca primeiro estabelecer relações entre as coisas para depois desenvolver métodos adequados para a sua investigação.

Desse modo, esta tese apresentou como resultados análises sobre as ligações entre pensamento e linguagem e discussões sobre a organização e função lógica dos signos . Entretanto, é importante ressaltar que estamos lidando com conceitos altamente complexos e que procurei esclarecer detalhadamente a abrangência da semiótica peirceana e a natureza dinâmica de sua semiose.

Sua teoria geral dos signos envolve, por exemplo, uma concepção muito mais ampla do conceito de linguagem, conforme discussão sobre as distinções entre *representamen* e signo; mente e *quasi-mente* (Ver notas 19, p. 39 e 21, p. 43).

Acredito que essas questões já receberam um tratamento adequado nos capítulos anteriores, mas acrescento ainda mais algumas reflexões e considerações sobre o entrelaçamento dos temas acima, dessa vez, porém, a partir da perspectiva da natureza elusiva do *significado*.

6.2 ESCÂNDALO DO SIGNIFICADO

Consequentemente, como já deve ter ficado bastante óbvio, continuo crítico em relação à maioria das definições formais e programáticas de significado. Diria sobre o significado o que Hilary Putnam diz sobre a 'verdade'. É 'tão vago, ligado a interesses e dependente de contextos quanto nós'. (MERRELL, 1997, p. 5)

A provocativa frase no subtítulo acima, revela Merrell (1997), foi usada repetidamente durante o *Charles Sanders Peirce Sesquicentennial Congress, Harvard University*, em 1989, para expressar uma grande frustração experimentada por pesquisadores que se atrevem a definir esse fugaz e efêmero conceito.

Merrell (1997) atribui essa dificuldade ao fato de que o conceito de significado ficou quase que exclusivamente limitado ao uso da linguagem humana. Essa restrição quase sempre culminou em um *linguicentrismo* e, por extensão, em um *logocentrismo* declarados, com pouca consideração por outros modos semióticos não baseados em línguas naturais.

O fato é que o significado, observa Merrell (1997), não pode depender apenas da linguagem humana. A própria ambiguidade da linguagem observada

no discurso obscuro, confuso e, por vezes, incompreensível de místicos, poetas, retóricos, cientistas, para não falar da frequente inconstância e inconsistência da nossa fala cotidiana, comprovam as notórias limitações das relações entre linguagem e significado.

Também não é possível afirmar que o significado depende exclusivamente dos conceitos racionais como extensão, denotação, referência, correspondência e representação.

Merrell (1997) conclui, portanto, que, para explicar de que forma o significado se torna acessível para nossas finitas e falíveis faculdades intelectuais, certamente devemos incorporar todo o conceito do signo peirceano cuja semiose se ocupa da totalidade do definitivamente vasto campo semântico que organiza os *livros da natureza* para além da linguagem das mentes humanas.

Na busca pela essência do significado, Merrell (1997) ressalta que, na verdade, em nenhum outro lugar a indeterminação semiótica é mais evidente do que na questão do significado.

Indeterminação, imprecisão e generalidade estão no cerne de todo e qualquer signo. Por natureza, a relação entre significado e signo gira em torno de um ponto de apoio em constante deslocamento. Consequentemente, o conceito de significado apresenta certa qualidade onírica e nos escapa no exato momento em que parece estar ao nosso alcance.

No entanto, os signos e seus significados são inseparáveis, pois signos no sentido pleno pressupõem significados. Contudo, o significado não pode ser encontrado nas cavidades cranianas, no próprio signo, no objeto a que presumivelmente se refere ou em algum ponto no invisível canal imaginário que se estabelece entre o emissor e o receptor do signo.

Merrell (1997) elabora seu conceito de ponto de apoio em movimento e afirma que o significado, a exemplo do *λογος* atribuído a Santo Agostinho, não está em lugar nenhum e, ao mesmo tempo, está em toda parte; está nas inter-relações da interação de signos incessantemente encenada nos palcos da semiose. O significado é, em grande parte, uma *mercadoria* informal, virtualmente não-especificável e não teorizável.

No entanto, prossegue Merrell (1997), várias teorias do significado surgiram neste século com foco obsessivo na linguagem. Alguns de seus produtos incluem formas de *positivismo lógico*, *filosofia analítica*, *teoria dos atos de fala*, *fenomenologia*, *semiologia*, *estruturalismo* e *pós-estruturalismo*, *semântica generativa*, *pragmática*, *análise do discurso* e outras práticas linguicêntricas, incluindo até mesmo a *desconstrução*.

Entretanto, muitos problemas, incluindo práticas questionáveis, são observados. Alguns estudiosos não conseguem identificar relações lógicas entre palavras, significados, assuntos, autores, leitores e realidades do mundo. Outros, divorciam a linguagem de seus usuários e do mundo como se contextos, falantes, pensamento e emoções não existissem.

Outros ainda, segundo Merrell (1997), retiram frases do cotidiano ou inventam falas artificialmente simplificadas ou altamente improváveis para testá-las em um laboratório mental de teorias abstratas. Em última análise, todos esses teóricos são, na maioria das vezes, manipuladores de bonecos que proferem nada mais do que um discurso imaginário e vazio.

Merrell (1997) reconhece que não podemos deixar de ser vítimas da imprecisão da linguagem em nossa incansável busca pela generalidade e que nossa imprecisão se manifesta com inevitável inconsistência, assim como nossa generalidade sempre permanecerá incompleta. Nesse sentido, a semiótica de Peirce pode ser considerada alternativamente como uma teoria do significado, da comunicação, da inferência e da implicação, da mente ou também como uma teoria do conhecimento e da verdade.

Sua semiótica, enfatiza Merrell (1997), apresenta essa diversificação porque Peirce desenvolveu um sistema conceitual dentro do qual todas as preocupações sobre essas diferentes teorias encontram uma base comum de expressão e articulação. Peirce consegue descrever o processo do signo ao se constituir em signo. É essa transformação, ou devir semiótico, sempre em movimento no tempo e no espaço, que cria os sentidos da linguagem.

A teoria geral dos signos de Peirce constitui o eixo central em torno do qual desenvolvi a proposta de pragmatismo linguístico que passo a descrever abaixo.

6.3 PROPOSTA DE PRAGMATISMO LINGUÍSTICO

Conforme escrevi na Introdução da tese, as questões sobre processos semióticos da linguagem não fazem parte dos núcleos duros da linguística. Observamos que a pragmática não goza do mesmo prestígio que a sintaxe, a semântica ou a fonologia e nunca recebeu o mesmo tratamento em comparação com pesquisas de maior destaque nas áreas das ciências da linguagem.

Esta tese resgata o pensamento original dos pragmáticos clássicos norte-americanos, Peirce, James e Dewey e identifica fundamentos teóricos para desenvolver uma proposta de pragmatismo linguístico.

A **semiótica** de Peirce, juntamente com os conceitos de **cash value** em James e **warranted assertibility** (discursos justificáveis) em Dewey são apresentados, respectivamente, como instrumentos para a análise de processos semióticos, do papel de crenças, hábitos e ações na construção dos sentidos na linguagem e, finalmente, das consequências de nossas práticas discursivas.

Para usar uma analogia com *os jogos de linguagem*, me interessa investigar *as regras do jogo, a figura do jogador, suas estratégias e consequências*.

É importante ressaltar que essa proposta de pragmatismo linguístico, além de sua interface constituída a partir de pragmatismo e pragmática, também inclui elementos, conceitos e outros argumentos de áreas afins. A proposta revela, assim, seu caráter relacional, interdisciplinar e sua construção a partir de um regime de ciência como participação (Ver Metodologia, p. 14).

Após Chomsky, tornou-se necessário investigar a possibilidade de que a linguagem seja mais adequadamente vista como um sistema de conhecimento na mente dos seres humanos. Uma 'revolução cognitiva' foi, portanto, necessária para tentar desvendar as relações entre 'linguagem', 'mente' e 'cérebro'. (COBLEY, 2001, p. 5).

Silva e Efken (2020c)⁶¹ apresentam e discutem temas, princípios e conceitos centrais do pragmatismo que podem ser usados como instrumental teórico para a análise dos usos da linguagem. Esses instrumentos de análise são construídos com base em conceitos como *experiência, crença, hábitos*⁶² e *ação*. E esse último conceito - ação - pode ser interpretado como a própria linguagem.

Dewey (1910) descreve a peculiar simbiose entre linguagem e pensamento, a exemplo dos antigos gregos, que interpretavam *λογος* como *palavra, discurso, pensamento, razão, lógica* etc. Dewey (1910) pensava como Peirce, que afirma que pensamos através de signos no discurso silencioso da alma. Dewey (1910) definia a linguagem como ferramenta necessária para o desenvolvimento do pensamento e da comunicação.

Silva e Efken (2020c) reconhecem a existência dessa intrincada relação circular entre *experiência, crenças, hábitos, pensamento e linguagem*, e defendem que o pragmatismo lógico de Peirce, psicológico de James e ético-instrumental de Dewey podem contribuir para uma análise semiótica da linguagem.

6.3.1 Teoria dos signos em Peirce

Para Peirce, observam Silva e Efken (2020c), além das verdades práticas, haveria algum tipo de acordo a longo prazo para descobrir a verdade através dos métodos científicos das *comunidades de investigação*. Embora, em certo sentido, desmascarasse a velha ideia de verdade absoluta, reverenciada por sistemas filosóficos anteriores, Peirce defendia a visão de que existiria uma verdade, embora essa provavelmente não correspondesse as nossas

⁶¹ Trabalho apresentado como comunicação durante o 17º Encontro Internacional sobre Pragmatismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre 6 e 9 de novembro de 2017. https://www.pucsp.br/pragmatismo/encontros_intern_pragmatismo/17_encontro_internacional.html. Artigo incluído nas Referências.

⁶² O conceito pragmático de *hábitos* vai além das rotinas pessoais e envolve as próprias leis naturais. Pragmáticos substituem Newton por Darwin, necessidade por probabilidade. Assim, leis físicas imutáveis passam a ser encaradas como eventos estatisticamente prováveis.

expectativas. Peirce (1878) define o conhecimento como fruto de nossa experiência com a realidade, de nossos raciocínios hipotéticos baseados em experiências anteriores e em um processo contínuo de avaliação, de aceitação e de refutação.

Peirce descreve o signo da seguinte forma:

Um signo, ou *representamen*, é algo que representa algo em algum aspecto ou capacidade para alguém. Ele se dirige a alguém, ou seja, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo esse signo que ele cria de *interpretante* do primeiro signo. O signo representa algo, seu objeto. Ele representa esse objeto, não em todos os aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia, que algumas vezes chamei de base do *representamen*. (CP 2.228)

Silva e Efken (2020c) ressaltam que o *representamen* é algo que entra em relação com um objeto, o segundo componente do signo, o *objeto semiótico*, pois é aquele ao qual o signo se refere.

Esse *objeto semiótico* nunca pode ser idêntico ao objeto *real*, já que, segundo Peirce, nosso conhecimento nunca é absoluto devido às limitações de nossas mentes em apreender questões mais complexas e sutis. O terceiro componente do signo, o *interpretante*, se relaciona e medeia entre o *representamen* e o *objeto semiótico*, cria uma inter-relação entre eles ao mesmo tempo que se inter-relaciona com eles.

O signo cria na mente do seu intérprete um *interpretante* um signo equivalente ou até mais desenvolvido. O *interpretante* possui todas as características de um signo e também se relaciona a um objeto, que produz um novo *interpretante* em um processo de semiose ilimitada, que implica a tradução de qualquer pensamento em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia de pensamentos e “tecendo a trama dos signos” (Ver p. 63).

Silva e Efken (2020c) introduzem mais um importante elemento triádico na categoriologia peirceana.

Três elementos compõem uma ideia. O primeiro é sua qualidade intrínseca como sentimento. O segundo é a energia com a qual afeta outras ideias, uma energia que é infinita no aqui-e-agora da sensação imediata, finita e relativa na recência do passado. O terceiro elemento é a tendência de uma ideia de trazer outras ideias consigo. (CP 6.135)

Silva e Efken (2020c) assinalam que o signo peirceano se organiza em três categorias: *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. Primeiridade, como possibilidade ou qualidade, inclui, por exemplo alguns sinais em um pedaço de papel; secundidade, como atualidade ou relação, permite que os referidos sinais sejam organizados de forma a permitir algum tipo de leitura; e terceiridade, como potencialidade ou representação, envolve algum tipo de interpretação de um eventual leitor.

Além dessas três categorias, a categoriologia peirciana se ramifica em três tricotomias e 10 subclasses, em que o signo se constitui a partir de *si mesmo*, a partir do *objeto* ou a partir do *interpretante* (ver tabelas p. 44, 45, 57).

Silva e Efken (2020c) comprovam que a semiótica de Peirce precede e é muito mais abrangente do que a semiologia de Saussure, que se ocupou basicamente do signo linguístico nas línguas naturais. Entretanto, o fenômeno da linguagem humana constitui apenas um aspecto da semiose, a teoria geral dos signos em todo o universo.

A comunicação também é uma forma de semiose voltada para a troca de mensagens entre quaisquer tipos de sistemas (inter)dependentes: do código molecular e das propriedades imunológicas da célula até as mensagens vocais. O alcance da semiótica de Peirce permite o estudo da significação das mensagens em qualquer interação que envolva o uso de signos.

6.3.2 **Conceito de *cash value* em James**

Se, por um lado, a semiótica peirciana é de suma importância para uma fundamentação lógica de um pragmatismo linguístico, por outro lado, as contribuições dos trabalhos pioneiros de James sobre a filosofia da mente são igualmente importantes porque permitem um estudo mais detalhado das ligações lógicas e emocionais entre pensamento e linguagem.

Silva e Efken (2020c) entendem que James (2011b) apresenta e discute os pilares de sustentação do pragmatismo clássico norte-americano presentes nos conceitos de *experiência*, *hábitos*, *crença* e *ação*. Seu conceito de *cash value* se baseia na psicologia, na formação, na necessidade e no papel das crenças nos processos de significação da linguagem e também explica sua abordagem particular de verdade como um sistema de crédito.

James (2011b) argumenta contra o *evidencialismo* científico em favor da alegação de que, sob certas condições, nossa natureza passional pode determinar crenças individuais mesmo na ausência de provas.

James (2011b) desenvolve uma argumentação sobre a qualidade energética das hipóteses e que essas podem ter ou não *corrente*. Enquanto hipóteses neutras não provocam efeitos porque não conseguem *empolgar*, hipóteses carregadas têm a capacidade de *polarizar* a discussão; e isso comprova que a repercussão de uma hipótese não é uma propriedade intrínseca, mas varia em relação a cada indivíduo e a cada contexto em particular

Silva e Efken (2020c) esclarecem que James (2011b) classifica os níveis de energia nos diferentes tipos de hipótese como (i) com ou sem carga, (ii) forçadas ou evitáveis e (iii) significativas ou triviais. Uma opção é genuína quando for do tipo *com carga*, *forçada* e *significativa*, segundo nossas convicções e segundo aquilo que vem ao encontro do que queremos acreditar.

James (2011b) defende que é legítimo decidir, segundo nosso temperamento, por uma opção entre proposições sempre que essa opção for genuína e que não possa, por sua natureza, ser decidida em bases racionais. Não decidir e deixar a questão em aberto é, em si, uma decisão passional - assim como decidir por sua aceitação ou rejeição - e todas correm o mesmo risco de não corresponderem à verdade.

Silva e Efken (2020c) destacam a coragem de James (2011b) ao tratar de questões polêmicas como o papel da fé, os efeitos da experiência religiosa no comportamento humano e a crença em Deus como uma questão em aberto, algo que não é possível resolver racionalmente, e, portanto, justifica perfeitamente o uso de um tipo de argumentação mais subjetiva.

James (2011b) oferece três argumentos para apoiar sua tese. Primeiro, estamos lidando com uma questão aberta e sem solução. Segundo, a questão requer uma posição e somos de alguma forma forçados a colocar em cheque nossas crenças ou descrenças. Terceiro, trata-se de uma decisão importante porque realmente afeta a maneira como vivemos, revela nosso temperamento e expressa nossos valores.

James (2011b) conclui apropriadamente que essa vontade ou necessidade em acreditar em alguma coisa faz parte da nossa natureza, mas, ao mesmo tempo, nos obriga conseqüentemente a escolher uma posição, a assumir compromissos e a aceitar suas conseqüências.

Silva e Efken (2020c) ressaltam que James (1918) antecipa discussões sobre as relações entre darwinismo e a psicologia experimental. O homem, segundo sua concepção, é um organismo físico, inserido em um ambiente natural e sua sobrevivência e evolução dependem de suas estratégias mentais, de seus hábitos, de seus discursos e de suas ações.

À semelhança de Peirce, que enfatiza a natureza dinâmica do signo no desenvolvimento dos processos semióticos, James também se preocupa com o *continuum* pensamento-discurso e analisa sua plasticidade.

James (1918) entende que o discurso é construído para sinalizar mudanças no sentido da direção do pensamento e observa que, embora não tenhamos imagens sensoriais definidas, conseguimos acompanhar a fio de *Ariadne*⁶³ ou a linha do raciocínio. Essas imagens sensoriais só são percebidas e adquirem sentido em seu incessante deslocamento e interação com outros fatos psíquicos nos labirintos da consciência.

Historicamente, James exerceu um papel fundamental por ser o grande divulgador do pensamento lógico de Peirce. Mas, ao mesmo tempo, James desenvolveu sua própria versão de pragmatismo baseado na psicologia social. Por sua vez, seu naturalismo pragmático teve um grande impacto na formação

⁶³ Princesa de Creta que ajudou Teseu a matar o *Minotauro*. Ariadne deu a Teseu um novelo de lã, que foi usado pelo herói para encontrar seu caminho dentro do labirinto do rei Minos.

das teorias do conhecimento e da investigação no pragmatismo instrumental de Dewey.

6.3.3 Conceito de *Warranted Assertibility* em Dewey

Silva e Efken (2020c) esclarecem que Dewey é menos reformista e mais revolucionário e, tal como James, também define a verdade como aquilo em que se é útil acreditar. Entretanto, Dewey atribui o desenvolvimento de seu conceito de *warranted assertibility* a uma influência direta do pensamento de Peirce:

C. S. Peirce, depois de notar que nossas proposições científicas estão sujeitas a serem postas em dúvida pelos resultados de investigações adicionais, acrescenta: 'Devemos construir nossas teorias de modo a fornecer tais descobertas [posteriores] (...) deixando espaço para modificações que não podem ser previstas, mas que certamente serão necessárias' (CP 5.376). Os leitores que estão familiarizados com os escritos lógicos de Peirce notarão minha grande dívida para com ele na posição geral assumida. Pelo que sei, ele foi o primeiro escritor sobre lógica a fazer da investigação e de seus métodos a fonte primária e última da lógico. (DEWEY, 1939, p. 9)

Seu conceito de *warranted assertibility* estabelece uma clara relação de dependência entre reflexão e verdade para a construção de um discurso ético. Antes de afirmar algo, devemos ter condições suficientes para apresentar nossas declarações como verdadeiras e como resultado de conhecimentos decorrentes de processos de investigação competentes.

O que foi dito ajuda a explicar por que o termo *warranted assertibility* é preferível aos termos crença e conhecimento. Ele está livre da ambigüidade desses últimos e se refere à investigação como aquilo que justifica a afirmação. Quando o conhecimento é tomado como um termo abstrato geral relacionado à investigação no abstrato, isso significa *warranted assertibility*. O uso de um termo que designa uma potencialidade em vez de uma realidade envolve o reconhecimento de que todas as conclusões especiais de investigações especiais são partes de um processo que é continuamente renovado ou atualizado. (DEWEY, 1939, p. 9)

Dewey (1939) defende que processos de investigação devidamente lógicos e científicos trazem legitimidade aos discursos e que as ideias se tornam verdadeiras quando funcionam, cumprem sua finalidade e encontram soluções para os problemas para os quais foram criadas.

Silva e Efken (2020c) afirmam que a visão de mente, pensamento e linguagem em Dewey antecipa em mais de oitenta anos as pesquisas nas ciências cognitivas.

Dewey desenvolveu suas teorias a partir de pesquisas empíricas nos campos da biologia, das neurociências, da antropologia, da psicologia cognitiva, da psicologia desenvolvimentista e da linguística. O conceito de *experiência*, central no pensamento de Dewey, inclui todos os acontecimentos que envolvem as interações complexas e contínuas entre organismos e seus meios.

Silva e Efken (2020c) entendem que essa visão funcional da mente em Dewey envolve dimensões biológicas, mas é também fundamentalmente um fenômeno social.

Funções cognitivas superiores, como a conceptualização, a razão e a linguagem, emergem a partir de funções inferiores relacionadas à percepção, às habilidades motoras e às emoções. Dewey defende um naturalismo não metafísico baseado no *princípio da continuidade* em que não há quebra de continuidade entre as funções cognitivas, biológicas e físicas.

Silva e Efken (2020c) retornam à questão da significação na linguagem em Dewey, em que a palavra adquire significado dentro das comunidades humanas à medida que esses símbolos conseguem apontar para possíveis experiências passadas, presentes ou futuras.

Dewey (1929) considera que o coração da língua está na comunicação e no estabelecimento de uma atividade de cooperação entre parceiros, na qual a atividade de cada um é modificada e regulada por tal parceria. Os símbolos adquirem significado através de seu uso funcional para informar, questionar, implorar, planejar, expressar senso de humor, além de outras formas de interações humanas.

A mente, define Dewey (1929), é produto das interações simbólicas e do compartilhamento de significados dentro de comunidades linguísticas. A mente

representa o horizonte de significados potencialmente compartilháveis entre seres dotados de linguagem, enquanto que a consciência individual é a percepção real de um organismo específico de significados específicos conforme suas crenças e experiências.

6.4 PRAGMATISMO LINGUÍSTICO: APLICAÇÕES

Reservo esta terceira parte do capítulo para evocar diferentes tipos de análises semióticas de linguagem ilustrativos da proposta de pragmatismo linguístico aqui desenvolvida. Início com exemplos de trabalhos desenvolvidos por alguns autores no corpo da tese, mas apresento um trabalho próprio de análise na sequência.

Merrell (2001), um dos mais criativos *explicadores* do pensamento de Peirce, usa uma tela de Picasso e uma instância poética para ilustrar as três categorias peirceanas (ver Capítulo 01, p. 41).

Sebeok (1995) também usa a ficção de Conan Doyle para analisar a sagacidade de seu incomparável personagem (ver Capítulo 01, p. 59). Sherlock demonstra ao incrédulo Watson como aprendeu com Mycroft, seu mais astuto irmão, não só a *olhar*, mas, também, a *enxergar* indícios, marcas e sinais sempre presentes em nossa volta. Sebeok (1995) demonstra desse modo como detetives e médicos dependem da indexicalidade para identificar pistas e sintomas.

E voltamos a encontrar Merrell (2019), dessa vez mergulhado no universo literário de Borges, e nos deleitamos com três perspicazes análises envolvendo o realismo mágico de seus personagens (ver Capítulo 01, p. 51).

Mas, talvez, a mais importante contribuição de Merrell (2019) tenha sido seu roteiro sistemático do homem que observa a menina desatenta ao tráfego de veículos (ver Capítulo 01, p. 61).

Graças a esse exemplo, que parece ter sido retirado de uma campanha para prevenção de acidentes no trânsito, foi possível criar as tabelas progressivas que ilustram as relações dos diferentes componentes dentro da categoriologia peirceana.

Pignatari (2004), por sua vez, explora as ligações naturais entre semiótica e literatura e justifica o extraordinário talento de Poe por meio de uma análise da construção de sua função poética. Pignatari (2004) ainda demonstra como a construção dos sentidos na obra de Poe é estruturada com base no uso de geniais processos anagramáticos (interior do texto) e hipogramáticos (através do texto) (ver Capítulo 04, p. 158).

Esta tese traz ainda muitas outras referências a diferentes tipos de análise semiótica de linguagem para além dos paradigmas das línguas naturais e dentro de uma concepção muito mais ampla que considera linguagem como qualquer tipo de interação entre entes sencientes ou não.

Sebeok (2001), como Merrell (1997) acima, considera que, diferentemente das línguas naturais, a linguagem da natureza pode organizar seus sentidos através de fenômenos tácteis, elétricos, ópticos, térmicos, químicos, acústicos etc.

6.4.1 Linguagens nos discos de ouro da *Voyager*

No que segue, apresento um trabalho próprio de análise de linguagem baseado na proposta de pragmatismo linguístico defendida nesta tese de doutoramento.

Silva e Efken (2019)⁶⁴ se debruçaram com grande interesse sobre os relatos de Carl Sagan e pesquisaram informações nos sites da NASA para analisar as mensagens nos *Discos de Ouro* das sondas *Voyager*.

⁶⁴ Trabalho primeiramente apresentado durante o *International Symposium on Linguistics, Cognition and Culture*. FALE, UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Campus Belo Horizonte, 2019. <http://www.lettras.ufmg.br/padrao/cms/?web=simposiolcc&lang=2&page=&menu=&tipo=1>
Trabalho posteriormente apresentado durante o *VIII Encontro de Estudos da Linguagem e VII Encontro Internacional de Estudos da Linguagem - ENELIN 2019*. UNIVAS. Campo Pouso Alegre. 2019. <http://pos.univas.edu.br/ppgcl/docs/2020/anaisEnelin2019.pdf>

O *Projeto Voyager* completa 43 anos este ano e a importância de sua missão, além de suas extraordinárias contribuições para a astronomia⁶⁵, se deve aos referidos *Discos de Ouro*.

Silva e Efken (2019) apresentam uma análise pragmática das linguagens nos referidos discos com base no pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos.

Cada sonda *Voyager* carrega um disco contendo *imagens, fotografias, músicas, sons e saudações* em 55 idiomas. As análises pragmático-linguísticas são baseadas na *semiótica* de Peirce e nos conceitos de *cash value* em James e *warranted assertibility* em Dewey.

Silva e Efken (2019) procuram entender o que levou os cientistas a elaborarem as mensagens, como se deu o processo e quais critérios foram usados para sua seleção. Os autores também incluem uma breve discussão sobre a legitimidade de um ato de comunicação em nome da humanidade e sobre o nosso relacionamento com o cosmos.

Silva e Efken (2019) revelam que os conteúdos dos *Discos de Ouro* da *Voyager* foram criados por um comitê internacional de cientistas, artistas e consultores⁶⁶ liderados por Carl Sagan e incluem ideias de outros cientistas e escritores como Isaac Asimov e Arthur C. Clarke.

Para Sagan (1979), a chegada da era espacial criou um novo interesse pela comunicação em escalas de tempo muito além de nossa capacidade imaginativa. Mas a Terra é apenas um pequeno planeta entre nove ou mais orbitando o Sol, que é apenas uma das cerca de 250 bilhões de estrelas que formam um enorme redemoinho de gás, poeira e estrelas chamado Via Láctea. Nossa galáxia, por sua vez, é uma das centenas de bilhões de outras galáxias que povoam o universo.

⁶⁵ Ambas sondas continuam operando e investigando o espaço interestelar para além dos limites do sistema solar.

⁶⁶ F. D. Drake coordenou os arquivos de imagens. Carl Sagan ajudou Ferris a selecionar a música. Ann Druyan compilou *Sounds of Earth* e Linda Sagan se encarregou dos *Greetings* nas várias línguas. (DRAKE, 1978)

E há evidências, continua Sagan (1979), de que as estrelas são geralmente acompanhadas por planetas e que as condições químicas que levaram à origem da vida na Terra, cerca de quatro bilhões de anos atrás, requerem apenas condições cósmicas muito comuns.

Muitos cientistas, portanto, pensam na possibilidade do aparecimento de formas de vida simples nesses planetas, sua lenta evolução para formas mais complexas, o desenvolvimento de seres com algum grau de inteligência e capacidade de manipular o meio ambiente e, eventualmente, o surgimento de algum tipo de civilização tecnológica com seres que podem pensar como nós ou talvez melhor; podem ser melhores poetas, engenheiros ou filósofos; podem ter padrões morais ou estéticos mais elevados; entretanto, não serão nada parecidos com a nossa humanidade.

Portanto, o verdadeiro propósito do projeto dos *Discos de Ouro* seria atrair a atenção do público, construir uma expectativa em relação ao contato com inteligências extraterrestres e decidir quem fala e o que deve ser dito em nome da humanidade.

6.4.2 Diagramas nos discos de ouro da *Voyager*

Silva e Efken (2019) descrevem as intrincadas linguagens representadas nas imagens e diagramas dos *Discos de Ouro*. No canto superior esquerdo (Figura 1 abaixo) há um diagrama representando um disco fonográfico, com braço de leitura e agulha. A agulha está na posição correta para tocar o disco desde o início.

Escrito ao redor dele, em aritmética binária, está o tempo correto para uma rotação de gravação (3,6 segundos), expresso em unidades de tempo de 0,70 bilionésimos de segundo. Esse é o período de tempo associado a uma transição fundamental do átomo de hidrogênio. O desenho indica que a gravação deve ser reproduzida de fora para dentro.

Abaixo desse desenho, há uma vista lateral do braço e da agulha, com um número binário informando a duração de cada lado do disco - cerca de uma hora. As informações no canto superior direito da capa se destinam a mostrar como as imagens devem ser construídas a partir dos sinais gravados.

O desenho superior mostra o sinal típico que ocorre no início de uma imagem. As imagens são construídas como uma série de linhas verticais, semelhantes à televisão comum. As linhas das imagens 1, 2 e 3 são mostradas em números binários e a duração de uma das linhas, cerca de 8 milissegundos, é informada.

O desenho imediatamente abaixo mostra como essas linhas devem ser desenhadas verticalmente, com um entrelaçamento escalonado para fornecer a renderização correta da imagem.

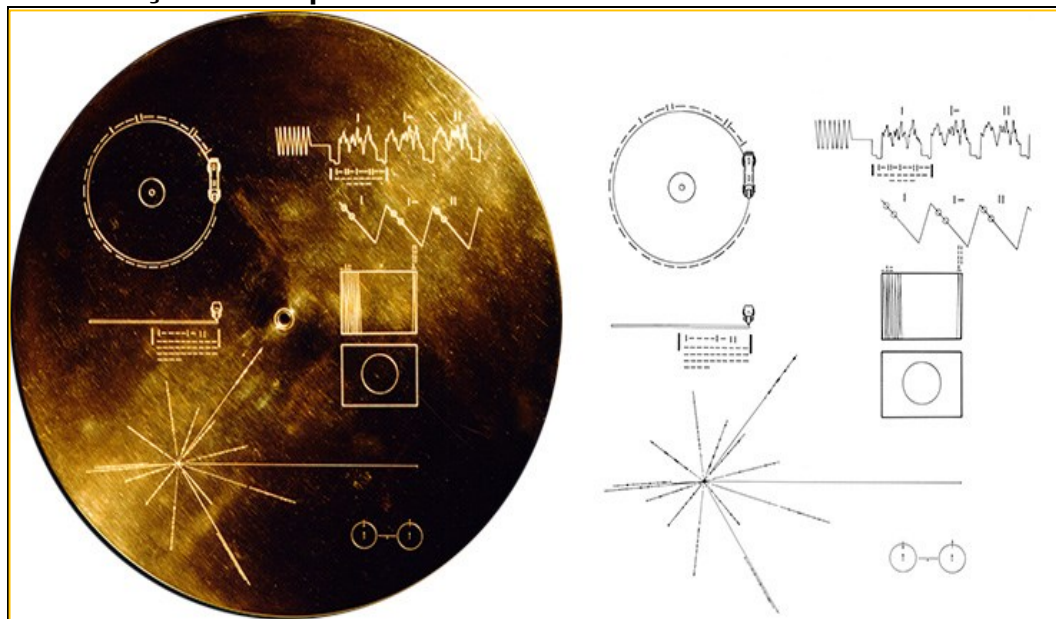
Abaixo, segue o desenho de uma imagem completa, mostrando que existem 512 linhas verticais em uma imagem completa. Abaixo dela, há uma réplica da primeira imagem do registro para permitir que os destinatários verifiquem se estão decodificando os sinais corretamente. Um círculo foi usado nesta imagem para garantir que os destinatários usem a proporção correta da altura horizontal para a altura vertical ao reconstruir as imagens.

O desenho no canto esquerdo inferior da capa repete o mapa do pulsar enviado anteriormente como parte das placas das sondas *Pioneer 10* e *11*. Ele mostra a localização do sistema solar em relação a 14 pulsares, cujos períodos precisos são informados.

O desenho contendo dois círculos no canto inferior direito representa um átomo de hidrogênio em seus dois estados mais baixos, com uma linha de conexão e o dígito 1 para indicar que o intervalo de tempo associado à transição de um estado para o próximo deve ser usado como uma escala de tempo fundamental, tanto para o tempo indicado na capa quanto nas imagens decodificadas.

Uma fonte ultra pura de urânio-238, com um nível de radioatividade de cerca de 0,00026 microcuries, foi implantada na capa do disco. A constante deterioração da fonte de urânio em seus isótopos filhos pode informar a um destinatário extraterrestre a idade dos discos. O mapa do pulsar também serve para informar a data de lançamento das sondas.

Figura 6: Instruções na capa do disco de ouro



Fonte: NASA/JPL

6.4.3 Imagens nos Discos de Ouro da Voyager

<https://voyager.jpl.nasa.gov/golden-record/whats-on-the-record/images/>

Drake (1979) estava procurando um método simples de estabelecer comunicação extraterrestre e lhe ocorreu que uma maneira eficiente de enviar mensagens interestelares inconfundíveis era transmitir imagens semelhantes às da televisão para simular o processo de aquisição de linguagem nos bebês humanos.

Sua intenção era, em um contexto interestelar, enviar imagens com alguma representação linguística que pudessem ser usadas para construir textos sofisticados. Para enfrentar tal desafio, Drake (1979) recrutou outros profissionais para organizar as categorias de imagens e suas fontes (Cornell, Toronto, National Geographic Society e bibliotecas das Nações Unidas, entre outros), obter permissões, selecionar e fotografar imagens para completar o acervo.

6.4.4 Sounds of Earth nos discos de ouro da Voyager

<https://voyager.jpl.nasa.gov/golden-record/whats-on-the-record/sounds/>

Druyan (1979) revela que este ensaio de som de 12 minutos foi projetado para dois destinatários: um humano e um extraterrestre. No primeiro, Druyan (1978) esperava evocar sorrisos de reconhecimento e, no segundo, transmitir uma variedade de experiências auditivas que fazem parte da vida em nosso planeta.

6.4.5 **World Music nos discos de ouro da *Voyager***

<https://voyager.jpl.nasa.gov/golden-record/whats-on-the-record/music/>

Ferris (1979) observa que a música do mundo está repleta de referências e temas inspirados em visões do céu e os oitenta e sete minutos e meio de música despachados a bordo das *Voyagers* representam uma espécie de pagamento simbólico dessa relação entre a humanidade e as estrelas.

Ferris (1979) esclarece que dois critérios foram estabelecidos pela equipe para definir a seleção musical. Primeiro, uma ampla gama de culturas deveria ser incluída, não apenas a música familiar à sociedade que lançou a espaçonave. Em segundo lugar, nada deveria ser incluído por questões puramente técnicas - cada seleção deveria tocar o coração e a mente.

6.4.6 **Saudações nos discos de ouro da *Voyager***

<https://voyager.jpl.nasa.gov/golden-record/whats-on-the-record/greetings/>

Linda Sagan (1979) define os *Discos de Ouro* como um presente para os nossos vizinhos inteligentes no universo. As *Saudações* são uma celebração do espírito humano, da nossa natureza gregária, da nossa alegria de sermos criaturas sociais e expressam nosso desejo de iniciar um diálogo com civilizações em outras partes do cosmos.

Como Marco Polo, Linda Sagan (1979) prossegue, nossos emissários receberam a missão de apresentar nosso cartão de visitas como qualquer viajante civilizado o faria.

Mas a questão, de acordo com Linda Sagan (1979), é que tipo de discurso seria apropriado. Mensagens pessoais ou coletivas? Neutras, quentes ou efusivas?

Os elementos mencionados anteriormente estão presentes nas 55 saudações em diferentes idiomas. Os falantes foram escolhidos pela sua fluência, não devido ao seu conhecimento científico. Eles não receberam instruções sobre o que dizer, mas foram informados de que seria uma saudação para possíveis extraterrestres e que a mensagem deveria ser breve.

6.4.7 Pragmatismo Linguístico nas mensagens nos discos de ouro

Após a descrição dos conteúdos dos *Discos de Ouro*, Silva e Efken (2019) procedem com uma análise de suas linguagens na perspectiva de um pragmatismo linguístico historicamente vinculado à tradição pragmática, em especial às obras dos pragmáticos clássicos norte-americanos. Os autores revisitam e discutem aplicações de princípios e conceitos-chaves anteriormente discutidos no corpo desta tese de doutoramento.

Peirce, por exemplo, estava convencido de que a humanidade tem um tipo de ligação muito especial com o universo. Por meio de seu conceito de cosmologia evolucionar, Peirce afirma que os seres humanos são capazes de intuir os princípios da natureza “porque evoluíram como parte dessa natureza e, portanto, sob a influência desses princípios” (CP 7.46).

Como partes integrantes do cosmos, nossas mentes estão em sintonia com a sua evolução; caso contrário, os caminhos cósmicos permaneceriam eternamente desconhecidos e nós estaríamos extintos há muito tempo.

James (1918), por sua vez, estabelece a conexão entre linguagem e pensamento e define o homem como um organismo físico inserido em um ambiente natural e, como Peirce, também defende que a sobrevivência e evolução do homem dependem de estratégias mentais, hábitos e ações.

Dewey (1929) afirma que as línguas adquirem sentido nas comunidades humanas à medida que seus símbolos são capazes de apontarem possíveis experiências passadas, presentes ou futuras e regular nossas relações com os diferentes ambientes.

Silva e Efken (2019) identificam nas concepções das linguagens dos *Discos de Ouro* a centralidade de conceitos característicos do pragmatismo linguístico como *crenças, hábitos, experiência e ação* e também reconhecem

dois temas relacionados ao pragmatismo norte-americano - *antifundacionismo* e *falibilismo* - responsáveis pela formação e orientação de nossas crenças.

Para Bernstein (2010), pragmáticos são *antifundacionistas* à medida que rejeitam a ideia de que haja uma base absoluta para o conhecimento e procuram exorcizar essa angústia cartesiana.

Na mesma linha, Bernstein (2010) defende que pragmáticos são *falibilistas* porque entendem que não existem certezas que não possam, em princípio, ser contestadas e essa é a diferença entre indubitabilidade e falibilidade. Muitas de nossas crenças não são verificáveis e, o que é aceito hoje, pode se revelar falso amanhã. Pragmáticos argumentam que todo conhecimento, portanto, é falível e corrigível.

Bernstein (2010) atribui esse naturalismo dos pragmáticos clássicos norte-americanos a uma forte influência do evolucionismo darwiniano. Assim, crenças, experiências, hábitos e ações constituem o eixo central em torno do qual gravitam a semiótica de Peirce e os conceitos de *cash value* em James e *warranted assertibility* em Dewey.

6.4.8 **Análise semiótica das mensagens nos discos de ouro**

Silva e Efken (2019) usam a categoriologia peirceana para analisar os contextos dos *Discos de Ouro*.

Primeiridade como qualidade seria o universo como $\chi\acute{\alpha}\omicron\varsigma$ no sentido de tudo o que poderia vir a ser. *Secundidade* como relação é o $\kappa\acute{\omicron}\sigma\mu\omicron\varsigma$ manifestado de acordo com as leis naturais. *Terceiridade* como representação coloca a primeira em relação à segunda, no sentido de que observadores humanos ou não (*quasi-observadores*) se perguntam sobre sua própria existência e buscam compreender a causa e as leis que governam os fenômenos em seu entorno.

Em termos das mensagens nos *Discos de Ouro*, *primeiridade* como qualidade envolve as possibilidades de comunicação com vida extraterrestre. Os membros da equipe coordenada por Sagan argumentam que as leis físicas são universais e que poderiam ter contribuído para o surgimento e evolução de vida inteligente em outras partes do cosmos. E todo tipo de vida depende do

desenvolvimento de alguma capacidade de linguagem verbal ou não verbal por meio acústico, químico, elétrico, térmico, óptico e outros (SEBEOK, 2001).

Secundidade como lei e atualidade é o encontro entre *Φύσις* e *τέχνη*, as ciências naturais e as tecnologias representadas pelo *Projeto Voyager*, sua história e seus resultados extraordinários na primeira fase da missão até os limites do sistema solar.

Sua entrada no espaço interestelar carrega a esperança de que nossa voz seja ouvida em algum tempo por alguém interessado em estabelecer contato com a humanidade. As crenças, as experiências e as ações por trás da seleção e composição das mensagens representam uma resposta e uma compreensão de nossa relação com o universo. *Terceiridade* como potencial ou representação são os diferentes conjuntos de linguagens nas mensagens nos *Discos de Ouro*.

Quanto às classes de signos, Silva e Efken (2019) entendem que os mapas, os desenhos e os diagramas na capa do disco cumprem as funções de *ícones* e *índices* que operam por semelhança e analogia para fornecerem informações como a localização, a hora e a identidade dos remetentes bem como instruções suficientemente claras para permitir que os destinatários entendam a tecnologia e decodifiquem as mensagens nos discos.

Os inventários de imagens, de sons e de músicas nos discos também buscam alcançar os mesmos resultados. Espera-se que os registros acima possam eventualmente atingir um nível em que seja possível organizar as percepções em ideias de causa, de unidade, de relacionamento, de necessidade, de contingência e de tempo e espaço como categorias essenciais para a coordenação da experiência racional.

O signo peirceano como *símbolo* aparece mais claramente no disco na forma das saudações nas 55 línguas. Enquanto a lógica que organiza a linguagem nos mapas e nos diagramas é essencialmente matemática, as saudações seguem uma lógica mais simbólica e convencional típica das línguas naturais.

Novamente, a expectativa é que os destinatários entendam a linguagem do *manual de instruções* e encontrem as chaves para interpretar a intencionalidade dos remetentes. Apesar de sua subjetividade, as saudações no

disco representam o que pensamos e sentimos sobre a possibilidade de comunicação extraterrestre.

Silva e Efken (2019) destacam uma vívida ilustração de um conceito central no pensamento de Peirce - o papel do *interpretante*. Como já dissemos, Peirce afirma que nossas crenças definem nossas ações e que o real significado da linguagem está nos efeitos que ela produz (BERNSTEIN, 2010).

Drake (1979) relata que, paradoxalmente, as mensagens interestelares provocaram reações apaixonadas antes mesmo de chegar a qualquer destinatário pretendido.

De acordo com Drake (1979), as sondas *Pioneer 10* e *11* foram as primeiras a transportarem placas (Figura 7 abaixo) com mensagens e seus desenhos e diagramas, embora de design simples, deram origem a reações públicas engraçadas e incomuns.

A mídia da época teve problemas para mostrar as placas com detalhes da nudez humana. Os editores do *Chicago Sun-Times* usaram recursos técnicos para remover características anatômicas mais perturbadoras.

Os editores do *Los Angeles Times* relataram que receberam cartas de protesto contra a NASA denunciando o uso do dinheiro do contribuinte para enviar *pornografia* ao espaço.

Feministas indignadas protestaram contra a aparente subordinação da mulher ao homem na placa, já que a mulher apareceu atrás do homem e apenas a mão dele estava levantada.

Linda Sagan, responsável pelas imagens, estranhou tais críticas por se considerar uma mulher liberada. Outros ainda reclamaram que as figuras na placa eram muito semelhantes à sua raça. Surpreendentemente, essa objeção foi levantada por membros de todas as raças; portanto, conclui Drake (1979), deve haver alguma explicação psicológica para o fato.

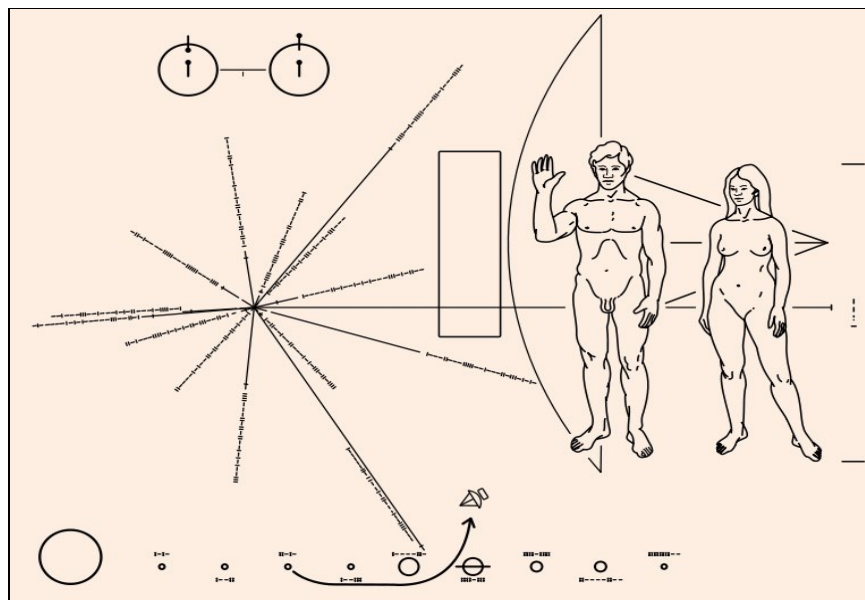
Mas talvez a reclamação mais importante seja sobre a falta de representatividade das imagens, uma vez que foram selecionadas por uma equipe de apenas três pessoas.

Editoriais publicados na imprensa britânica exigiam que qualquer futuro empreendimento semelhante fosse coordenado por um grande grupo ecumênico e internacional formado por cientistas e leigos.

Drake (1979) e seus colegas rejeitaram a maioria das críticas pela sua falta de mérito, mas aprenderam que a arte de criar mensagens interestelares deve ser abordada com cuidado e humildade.

Eles também concluíram que havia grande interesse do público em geral sobre o conteúdo de mensagens interestelares, mesmo que as chances de comunicação extraterrestre fossem muito remotas.

Figura 7: Placas dos Pioneers 10 e 11



Fonte: NASA/JPL

6.4.9 Conceito de *cash value* nas mensagens dos discos de ouro

Silva e Efken (2019) ressaltam que, ao contrário da posição reformista de Peirce, que acreditava na existência da verdade algo fugidia, James desenvolveu um conceito mais revolucionário de verdade como *cash value*.

Para que uma crença seja verdadeira, defende James, ela só precisa ser útil ou conveniente para aqueles que nela acreditam. James cria, desse modo, a possibilidade de verdades pessoais e da existência de uma multiplicidade de verdades.

James (2011b) trata de questões controversas, como o papel da fé e os efeitos da experiência religiosa no comportamento humano. James (1896) afirma que, em tópicos para os quais não existe uma forma racional de resolver problemas e encontrar respostas, existem justificativas razoáveis para o uso de meios não racionais ou adotar crenças pessoais.

James (2011b) afirma que uma mistura de desejo e necessidade nos leva a adotar certas crenças, que, por sua vez, implicam determinadas posturas, compromissos e suas consequências.

As mensagens nos *Discos de Ouro* tratam de uma questão difícil, para a qual talvez não haja solução possível - a prova da existência de vida extraterrestre inteligente. Silva e Efken (2019) identificam, portanto, a utilização do conceito de *cash value* na modalização no discurso dos colaboradores do projeto.

O primeiro exemplo vem da escritora Ann Druyan (1979), que revela que concebeu a coleção *Sounds of Earth* para mundos extraterrestres muito diferente do que Darwin certa vez descreveu como *belas ramificações da vida sempre em mudança*, mas admite que podemos compartilhar com seus habitantes algumas das características geológicas, meteorológicas e, possivelmente, tecnológicas mais fundamentais.

A romancista também observa que as assinaturas elétricas do ser humano e das estrelas são semelhantes e simbolizam nossa relação e integração com o cosmos. Druyan (1979) aponta que, embora não saibamos por quanto tempo as *Voyagers* vaguearão pelos espaços interestelares, enquanto durar sua missão, elas estarão celebrando a vida no planeta e mantendo viva nossa memória.

Como um segundo exemplo, Silva e Efken (2019) citam, o também escritor, Ferris, responsável pela compilação *World Music*.

Ferris (1979) reclama das pressões do tempo e da falta de informação sobre a música não ocidental. Milhares de gravações de Bach podem ser encontradas, mas apenas algumas gravações de coros georgianos ou canções de pigmeus africanos estão disponíveis; não há problema em encontrar exemplos do virtuosismo de Glenn Gould, mas as obras do músico chinês Kuan

P'ing-hu são escassas; Stravinsky pode ser apreciado junto com suas notações musicais, mas as letras dos compositores de música javanesa se perderam.

Ferris (1979) observa que a Terra pode ser um dos muitos mundos do universo, mas também contém muitos mundos e metade dos registros da *Voyager* são deles. Ferris (1979) justifica que metade do disco consiste em composições dos mesmos compositores, Bach e Beethoven, na esperança de facilitar sua decodificação por ouvintes extraterrestres.

Por fim, Silva e Efken (2019) incluem a escritora e artista Linda Sagan (1979), responsável pela seleção das *Saudações*. A autora justifica a inclusão de línguas antigas (sumério, acadiano, hitita e latim) por sua importância histórica e lamenta a absoluta falta de capacidade do disco para a inclusão de uma espécie de *Pedra de Rosetta* que poderia facilitar traduções alienígenas.

Linda Sagan (1979) relata que todas as decisões durante o Projeto *Voyager* foram baseadas na suposição de que havia dois públicos a quem as mensagens eram endereçadas - um na Terra e outro em planetas de estrelas distantes. Quanto a esses últimos, Linda Sagan (1979) acrescenta que a expectativa é que tenham ouvidos e olhos, pois não é possível conceber organismos intelectualmente desenvolvidos sem órgãos dos sentidos.

Silva e Efken (2019) observam que esse conceito de *cash value* desenvolvido por James é psicológico e naturalista e que seu naturalismo pragmático teve um grande impacto na formação do pensamento de Dewey.

6.4.10 Conceito de *Warranted Assertibility* nos discos de ouro

Silva e Efken (2019) apontam que Dewey, como James, é menos reformista e mais revolucionário em sua epistemologia. Dewey também define verdade segundo sua utilidade prática.

No entanto, de acordo com seu conceito de *warranted assertibility*, tais verdades dependem de reflexão séria. Antes de afirmar qualquer coisa, devemos ter motivos suficientes para apresentar nossas afirmações como verdadeiras e como resultado de informações derivadas de processos racionais de investigação.

Conforme sabemos, Dewey (1939) argumenta que os processos de pesquisa, se propriamente lógicos e científicos, trazem legitimidade aos discursos e que as ideias se tornam verdadeiras quando funcionam, cumprem seu propósito, encontram respostas e contribuem para a transição entre um estado de dúvida e uma situação de maior conhecimento.

Silva e Efken (2019) identificam aplicações do conceito de *warranted assertibility* no discurso mais assertivo dos cientistas do projeto.

Drake (1979), astrônomo e astrofísico, responsável pelo desenvolvimento de tecnologias que permitiram a gravação dos desenhos e imagens da capa e do disco, explica como suas crenças e experiências contribuíram para a formação de uma visão estrutural da linguagem baseada no significado potencial das imagens.

A possibilidade de comunicação com vida inteligente extraterrestre e seus desenvolvimentos têm sido uma obsessão particular dos exobiólogos que culminou nos *Discos de Ouro*. O desenvolvimento de tecnologias para envio de mensagens interestelares começou logo após o início do programa de busca por inteligência extraterrestre (SETI).

Em 1959, dois físicos da *Cornell University*, Philip Morrison e Giuseppe Cocconi, concluíram que as ondas de rádio poderiam ser usadas para o contato interestelar. Os sistemas de transmissão de rádio e radiotelescópios da Terra, por volta de 1959, podiam se comunicar por distâncias interestelares com equipamentos semelhantes.

Em um artigo clássico intitulado *Searching for Interstellar Communications*, Morrison e Cocconi terminaram com uma declaração surpreendente: “Se houver sinais [interestelares], os meios para detectá-los estão agora disponíveis” (1959, volume 184, p. 844 - 846).

Os cientistas, portanto, acreditavam que uma busca discriminatória por sinais era totalmente justificada e que, embora a probabilidade de sucesso fosse difícil de estimar, a chance de sucesso seria zero se nunca tentássemos.

Silva e Efken (2019) relatam estimativas de que as civilizações mais próximas poderiam estar a 1000 anos-luz de distância e que provavelmente seriam muito mais avançadas do que nós. Surgiram então discussões sobre

possíveis formas de desenvolver mensagens destinadas a permitir uma comunicação fácil entre civilizações que nunca tiveram contato anterior.

Sugeriu-se transmitir o valor de π com um grande número de decimais ou talvez uma sequência de números primos. Eles acreditavam que essas mensagens seriam reconhecidas como evidência de vida inteligente e que representariam uma medida de nossa inteligência.

Eventualmente, essas ideias foram descartadas porque a própria transmissão seria prova suficiente da existência de uma civilização inteligente.

Finalizando, Silva e Efken (2019) ressaltam que tanto a ciência como as histórias por trás do Projeto *Voyager* são simplesmente fascinantes. Os autores esclarecem que, enquanto lemos estas palavras, graças aos enormes esforços científicos de relações públicas das equipes da NASA, sabemos a distância exata que separa as espaçonaves da Terra: 13.977.027.240 milhas (*Voyager 1*) e 11.582.885.741 milhas (*Voyager 2*)⁶⁷.

Talvez mais impressionante do que as distâncias imensas, sejam as escalas de tempo envolvidas no projeto. Segundo estimativas de Sagan (1978), a vida útil dos discos pode chegar a até 01 bilhão de anos.

Murmurs of Earth (SAGAN, 1979) também se revelou uma leitura muito interessante e informativa na medida em que nos conta toda a história da concepção dessa cápsula do tempo ou *mensagem dentro da garrafa* que as mensagens dos discos representam.

Silva e Efken (2019) reconhecem que as explicações e justificativas para a inclusão de cada imagem e cada som no livro organizado por Sagan permitem análises muito mais detalhadas e profundas do que foi possível fazer em seu breve artigo introdutório.

Silva e Efken (2019), porém, encontraram respostas para questionamentos sobre as intenções e objetivos dos idealizadores, sobre a

⁶⁷ Informação em tempo real em <https://voyager.jpl.nasa.gov/mission/status/>. Fica até difícil de anotar por que os relógios e medidores mudam muito rapidamente.

organização do projeto, sobre os critérios de escolha das mensagens e sobre suas repercussões.

Segundo o exame das formulações centrais no pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos, Silva e Efken (2019) estabelecem que há uma relação circular e dinâmica entre *crenças, experiências e linguagem*. Também foi possível estabelecer que a formação do discurso e o significado da linguagem constituem um único aspecto visto de diferentes perspectivas e que lógica, inteligência, pensamento e linguagem são entidades naturalmente entrelaçadas.

As concepções de linguagem dos cientistas e colaboradores do projeto revelam temas pragmáticos centrais como o *antifundacionismo* e o *falibilismo*, a teoria plástica dos signos de Peirce, os conceitos psicológicos de James e os conceitos ético-instrumentais de Dewey.

Depois de examinar os aspectos lógico-semióticos na construção e organização das mensagens, Silva e Efken (2019) revelam certa surpresa com o fato de que, mesmo em um ambiente altamente tecnológico, dominado pelo discurso técnico-científico de engenheiros, astrofísicos, astrônomos, matemáticos, cosmólogos e outros cientistas, sua linguagem é essencialmente intercalada com argumentos que se encaixam em um espectro que oscila entre o subjetivo e o objetivo.

O casal Sagan (1979) *aposta* na possibilidade de vida inteligente em outros planetas como resultado das mesmas leis físicas e das mesmas condições naturais responsáveis pelo surgimento e evolução da vida na Terra. Sagan (1978) *espera* que tais seres, sujeitos às mesmas leis universais, *sejam* engenheiros, poetas e filósofos ainda melhores, mas *pensa* que a ciência é o que nos une e, portanto, os códigos de linguagem *devem* ser basicamente científicos.

Embora Carl Sagan (1979) *calcule* que o tempo de vida dos *Discos de Ouro* possa chegar a espantosos 1 bilhão de anos, Linda Sagan (1979) *alerta* que não sabemos se a humanidade é capaz de durar tanto tempo, mas *aponta* que, *seja como for*, estaremos de alguma forma vivos por meio de nossos registros.

O caráter psicológico do conceito de *cash value* nos permite analisar a formação e o papel das crenças e do senso comum no discurso das comunidades científicas.

Conforme sabemos, o estudo da articulação desse tipo de crença se justifica por três razões principais. Em primeiro lugar, surgem de um grande número de questões abertas que nos confrontam na religião, na ciência, na política, na ética etc. para as quais não há respostas e talvez nunca haja qualquer tipo de consenso. Em segundo lugar, a neutralidade em face de tais questões controversas e apaixonadas representa, em si, uma posição. Enfim, qualquer posição assumida representa um compromisso e impacta nossas vidas.

Finalmente, Silva e Efken (2019) concluem que a extensão da natureza ética e o idealismo do conceito de *warranted assertibility* emergem nos comentários de Sagan (1979) sobre as chances extremamente remotas de receber mensagens de civilizações extraterrestres.

Mas o cientista e escritor *ênfatiza* que a real função do projeto é conscientizar os bilhões de pessoas que teriam acesso a mensagens sobre a possibilidade de contato com inteligências extraterrestres e, fundamentalmente, sobre nossa relação com o cosmos, as consequências de nossas ações e sobre o que deve ser dito e por quem, em nome da humanidade.

Encerro este capítulo aqui.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Como na letra da música *Sei dos Caminhos*, de Itamar Assumpção e Alice Ruiz (1989), que fala de *caminhos que chegam e se afastam*, vamos procurar criar um mapa de conceitos e imagens que encontramos durante essa longa jornada de pesquisa. O objetivo desse roteiro conceitual, que Peirce chamaria de pensamento diagramático, é informar o sentido e a direção de quem escreve e facilitar a tarefa de quem segue nossas ideias.

Um das imagens mais marcantes é a própria capa do livro *The Pragmatic Turn* (BERNSTEIN, 2010), que mostra uma curva acentuada para a direita em algum trecho de serra. Encontramos esse título traduzido como *Giro Pragmático*, mas acreditamos que a melhor tradução seria *Virada Pragmática*.

A foto da capa do livro é especialmente feliz porque retrata uma significativa alteração de rota na história do pensamento ocidental no início do século XX. Concordamos com Bernstein e com outros autores que afirmam que as *Viradas Pragmática e Linguística* são pontos ligados nessa rota que atravessa filosofia e linguística e segue rumo à filosofia da linguagem.

Prosseguindo na viagem, incluímos a imagem do poema *No Meio do Caminho*, de Drummond (1930), em que encontramos a tal *pedra no meio caminho*. No contexto da nossa pesquisa, esse obstáculo se apresentou na forma das limitações e falta de clareza da disciplina pragmática, que deveria ser a rota natural para a investigação de processos semióticos.

A solução foi usar *the road less traveled* como no poema *The Road Not Taken*, de Robert Frost (1915), para organizar o presente estudo. Conforme já explicado, a proposta de pragmatismo linguístico defendida nesta tese de doutoramento se baseia em contribuições da escola de pensamento conhecida como *Pragmatismo*, uma via bem menos conhecida do que itinerários epistemológicos mais celebrados, como *Marxismo* e *Existencialismo*.

Entretanto, o pragmatismo como escola de pensamento oferece alternativas e caminhos muito válidos:

Você lê os pragmáticos e tudo o que vê é não para Descartes, nem Kant, nem Platão. É como aspirina. Você não pode usar aspirina para dar poder a si mesmo, você toma para se livrar das dores de cabeça. Dessa forma, o pragmatismo é uma terapia filosófica. Ajuda você a parar de fazer perguntas inúteis. (RORTY, 2003)

De fato, constatamos pessoalmente como as áreas das Ciências da Linguagem se encontram seriamente subrepresentadas dentro do Pragmatismo.

Apresentamos trabalhos durante os *Encontros Internacionais de Pragmatismo*, 17º/18º/19º EIP PUC/SP 2017-2019, para plateias basicamente formadas por pesquisadores envolvidos com as áreas da filosofia, da comunicação e da publicidade, do direito, da medicina e da psicologia, entre outras.

Certamente, deve ter havido linguistas participando dos encontros, mas, embora nossos números fossem reduzidos, é irônico notar que os temas discutidos nos painéis, nos seminários e nas comunicações naturalmente deveriam fazer parte das nossas investigações porque lidam essencialmente com visões mais amplas das questões da linguagem.

Procuramos demonstrar nesta tese que a maior contribuição do pragmatismo para as ciências da linguagem está na construção dos contextos filosóficos apropriados para a compreensão dos resultados empíricos sobre os processos que governam o intrincado emaranhado de relações entre pensamento, linguagem e significado.

Não há nada a saber sobre qualquer coisa, exceto que existe uma rede de relações com outras coisas inicialmente grande e em constante expansão. Tudo o que pode servir como um termo de relação pode ser dissolvido em outro conjunto de relações e assim por diante para sempre. Existem, por assim dizer, relações em todo o caminho para baixo, em todo o caminho para cima e em todo o lado em todas as direções: você nunca alcança algo que não seja apenas mais um nexos de relações. (RORTY, 1999, p. 53-54)

Desse modo, o pragmatismo, com sua orientação pluralista e sua vocação interdisciplinar, pode identificar e criticar suposições metodológicas limitantes dentro das ciências cognitivas.

Finalmente, além de esboçar a estrutura mais ampla possível para estudar mente e linguagem, o pragmatismo pode nos mostrar como interpretar as implicações relevantes das ciências cognitivas para nossa vida cotidiana.

Se considerarmos que a tradição pragmática remonta a 150 ou 200 anos, segundo Bernstein (2010) e Brandom (1998), respectivamente, e que representa uma revisão de 25 séculos de filosofia ocidental, segundo Santaella (1994), podemos visualizar uma imensa biblioteca repleta de seções, corredores, estantes, prateleiras e gavetas sem fim.

A nossa proposta de pragmatismo linguístico foi constituída e organizada como resultado de longas e numerosas visitas a esse vasto labirinto do conhecimento.

Aprendemos em nossas leituras que as preocupações do pragmatismo com as questões da linguagem são históricas. Aprendemos, também, que a busca da verdade está para os sistemas filosóficos assim como a busca da significação está para a linguagem.

Encontramos, no pensamento dos pragmáticos clássicos norte-americanos, uma discussão relevante sobre a essência e o caráter da mente na coordenação da experiência, sobre a criação dos sistemas de conhecimento e sobre o estabelecimento de crenças, hábitos e ações que se traduzem na linguagem.

Conforme exposto anteriormente, nossa proposta de pragmatismo linguístico se apoia em três pilares: a **semiótica** de Peirce, o conceito de **cash value** de James e o conceito de **warranted assertibility** de Dewey.

Entendemos que essas três colunas estão associadas à clássica imagem dos jogos de linguagem do segundo Wittgenstein porque identificamos ligações entre o pragmatismo lógico de Peirce e as *regras do jogo*; entre o pragmatismo psicológico de James e os temperamentos ou estados da alma do *jogador*; e, também, entre o pragmatismo ético-instrumental de Dewey, que governa as *regras do jogo* e a conduta do *jogador*.

Semiótica - Λόγος

Pragmatismo lógico e as *regras do jogo* se encontram na doutrina dos signos de Peirce, que é interdisciplinar por natureza porque ultrapassa os limites do signo linguístico saussureano.

O interesse principal de Peirce sempre foi o de desenvolver um método lógico-científico que tornasse possível uma representação mais verdadeira da realidade. Por esse motivo, sua teoria semiótica é muito mais abrangente do que a semiologia localizada de Saussure.

Sebeok (2001), por exemplo, questiona se a semiose faz parte da linguística ou se deveria ser o contrário, já que a comunicação não acontece apenas entre seres inteligentes, mas também envolve organismos unicelulares, multicelulares, anfíbios, mamíferos etc. O autor lembra também que os complexos processos de comunicação vão muito além dos sinais vocais e podem envolver ainda meios acústicos, químicos, elétricos, térmicos, ópticos etc.

Pietarinen (2003) adiciona mais um item na já extensa lista de Sebeok acima e inclui linguagens baseadas em meios magnéticos. Pietarinen (2003) observa que a era da comunicação eletrônica móvel criou um vasto sistema semiótico, construído a partir de componentes triádicos imaginados por Peirce em sua comunidade dinâmica de *quasi-minds* formada por comunidades científicas interconectadas de usuários de dados em todos tipos de sistemas de computação.

O conceito visionário de Peirce de *commens*, como o *locus* em que todos usuários participam da criação e do compartilhamento de bancos de dados comuns, é uma clara antecipação do estado atual e dos avanços nos campos da tecnologia da informação.

Pietarinen (2003) defende que a semiótica de Peirce pode ser usada para estudar a criação e a evolução das redes semânticas e pragmáticas. Na verdade, sua teoria da comunicação se revela mais adequada para analisar signos sem enunciadores, ou *quasi-utterers* no caso das linguagens da Natureza; signos sem intérpretes, ou *quasi-interpreters*, como no caso das *Placas* das sondas *Pioneer 10* e *11* ou nos *Discos de Ouro* das *Voyagers 1* e *2*.

Pietarinen (2003) entende que estudos sobre uma *web* semântica visam fornecer uma análise lógica dos dados e podem ser complementados por estudos sobre uma *web* pragmática, que agregam uma perspectiva humana dentro de um universo predominantemente tecnológico. A fusão entre esses dois tipos de análise poderia ser chamada de uma mais completa *web* semiótica.

De fato, conforme já vimos, a categoriologia peirceana envolve uma intrincada urdidura construída com base em complexas interrelações entre categorias (*primeiridade, secundidade e terceiridade*), classes (*representamen, objeto e interpretante*) e subclasses de signos.

Dessa forma, os sistemas lógicos desenvolvidos por Peirce podem ser empregados na análise dos processos de formação (semiose) e significação (semiótica) dos signos em “teatros da consciência” (THE PEIRCE EDITION PROJECT, 1998, p. 403) instalados muito além dos limites do pensamento e da linguagem humana.

Quanto aos fundamentos, Santaella e Nöth (2004) deixam bem claro que a semiótica, ou lógica, peirceana foi concebida como uma filosofia científica. Sua semiótica apresenta toda a generalidade necessária para um sistema filosófico. Suas concepções foram tratadas com o mesmo tipo de cuidado e de precisão matemática, com abrangência de escopo, com fundamentação e atenção aos detalhes de um desenvolvimento teórico sem paralelos na história da filosofia.

Santaella e Nöth (2004) acreditam que esse tipo de esclarecimento se faz necessário antes de começar um exame das ideias de Peirce. Quando os fundamentos fenomenológicos e epistemológicos que sustentam seu pensamento são ignorados, corremos o risco de tomar sua semiótica apenas como um conjunto de termos complicados, um mero tecnicismo para lidar com aplicações superficiais do conhecimento.

Ao contrário disso, a semiótica geral é uma parte da filosofia que lida com questões abstratas da ontologia, de filosofia da lógica, da teoria do significado, da filosofia da matemática, da filosofia da mente, da filosofia da ciência e da epistemologia. Sua semiótica procura, por meio da lógica do signo, encontrar uma unidade para essas preocupações filosóficas aparentemente diversas.

Peirce buscou abordar tais problemas em termos de uma concepção única e geral do pensamento como semiose, isto é, como um processo de interpretação do signo exibindo uma relação essencialmente triádica entre signo, objeto e *interpretante*.

Santaella e Nöth (2004) concluem que Peirce concebeu sua semiose como sinônimo de inteligência, de continuidade, de crescimento e de vida. Sua lógica, ou semiótica, é uma espécie de método para o desenvolvimento de um conceito altamente abstrato de mente, derivado de tudo o que está implícito na tendência para a verdade que habita o âmago da vida humana.

Cash Value - Πάθος

Neste ponto, deixamos o teatro da mente racional discutido no pragmatismo lógico de Peirce e entramos no teatro do corpo, dos sentimentos e das emoções analisado no pragmatismo psicológico de James.

Conforme exposto anteriormente, nossa proposta de pragmatismo linguístico também inclui o conceito de *cash value* em James. Essa vertente de pragmatismo de orientação mais psicológica permite estudos mais detalhados dos *estados de espírito* ou da *cabeça* do jogador, ou seja, do *sujeito* constantemente imerso em jogos de linguagem.

Os trabalhos inovadores de James sobre filosofia da mente e da percepção permitem analisar a formação e a influência de crenças pessoais ou subjetivas em processos semióticos. Além de seus importantes estudos sobre o papel dos diferentes tipos de temperamentos, *hard-minded x soft-minded* (Ver p. 104). James também defende que a estética da razão é constituída a partir de uma simbiose muito particular entre corpo e mente.

Silva e Efken (2020a) observam que James reuniu o que Descartes separou - corpo e mente – e, assim, desenvolveu seu conceito de *embodiment* ou corporeidade. James antecipa, portanto, investigações na área das neurociências sobre o papel do corpo na percepção, na sensação e na conceptualização dos processos de significação do pensamento e da linguagem.

Atualmente, as neurociências cognitivas atraem filósofos analíticos da mente e da linguagem interessados em investigar como emoções e sentimentos

agem na construção de nossa capacidade de compreender a vida segundo uma perspectiva da corporificação da mente como fator central no desenvolvimento da razão humana.

Damásio (1994), por exemplo, discute as conexões entre emoção, razão e o cérebro humano e aponta que as estratégias da razão humana provavelmente se desenvolveram a partir da força norteadora dos mecanismos de regulação biológica, dos quais sentimento e emoção são expressões notáveis. Emoção e sentimento, juntamente com seu maquinário fisiológico subjacente, nos ajudam na difícil tarefa de prever um futuro incerto e planejar nossas ações com inteligência.

Damásio (1994) reúne corpo, mente e cérebro em um conceito único que chama de organismo constituído a partir de circuitos reguladores bioquímicos e reguladores neurais mutuamente interativos (incluindo componentes neurais endócrinos, imunes e autonômicos).

Esse organismo interage com o meio ambiente como um conjunto: a interação não é apenas do corpo nem do cérebro. As operações fisiológicas que chamamos de mente são derivadas desse conjunto estrutural e funcional. Os fenômenos mentais devem ser tratados apenas no contexto da interação entre um organismo e seus ambientes.

Portanto, defendemos a tese de que a semiose do pensamento e da linguagem é constituída a partir tanto das dinâmicas nas interações dos sistemas lógicos descritos por Peirce quanto dos *movimentos da alma* analisados nos processos dos sentimentos e das emoções investigados por James.

Warranted Assertibility - ἔθος

Para concluir nossa trilogia do pragmatismo linguístico, ingressamos no teatro do social e da intersubjetividade investigado por Dewey.

Seu pragmatismo ético-instrumental se ocupa basicamente do conceito de *νομός* como domínio do convencional e do arbitrário. Dewey trata dos jogos de linguagem e de suas regras e destaca a necessidade de ser capaz de apresentar justificativas lógicas e éticas para nossas posições. Dewey defende

que jogos envolvem necessariamente essa dinâmica de pedir e apresentar justificativas. Essa é a regra mais básica sem a qual os jogos não existiriam.

Relembramos que Dewey foi o mais longo, produtivo e mais próximo do nosso tempo entre os três pragmáticos clássicos norte-americanos. Herdeiro de Peirce e James, Dewey desenvolveu e refinou seus próprios conceitos lógicos, éticos e estéticos e construiu uma teoria de investigação sobre a relação orgânica entre indivíduos e seus ambientes físicos, culturais e sociais.

Dewey definiu essa relação como *experiência* e concluiu que essa só se torna possível através da comunicação humana, que chamou de *o mais intrigante dos fenômenos*.

Em sua versão do conceito de *comunidade de investigação*, um dos temas característicos do pragmatismo, Dewey afirma que os processos inferenciais de investigação iniciam a partir de um problema, de ordem natural ou social, que passa a ser analisado conforme métodos apoiados na ciência.

Nas ciências naturais, as investigações começam pelos fenômenos naturais enquanto que, nas ciências sociais, as investigações iniciam pela questão do que *deve* ser feito. E aí está o mais importante aspecto ético no seu trabalho.

As investigações têm como objetivo dar ao indivíduo condições razoáveis de emitir pareceres, fazer juízos ou declarações sobre uma dada situação. *Warranted assertibility* são discursos justificáveis, salvo melhor juízo, sobre estados da realidade, legítimos até que surjam novas informações ou fatos e novos processos de investigação tenham que ser iniciados.

Destacamos, por fim, a centralidade do conceito de *experiência* no pensamento dos três pragmáticos clássicos norte-americanos.

Assim como eles, defendemos a tese de que essa experiência, ou interação entre seres vivos e seus ambientes, constrói e é construída a partir de sistemas semióticos que agem na formação de crenças, que, por sua vez, estão por trás dos processos individuais e intersubjetivos de significação da linguagem.

Antes de encerrar essa seção de considerações finais desta tese de doutoramento, gostaríamos de esclarecer por que a nossa proposta de pragmatismo linguístico inclui *três* autores.

Além da forte influência exercida pela obsessão de Peirce por tríades (ver Capítulo 1, p. 28), a esta altura dos nossos estudos, já é possível confirmar três hipóteses com certa confiança: (i) a semiótica de Peirce permite análises do papel dos signos na constituição das diferentes formas de comunicação; (ii) o conceito de *cash value* em James reconhece a importância e justifica o estudo da formação e da influência das crenças subjetivas na linguagem; e (iii) o conceito de *warranted assertibility* em Dewey trata do caráter intersubjetivo e permite análises da legitimidade do discurso.

Para a nossa satisfação, confirmamos ainda mais uma hipótese central sobre as ligações entre pragmatismo e pragmática.

Neste trabalho de pesquisa, iniciado para estabelecer uma melhor caracterização e fundamentação dos objetivos da pragmática, identificamos os três pilares da *Arte Retórica*: *Λόγος*, *Πάθος* e *ἔθος*.

Nossa proposta de pragmatismo linguístico também se beneficia e é sustentada pela simetria dessa trilogia aristotélica, não apenas do ponto de vista de quem organiza a retórica do discurso, mas, sobretudo, do ponto de vista de quem analisa a semiose do discurso.

Logos surge nas discussões de Peirce acerca do espírito da razão, do conhecimento e da lógica como fatores que organizam a linguagem. *Pathos* informa as análises de James sobre a empatia das emoções, dos sentimentos e da imaginação na formação das crenças. Fechando a trilogia, *ethos* está presente nas formulações de Dewey acerca de ética, da autoridade e da credibilidade como valores que contribuem para a construção de discursos confiáveis.

Finalmente, nos cabe apresentar uma última imagem explicativa do nosso trabalho. Invocamos o *toolbox* de Wittgenstein como sistema conceitual para o estudo de conjuntos e estruturas semióticas.

Em particular, a configuração falibilista e pluralista da nossa proposta de pragmatismo linguístico inclui classes de análises lógicas, psicológicas e ético-instrumentais.

Os critérios lógicos surgem em função do nosso interesse em compreender com mais clareza os jogos de linguagem, as suas normas e regras,

uma vez que não existem jogos sem regras. Já os parâmetros psicológicos nos permitem entender a figura do jogador como sujeito da linguagem, uma vez que suas motivações governam suas escolhas e encaminham suas conclusões. Por último, os preceitos ético-instrumentais estabelecem a ligação entre compromisso e responsabilidade na construção e uso do discurso.

Ressaltamos que o instrumental teórico-conceitual organizado na referida caixa de ferramentas torna possíveis muitas outras configurações de modelos de análise semiótica ou de investigação dos processos pragmáticos da linguagem.

Agradecemos a sua leitura. Encerramos esta tese de doutoramento aqui.

REFERÊNCIAS

ALVES, Anabela Gradim. **Comunicação e ética**: o sistema semiótico de Charles S. Peirce. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006.

APEL, Karl-Otto. **Charles Sanders Peirce**: from pragmatism to pragmaticism. Nova Jersey: Humanities Press, 1995.

AUGUSTYN, Prisca. Uexküll, Peirce, and other affinities between biosemiotics and biolinguistics. **Biosemiotics**, [s. l.], v. 2, p. 1-17, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s12304-008-9028-y.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

AUSTIN, John Langshaw. **Philosophical papers**. Oxford: Clarendon Press, 1960.

BACON, Michael. **Pragmatism**: an introduction. Cambridge: Polity Press, 2012.

BAILLY, Sophie; DEVITT, Sean; GREMMO, Marie-José, et al. **Common European Framework of Reference for Languages**: learning, teaching, assessment. a guide for users. Strasbourg: Language Policy Division, 2001. Disponível em: www.coe.int/lang-CEFR. Acesso em: 05 abr. 2015.

BERNSTEIN, Richard J. American pragmatism: the conflict of narratives. *In*: SAATKAMP JR, Herman J. (ed.). **Rorty and pragmatism**. Londres: Vanderbilt University Press, 1995.

_____. **Philosophical profiles**: essays in a pragmatic mode. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **The pragmatic turn**. Cambridge: Polity Press, 2010.

BONCOMPAGNI, Anna. "The mother-tongue of thought": James and Wittgenstein on common sense. **Cognitio**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 37-60, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1531183/The_mother-tongue_of_thought_James_and_Wittgenstein_on_common_sense. Acesso em: 26 mar. 2019.

BORCHERT, Donald M. (ed.). **Encyclopedia of philosophy**. 2. ed. Detroit: Thompson Gale, 2006.

BRANDOM, Robert B. **Making it explicit**: reasoning, representing, and discursive commitment. Nova York: Harvard University Press, 1998.

BURCH, Robert. Charles Sanders Peirce. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/peirce/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BURROUGHS, William Seward. **The Ticket that Exploded**. Olympia Press. United States, 1962.

CAMPBELL, George. **The philosophy of rhetoric**. Nova York: Harper & Brother, Publishers. 1868.

CHOMSKY, Noam. Facing reality. [Entrevista concedida a] Michael C. Haley e Ronald F. Lunsford. **Noam Chomsky**, Twayne Pub, p. 182-184; 194-196, 1994. Disponível em: https://chomsky.info/198912_-2/. Acesso em: 03 out 2020.

_____. **Language and mind**. 3. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

_____. Q&A with Noam Chomsky. **#Linguística**. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/linguistica/2020/01/10/qa-with-noam-chomsky/>. Acesso em: 08 out. 2020.

COBLEY, Paul. (ed.). **The Routledge companion to semiotics and linguistics**. Londres: Routledge, 2001.

COCHRAN, Molly. Introduction. *In*: **The Cambridge companion to Dewey**. Nova York: Cambridge University Press, 2010. p. 01-13.

COCCONI, Giuseppe, MORRISON, Philip. Searching for Interstellar Communications. *In*: **Nature** **184**, 844–846 (1959). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/184844a0>. Acesso em: 08 out. 2020.

COLAPIETRO, Vincent. Charles Sanders Peirce: scientist, logician, and philosopher. *In*: MARSOOBAN, Armen T., RYDER, John. (ed.) **The Blackwell guide to American philosophy**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2004.

DAMASIO, António Rosa. **Descartes' error: emotion, reason, and the human brain**. Nova York: Avon Book, 1994.

DEACON, Terence William. **The symbolic species: the co-evolution of language and the brain**. W. W. Norton & Company, Inc. London, 1997.

DEWEY, John. **Art as experience**. Nova York: The Berkley Publishing Group, 1934.

_____. **Experience and nature**. Chicago: Open Court Publishing Company, 1929.

_____. **How we think**. Boston: D. C. Heath & Co. Publishers, 1910.

_____. **Logic: the theory of inquiry**. Nova York: Henry Holt and Company Inc., 1939.

_____. **Reconstruction in Philosophy**. Nova York. Henry Holt and Company Inc., 1920.

_____. **The essential Dewey: volume 1: pragmatism, education and democracy**. Indiana University Press. Indianapolis, 1998a.

_____. **The essential Dewey: volume 2: pragmatism, education and democracy**. Indiana University Press. Indianapolis, 1998b.

DRAKE, F. D. The foundations of the Voyager record. *In*: SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth: the Voyager interstellar record**. Nova York: Ballantine Books, 1979.

DRUMOND, Carlos de Andrade. **No meio do caminho**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/807509/> Acesso em: 05 ago. 2021.

DRUYAN, A. The sounds of Earth. *In*: SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth: the Voyager interstellar record**. Nova York: Ballantine Books, 1979.

DURANT, Will. **The story of philosophy, new revised edition, illustrated**. Nova York: Garden City Publishing Co., Inc., 1926.

EARLE, William James. James, William. *In*: **Encyclopedia of philosophy**. Donald M. Borchert, editor in chief. Second edition. Thompson Gale, Macmillan. USA, Detroit, 2006.

ECO, Umberto. Unlimited semeiosis and drift: pragmatism vs. "pragmatism". *In*: KETNER, Kenneth Laine. (ed.) **Peirce and contemporary thought: philosophical inquiries**. Nova York: Fordham University Press, 1994.

ELDRIDGE, Richard. Dewey's aesthetics. *In*: COCHRAN, Molly (ed.). **The Cambridge companion to Dewey**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

FERRIS, Timothy. Voyager's music. *In*: SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth**: the Voyager interstellar record. Nova York: Ballantine Books, 1979.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/nTDjhCdwBqjsFGYct5ckdcd/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2018.

FREQUENTLY asked questions. *In*: NASA. **Voyager**. Washington, DC: Jet Propulsion Laboratory, 2018. Disponível em: <https://voyager.jpl.nasa.gov/frequently-asked-questions/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FROM German idealism to American pragmatism - and back. Robert B. Brandom. Dublin: UCD - University College Dublin, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xe-QIUglr0g&ab_channel=UCD-UniversityCollegeDublin. Acesso em: 4 out. 2017.

FROST, Robert. **The Road Not Taken**. Disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poems/44272/the-road-not-taken>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. Translation revised by Joel Weinsheimer and Donald G. Marshall Continuum. London, New York, 1975.

GALE, Richard M. **The philosophy of William James**: an introduction. Nova York: Cambridge University Press, 2004

GAVIN, William J. James' metaphysics: language as the house of "pure experience". *In*: **Man and world**, v. 12, n. 2, 1979. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/BF01252462.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

GODFREY-SMITH, Peter. **Dewey, continuity, and McDowell**. Cambridge: Philosophy Department Harvard University, 2006. Disponível em: <https://www.petergodfrey-smith.com/PGSDeweyMcD-06H.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

GOODMAN, Russell B. **Wittgenstein and William James**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GRICE, H. Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

GUNN, Giles (ed.) **Pragmatism and other writings**. Londres, Nova York: Penguin Books, 2001.

HABERLAND, Hartmut; MEY, Jacob L. Editorial: linguistics and pragmatics. **Journal of Pragmatics**. v. 1, n. 1, p. 1-12, 1977.

HABERMAS, Jürgen. Postscript: some concluding remarks. *In*: ABOULAFIA, Mitchell; BOOKMAN, Myra; KEMP, Cathy (eds.). **Habermas and pragmatism**. Nova York: Routledge, 2002.

_____. **On the Pragmatics of Communication**. Edited by Maeve Cooke. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 1998.

HEIDEGGER, Martin. Letter on Humanism. *In*: **Phenomenology and Existentialism**, edited by R. Zaner and D. Ihde, (New York: Capricorn Books, 1973) p. 148.

HICKMAN, Larry A. John Dewey, 1859-1952. *In*: MARSOOBIAN, Armen T., RYDER, John. (ed.) **The Blackwell guide to American philosophy**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2004.

HOOKEYWAY, Chris J. Peirce, Charles Sanders (1839-1914). *In*: **The Oxford companion to philosophy**. HONDERICH, Ted (ed.). New York: Oxford University Press, 1995.

_____. Peirce, Charles Sanders. *In*: LAMARQUE, Peter V. (ed.). **Concise encyclopedia of philosophy of language**. Oxford: Pergamon, 1997.

HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (ed.). **The essential Peirce: selected philosophical writings, volume 1: 1867-1893**. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

JAKOBSON, Roman. **The framework of language**. Michigan: Michigan Studies in the Humanities, 1980. p. 31-38.

JAMES, William. Philosophical conceptions and practical results. *In*: TALISSE, Robert B.; AIKIN, Scott F. (ed.). **The pragmatism reader: from Peirce through the present**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011. p. 66-79.

_____. **Pragmatism: a new name for some old ways of thinking**. Londres: Longmans, Green and Co., 1907. Disponível em:
<https://ebooks.adelaide.edu.au/j/james/william/pragmatism/complete.html>.
Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Pragmatism's conception of truth. *In*: TALISSE, Robert B.; AIKIN, Scott F. (ed.). **The pragmatism reader: from Peirce through the present**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011a. p. 79-92.

_____. **Some problems of philosophy**: a beginning of an introduction to philosophy. New York: Longmans, Green, and Co., 1916.

_____. The meaning of truth. *In*: **The Project Gutenberg**, 2004. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/5117/5117-h/5117-h.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **The principles of psychology, v. 1 e 2**. Nova York: Henry Holt Company, 1918.

_____. The will to believe. *In*: TALISSE, Robert B.; AIKIN, Scott F. (ed.). **The pragmatism reader: from Peirce through the present**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011b. p. 92-108.

JOHNSON, Mark. Cognitive science and Dewey's theory of mind, thought, and language. *In*: **The Cambridge companion to Dewey**. Nova York: Cambridge University Press, 2010. p. 123-144.

_____. **The meaning of the body**: aesthetics of human understanding. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LOCKE, John. 1690. **An Essay Concerning Human Understanding**. Revised by J. W. Yolton. London: Dent, 1965.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAWRENCE, Randy. Great minds of the western intellectual tradition. *In*: LAWRENCE, Randy (ed.). **Philosophy and intellectual history**. 2000. Disponível em: <https://www.thegreatcourses.com/courses/great-minds-of-the-western-intellectual-tradition-3rd-edition.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

LEVI, Isaac. Dewey's logic of inquiry. *In*: COCHRAN, Molly (ed.). **The Cambridge companion to Dewey**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

LOMBERG, Jon. Pictures of Earth. *In*: SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth**: the Voyager interstellar record. Nova York: Ballantine Books, 1979.

MAGEE, Bryan. **The great philosophers**: an introduction to western philosophy. Oxford: Oxford University Press, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Reunião anual da SBPC, 48., São Paulo, 1996. p. 21-22. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/eventos/48ra/>. Acesso em: 01 dez. 2017.

MCDERMOTT, John J. William, James. *In*: AUDI, Robert (ed.). **The Cambridge dictionary of philosophy**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 1999.

MERRELL, Floyd. **Peirce, signs, and meaning**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

_____. Charles Sanders Peirce's concept of the sign. *In*: COBLEY, Paul. (ed.). **The Routledge companion to semiotics and linguistics**. Londres: Routledge, 2001.

_____. Peirce's basic classes of signs in a somewhat different vein. *In*: BERGMAN, Mats. QUEIROZ, João (ed.). **The commens encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies**. 2019. Disponível em: <http://www.commens.org/encyclopedia/article/merrel-floyd-peirces-basic-classes-signs-somewhat-different-vein>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MILL, John Stewart. *Analysis of the Phenomena of the Human Mind*. 1878. Release Date: January 27, 2018 [EBook #56441]. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/56441/56441-h/56441-h.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MISAK, Cheryl. Cambridge Pragmatism (Royal Institute of Philosophy): Royal Institute of Philosophy, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c_Nxr3ZQxqA&ab_channel=RoyIntPhilosophy. Acesso em: 15 jul. 2017.

MODRAK, Deborah K. W. Aristotle's theory of language and meaning. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MORRIS, Charles W. Foundations of the theory of signs. *In*: NEURATH, Otto (ed.). **International encyclopedia of unified science**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

NÖTH, Winfried. Análise de discurso com Peirce: interpretar, raciocinar e o discurso como argumento. **Intexto**. Porto Alegre, n. 37, p. 34-46, 2016.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/68252/39624>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. **Charles Sanders Peirce, pathfinder in linguistics**. 2000.

Disponível em: <http://www.digitalpeirce.fee.unicamp.br/p-ling.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. GURICK, Amaral. A teoria da informação de Charles S. Peirce.

TECCOGS: Revista digital de tecnologias cognitivas. São Paulo, n. 5, p. 1-29, 2011. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52894/34707>. Acesso em: 27 out. 2019.

O'SHEA, James R. American philosophy in the twentieth century. *In: The Routledge companion to twentieth century philosophy*. MORAN, Dermot (ed.). Londres: Routledge, 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. How to make our ideas clear. *In: POPULAR SCIENCE MONTHLY* 12. 1878. p. 286-302.

_____. **Letters to Lady Welby**. New Haven. Whitlock for the Graduate Philosophy Club of Yale University, 1953. Disponível em:

[https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b686269&view=1up&seq=5](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b686269&view=1up&seq=5). Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **Reasoning and the logic things**. Cambridge: Harvard University Press. 1992.

_____. **Semiotics and signifiacs**: the correspondence between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

_____. **Writings of Charles S. Peirce**: a chronological edition, volume 1: 1857-1866. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

_____. **Writings of Charles S. Peirce**: a chronological edition, volume 2: 1867-1871. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

_____. BUCHLER, Justus (ed.). **Philosophical writings of Peirce**. Nova York: Dover Publications Inc., 1955.

_____. DEELY, John; HARTSHORNE, Charles; WEISS, Charles Paul (ed.). **The collected papers of Charles Sanders Peirce**: a disordered array of severed limbs, 1931-1935. Cambridge: Harvard University Press, 1958.

PIATTELLI-PALMARINI, Massimo; URIAGEREKA, Juan; SALABURU, Pello (ed.). **Of minds and language**: a dialogue with Noam Chomsky in the Basque Country. Nova York: Oxford University Press, 2009.

PIETARINEN, Ahti-Veikko. Common ground, relevance and other notions of pragmatics: from peirce to grice and beyond. *In*: PIETARINEN, Ahti-Veikko. **Signs of Logic**. Springer, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271424459>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. Grice in the wake of Peirce. **Pragmatics e Cognition**. v. 12, n. 2, p. 295-315, 2004. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/pc.12.2.06pie>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. **Peirce's theory of communication and its contemporary**. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271426117_Peirce's_theory_of_communication. Acesso em: 04 dez. 2019.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. 6. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

PIHLSTRÖM, Sami. A new look at Wittgenstein and pragmatism. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**. IV-2, 2012.

_____. **The continuum companion to pragmatism**. Nova York: Continuum International Publishing Group, 2011.

PINTO, J. P. Pragmática. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 8. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2012. p. 47-68.

PUTNAM, Hilary. James's Theory of truth. *In*: PUTNAM, Ruth Anna (ed.). **The Cambridge companion to William James**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

PUTNAM, Ruth Anna; COCHRAN, Molly (ed.). Dewey's epistemology. *In*: **The Cambridge companion to Dewey**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

QUEIROZ, João; EMMECHE, Claus; EL-HANI, Charbel. Information and semiosis in living systems: a semiotic approach. *In*: FAVAREAU, Donald (ed.). **Essential readings in biosemiotics**. Dordrecht: Springer, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/216816466>. Acesso em: 25 out. 2019.

QUEIROZ, João; MERRELL, Floyd. Semiosis and pragmatism: toward a dynamic concept of meaning. **Sign Systems Studies**. v. 34, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228657254>. Acesso em: 02 out. 2020.

QUINE, Willard Van Orman. On what there is. *In*: QUINE, Willard Van Orman. **From a logical point of view**. Nova York: Harper and Row, 1961.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Os Caminhos da Pragmática no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, especial, p. 323-338, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/SQzNNhkbsGPsMKRQdH5J7pK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ROARK, Dallas M. **Introduction to philosophy**. Kansas: Emporia State University, 2016.

ROHRER, Tim. Pragmatism, ideology and embodiment: William James and the philosophical foundations of cognitive linguistics. *In*: DIRVEN, René; HAWKINS, Bruce; SANDIKCIOGLU, Esra (ed.). **Language and ideology, volume 1: theoretical cognitive approaches**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2001.

RORTY, Richard. **Consequences of pragmatism: essays 1972-1980**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

_____. **Contingency, Irony, and Solidarity**. Cambridge University Press, London, 1989.

_____. **Entrevistado por Gideon Lewis-Kraus**, believermag.com. June 1, 2003. Disponível em: <https://believermag.com/an-interview-with-richard-rorty/> Acesso em: 01 dec. 2020.

_____. **Philosophy and social hope**. Londres: Penguin Books, 1999.

_____. Pragmatism, categories, and language. **The Philosophical Review**. v. 70, n. 2 p. 197-223, 1961.

_____. Religious faith, intellectual responsibility, and romance. *In*: PUTNAM, Ruth Anna (ed.). **The Cambridge companion to William James**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth: the Voyager interstellar record**. Nova York: Ballantine Books, 1979.

SAGAN, Linda S. A Voyager's greetings. *In*: SAGAN, Carl. (org.). **Murmurs of Earth: the Voyager interstellar record**. Nova York: Ballantine Books, 1979.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **O que é semiótica**. 11. ed. Coleção Primeiros Passos, 103. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker, 2004. Disponível em: http://www.pucsp.br/~lbraga/epap_peir6.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: EDUSP/Cultrix, 1969.

SAVAN, David. Peirce and idealism. *In*: KETNER, Laine Kenneth (ed.). **Peirce and contemporary thought: philosophical inquiries**. Nova York: Fordham Oxford University, 1995.

SEBEEK, Thomas A. Indexicality. *In*: KETNER, Laine Kenneth (ed.). **Peirce and contemporary thought: philosophical inquiries american philosophy series**. Nova York: Fordham University Press, 1995.

_____. Nonverbal communication *In*: COBLEY, Paul. (ed.). **The Routledge companion to semiotics and linguistics**. Londres: Routledge, 2001. p. 14-24.

_____. One, two, three spells uberty. *In*: ECO, Umberto; SEBEEK, Thomas A. (ed.). **The sign of three: Dupin, Holmes, Peirce: advances in semiotics**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1983.

_____. **The Estonian connection**. Sign Systems Studies, v. 26, p. 20-41, 1998.

Sei dos Caminhos. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/itamar-assumpcao/272504/> Acesso em: 05 ago. 2021.

SELLARS, Wilfrid. **Empiricism and the philosophy of mind**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

_____. **Science, perception, and reality**. Nova York: Routledge, 1963.

SHORT, Thomas Lloyd. 9 The Development of Peirce's Theory of Signs. *In: The Cambridge Companion to Peirce*. Edited by Cheryl Misak. Cambridge University Press. Cambridge, UK. 2004.

SILVA, Jorge Francisco; EFKEN, Karl Heinz. A estética da razão em James: apontamentos sobre o conceito de embodiment. **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 17, n. 1, 2020a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/47688/32240>. Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. Pragmatismo e linguagem: fundamentos de um pragmatismo linguístico segundo o pensamento de Peirce, James e Dewey. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**. v. 21, 2020c. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/876.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

_____. The concept of warranted assertibility in Dewey as the heart of his instrumental pragmatism. **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 17, n. 2, 2020b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/49797/34080> Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. Uma Análise Pragmática das Mensagens nos Discos de Ouro da Voyager. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM*, 8. E ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 7., 2019, Pouso Alegre. **Anais do ENELIN 2019** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://pos.univas.edu.br/ppgcl/docs/2020/anaisEnelin2019.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal Behavior**. New York, Appleton-Century-Crofts [1957]

SOWA, John F. Peirce's contributions to the 21st century. *In: SCHÄRFE, Henrik; HITZLER, Pascal; ØHRSTRØM, Peter (ed.). Conceptual structures: inspiration and application*. Aalborg: Springer, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F11787181.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

STALOFF, Darren. PART III: From the Renaissance to the Age of Reason. Great Minds of the Western Intellectual Tradition. *In: The Great Courses. Philosophy and Intellectual History*. Randy Lawrence (Ed). TTC, 2000. Disponível em: <https://www.thegreatcourses.com/courses/great-minds-of-the-western-intellectual-tradition-3rd-edition.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

THE PEIRCE EDITION PROJECT (ed.). **The essential Peirce**: selected philosophical writings, volume 2:1893-1913. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

THE PHILOSOPHER'S ZONE: **Noam Chomsky on the hard stuff**. [Locução de]: David Rutledge (apresentador). ABC Radio, 2016. Podcast. Disponível em: <https://chomsky.info/198912-2/>. Acesso em: 03 out 2020.

THE PRAGMATIC turn: a lecture by Selzer philosopher Richard J. Bernstein. [S. l.]: Beloit College, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gtc2SdlWErc&ab_channel=BeloitCollege. Acesso em: 28 maio 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Translated by G. E. M. Anscombe. 1953, 1958. Basil Blackwell Ltd. 108 Cowley Road, Oxford, OX4 1JF, UK.

UEXKÜLL, Jacob. Psychologie und Biologie in ihrer Stellung zur Tierseele. *In: **Ergebnisse der Physiologie**, 1, 212- 233*. 1902. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02320908>. Acesso em: 04 jan. 2020.